



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA -  
PROFHISTÓRIA

Rosa Maria Toller

**A Festa de Nossa Senhora do Rosário em Balneário Piçarras:**  
uma proposta de Ensino de História para a educação das relações étnico-raciais

Florianópolis

2025

Rosa Maria Toller

**A Festa de Nossa Senhora do Rosário em Balneário Piçarras:**  
uma proposta de Ensino de História para a educação das relações étnico-raciais

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História com concentração na área Diferentes Espaços de Memória.

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Martins da Silva.

Florianópolis

2025

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.  
Dados inseridos pelo próprio autor.

Toller, Rosa Maria

A Festa de Nossa Senhora do Rosário em Balneário Piçarras : uma proposta de Ensino de História para a educação das relações étnico-raciais / Rosa Maria Toller ; orientadora, Mônica Martins da Silva, 2025.  
237 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. Ensino de História. 2. Ensino de História. 3. Educação para as relações étnico-raciais. 4. Cultura afro brasileira. 5. Festa de Nossa Senhora do Rosário. I. Silva, Mônica Martins da. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Ensino de História. III. Título.

Rosa Maria Toller

**A Festa de Nossa Senhora do Rosário em Balneário Piçarras:**  
uma proposta de Ensino de História para a educação das relações étnico-raciais

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 24 de junho de 2025,  
pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. José Bento Rosa da Silva, Dr.  
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Adriana Angelita da Conceição, Dra.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado  
adequado para obtenção do título de Mestre em História.

Insira neste espaço a  
assinatura digital

Prof. Dr. Alfredo Ricardo Silva Lopes

Coordenação do Programa de Pós-Graduação/ ProfHistória/UFSC

Insira neste espaço a  
assinatura digital

Profa. Dra. Mônica Martins da Silva  
Orientadora

Florianópolis, 2025

Dedico esta pesquisa aos docentes da área de História que fizeram parte da minha trajetória escolar e me inspiraram a seguir essa carreira. Dedico também ao meu irmão, João Toller, que perdi durante o curso do mestrado; lembro-me com carinho, do momento em que mostrei a listagem com meu nome e, ainda indecisa sobre seguir adiante, ele escreveu: “Faça e prospere.”

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida. Sou grata também aos meus familiares, que me apoiaram durante toda a pesquisa. Aos colegas do ProfHistória (UFSC), turma de 2023, expresso minha gratidão pela parceria construída ao longo dessa caminhada, especialmente ao meu amigo Jeferson Chagas, que muito me auxiliou no processo. Agradeço especialmente à minha colega de trabalho Jessica Leardini, por ter me incentivado a me inscrever no curso, diante da minha indecisão em realizar o mestrado.

Agradeço imensamente à comunidade de Balneário Piçarras, praticante da Festa de Nossa Senhora do Rosário, que prontamente me recebeu e contribuiu significativamente com a pesquisa. Minha gratidão à Tânia de Fátima da Silva Rodrigues e ao Ivo Rodrigues, que em diversos momentos se dispuseram a esclarecer dúvidas e explicar questões fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Minha imensa gratidão à Dona Maria Conceição Pereira, que, com muita gentileza e carinho, esteve disposta a me ajudar, disponibilizando materiais e informações que enriqueceram esta pesquisa. Agradeço também à professora Leonor Carolina, que auxiliou no contato com as pessoas da comunidade, possibilitando as entrevistas. Minha gratidão às mulheres que gentilmente cederam entrevistas para esta pesquisa: Ivia Fátima Rodrigues, Maria Conceição Pereira, Tânia de Fátima da Silva Rodrigues e Maria das Graças Ignácio. Meu muito obrigada!

Minha enorme gratidão à Danielle Garcia, representante da Fundação Municipal de Cultura que sempre esteve disposta a ler meus escritos iniciais e a compartilhar materiais diversos ao longo de toda a pesquisa. Sua ajuda foi fundamental. Agradeço a tantos outros amigos que me apoiaram e disponibilizaram materiais para a pesquisa.

Expresso minha enorme gratidão ao meu marido, Paulo Lenhard, que me ouviu e acompanhou minhas dificuldades durante o mestrado. Seu apoio foi essencial desde o início. Agradeço também ao meu filho, Lucas Toller, por compreender minha ausência em decorrência das aulas.

Sou grata a todos os docentes do ProfHistória (UFSC), Prof. Dr. Sandor Fernando Bringmann, Profa. Dra. Renata Palandri Sigolo, Profa. Dra. Janine Gomes da Silva, Prof. Dr. Alfredo Ricardo Silva Lopes e Prof. Dr. Elison Paim, que contribuíram com a pesquisa por meio das leituras disponibilizadas e das aulas ministradas. Minha enorme gratidão ao Prof. Dr. José Bento Rosa da Silva, que, desde o início, colaborou com materiais diversos e muitas vezes me orientou diante das minhas dúvidas. Seu apoio foi fundamental. Além disso, você fez parte

da minha banca de qualificação, trazendo sugestões, correções e questionamentos importantes para o andamento da pesquisa. Agradeço à Profa. Dra. Adriana Angelita da Conceição, que também integrou a banca de qualificação, e cujas orientações, correções e questionamentos foram fundamentais para o desenvolvimento do trabalho.

Por fim, expresso minha profunda gratidão à professora Profa. Dra. Mônica Martins da Silva, orientadora do projeto e desta pesquisa. Agradeço pela sua paciência e dedicação ao longo do processo, sempre me auxiliando com minhas indagações, dúvidas e questionamentos. Seus encaminhamentos durante as reuniões foram essenciais para a realização deste projeto e da pesquisa. Muito obrigada!

## RESUMO

Essa dissertação tem como objetivo analisar as contribuições da Festa de Nossa Senhora do Rosário de Balneário Piçarras, em Santa Catarina, para a construção de uma proposta Educação das Relações Étnico-raciais no Ensino de História, a partir das memórias de homens e mulheres que participaram no presente e no passado dessa prática festiva, como forma de valorização das identidades plurais que fazem parte do país, na perspectiva da desconstrução de preconceitos e do racismo, dando visibilidade à essa comunidade afro-brasileira. Fundamentado no diálogo com as leis 10639/03 e 11645/2008 e Diretrizes complementares, o trabalho fomenta o diálogo no ambiente escolar, articulando diferentes áreas de conhecimento por meio de uma proposta educativa que rompa com um currículo centrado em concepções eurocêntricas e desconstrua a visão que aborda o povo negro apenas sob a ótica da escravização. Por meio da pesquisa, propõe-se discutir as memórias da população negra de Balneário Piçarras, praticante da Festa de Nossa Senhora do Rosário, buscando compreender, a partir dessa reflexão, as narrativas dessas pessoas, o valor que atribuem à festa e a forma como justificam e defendem essa prática como estratégia de valorização de sua história e das práticas culturais da população negra da cidade. A pesquisa adotou como princípio metodológico a elaboração de materiais didáticos temáticos e interdisciplinares, voltados a todos os segmentos da Educação Básica, a partir do diálogo com diferentes fontes históricas, com destaque para depoimentos de História oral, e atividades que promovem reflexões e mobilizam práticas emancipatórias, de reconhecimento, valorização e reparação histórica das comunidades negras de Santa Catarina. Esses materiais foram desenvolvidos a partir dos seguintes eixos: Narrativas: territorialidade e resistência; Patrimônio cultural: a festa de Nossa Senhora do Rosário como patrimônio imaterial; Escravização, resistências e festas negras: a presença negra em Santa Catarina; e Mulheres do Rosário: a presença feminina na festa. O material está disponível no site (<https://www.festadorosariopicarras.com.br/>) que transforma os documentos levantados durante a pesquisa em acervo digital, ampliando o compartilhamento das histórias dos sujeitos e dos saberes da festa.

**Palavras-chave:** Ensino de História; Educação para as relações étnico-raciais; Cultura afro-brasileira; Festa de Nossa Senhora do Rosário.

## ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the contributions of the Feast of Our Lady of the Rosary of Balneário Piçarras, Santa Catarina, to the development of a proposal for Education of Ethnic-Racial Relations in History Teaching, based on the memories of men and women who participated in this festive practice, both present and past. This proposal aims to value the plural identities that are part of the country, from the perspective of deconstructing prejudices and racism, and giving visibility to this Afro-Brazilian community. Based on the dialogue with laws 10639/03 and 11645/2008 and complementary guidelines, the work fosters dialogue in the school environment, articulating different areas of knowledge through an educational proposal that breaks with a curriculum centered on Eurocentric conceptions and deconstructs the vision that approaches Black people solely from the perspective of enslavement. This research aims to discuss the memories of the Black population of Balneário Piçarras, who celebrate the Feast of Our Lady of the Rosary. Through this reflection, we seek to understand their narratives, the value they attribute to the festival, and how they justify and defend this practice as a strategy for valuing their history and the cultural practices of the city's Black population. The research adopted as its methodological principle the development of thematic and interdisciplinary teaching materials, aimed at all segments of Basic Education, based on dialogue with various historical sources, with an emphasis on oral history testimonies, and activities that promote reflection and mobilize emancipatory practices, recognition, appreciation, and historical reparation of the Black communities of Santa Catarina. These materials were developed based on the following axes: Narratives: Territoriality and Resistance; Cultural Heritage: The Feast of Our Lady of the Rosary as Intangible Heritage; Enslavement, Resistance, and Black Feasts: The Black Presence in Santa Catarina; and Women of the Rosary: The Female Presence in the Feast. The material is available on the website (<https://www.festadorosariopicarras.com.br/>), which transforms the documents collected during the research into a digital collection, expanding the sharing of the subjects' stories and knowledge of the festival.

**Keywords:** History Teaching; Education for Ethnic-Racial Relations; Afro-Brazilian Culture; Feast of Our Lady of the Rosary.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Andor com a imagem de Nossa Senhora do Rosário na Igreja de Santo Antônio, no dia da celebração em Balneário Piçarras.....	51
Figura 2 – Festa de negros na Ilha de Santa Catarina em 1806.....	61
Figura 3 – Fotografia da cidade de Balneário Piçarras e à direita a cidade de Penha, antiga Armação do Itapocorói.....	65
Figura 4 – Gravura da Armação de Itapocorói, em Penha (SC).....	66
Figura 5 – Registro do cortejo de Nossa Senhora do Rosário na região de Piçarras, em 1947.....	68
Figura 6 – Rainha Dona Luiza Candido na década de 1960 em Penha.....	70
Figura 7 – Procissão da Festa de Nossa Senhora do Rosário em frente à igreja Nossa Senhora da Penha na década de 1950 – uma das pessoas que segura o andor é Jordelina de Jesus, antiga moradora da região de Piçarras .....	75
Figura 8 – Festa na Penha em 1986 – Cortejo na Penha, Tânia e Ivo são os pajens, à frente está o grupo Moçambique .....	77
Figura 9 – Cortejo na região de Balneário Piçarras, à frente o Moçambique, liderado pela Família Ignácio .....	79
Figura 10 – Mapa que indica as três cidades de Santa Catarina onde, atualmente, ocorre a Festa de Nossa Senhora do Rosário .....	82
Figura 11 – Maria das Graças Ignácio, durante a entrevista na Fundação Municipal de Cultura.....	87
Figura 12 – Coroação de Armágio Amâncio da Silva e Odair Silva da Rosa na igreja Nossa Senhora da Penha, na cidade de Penha .....	88
Figura 13 – Tânia Rodrigues durante a entrevista em sua residência .....	89
Figura 14 – Ivia Rodrigues durante a entrevista em sua residência .....	90
Figura 15 – Maria Conceição Pereira, durante a entrevista em sua residência .....	91
Figura 16 – Ivo Rodrigues, em entrevista a Fundação Municipal de Cultura.....	92
Figura 17 – Domingos Ignácio, durante a entrevista na Fundação Municipal de Cultura .....	93
Figura 18 – Marilda de Souza durante a entrevista a Fundação Municipal de Cultura, em sua residência .....	94
Figura 19 – Foto da Missa no dia da Festa de Nossa Senhora do Rosário, com a presença do Padre Celso Marquetti e do Bispo Dom Angélico Sândalo Bernardino .....	97

Figura 20 – Igreja Santo Antônio de Pádua, em Balneário Piçarras .....	98
Figura 21 – Padre Éder Fabrício Lourenço, celebrando a missa em 2024 .....	99
Figura 22 – Momento do almoço festivo após a missa de coroação .....	105
Figura 23 – Cortejo real com seus participantes durante a procissão da Festa do Rosário ....	107
Figura 24 – Salvamento do rei em 2024.....	109
Figura 25 – Programação das atividades da Festa de Nossa Senhora do Rosário.....	110
Figura 26 – Momento da novena em outubro de 2024.....	111
Figura 27 – Momento da celebração na Igreja Nossa Senhora da Paz, com a entrada na igreja de Iracema Pereira e Maria de Lourdes da Silva Rodrigues, conhecida como vó Dóca .....	113
Figura 28 – A rainha e o rei a frente do cortejo.....	115
Figura 29 – Grupo Moçambique durante cortejo na localidade de Piçarras .....	116
Figura 30 – Mastro sendo fincado no solo no sábado que antecede a festa na residência de Hélio Teixeira, juiz de mastro em 2024 .....	117
Figura 31 – Coroas na casa do Guardião da Coroa, residência de Hélio Teixeira .....	118
Figura 32 – Grupo Catumbi de Itapocu durante apresentação na Festa de Nossa Senhora do Rosário em Balneário Piçarras.....	119
Figura 33 – Moção de aplausos a Ivo Rodrigues, em reconhecimento à organização da Festa de Nossa Senhora do Rosário .....	123
Figura 34 – Ivia Fátima Rodrigues e Luiz Acácio, rainha e rei da festa em 2000 .....	125
Figura 35 – Organização do cortejo .....	126
Figura 36 – Festa de Nossa Senhora do Rosário: procissão conduzindo o cortejo para a igreja .....	128
Figura 37 – Grupo de canto durante a missa .....	129
Figura 38 – Ofertas e oferendas durante a celebração.....	131
Figura 39 – Momento que Domingos Ignácio é coroado pela sua irmã.....	132
Figura 40 – Início do site: Festa de Nossa Senhora do Rosário .....	146
Figura 41 – Seção: Projeto .....	147
Figura 42 – Seção: História .....	147

Figura 43 – Seção: Acervo .....	148
Figura 44 – Seção: Galeria .....	150
Figura 45 – Seção: Narrativas .....	151
Figura 46 – Seção: Mulheres e fé .....	151
Figura 47 – Seção: Legislação.....	153
Figura 48 – Seção: Proposta metodológica .....	154
Figura 49 – Subseção: Para abrir o tema da seção “Proposta metodológica” .....	155
Figura 50 – Subseção: Eixo 1: Narrativas, territorialidade e resistência da seção “Proposta metodológica” .....	156
Figura 51 – Subseção: Eixo 2: Patrimônio Cultural: A Festa de Nossa Senhora do Rosário como Patrimônio Imaterial da seção “Proposta metodológica”.....	157
Figura 52 – Subseção: Eixo 3: Escravização, resistência e festas negras: A presença negra em Santa Catarina da seção “Proposta metodológica” .....	158
Figura 53 – Subseção: Eixo 4: Mulheres do Rosário: A presença feminina na festa da seção “Proposta metodológica” .....	159

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ANPED** Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
- BNCC** Base Nacional Curricular Comum
- CNE** Conselho Nacional de Educação
- COMPAC** Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Artístico e Natural de Balneário Piçarras
- DCN** Diretrizes Curriculares Nacionais
- DCNERER** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana
- ERER** Educação para Relações Étnico-Raciais
- FNDE** Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- IES** Instituições de Ensino Superior
- MEC** Ministério da Educação
- PNEERQ** Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola
- PNLD** Programa Nacional do Livro Didático
- PNPI** Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
- SECADI** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão
- SEPIR** Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
- TCLE** Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- UNDIME** União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 1 - EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A LEI N. 10.639/03: DESAFIOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA .....</b>	<b>26</b>
1.1 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA (DCNERER): ORIENTAÇÕES PARA A IMPLANTAÇÃO DA LEI N. 10639/03.....	38
1.2 BNCC, CURRÍCULO BASE DO TERRITÓRIO CATARINENSE, PROPOSTA CURRICULAR DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS E O DIÁLOGO COM A LEI N. 10.639/03 .....	44
<b>CAPÍTULO 2 - VINDE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO: PANORAMA DAS FESTAS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO NO BRASIL .....</b>	<b>50</b>
2.1 FESTAS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO EM SANTA CATARINA.....	60
<b>CAPÍTULO 3 - VIVA O REI E A RAINHA: UM OLHAR SOBRE A FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO EM BALNEÁRIO PIÇARRAS.....</b>	<b>83</b>
3.1 SABERES TRANSMITIDOS PELA ORALIDADE .....	83
3.2 REMEMORAÇÃO: NARRATIVAS DA FESTA .....	84
3.3 REISADO DO ROSÁRIO: RESISTÊNCIA E DEVOÇÃO .....	100
<b>CAPÍTULO 4 - MEMÓRIA, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL: ABORDAGENS EM AMBIENTE VIRTUAL.....</b>	<b>135</b>
4.1 ENSINAR HISTÓRIA A PARTIR DA MEMÓRIA E DOS DOCUMENTOS HISTÓRICOS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES .....	135
4.2 ENSINO DE HISTÓRIA INTERATIVO: ABORDAGEM DA FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO A PARTIR DE UM WEBSITE .....	141
4.3 ENTRE MEMÓRIAS E DOCUMENTOS HISTÓRICOS: A FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO NO ENSINO DE HISTÓRIA .....	144
4.4 EIXO 1: NARRATIVAS: TERRITORIALIDADE E RESISTÊNCIA.....	160
4.5 EIXO 2: PATRIMÔNIO CULTURAL: A FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL .....	164
4.6 EIXO 3: ESCRAVIZAÇÃO, RESISTÊNCIA E FESTAS NEGRAS: A PRESENÇA NEGRA EM SANTA CATARINA .....	169

4.7	EIXO 4: MULHERES DO ROSÁRIO: A PRESENÇA FEMININA NA FESTA .....	172
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>175</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>178</b>
	<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA .....</b>	<b>189</b>
	<b>APÊNDICE B – DIMENSÃO PROPOSITIVA .....</b>	<b>191</b>

## INTRODUÇÃO

Ingressar no mestrado profissional em Ensino de História (ProfHistória), que articula pesquisa histórica e prática docente, representa um grande desafio, especialmente por exigir uma postura que questiona as próprias concepções de ensino. Essa escolha está intrinsecamente ligada à disposição do docente em desconstruir questões do fazer pedagógico, muitas vezes naturalizadas ao longo da formação e da prática em sala de aula. Nesse sentido, o mestrado propõe uma oportunidade de ressignificar práticas e conteúdos abordados em sala de aula, com foco na construção de uma educação comprometida com a formação de sujeitos autônomos, que reflitam sobre sua realidade e a transformem. Esse é o papel fundamental da escola, especificamente da disciplina de História. Em minha prática pedagógica, sempre procurei partir de problematizações, construindo com os estudantes um olhar questionador sobre o presente e relacionando-o com as questões do passado. Entendo que os estudantes são agentes históricos que constroem a história por meio do protagonismo, desenvolvendo um olhar crítico diante do que está estabelecido. Com essa compreensão do passado, é possível refletir sobre as ações no presente, sejam elas de omissão ou ação. Ao trabalhar em sala de aula com uma perspectiva sócio-histórica, busco valorizar a experiência dos educandos e seus saberes prévios, proporcionando uma aprendizagem significativa.

Ao ingressar no mestrado em 2023, e escolher o tema de pesquisa, busquei problematizar as inquietações que surgiram ao longo da minha trajetória de mais de 20 anos como professora de História, tais como: Por que a História da África e a cultura afro-brasileira ainda aparecem nos materiais didáticos e no currículo com um olhar tão colonialista, que hierarquiza determinados povos e culturas? Apesar dos avanços conquistados ao longo de mais de 20 anos da Lei n. 10.639/03, ainda é necessário revisar a forma como a história dos afro-brasileiros é abordada nos currículos escolares. Diante disso, questionei-me: Por que não pesquisar a Festa de Nossa Senhora do Rosário, que acontece há décadas em minha cidade, mas que permanece ausente nos materiais didáticos, no currículo e nas práticas pedagógicas das escolas do município? Essa reflexão me levou a considerar que, como professora de História, tenho a oportunidade de abordar essa manifestação histórica e cultural, da população afro-brasileira na escola, de modo que todos a conheçam e, acima de tudo, a reconheçam como uma prática cultural ainda presente e que se perpetua ao longo dos anos. Como é uma festa local praticada há tanto tempo na cidade, alguns estudantes da rede municipal participam dela, pois suas famílias são praticantes da festa. Assim, propus tratar dessa festa popular celebrada pela

comunidade negra de Balneário Piçarras, compreendendo sua importância como prática cultural afro-brasileira, reconhecendo e valorizando seus significados para a população local.

Durante a graduação de História, cursei a disciplina de História da África, um curso que não era comum no currículo universitário no ano 2000. Esse estudo possibilitou uma formação mais aprofundada sobre essa temática, que tem me acompanhado ao longo da minha trajetória como professora de História. Em alguns momentos, observei avanços, especialmente com a implementação de leis e diretrizes que resultaram de um processo histórico de lutas. Em outros, identifiquei retrocessos, ao perceber o silenciamento a respeito da abordagem da história da África e afro-brasileira nas escolas por onde passei, bem como as dificuldades enfrentadas para manter essas discussões, muitas vezes atravessadas por práticas racistas e pela permanência de uma formação de base eurocêntrica que ainda molda a atuação dos docentes, orientadores e gestores que atuam na escola.

Trabalho como professora de História no município de Balneário Piçarras e no estado de Santa Catarina desde 2002 e, ao longo da minha carreira, desenvolvi projetos que contemplavam a História da África e a História e culturas afro-brasileiras. Esses projetos foram realizados de maneira interdisciplinar, em colaboração com as diferentes áreas de conhecimento, mas sempre prevalecendo as áreas de Arte e Língua Portuguesa. Ao final de cada semestre, socializávamos os resultados desses projetos na Feira Interdisciplinar promovida pela Secretaria Municipal de Educação.

Eu resido em Balneário Piçarras (SC), cidade distante 110 km da capital do estado, Florianópolis, tendo se tornado município em 14 de dezembro de 1963. A cidade atualmente conta com 27.127 habitantes, chegando a receber na temporada de verão cerca de 100 mil turistas. O nome Piçarras tem origem no termo “piçarra”, nome dado a uma rocha de argila abundante no subsolo do município. É nesse lugar que acontece todos os anos a Festa de Nossa Senhora do Rosário, que contempla elementos culturais da população afro-brasileira.

Balneário Piçarras apresentou um crescimento demográfico acentuado na última década, impulsionado principalmente pelo avanço da construção civil. O município recebe pessoas de diversas regiões do Brasil e até de outros países do continente, e essa diversidade se reflete nas escolas e Centros de Educação Infantil do município. Os dados do Censo Demográfico 2022 do IBGE, revelam a distribuição racial da população de 27.127 habitantes. A maioria se identifica como branca (74,54%), seguida por pardos (21,23%), pretos (3,81%), amarelos (0,20%) e indígenas (0,21%). Esses números indicam uma predominância de pessoas

brancas no município, com uma significativa presença de pessoas pardas e uma menor representatividade de pessoas pretas, amarelas e indígenas.<sup>1</sup>

Esses dados nos levam a refletir sobre o processo de construção histórica do litoral catarinense, que sempre enfatizou uma ocupação luso-açoriana, mas que também revela a acentuada presença de pessoas negras e pardas em nossa região. É evidente que muitos migraram de diferentes partes do país, no contexto de processos migratórios diversos, mas também há famílias afro-brasileiras que estão há séculos na região, desde o Brasil colonial, e que contribuíram culturalmente e economicamente na construção de Santa Catarina. Para Costa (2023), um exemplo das marcas da presença da cultura negra de norte a sul do estado são as Festas dos Pretos ou Natal dos Pretos, denominação atribuída no século XIX. Atualmente essas celebrações são conhecidas como Festa de Nossa Senhora do Rosário.

Na história tradicional de Balneário Piçarras, os livros geralmente enfatizam questões culturais europeias, frequentemente descritas por memorialistas, e ignoram a presença negra no município. Ao produzir um material didático que é a proposta da dimensão propositiva desta dissertação que aborda a Festa de Nossa Senhora do Rosário, busco evidenciar e ampliar os espaços de expressão e debate da cultura negra local. Dessa forma, a pesquisa sobre a Festa de Nossa Senhora do Rosário de Balneário Piçarras serviu como base para a produção de material didático destinado à Educação Básica. Esse material subsidiará a abordagem da história e da cultura da comunidade afro-brasileira da cidade, proporcionando uma experiência educativa envolvente, enriquecendo, com isso, o entendimento dos estudantes sobre a história e a cultura local, promovendo a compreensão e o respeito pela diversidade cultural e histórica dentro da sala de aula.

Investigar a Festa de Nossa Senhora do Rosário em Balneário Piçarras, sua simbologia e os significados para comunidade negra, constitui um dos objetivos do estudo proposto. O estudo também visa construir uma proposta de Ensino de História que valorize e reconheça essa manifestação como parte da cultura afro-brasileira, identificando seus sujeitos, seus modos de fazer e celebrar, em diálogo com o que propõe a Lei n. 10639/03 e as diretrizes complementares. Diante do exposto, a pesquisa partiu da seguinte problematização: Quais as possibilidades e contribuições da Festa de Nossa Senhora do Rosário de Balneário Piçarras para a educação das relações étnico-raciais no ensino de História, a partir das memórias de homens e mulheres que dela participam?

---

<sup>1</sup> Dados disponíveis em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 29 abr. 2025.

Dessa maneira, esta dissertação tem como objetivo geral compreender as contribuições da Festa de Nossa Senhora do Rosário de Balneário Piçarras para a educação das relações étnico-raciais no Ensino de História, a partir das memórias de homens e mulheres que dela participam, atuando na implantação da Lei n. 10.639/03, por meio do desenvolvimento de uma educação antirracista. Com este estudo, buscou-se levar à escola possibilidades para o ensino de História, viabilizando e evidenciando a importância da presença negra na história e na cultura da cidade, bem como valorizando a memória dos participantes da festa.

Em 2023, ao ingressar no mestrado, principalmente ao cursar a disciplina de Ensino de História da África e cultura Afro-Brasileira, conheci autores como Frantz Fanon, Conceição Evaristo, entre outros, cujas leituras contribuíram significativamente para minha vida profissional e pessoal. São intelectuais que estudam questões raciais na perspectiva negra e na luta antirracista em diferentes épocas. Essas produções possibilitam reflexões sobre o ensino de História, pois rompem com a ideia do eurocentrismo e colocam todos os sujeitos como participantes da história. Essas leituras enriqueceram profundamente minha prática pedagógica e, acima de tudo, fizeram-me desconstruir preconceitos internalizados em minha formação.

E qual é o meu papel de professora de história ao discutir as questões étnico-raciais? Eu jamais saberei o que é sofrer o racismo, pois não é meu lugar de fala, o meu lugar de fala é de professora, mulher, branca, que deve sim discutir o tema a partir da perspectiva crítica à branquitude,<sup>2</sup> de questionar o lugar de privilégios que as pessoas brancas têm na sociedade, nas diferentes organizações sociais, econômicas, políticas e culturais. Pois, ao fazermos questionamentos, o racismo deixa de ser naturalizado, podendo, assim, ser superado. Segundo Schucman (2014, p. 85), é “possível contribuir para uma luta antirracista, onde os brancos compreendam que a estrutura racista da sociedade também os constitui, gerando privilégios materiais e simbólicos.”. Sendo assim, compreendo que é importante assumir uma postura antirracista que cabe a todos os indivíduos da sociedade. E a escola tem um papel fundamental para consolidar uma educação inclusiva, antirracista e de combate aos preconceitos e discriminações.

Muitas vezes, a escola delega erroneamente aos docentes negros abordarem as questões étnico-raciais, por conta da representatividade, do lugar de fala, identificando o

---

<sup>2</sup> “A branquitude é entendida como uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade. Portanto, para se entender a branquitude é importante entender de que forma se constroem as estruturas de poder fundamentais, concretas e subjetivas em que as desigualdades raciais se ancoram” (Schucman, 2014, p. 84).

racismo como problema somente dos negros. Mas a educação antirracista é responsabilidade dos docentes de todas as áreas de conhecimento. Independentemente do seu pertencimento étnico-racial, os docentes devem apresentar essa discussão nas salas de aula, problematizando a abordagem nos materiais didáticos, que muitas vezes privilegiam uma história na perspectiva do colonizador perpetuando a discriminação racial e o racismo.

Para Nilma Lino Gomes (2010), a representação do negro na sociedade tem muito a ver com a produção de conhecimento, que interfere nas relações de poder, tanto nas práticas conservadoras como nas emancipatórias. “São relações imersas na alteridade e construídas historicamente nos contextos de poder e das hierarquias raciais brasileiras, nas quais a raça opera como forma de classificação social, demarcação de diferenças e interpretação política e identitária” (Gomes, 2010, p. 20).

Essa nova abordagem impõe a necessária mudança de postura e desconstrução dos posicionamentos dos docentes, construídos na sua trajetória de vida pessoal, acadêmica e profissional. Nesse sentido, ao planejarem suas aulas, é importante que selecionem materiais que contemplem a história e a cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares, mudança que tem consistido em um dos grandes desafios do ensino de História no Brasil, na medida em que ainda prevalece uma forte influência do eurocentrismo, no qual estão alicerçadas nossas concepções de educação que determina a valorização da história europeia e do norte global nos currículos.

Com a implantação da Lei n. 10.639/03 (Brasil, 2003), que já tem mais de 20 anos, e tornou obrigatória a inclusão do ensino da História da África e da cultura afro-brasileira nos currículos dos estabelecimentos de ensino públicos e particulares na Educação Básica, e também as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER) (Brasil, 2004), que defendem uma educação plural e antirracista, com representação positiva dos afro-brasileiros, e uma educação com respeito à diversidade, torna-se essencial que as discussões sobre a legislação sejam incorporadas aos planos de formação continuada dos municípios, por meio das gestões pedagógicas das Secretarias de Educação em todo o Brasil. Dessa forma, a lei ampliará as possibilidades de reflexão na prática pedagógica e garantirá que a história do povo negro seja abordada. Ressalta-se a necessidade da criação e do fortalecimento de programas governamentais de formação continuada e permanente que possibilitem aos educadores compreender aspectos da educação antirracista, rompendo com o silenciamento e com o mito da democracia racial existente no Brasil.

Dessa maneira, o docente poderá promover reflexões que incentivem o educando a pensar historicamente, posicionar-se criticamente e construir uma postura antirracista, compreendendo a construção histórica do racismo, a diversidade das práticas culturais brasileiras e reconhecendo as culturas afro-brasileiras e indígenas. No entanto, como pontua Conceição Evaristo (2021, p. 17), há uma lacuna na história do país no que se refere à abordagem da história africana e indígena, e mesmo estudantes de História e historiadores carregam esse vazio, resultado de uma narrativa predominantemente eurocêntrica. Diante desse cenário, é fundamental que, no espaço escolar, coordenadores pedagógicos, diretores, funcionários e professores debatam e reflitam sobre o tema. Essa questão pode ser abordada por meio de projetos escolares em todas as áreas do conhecimento, envolvendo toda a comunidade escolar. Nesse sentido, torna-se urgente repensar novas formas de abordagem no ensino de História que mobilizem diferentes saberes construídos em múltiplos espaços.

As DCNERER traçam caminhos para a reorganização curricular e para as práticas pedagógicas que possibilitem a abordagem da história e da cultura dos afro-brasileiros, “O ensino de Cultura Afro-Brasileira destacará o jeito próprio de ser, viver e pensar manifestado tanto no dia-a-dia, quanto em celebrações como congadas, moçambiques, ensaios, maracatus, rodas de samba, entre outras” (Brasil, 2004, p. 22). Essas diretrizes orientam as modificações necessárias nos currículos escolares e a inclusão de conteúdos que promovam o desenvolvimento de atitudes, valores e práticas antirracistas. Dessa forma, amplia-se o reconhecimento dos direitos e especificidades desses grupos tradicionalmente marginalizados, cuja cultura e contribuição para a construção do Brasil devem ser devidamente reconhecidas.

Na história de luta do povo negro em nosso país, o maior representante é o movimento negro. Como sujeito político, esse movimento desenvolveu, ao longo de sua trajetória, estratégias de luta para a inclusão dos negros na sociedade, tornando-se, desse modo, o protagonista das conquistas na área educacional, ao apresentar um projeto educativo antirracista (Aguiar, 2021, p. 275). O movimento busca assegurar que a história e a cultura negra estejam presentes nos currículos escolares, sempre enfatizando a importância da educação como estratégia para a transformação da sociedade e garantia de direitos. Nesse sentido, a Lei n. 10.639/03 é fruto das lutas do movimento e representa um direito conquistado para toda a população brasileira. O movimento tem agido incansavelmente pelo acesso e permanência da população negra em todas as modalidades da educação e pelo reconhecimento da história e cultura da população negra na construção e formação do país.

Na pesquisa que resultou nesta dissertação, houve foco no processo de formação e organização da Festa de Nossa Senhora do Rosário na atualidade, como manifestação de uma memória coletiva e representação da religiosidade da comunidade. O momento da Festa de devoção ao padroeiro, além de confraternização, é também a expressão da cultura, bem como o culto à ancestralidade; além disso, ao coroarem seus reis e rainhas, eles representam ocupar seu lugar na comunidade no mesmo nível de igualdade dos seus senhores (Costa, 2023, p. 3).

A partir desta dissertação, pesquisei a Festa de Nossa Senhora do Rosário e, com essa investigação, busquei contribuir para a formação e ampliação da discussão sobre a história e a cultura da população afro-brasileira, principalmente por meio da produção de material didático para o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Balneário Piçarras. Além disso, informações obtidas junto à Secretaria de Educação do município indicam que a rede municipal não utiliza os livros do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do Governo Federal. Desde 2017, foi adotado o sistema apostilado da Rede Positivo, que é dividido em diferentes áreas de conhecimento e substituído trimestralmente. Embora a apostila direcione o trabalho dos docentes em sala de aula, há a possibilidade de utilizar outros materiais, ficando a critério do docente selecionar quais serão utilizados.

Para melhor organização da temática e alcance dos objetivos propostos, a pesquisa adotou um método de caráter qualitativo. Na área de Educação e do Ensino de História, as pesquisas de cunho participativo têm se tornado frequentes, pois permitem uma maior aproximação dos pesquisadores com a comunidade estudada. Considerando que a proposta deste projeto foi a produção de material didático a partir da análise da Festa de Nossa Senhora do Rosário de Balneário Piçarras, a abordagem qualitativa possibilita compreender a subjetividade, as ideias e a historicidade do grupo pesquisado.

A abordagem qualitativa foi a que melhor orientou o desenvolvimento desta dissertação, pois possibilitou a análise dos depoimentos dos praticantes da Festa de Nossa Senhora do Rosário. A Fundação de Cultura de Balneário Piçarras tem o projeto “Mestre dos Saberes e Fazer<sup>3</sup>”, que é acompanhado pelo Conselho Municipal de Política Cultural e pela

---

<sup>3</sup> O Projeto Mestres dos Saberes teve início em 2010, com a intenção do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Artístico e Natural de Balneário Piçarras (COMPAC) de manter o registro de dados históricos, auxiliando o município a descobrir fatos, identidades importantes, atividades já extintas, costumes e tradições da cidade. Para tanto, o conselho conseguiu que fosse criada a Lei Municipal n. 103/2010, que instituiu o registro dos mestres dos saberes e fazeres do município de Balneário Piçarras. As entrevistas são realizadas em áudio e vídeo e os registros dos entrevistados ficam arquivados na Fundação de Cultura em áudio são transcritos e o vídeo é divulgado na página do projeto no YouTube. Em 2024, com recursos federais da Política Nacional Aldir Blanc, a Fundação de Cultura decidiu publicar o volume 1 de um livro com as primeiras entrevistas dos mestres, disponibilizando para toda a comunidade os textos e os áudios das

Câmara Setorial de Patrimônio Cultural, e que mantém em seu arquivo entrevistas com diversos moradores da cidade. Desde a criação do projeto, participei das rodas de conversas ao longo de alguns anos. As narrativas dos moradores entrevistados são disponibilizadas ao público pela Fundação Municipal de Cultura. Em 2024, foi lançado o volume I do livro *Mestre dos saberes*, que reúne algumas dessas entrevistas. A proposta da Fundação de Cultura é publicar um volume a cada ano. Por meio dessas rodas de conversa, os moradores compartilharam conhecimentos acumulados ao longo de muitos anos por meio de suas experiências cotidianas, narrando suas próprias histórias. Assim, esse material foi consultado, analisado e algumas entrevistas foram utilizadas na construção desta dissertação.

Além das entrevistas do projeto, a partir de dezembro de 2024, realizei as entrevistas com familiares e festeiros que dão continuidade às tradições familiares, analisando as mudanças e permanências na festa ao longo dos anos, bem como sua ressignificação. Foram entrevistadas quatro mulheres praticantes da festa: Ivia Fátima Rodrigues, Maria Conceição Pereira, Tânia de Fátima da Silva Rodrigues e Maria das Graças Ignácio, todas participantes da celebração há décadas.<sup>4</sup> A escolha por entrevistar mulheres se deve ao fato de já existirem entrevistas com homens praticantes da festa no projeto da Fundação de Cultura, cujos dados também foram utilizados na dissertação. A Festa de Nossa Senhora do Rosário pode ser analisada com base na história oral, considerando esse um dos caminhos possíveis para acessar as subjetividades dos sujeitos que vivenciam a festa, permitindo compreender suas experiências e memórias no presente.

Na metodologia da pesquisa, busquei integrar a perspectiva dos participantes da festa ao dialogar diretamente com eles, aproveitando o fato de que, sendo a cidade pequena e com uma rede de contatos próxima, essa aproximação facilitou a realização da pesquisa. Esse processo envolveu o acompanhamento e a análise das diversas etapas da realização do evento. Esse foi um processo muito importante, pois permitiu entender cada etapa da festa e também toda a sua organização. Além disso, os participantes disponibilizaram documentos diversos sobre a festa, tais como, fotos, artigos de jornais e convites da festa, os quais foram analisados para a elaboração da dimensão propositiva desta dissertação.<sup>5</sup>

---

entrevistas. Foram selecionadas para esta dissertação as entrevistas de Ivo Rodrigues, Domingos Ignácio e Marilda de Souza, realizadas em 2023 e 2024.

<sup>4</sup> As entrevistas seguiram todos os trâmites do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina, tendo o parecer aprovado sob o n. 78652924.0.0000.0121.

<sup>5</sup> As fotografias cedidas pelas famílias praticantes da festa retratam elementos importantes para a análise da festa. A maior parte das fotos são do cortejo e de dentro da igreja no momento da coroação, sendo em sua maioria da festa em Balneário Piçarras a partir de 1995, quando a festa voltou a ser celebrada na cidade. Também foram recebidas fotografias de 1947, as quais retratam de maneira rara a festa na região naquela época. Já os

Outra etapa desta investigação foi a pesquisa bibliográfica focada em pesquisas acadêmicas com a temática da Festa de Nossa Senhora do Rosário, as quais possibilitaram contextualizar o tema e construir subsídios para o desenvolvimento da pesquisa. Também foram analisadas dissertações apresentadas no Programa de Mestrado Profissional ProfHistória, que abordam as festas negras no Brasil, a educação antirracista e a educação das relações étnico-raciais, para compreender como a temática vem sendo estudada em outras pesquisas, bem como analisar o enfoque dessa temática como objeto do Ensino de História. Tais dissertações são as seguintes: *A Congada de Ilhabela na construção de uma educação para a diversidade étnico-racial*, de Vitor Honório Fortes, de 2021; *A festa de São Sebastião e Santos Reis do Quilombo de Picadinha, Dourados-MS: por um ensino de História antirracista* de Ana Paula Picoli de Lima, de 2022; e *Comunidade quilombola Tia Eva (Campo Grande/MS): memória, ensino de história e educação antirracista*, de Jorge Ribeiro Diacópulos, de 2022. Escolhi dissertações que abordavam as festas negras, relacionando-as com a educação para as relações étnico-raciais. A dissertação de Jorge Ribeiro Diacópulos, especificamente, foi escolhida por abordar a memória e ensino de História, além de elaborar um website, fornecendo subsídios para esta dissertação, que também envolveu a produção de um website.

Para desenvolver os objetivos deste trabalho, realizei uma pesquisa documental na Base Nacional Curricular Comum (BNCC), no *Currículo Base do Território Catarinense* e nas Diretrizes Municipais da Educação Básica de Balneário Piçarras. A análise desses documentos possibilitou verificar como o currículo se organiza na perspectiva da educação para as relações étnico-raciais, identificando os marcos legais para abordagem da Festa de Nossa Senhora do Rosário no ensino de História. Para contextualizar a educação para as relações étnico-raciais, também realizei pesquisa documental nas DCNERER e no documento do estado de Santa Catarina que norteia o Ensino de História: *Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana*.

A partir da sistematização do material de pesquisa, incluindo entrevistas, fotografias, convites de festa e artigos de jornal, foi produzido o material didático que pode ser adaptado a diferentes níveis de ensino, da Educação Infantil ao Ensino Médio. Trata-se de uma dimensão propositiva para o ensino de História disponibilizada em forma de website para facilitar o acesso das escolas, disponibilizado no seguinte link: <https://www.festadoresariopicarras.com.br/>.

---

artigos de jornais foram disponibilizados pela Fundação Municipal de Cultura, com reportagem das famílias que organizam a festa na cidade. Os convites para a festa são documentos recentes, em sua maioria já digital, e neles constam informações sobre o rei e a rainha da festa.

O material didático foi desenvolvido com foco na Educação Básica, com o objetivo de subsidiar os docentes em sua prática pedagógica e possibilitar o desenvolvimento de projetos de maneira interdisciplinar. O material foi pensado para o Ensino Fundamental de rede municipal de ensino de Balneário Piçarras. A estrutura do material organiza-se em quatro eixos temáticos, cada um com propostas que dialogam com diferentes áreas do conhecimento e contribuem para um ensino mais significativo. O **primeiro eixo**, intitulado *Narrativas, territorialidade e resistência*, destaca os relatos dos participantes da festa, valorizando as memórias individuais e coletivas como fontes importantes para a construção do conhecimento histórico e cultural. O **segundo eixo**, *Patrimônio Cultural: A Festa de Nossa Senhora do Rosário como Patrimônio Imaterial*, propõe atividades que incentivam a reflexão sobre o reconhecimento dos patrimônios culturais do Estado, estimulando o olhar dos estudantes para as diversas manifestações culturais. O **terceiro eixo**, *Escravidão, resistência e festas negras: A presença negra em Santa Catarina*, propõe discutir a presença negra no estado, reconhecendo as formas de resistência e afirmação cultural expressas nas festas negras. Por fim, o **quarto eixo**, *Mulheres do Rosário: A presença feminina na festa*, discute a agência das mulheres nas celebrações de Nossa Senhora do Rosário, compreendendo sua participação como elemento fundamental na manutenção e continuidade dessa tradição.

A dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo, intitulado *Educação para as relações étnico-raciais e a Lei n. 10.639/03: desafios para o ensino de História*, apresenta-se a historicidade e a discussão sobre a Lei n 10.639/03, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de História da África e da cultura afro-brasileira, como resultado de luta do Movimento Negro ao longo do século XX. Nesse contexto, discute-se a importância desse movimento como forma de resistência ao racismo e de luta pelos direitos à igualdade no Brasil, que resultaram em políticas públicas de afirmação e reparação histórica. Esse capítulo também aborda as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Étnico-Raciais (2004) e suas orientações. Além disso, é analisada a abordagem do Ensino de História da África e cultura afro-brasileira na BNCC, no Currículo Base do Território catarinense e na Proposta Curricular do Município de Balneário Piçarras

O segundo capítulo, intitulado *Vinde, Nossa Senhora do Rosário: panorama das festas de Nossa Senhora do Rosário no Brasil*, apresenta um panorama das festas religiosas desde o período colonial, compreendendo os espaços das irmandades como locais em que os negros escravizados e libertos encontraram formas de expressar sua religiosidade. Também são discutidos os estudos pós-abolição, que constituem produções historiográficas com novas

abordagens, na perspectiva de afirmação dos direitos da população negra. Além disso, esse capítulo historiciza as festas de Nossa Senhora do Rosário no estado de Santa Catarina, destacando sua importância cultural e social ao longo do tempo.

No terceiro capítulo, intitulado *Viva o rei e a rainha: um olhar sobre a festa de Nossa Senhora do Rosário em Balneário Piçarras*, foi realizada a historicização da festa do Rosário no município, a partir das narrativas dos praticantes da celebração, que relataram suas experiências e a luta para que a festa continue a acontecer. O capítulo evidencia as histórias individuais e coletivas, destacando a importância da memória e da oralidade na preservação da festa, sob a perspectiva da valorização da comunidade afro-brasileira de Balneário Piçarras.

No quarto capítulo, intitulado *Memória, história e educação étnico-racial, abordagem em ambiente virtual*, é apresentada a dimensão propositiva da dissertação. Trata-se de um material didático elaborado para o Ensino de História, em diálogo com outras áreas de conhecimento, com ênfase na abordagem da educação para as relações étnico-raciais, disponibilizado em um website. A escolha por esse formato se justifica por ser uma ferramenta que dinamiza a apresentação das informações sobre a Festa de Nossa Senhora do Rosário, ao mesmo tempo em que amplia as possibilidades de pesquisa, oferecendo materiais de apoio para uso em sala de aula. O website também funciona como um recurso didático dialógico, que visa auxiliar os docentes no desenvolvimento de sua prática pedagógica.

## **CAPÍTULO 1 - EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A LEI N. 10.639/03: DESAFIOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**

O ensino de História desempenha um papel fundamental na formação crítica dos sujeitos, pois possibilita a compreensão das dinâmicas sociais, das relações de poder e da construção das identidades. Nesse sentido, torna-se imprescindível adotar perspectivas e abordagens que promovam a inclusão de diferentes grupos étnicos e culturais, permitindo aos educandos desconstruir estereótipos arraigados no imaginário coletivo. Tais estereótipos são frequentemente sustentados por uma narrativa eurocêntrica, que valoriza eventos e personagens sob uma única perspectiva, ao mesmo tempo que nega a participação e a contribuição dos diversos grupos étnicos que compõem a sociedade brasileira. Isso resulta na reprodução de valores sociais de determinados grupos dominantes, perpetuando a discriminação, o preconceito e o racismo. De acordo com Souza e Paim (2019, p. 45), “O eurocentrismo se naturaliza e se impõe como algo dado, acabado, pronto. No entanto, assim como a colonialidade e o racismo em todas as suas vertentes, o eurocentrismo também é uma construção histórica”. Ainda segundo os autores, essa é uma forma de ver o mundo apenas sob a perspectiva europeia e que desconsidera saberes, valores e conhecimentos de outras etnias. Há uma imposição dessa concepção nos currículos escolares, o que acaba reforçando o racismo e colocando os valores europeus como universais e, nessa perspectiva, inviabiliza e silencia povos indígenas e afro-brasileiros (Souza; Paim, 2019, p. 45).

Acerca disso, Nilma Lino Gomes (2012) destaca a urgência de descolonizar os currículos escolares, propondo uma abordagem que rompa com a inflexibilidade dos conteúdos tradicionais, que muitas vezes não dialogam com a realidade dos educandos. Essa estrutura escolar ignora a diversidade de experiências e, para que haja uma educação mais relevante, é necessário romper com essa lógica. Para que essa descolonização dos currículos aconteça de maneira eficaz, é necessário que os docentes reflitam criticamente sobre os temas que foram sistematicamente excluídos ou negados nas grades curriculares. Assim, é imprescindível uma formação docente que incentive práticas pedagógicas que integrem a escola, o currículo e o mundo no qual os educandos estão inseridos (Gomes, 2012, p. 102).

As produções que compõem a formação dos docentes, assim como o material didático presente nas escolas, fazem parte das pesquisas do campo acadêmico, que buscam refletir sobre esses materiais. Assim, a produção historiográfica acerca da trajetória dos negros no pós-abolição se iniciou, de maneira pontual, somente a partir de 1990. Essas pesquisas destacam

como os negros enfrentaram práticas preconceituosas, tanto no campo material quanto no simbólico, dentro de uma sociedade marcadamente racializada e caracterizada por relações de poder assimétricas (Roza, 2017).

As produções historiográficas voltadas aos estudos do pós-abolição são relativamente recentes na historiografia. Até a década de 1950, a maioria das pesquisas era centrada na perspectiva das relações capitalistas de produção, especialmente no contexto do mundo do trabalho. Contudo, a partir de 1990 houve uma mudança significativa nesses estudos, que passaram a enfatizar o protagonismo negro no período pós-abolição e a valorização das manifestações culturais e sociais que já eram praticadas durante a escravidão, buscando entender o papel histórico dos negros no processo de construção da história do Brasil posterior a 1888. Essa nova abordagem nas pesquisas históricas inclui os novos sujeitos históricos e há uma interpretação mais abrangente do passado, englobando as lutas e anseios da população negra não apenas durante a escravidão, mas também no pós-abolição (Roza, 2017).

Ao analisar alguns livros didáticos da área de História<sup>6</sup>, publicados entre 2008 e 2011, Roza (2017) observou nos livros analisados a utilização da história do pós-abolição como meio didático para a luta antirracista e para a educação das relações étnico-raciais, trazendo uma abordagem relevante. Verificou-se que as coleções didáticas tratam desse tema principalmente por meio de atividades propostas, evidenciando a importância do Ensino de História como disciplina que aborda aspectos socialmente relevantes, não se limitando apenas a transmitir informações do passado. Essa abordagem é significativa para a ampliação e ressignificação do currículo da educação básica. O estudante, ao entender esse processo por meio das atividades propostas nos livros didáticos, passa a refletir sobre essas questões e a opinar, produzindo sínteses e conceitos (Roza, 2017, p. 30).

A análise dos livros didáticos proposta por Roza (2017) considera que as poucas investigações sobre as relações entre o período pós-abolição e o Ensino de História estão começando a ser desafiadas. Ou seja, há um crescente reconhecimento da necessidade de abordar de maneira mais ampla o estudo do protagonismo dos afro-brasileiros no pós-abolição. Os resultados apontam para uma tensão positiva, em que as limitações tradicionais estão sendo repensadas, permitindo uma inclusão mais abrangente da história da população afro-brasileira

---

<sup>6</sup> “Das 16 coleções didáticas aprovadas, respectivamente, nos PNLD 2008 e 2011, o universo de obras analisado foi composto pelas seguintes coleções: História – Das Cavernas ao Terceiro Milênio de autoria de Myriam Becho Mota e Patrícia Ramos Braick (Editora Moderna); História em Projetos de Maria da Conceição Carneiro de Oliveira, Carla Miucci Ferraresi e Andréa Paula dos Santos (Editora Ática) e História, Sociedade e Cidadania do autor Alfredo Boulos Júnior (Editora FTD)” (Roza, 2017, p. 16).

nos materiais didáticos. E isso se reflete na escola, pois permite aos estudantes compreenderem a história dos negros, reconhecendo suas lutas e conquistas durante toda a história do país. Dessa forma, contribui-se para a construção de uma consciência histórica que reconhece a persistência do racismo e a resistência negra ao longo do tempo.

Por outro lado, é crucial reconhecer que os livros didáticos enfrentam desafios significativos ao abordar a educação das relações étnico-raciais e a história da África, bem como a cultura e a história afro-brasileira. Essas questões precisam ser ampliadas, como evidenciado no artigo de Paim e Vieira (2020), que compreendem que muitos livros didáticos, ainda que ferramentas centrais, representam de maneira inadequada a diversidade cultural e histórica do país, muitas vezes silenciando povos e culturas afro-brasileiras e africanas.

Em contraponto a Roza (2017), Paim e Vieira (2020, p. 261) apontam, por meio da análise de alguns livros didáticos, que a abordagem da religiosidade nesses materiais revela uma notória valorização da cultura do colonizador, excluindo os povos subalternizados, como os indígenas nativos e os africanos que foram forçados a migrar para o Brasil. Essa exclusão agrava os preconceitos, pois esses povos são relegados ao esquecimento. Essa situação limita o acesso dos estudantes ao conhecimento sobre os diferentes povos e culturas, já que há uma ênfase na racionalidade eurocêntrica. Dessa maneira, os docentes acabam reproduzindo o conteúdo do livro didático e trazendo à discussão apenas o que viram em sua formação, não abordando temas necessários para a desconstrução de estereótipos e preconceitos, perpetuando, assim, a cultura hegemônica.

Faz-se necessário romper com a hierarquização dos saberes, e o espaço escolar é um lugar propício para essa desconstrução. É urgente e necessário que haja uma alteração e revisão da linha colonialista nos currículos escolares, pois:

Trata-se de algo mais subterrâneo, que tem relação com a superação do eurocentrismo e dos fundamentos da hierarquização que durante séculos informou os currículos. Essa superação é um dos emblemas mais caros às lutas pela renovação necessária ao Ensino de História há décadas (Pereira; Roza, 2012, p. 101).

A construção coletiva é o primeiro passo para que isso aconteça, por meio de estudos, debates e reflexões que envolvam todos, valorizando saberes que foram historicamente subalternizados e que devem fazer parte do currículo escolar. A coparticipação de todos os sujeitos da escola é fator determinante nesse processo, que devem estar comprometidos com as práticas antirracistas durante todo o ano letivo. Dessa forma, essa abordagem pode perpassar todas as áreas de conhecimento, orientando práticas que valorizem narrativas, saberes e

representações diversas. Por meio dessas abordagens, será possível reconhecer o protagonismo negro na construção da história do país, promovendo a valorização desses saberes. É urgente o desenvolvimento de um trabalho que rompa com o viés único da educação tradicional, eurocêntrico e discriminatório, que, ao narrar uma única história, silencia o protagonismo negro na história.

Dessa maneira, a pesquisa que proponho amplia o estudo sobre temas historiográficos relevantes, principalmente por tratar da educação das relações étnico-raciais. Busca-se, portanto, garantir que as comunidades afro-brasileiras sejam representadas nos materiais pedagógicos e, acima de tudo, nas práticas cotidianas da escola, possibilitando aos estudantes a reflexão sobre as diferentes culturas e povos que ocupam a sua comunidade/cidade. Isso contribui para uma educação mais inclusiva e significativa. Ao abordar a festa em sala de aula, busca-se construir uma imagem positiva das populações afro-brasileiras; e inserir essa discussão no currículo é uma forma de demonstrar a diversidade e diferença étnica e cultural no município, evidenciando sua presença e o protagonismo na construção da história da cidade e na representatividade do povo negro nos diferentes espaços. Para Pereira e Roza (2012, p. 93), “a visibilização é uma das maneiras de evidenciar uma ruptura com o silenciamento social e com a marginalização cultural por meio do currículo escolar”.

Segundo Kabengele Munanga (2012), é importante ensinar a história da África e a história do negro com novas abordagens, rompendo com a visão depreciativa sobre esses povos, colocando-os como sujeitos participativos do processo de construção da cultura, história e identidade do país. Essa visão tem por objetivo desconstruir estereótipos arraigados que a escola acabou perpetuando por meio de seus currículos. E é na prática pedagógica em sala de aula que os educadores desconstruem esse currículo que privilegia apenas uma abordagem.

Para Nilma Lino Gomes (2012):

É nesse contexto que se encontra a demanda curricular de introdução obrigatória do ensino de História da África e das culturas afro-brasileiras nas escolas da educação básica. Ela exige mudança de práticas e descolonização dos currículos da educação básica e superior em relação à África e aos afro-brasileiros. Mudanças de representação e de práticas. Exige questionamento dos lugares de poder (Gomes, 2012, p. 100).

A citação anterior destaca a importância de repensar o currículo, o que é um grande desafio para a educação, pois para isso se deve romper com as visões eurocêntricas, em uma perspectiva de educação integradora que valorize diferentes experiências. No entanto, os primeiros passos já foram dados e já se percebe a crescente valorização e inclusão de culturas

antes silenciadas nos currículos escolares, enriquecendo o ensino e promovendo a valorização de diferentes grupos étnicos, contribuindo para a construção de identidades mais inclusivas. E ao se deslocar o olhar eurocêntrico, que hoje está nas bases dos programas, para novos pontos de vista sob diferentes aspectos, teremos um caminho longo, porém necessário a percorrer, pois é preciso incluir novas concepções no fazer pedagógico (Lopes, 2006).

Esta dissertação tem consonância direta com a Lei n. 10.639/03, que foi sancionada há mais de 20 anos pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2003. A referida lei é uma alteração da Lei n. 9.394, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (Brasil, 2003), que tornou obrigatório o ensino da história da África e da cultura afro-brasileira nos currículos dos estabelecimentos de ensino público e particular na educação básica. Destaca-se que em 2008 houve uma nova alteração na legislação, por meio da Lei n. 11.645/08, que tornou obrigatório o ensino da história africana, afro-brasileira e indígena em todas as áreas de conhecimento, valorizando a contribuição em diferentes aspectos, como o social, o político e o econômico, e abrangendo todos os níveis de ensino da Educação Básica.

Ao incluirmos esses temas no currículo escolar, contribui-se para a educação antirracista nas escolas e também na sociedade em geral, fortalecendo a identidade e os direitos dos afro-brasileiros. Ressalta-se também o estabelecimento do dia 20 de novembro como feriado nacional, comemorado como o Dia da Consciência Negra, o que possibilita a reflexão sobre a história e a luta do povo negro no Brasil, comemoração instituída pela Lei n 14.759/23, sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e que marca a morte do líder do Quilombo dos Palmares, Zumbi, no século XVII.<sup>7</sup>

A Lei n. 10.639/03 vem justamente para agregar ao currículo de história, pois reconhece as diferenças no processo de construção da história do Brasil, incluindo uma pluralidade de narrativas de sujeitos que foram silenciadas e tiveram sua identidade negada ao longo da história, e que a partir de então passam a ter seu destaque na perspectiva de uma educação inclusiva, em um processo de ensino representativo para os docentes. “O professor de história pode contribuir com o processo atual de reparação histórica, criando visibilidade e positividade para as histórias e culturas indígenas, africanas e afro-brasileiras” (Meinerz, 2017, p. 74). Destaca-se também a necessidade da reavaliação do papel dos negros na formação da identidade do país, corrigindo a exclusão e as desigualdades, alinhando isso a uma prática

---

<sup>7</sup>Lei n. 14.759, de 21 de dezembro de 2023. “Art. 1º Fica declarado feriado nacional o dia 20 de novembro, para a celebração do Dia Nacional de Zumbi e, da Consciência Negra.”. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/114759.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114759.htm). Acesso em: 7 jun. 2024.

escolar antirracista e buscando a democratização, de fato, do currículo, inserindo populações invisibilizadas e que passam a ter suas histórias conhecidas e reconhecidas no espaço escolar. É necessário compreender os processos históricos que contribuíram para o apagamento da participação de diferentes grupos na história do país, construindo práticas racistas.

Nos dias atuais, há necessidade de reconfigurar as narrativas históricas que repercutem nas abordagens da história do Brasil. “Estamos diante, certamente, de uma reescrita da história e dos usos e leituras do passado possibilitadas pela produção dessa área, em especial por meio do ensino de história, forçada pela agenda antirracista” (Pereira; Roza, 2012, p. 92). Tais mudanças desenvolvem habilidades de respeito e valorização aos diferentes grupos e culturas étnicas, promovendo a equidade educacional e promoção da diversidade, e isso requer uma mudança em toda escola, visto que a proposta da lei é para todas as áreas de conhecimento, não especificamente para o Ensino de História.

Qual a relação entre o ensino de História e a educação para as relações étnico-raciais? É fundamental que, além da abordagem dos conteúdos específicos sobre a história e a cultura da África e a cultura afro-brasileira, e sua inclusão no currículo escolar, o docente de História reexamine suas concepções, que muitas vezes são pautadas em abordagens eurocêntricas. Há uma necessidade de reconfiguração das narrativas nas aulas de História. “A previsão de uma educação das relações étnico-raciais, nesse contexto, é talvez menos um conteúdo e mais um fundamento da ação educativa, capilarizando-se por todo o currículo” (Pereira, 2008, p. 26). Destaca-se que os docentes têm autonomia para propor novas temáticas na escola, em diálogo com as outras áreas de conhecimento, buscando novos materiais e abordando diferentes linguagens. Isso inclui valorizar a diversidade religiosa e as festividades do país, além de enaltecer os saberes tradicionais dos diferentes povos que compõem o nosso país.

É importante propor práticas inclusivas e trabalhar literaturas que abordem as questões étnico-raciais, as quais podem ser incorporadas como prática diária. É essencial enfatizar que os saberes e princípios de diferentes povos podem estar inseridos no planejamento de todas as áreas de conhecimento, para além do ensino de História, construindo caminhos pautados na diversidade. Ressalta-se que a flexibilização curricular possibilita a inserção de práticas culturais afro-brasileiras, que entram como um componente curricular (Pereira; Roza, 2012). Portanto, ao integrar a Festa de Nossa Senhora do Rosário no currículo, a escola alinha-se aos objetivos propostos pela Lei n 10.639/03, incorporando a história e a cultura afro-brasileira em sua prática educativa.

As mudanças curriculares sempre foram pauta das reivindicações do movimento negro, e a implantação da Lei n. 10.639/03 é o resultado de anos de luta do movimento em defesa dos direitos das populações negras no Brasil. Esse movimento já reivindicava a inserção desses temas nos currículos escolares e, em 2003, o movimento negro, aliado à sociedade civil, comemorou essa conquista. Segundo Gomes (2011), o movimento negro tem relação direta com a luta, defesa e aprovação da Lei n. 10.639/03 e das DCNERER, que são reivindicações para a superação do racismo no país. “Atualmente, no plano educacional, algumas das reivindicações históricas do Movimento Negro para a educação foram transformadas em políticas do Ministério da Educação (MEC), leis federais, decisões do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal” (Gomes, 2019, p. 27).

Antônio Barros de Aguiar (2021) destaca a importância do Movimento Negro, que durante décadas lutou para a homologação da referida lei, desempenhando protagonismo na luta como sujeito político, desenvolvendo caminhos para a superação do racismo e reconhecimento dos negros como agentes sociais na construção da história do Brasil, por meio de um projeto educativo antirracista. Para o autor, o Movimento Negro, em seus discursos, sempre destacou a escola como um espaço de transformação dos sujeitos, dessa maneira: “É por meio da educação que se busca desconstruir os estereótipos sobre a população negra, permitindo que os estudantes construam novas concepções acerca dos processos históricos da escravidão negra e dos sujeitos sociais” (Aguiar, 2021, p. 280).

Dessa forma, o Movimento Negro é um dos atores que se articulou para que houvesse uma mudança no enfoque do negro nos livros didáticos, antes constituído de imagens negativas e depreciativas. O movimento lutou para que novos referenciais fossem construídos, contemplando a positivação da imagem do negro na história do país. Isso se reflete no espaço escolar, possibilitando a construção de novas concepções para questionar o que está posto no currículo oficial. Em outras palavras, entende-se que as discussões em sala de aula possibilitam aos estudantes construir novas ideias acerca da participação da população negra, desconstruindo estereótipos. Nas palavras de Aguiar (2021, p. 280), a educação “[...] sempre teve um papel importante nos discursos do Movimento Negro, que percebe a escola como um espaço privilegiado para a transformação de sujeitos, o reconhecimento e a valorização da História africana e da cultura afro-brasileira”.

Segundo Aguiar (2021), por meio da educação é possível construir novos referenciais da população negra, entendendo o papel dos negros não apenas na perspectiva da escravidão, mas também como sujeitos históricos. E, nesse contexto, os docentes são os agentes do

cumprimento e implantação da Lei n. 10.639/03, mas, “para tanto, necessita-se ainda da realização de políticas e práticas voltadas para a formação continuada de professores na perspectiva da diversidade cultural e étnico-racial” (Aguiar, 2021, p. 287). É importante e necessária a discussão sobre as relações étnico-raciais no campo educacional, desde a formação inicial e seguindo na formação continuada, para que o educador adote uma postura política e pedagógica de combate ao racismo.

Com efeito, o que se instaura no campo da Educação Básica em todo o país é a obrigatoriedade de conteúdos e formas de abordagens sobre a História africana e a população afro-brasileira, tendo o Movimento Negro como um dos interlocutores principais e mais atuantes politicamente (Aguiar, 2021, p. 276).

A formação docente é um caminho para o conhecimento das leis e a sua implantação na prática, desse modo, é urgente que as Instituições de Ensino Superior (IES) insiram as temáticas previstas na Lei n. 10.639/03 e n. 11.645/08, para que o docente tenha condições necessárias para avançar nas discussões acerca das relações étnico-raciais, a partir do seu processo de formação inicial e continuada, a fim de romper com as práticas fragmentadas e racistas existentes. Para Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2003), as universidades estão sendo convocadas a corrigirem a sua imposição colonialista, atendendo a reivindicações e propostas do Movimento Negro e da concretização das ações afirmativas, que garantem cotas para negros nas universidades. “Neste sentido, busca-se descolonizar as ciências, retomando visões de mundo, conteúdos e metodologias de que a ciência ocidental se apropriou, acumulou e a partir deles criou os seus próprios, deixando de mencionar aqueles” (Silva, 2003, p. 490). Cabe o compromisso das instituições de ensino para a reparação de séculos em que excluiu a população negra, em que se produziu desigualdades e discriminação.

É em meio ao processo de tensão e de dinamicidade no campo educacional que se pode discutir acerca das relações étnico-raciais na formação dos docentes. As práticas de formação inicial e continuada dos docentes são essencialmente fundamentais para o desenvolvimento de estudos sobre a pluralidade cultural e o respeito às diferenças nas salas de aula (Aguiar, 2021, p. 289).

A citação anterior destaca a ausência da abordagem da educação para as relações étnico-raciais na formação inicial e continuada dos docentes. Essa lacuna se deve, em boa parte, à falta de inserção das discussões que permeiam a Lei n. 10.639/03 nos currículos universitários, o que ainda hoje representa um desafio para a sua efetiva implementação. Segundo Aguiar (2021), outro fator relevante no contexto escolar são os entraves causados por preconceitos e

racismo, que acabam sendo naturalizados. Isso resulta das construções ideológicas que sustentam o racismo, presentes tanto na sociedade quanto entre os próprios docentes e gestores escolares.

Para Silva (2011, p. 30), nossa formação nos levou a acreditar que a cultura europeia, considerada clássica, é a única que permanece, enquanto outros conhecimentos, como os dos egípcios, que são povos negros e responsáveis pelo nascimento da filosofia e das ciências, são frequentemente ignorados, com tais contribuições sendo atribuídas aos gregos e europeus. Esse viés monocultural, que desconsidera outras culturas, impede a correção do mito da democracia racial e perpetua a forma como construímos a representação étnica do nosso país. Nós, docentes, não devemos ignorar essa realidade, pois temos a complexa tarefa de ensinar e aprender, atentos ao fato de que a sociedade brasileira se projeta como branca, compreendendo que essa desconstrução é necessária. “E, para ter sucesso em tal empreendimento, há que ter presentes as tramas tecidas na história do ocidente que constituíram a sociedade excludente, racista, discriminatória em que vivemos e que muitos insistem em conservar” (Silva, 2011, p. 16).

As mudanças propiciadas a partir das leis e as ações educativas focadas na promoção de uma educação antirracista não garantem a efetivação disso no espaço escolar. Há um longo caminho para que o debate sobre as relações étnico-raciais ganhe o espaço devido nos currículos escolares, com a adequação dos materiais didáticos pelas editoras, a implantação nos cursos de formação de todos os profissionais da educação e a reformulação curricular se adequando à legislação vigente. Isso porque, conforme assinala Pontes (2020, p. 189), “[...] as discriminações raciais expressam também pelo silêncio, seja no currículo, na desvalorização dos saberes, na segregação das práticas religiosas ou nas mais diversas formas de não dizer, que instituem o vazio, a ausência e os silêncios”.

É importante enfatizar que a mudança na lei provocou, nas últimas décadas, alterações nos editais do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Esses editais passaram a exigir a adequação às Leis n. 10.639/03 e n. 11.645/08, estabelecendo critérios para a adoção dos livros didáticos. As editoras, em parceria com seus autores, passaram a atender essas exigências, incorporando a história e a cultura africana e afro-brasileira nas coleções apresentadas. No entanto, os editais não definem como esses temas devem ser abordados, apenas determinam que eles devem ser incluídos, o que leva as editoras a não modificarem as estruturas eurocêntricas em suas abordagens. Além disso, a inclusão desses temas nos livros não garante que eles serão efetivamente abordados pelos docentes e pelas instituições educacionais. Desse modo, é

importante que essas questões sejam integradas à prática educativa, estabelecendo conexões significativas entre o que é ensinado e a vivência dos estudantes. Outro aspecto relevante em consonância com a Lei citada é o envio de livros de literatura para as escolas brasileiras, realizado pelo Ministério da Educação (MEC). Esse envio visa formar um acervo significativo, que aborda a história da África, as narrativas e a história e cultura dos afro-brasileiros. Esse material é extremamente rico e está disponível para ser consultado e utilizado pelos docentes em sala de aula.

Para Mônica Martins da Silva (2023), ao discutir os 20 anos das leis que tornaram obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, ela aponta que houve avanços significativos nos currículos, na formação docente e na produção de materiais didáticos. No editorial, a autora reforça essa transformação ao analisar o crescimento nas publicações sobre a temática desde 2012, quando a *Revista História Hoje* passou a abordar especificamente o tema.

Passados mais de dez anos, a temática da história e das culturas afro-brasileira e indígena continua a comparecer entre os diferentes artigos publicados pela revista de forma progressiva, perpassando as suas diferentes seções e de modo interrelacionado a outras temáticas como: Patrimônio Cultural, História Local, Direitos Humanos, Tecnologias Digitais, Livros e materiais didáticos, demonstrando o próprio crescimento e o amadurecimento do campo do Ensino de História, especialmente na ampliação de abordagens teóricas e metodológicas sobre o tema (Silva, 2023, p. 3).

Corroboram com essa discussão Conceição e Oliva (2023), em artigos publicados na mesma revista, nos quais reforçam que houve conquistas e avanços na perspectiva da Educação Antirracista e na reestruturação dos currículos. Destacam, ainda, a importância de celebrar esses aspectos positivos e enaltecer as mudanças nos currículos eurocêntricos. Contudo, a lei não é o único meio e não está isolada, pois outras ações também precisam ser integradas e focadas na educação antirracista. “Saindo das ‘grandes sombras’ dos últimos anos, podemos voltar a olhar o horizonte em busca das justiça social, histórica e material em nosso país.”, refletem os autores (Conceição; Oliva, 2023, p. 22). No entanto, ainda há muito a avançar.

Devemos reconhecer que os estudos africanos e afrodiaspóricos, associados aos estudos culturais, pós-coloniais, subalternos, de gênero, feministas e decoloniais, resultaram em indiscutíveis avanços no enfrentamento ao racismo epistêmico, à colonialidade do saber e às desigualdades no Brasil e no mundo, nas últimas décadas. No entanto, apesar de seus efeitos desestabilizadores em relação às formas eurocentradas de se pensar as experiências humanas no tempo, as estruturas do pensamento histórico continuam a ser hegemonicamente brancas e colonizadoras/colonizadas em muitas de nossas escolas e universidades (Conceição; Oliva, 2023, p. 28).

Nesses 20 anos da Lei n. 10.639/03, foram ampliados os debates sobre as questões antirracistas e houve muitos enfrentamentos diante das adversidades, envolvendo ataques explícitos ou implícitos que muitos docentes que abordavam essa temática acabaram sofrendo, como marcas de um colonialismo e discursos de ódio, além de um pensamento hegemônico, branco, que ainda permeia a educação brasileira. Mas, essa caminhada de mais de duas décadas da lei e esses enfrentamentos, possibilitaram aos negros ocuparem espaços literários em universidades, havendo principalmente uma construção positiva da história e da cultura afro-brasileira em nossa sociedade (Conceição; Oliva, 2023).

É importante enfatizar o papel crucial das políticas públicas na implementação da lei, um desafio que ainda persiste devido às muitas lacunas que precisam ser revistas. Dados de uma pesquisa realizada pelo Instituto Geledés em 2023 mostram uma evidente omissão do Estado em relação à inclusão da referida lei nos currículos escolares.<sup>8</sup> A pesquisa abrangeu 21% dos municípios brasileiros e revelou que apenas 5% das Secretarias de Educação possuem uma área técnica dedicada à educação das relações étnico-raciais, e somente 8% têm orçamento específico. Além disso, 74% das Secretarias não têm um profissional responsável por essa área. Segundo as Secretarias Municipais, há uma falta de apoio do Governo Federal para a implantação da lei. A análise dos resultados sugere a necessidade de explorar alternativas para mudar essa realidade, reconhecendo que 29% das redes municipais estão efetivamente trabalhando para a implantação da lei, o que pode servir de exemplo para outros municípios. Outro dado importante que apontou a pesquisa é sobre a formação continuada dos docentes: 57% oferecem formação com enfoque na educação para as relações étnico-raciais, Ensino de História e cultura africana e afro-brasileira. A maioria das secretarias afirma que as escolas incorporam a temática ao Projeto Político-Pedagógico, embora 69% das escolas realizem atividades apenas em novembro. Em relação a eventos com as famílias sobre as questões étnico-

---

<sup>8</sup> Geledés - Instituto da Mulher Negra e Instituto Alana são organizações que trabalham no campo dos direitos humanos e em defesa dos direitos de bebês, crianças e adolescentes. Elas realizaram essa pesquisa quantitativa e qualitativa em 2023 buscando conhecer e analisar a atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de História e cultura africana e afro-brasileira, analisando a implantação da Lei n. 10.639/03. Ao analisar os dados, foi possível perceber como as Secretarias de Educação preveem em suas práticas e conteúdos as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para ERER e para o ensino de História e cultura africana e afro-brasileira. Essa pesquisa obteve a resposta de 21% de todos os municípios do país, ou seja, 1.187 Secretarias Municipais de Educação, e mostra também que 18% deles não realizam nenhum tipo de ação para assegurar um currículo racialmente justo e que proporcione uma experiência escolar digna para todas as crianças e adolescentes. Os institutos reforçam a função social da educação, como as políticas educacionais influenciam as práticas escolares e como isso impacta na vida dos alunos. Ficou constatado que há necessidade de uma educação antirracista que valorize as contribuições dos povos africanos e das populações afro-brasileiras na formação do país e na formação integral do indivíduo, buscando uma sociedade mais equânime. Para mais informações, consultar: <https://www.geledes.org.br/pesquisa-inedita-mostra-engajamento-das-secretarias-de-educacao-com-aplicacao-da-lei-10-639/>. Acesso em: 8 nov. 2023.

raciais, 63% das escolas afirmam que isso não ocorre em nenhuma delas. Para as secretarias de educação, os principais desafios na implementação da lei são a ausência de apoio, a falta de conhecimento sobre como aplicar o ensino e o baixo engajamento e desinteresse dos profissionais da educação. Em resumo, o Instituto conclui que, após 20 anos de promulgação da lei, a maioria das instituições de ensino aborda o tema predominantemente em novembro, revelando um cenário crítico para implantação efetiva e um grande desafio a ser enfrentado frente ao apontado pela pesquisa.

A pesquisa também mostra que, infelizmente, nem todos os estados e municípios têm se articulado para promover a formação do profissional da educação na perspectiva da educação para as relações étnico-raciais. É necessário e urgente que haja uma articulação entre Estado, universidades e movimentos sociais para a formação dos profissionais da educação e para a produção de material com o enfoque na Educação Básica, na perspectiva da Educação para as Relações étnico-raciais.

Visando atender à necessidade de diagnóstico e monitoramento da implantação do que prevê a Lei n. 10.639/03, o Governo Federal institui a Portaria n. 470, assinada em 14 de maio de 2024 pelo Ministro da Educação, Camilo Santana, que institui a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ). Essa política tem por objetivo a implantação integral da Lei n. 10.639/03; formar profissionais em gestão educacional e educação para relações étnico-raciais e educação escolar quilombola; criar protocolos oficiais de prevenção e de resposta a práticas racistas no ambiente escolar e universitário; reconhecer avanços institucionais de práticas educacionais antirracistas; e assegurar o direito à educação de qualidade a todas as crianças e a todos os jovens e adultos. Será instituído o diagnóstico da equidade, que visa monitorar as ações das redes de ensino por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI). Cabe aos municípios aderir à política, possibilitando aos docentes o acesso à formação para a educação das relações étnico-raciais. Segundo dados do Censo Escolar 2020, apenas 1,5% dos gestores e 0,9% dos docentes no Brasil têm formação de 80 horas em Educação para Relações Étnico-Raciais (ERER) e cultura afro-brasileira.<sup>9</sup> Ou seja, há um longo caminho a percorrer, mas é necessário o acompanhamento das ações em diferentes espaços escolares em todos os municípios do país.

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pneerq>. Acesso em: 8 nov. 2023.

Em 2025, o município de Balneário Piçarras recebeu do Ministério da Educação o Selo Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, por cumprir o compromisso com a promoção da equidade racial e implementação de ações educacionais que valorizam a diversidade e combatem o racismo. O selo é resultado das políticas municipais de formação continuada para docentes implantadas desde 2022.<sup>10</sup>

### **1.1 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER): orientações para a implantação da lei n. 10639/03**

A Lei n. 10.639/03 foi complementada a partir do documento que orienta sua aplicação no contexto educacional brasileiro, por meio da instituição das DCNERER (Brasil, 2004), resultante do parecer CNE/CP n. 03/2004 (Brasil, 2004), sendo a relatora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, mediante a aprovação da Resolução n. 1 de 17/06/2004, que vem atender à demanda da lei, apresentando, em seu Art. 1º, o seguinte:

Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores (Brasil, 2004, n.p.).

As DCNERER de 2004 regulamentam a Lei n. 10.639/03 e representam um avanço significativo no enfrentamento da discriminação e do preconceito. Elas demonstram a superação do eurocentrismo ao desenvolver novas perspectivas educacionais sobre o papel do negro e sua representação na sociedade brasileira, corrigindo as desigualdades construídas historicamente. Há nas diretrizes três eixos orientadores para o Ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira: a valorização da diversidade, com o reconhecimento positivo das populações afro-brasileiras, com enfoque na valorização, superação, desconstrução e diálogo; a necessidade de fortalecimento da identidade, por meio da afirmação da identidade cultural negra e seu pertencimento; e a valorização das tradições orais dos afro-brasileiros. Além disso, as DCNERER propõem o combate ao racismo, promovendo a criticidade em relação às suas

---

<sup>10</sup> Para mais informações sobre o selo, acessar: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pneerq/selo-petronilha>. Acesso em: 24 mar. 2025.

formas de manifestação na sociedade, enfatizando a responsabilização individual e coletiva para superá-lo.

Segundo Hebe Mattos e Martha Abreu (2012), a ideia de “democracia racial” foi utilizada para negar a existência do racismo, silenciando e desqualificando os negros no país. Nesse contexto, as DCNERER, ao trazerem essas discussões para o ambiente escolar, proporcionam momentos de reflexão e reconhecimento da diversidade étnico-racial no Brasil. Para as autoras, o documento é uma resposta à demanda da população afro-brasileira por meio de ações afirmativas e políticas de reparação, pois o seu “reconhecimento ainda exige o questionamento das visões sobre as relações étnico-raciais no Brasil, assim como a valorização e o respeito à história da resistência negra e da cultura dos africanos e seus descendentes.” (Abreu e Mattos, 2012, p. 125).

Ainda segundo as autoras, as pesquisas mostram que temas sobre lutas dos escravizados e libertos, festas, crenças e quilombos têm recebido espaço em livros didáticos e em outros meios de comunicação, embora de forma limitada. É importante ressaltar que esse artigo foi escrito em 2012 e, percebe-se que tal tema tem sido abordado de maneira relevante, principalmente nos trabalhos desenvolvidos no ProfHistória, desde que o programa foi implantado. A abordagem nas dissertações defendidas pelos professores de História, cresceu substancialmente, refletindo no fazer pedagógico e no local onde o profissional está inserido (Abreu; Grinberg; Mattos, 2019, p. 18).

Conforme as Diretrizes, em seus princípios e desdobramentos, o Ensino de História e cultura afro-brasileira deverá abordar a história dos quilombos, iniciando por Palmares, e também dará enfoque aos seus remanescentes que legitimaram a ocupação dessas terras e que colaboram no desenvolvimento das suas comunidades/localidades. Há um direcionamento importante no que diz respeito a trabalhar a história local, pois é algo que evidencia a população afro-brasileira que está na comunidade e que estará dentro da escola, reconhecendo a identidade e havendo compartilhamento de experiências. Dessa forma, as diretrizes apontam a necessidade de valorizar as especificidades de cada lugar, por meio do reconhecimento da história e da cultura dos povos afro-brasileiros, pois “Será dado destaque a acontecimentos e realizações próprios de cada região e localidade” (Brasil, 2004, p. 21). Para Abreu e Mattos (2012), a maior intenção exposta nas diretrizes ao trabalhar com a história local é reconhecer a história das associações, enquanto organização negra, e suas manifestações artísticas, educativas, religiosas e irmandades católicas, entre outras, destacando a construção da identidade negra e as mais diversas matrizes culturais. Acerca do tema, Abreu e Mattos também apontam que,

Assim, os estudantes podem reconhecer, de forma prática, quais tradições e experiências confluíram para definir, hoje, a identidade negra dos grupos estudados. Além do mais, abre possibilidades de se avaliar a atuação política dos afrodescendentes para além do período de luta contra a escravidão, perspectiva que predomina nos livros didáticos e no próprio ensino de história (Abreu; Mattos, 2012, p. 129).

Como sugerido por Abreu e Mattos (2012, p. 130) “[...] deve-se trazer para a escola congadas, moçambiques, rodas de samba ou maracatus, como formas de ser e viver da cultura negra”, e de uma forma que traduza a cultura negra na sua essência, ligada às associações que de fato vivenciam essas manifestações e suas lutas políticas e sociais, registrando a história dos negros que não foi contada. Desse modo, cabe aos docentes elaborar projetos e selecionar conteúdos com foco nesse tema (Brasil, 2004, p. 23).

É crucial destacar a importância de enfatizar o trabalho escolar em implementar um currículo que articule as diferentes áreas de conhecimento, na perspectiva da educação para as relações étnico-raciais. Esse currículo pode contemplar a pluralidade de histórias e culturas presentes em sala de aula, reconhecendo sua importância na construção da história do país, sendo preciso lutar para que de fato tenhamos uma educação pautada no respeito às diferenças, princípio que precisa ser reservado a todos os sujeitos.

As diretrizes estabelecem marcos legais, normativos e pedagógicos que orientam a prática de ensino, sugerindo referências, conteúdos e também modificações que devem ser realizadas nos currículos na Educação Básica em todas as modalidades de ensino do país. Esses marcos são elementos balizadores para o docente fazer as suas escolhas, na perspectiva de desconstruir as desigualdades historicamente construídas, reconhecendo e valorizando a história dos povos afro-brasileiros. As Diretrizes têm como objetivos orientar os sistemas de ensino, os docentes e os conselhos de educação em todo o país. Segundo Gomes (2011), faz-se necessário reler os conteúdos, ter um novo olhar e recontá-los com a diversidade étnica em nosso país, inserindo nos currículos a história do povo negro como intrínseca à história do país, e não como adjacente. Com a publicação das Diretrizes, em 2004, os docentes puderam se orientar no desenvolvimento de propostas que visam desconstruir estereótipos do negro na sociedade: “[...] ampliando novas concepções acerca dessa categoria social pautadas pela valorização da pluralidade cultural” (Aguiar, 2021, p. 278).

Ressalta-se que em 2009 foi criado o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, que tem por objetivo a promoção da igualdade racial, buscando a valorização da diversidade étnico-racial no espaço

escolar. Esse plano visa estimular a implementação das Leis n. 10.639/03 e n. 11.645/08, em todas as etapas de ensino.

As DCNERER abriram espaços nas escolas para a discussão do tema na Educação Básica, servindo principalmente como um mecanismo de combate ao racismo, em consonância com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR). Segundo as DCNERER:

Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Tem que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o eurocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados, vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escolas de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas (Brasil, 2004, p. 15).

A educação é um dos meios utilizados para superar o preconceito e a discriminação existente em nosso país, desse modo, o ensino deve estar pautado em uma educação antirracista, desde a formação docente, para que o profissional de educação esteja preparado para trabalhar as questões étnico-raciais.

Silva (2011) colabora com a reflexão sobre a importância de educar para as relações étnico-raciais, pois, como orientam as DCNERER, é necessário que de imediato haja uma mudança no modo como as pessoas se dirigem umas às outras, para que se rompa os julgamentos e os sentimentos de inferioridade e superioridade, sem as posições hierárquicas que foram construídas historicamente, fazendo-se necessário entender como o processo de aprender e ensinar funciona em diferentes contextos, como se desencadearam em relações de poder e como isso se deu ao longo da História do Brasil. Acerca do tema, Silva (2011) aponta o seguinte:

A educação das relações étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadãos, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais. Em outras palavras, persegue o objetivo precípuo de desencadear aprendizagens e ensinamentos em que se efetive participação no espaço público. Isto é, em que se formem homens e mulheres comprometidos com e na discussão de questões de interesse geral, sendo capazes de conhecer e valorizar visões de mundo, experiências históricas, contribuições dos diferentes povos que têm formado a nação, bem como de negociar prioridades, coordenando diferentes interesses, propósitos, desejos, além de propor políticas que contemplem efetivamente a todos (Silva, 2007, p. 13).

As relações sociais construídas carregam os valores e atitudes que formam nossa identidade, e é isso que cabe olharmos de perto, sendo a escola o espaço propício para proporcionar essa desconstrução, por meio de debates que promovam o respeito às diferenças étnicas e que enalteçam a diversidade e o pluralismo cultural, como aspectos positivos e constitutivos da sociedade brasileira. Ressalta-se que no trabalho pedagógico é importante que se efetive a educação para as relações étnico-raciais, marcada pelo reconhecimento e respeito às diferenças entre os sujeitos, na perspectiva de uma educação emancipatória e antirracista. Nesse sentido, “As Diretrizes trazem para o âmbito da escola, pela primeira vez, a importante discussão das relações raciais no Brasil e o combate ao racismo, tantas vezes silenciado ou desqualificado pelas avaliações de que o Brasil é uma democracia racial” (Abreu; Mattos, 2012, p. 9).

Dessa forma, o Estado é convocado para atuar na correção dessas desigualdades construídas historicamente, principalmente por meio da educação voltada para profissionais que reconheçam o racismo e tenham uma atitude antirracista.

A educação para as relações étnico-raciais é pautada no ensino que garanta o acesso ao conhecimento básico e necessário para o exercício pleno de seus direitos. Isso diz respeito a formar educandos sensibilizados e capazes de entender os diferentes pertencimentos étnico-raciais, respeitando e adotando atitudes que visem o respeito ao outro, levando em conta que determinados grupos étnicos foram muitas vezes silenciados, tendo seu protagonismo negado. “Nesta perspectiva, cabe às escolas incluir no contexto dos estudos e atividades, que proporciona diariamente, também as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africana e europeia” (Brasil, 2004, p. 17).

Diante do exposto, percebe-se que é preciso lutar pela superação do racismo e do mito da democracia racial, tendo o Brasil construído um racismo que se impregnou na estrutura da nossa sociedade, tornando-se, muitas vezes, invisível, o que o torna mais ardiloso, pois se apresenta um discurso de igualdade de raças, mas que, na verdade, é uma falsa igualdade, pois apaga as diferenças (Gomes, 2019), como uma forma de “cristalizar, naturalizar e subalternizar as diferenças”. E a escola, com o currículo eurocêntrico, expõe a narrativa do “mito da democracia racial”, que nega o racismo e naturaliza o preconceito e a discriminação. “Esse mito pretende, de um lado, negar a discriminação racial contra os negros no Brasil, e, de outro lado, perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações construídos sobre esse grupo racial” (Gomes, 2005a, p. 57). E isso tinha por finalidade perpetuar o racismo e a discriminação, ressaltando-se que historicamente o Ensino de História contribuiu para o reforço desse mito.

É necessário inverter esse quadro de preconceito que prejudica a formação dos estudantes, pois a escola tem um papel fundamental nesse processo, desconstruindo “mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados” (Munanga, 2005, p. 17) e atuando com responsabilidade na luta contra o racismo no Brasil.

Para Kabengele Munanga (2005), a história e a memória da comunidade negra interessam a todos, mas aos estudantes de ascendência branca principalmente, pois eles carregam uma educação minada de preconceitos,

Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional (Munanga, 2005, p. 16).

A ideia citada por Munanga está em consonância com esta pesquisa sobre uma festa negra no estado de Santa Catarina, que se declara predominantemente branca e que silenciou a participação das pessoas negras em sua formação. Esse estado era visto como um território reconhecido como território de brancos, e os estudos sustentavam essa ideia, endossada pela hegemonia cultural. No entanto, há pesquisas que revelam a presença negra no estado e sua contribuição cultural e econômica para a dinâmica social (Santa Catarina, 2018, p. 13). A pesquisa sobre a Festa de Nossa Senhora do Rosário em Balneário Piçarras e sua proposta para o Ensino de História busca dar um sentido positivo de pertencimento aos estudantes negros, além de promover a desconstrução de estereótipos e preconceitos entre os estudantes brancos.

Costa (2023, p. 20) também contribui para essa discussão ao apresentar dados sobre a presença negra no estado de Santa Catarina. Os homens e mulheres escravizados que chegaram ao estado trouxeram consigo um patrimônio material e imaterial, tornando-se protagonistas na construção da história catarinense. Silva (2025), em suas pesquisas das últimas décadas, têm demonstrado a participação efetiva da população africana e afro-brasileira na construção cultural e econômica do estado de Santa Catarina, rompendo com a visão “[...] tradicional e conservadora de Santa Catarina, como uma Europa incrustada no Brasil, não se sustenta mais, se é que um dia sustentou-se” (Silva, 2025, p. 21).

Para Silva (2005), há necessidade do reconhecimento da participação dos afro-brasileiros na sociedade, mas para isso o preconceito e a discriminação devem ser abolidos, e enfatiza a importância de estudar as africanidades brasileiras, que foram construídas há quase

cinco séculos em nosso país, pois é necessário que seja conhecida e compreendida a criatividade dos afrodescendentes na construção da nação brasileira. É importante que haja uma pedagogia antirracista, mas, pra isso, é importante estar presente em todos os conteúdos e metodologias, das diferentes áreas de conhecimento, em uma interação entre estudantes e docentes, que deve buscar na comunidade histórias de brincadeira, trabalho, festejos, celebrações religiosas, mostrando o modo de viver do seu grupo étnico,

Por isso, o contato com a comunidade negra, com os grupos culturais e religiosos que estão ao nosso redor é importante, pois uma coisa é dizer, de longe, que se respeita o outro, e outra coisa é mostrar esse respeito na convivência humana, é estar cara a cara com os limites que o outro me impõe, é saber relacionar, negociar, resolver conflitos, mudar valores (Gomes, 2005b, p. 149).

A escola, como espaço público e sociocultural, tem a árdua e necessária tarefa de enfrentamento às práticas racistas e de desconstrução de preconceitos, “Porque tratar de racismo é tratar daquilo que nos toca cotidianamente, da dor presente no outro e em nós mesmos! Da dor que podemos causar ou impedir. Por isso, o tema da educação das relações étnico-raciais é fundamental” (Meinerz, 2017, p. 67). E, ao abordar a educação das relações étnico-raciais, está em voga não apenas a teoria, mas as experiências pessoais, pois é no processo de socialização que os preconceitos se materializam, cabendo à escola tratar o tema com extrema importância em todo o processo de formação.

Nesse contexto, há uma reconfiguração da história do país, especificamente por meio do Ensino de História. A positivação envolve, assim, a afirmação e o direito à memória de grupos que foram silenciados e o seu direito à história, na perspectiva de um Ensino de História renovado, o que pode resultar na elevação da autoestima dos estudantes negros. Os docentes, ao fazerem suas escolhas, promovem, por meio da positivação e visibilização desses grupos, a construção de uma nova história (Pereira; Roza, 2012, p. 105).

## **1.2 BNCC, Currículo Base do território catarinense, Proposta Curricular do município de Balneário Piçarras e o diálogo com a Lei n. 10.639/03**

O Ministério da Educação desenvolveu um documento curricular que norteia a Educação Básica no país, intitulado *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC) (Brasil, 2018), que tem amparo na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. É, atualmente, o documento curricular oficial que embasa os currículos a nível estadual e

municipal. A primeira versão foi apresentada ao público em 2014, a segunda em 2015 e o documento final em 2018, tendo sido aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

A BNCC institui as competências no currículo das escolas no país, estabelecendo as habilidades e competências de aprendizagem por área de conhecimento e também direciona as competências gerais e específicas dos componentes curriculares, identificando as habilidades de cada um. É um documento normativo que define o conjunto progressivo de aprendizagens essenciais que os estudantes da Educação Básica devem desenvolver em todas as etapas dessa modalidade. O documento é orientado pelos princípios éticos, estéticos e políticos, e busca formar o sujeito integralmente para a construção de uma sociedade justa, inclusiva e democrática (Brasil, 2018, p. 7).

Sobre a análise da BNCC, cabe salientar que houve muitas críticas diante da aprovação da terceira versão. Em nota, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) se manifestou, afirmando que o documento nega a democratização do saber e conhecimento nos espaços escolares, representando um retrocesso, pois faltou diálogo com os pesquisadores das áreas. A ANPED também afirmou que é um documento autoritário, conservador e desvinculado da educação brasileira (Bhering; Fonseca; Silva, 2021). Ainda segundo os autores, a terceira versão pouco explora as leis n. 10.639/03 e n. 11.645/08, abordando de maneira superficial a pluralidade étnico-racial. As áreas de conhecimento foram divididas, flexibilizando o currículo, ficando claro no documento a necessidade de formar cidadãos que se adequam à sociedade globalizada e informatizada, proporcionando uma educação com base tecnológica e científica (Bhering; Fonseca; Silva, 2021, p. 18).

Para Ralejo, Mello e Amorim (2021), no artigo em que os autores analisam diversas produções acadêmicas referentes à disciplina de História nas versões da BNCC, eles concluem que: na primeira versão houve uma mudança geográfica, com destaque maior à África e à América Latina, e menos à Europa; a segunda versão mostra o conhecimento histórico como contínuo e sem problematização; e a terceira versão, diminui as aulas de História, não há crítica e não estimula empatia com as minorias, apresentando uma versão despolitizada e universal. A partir da análise realizada pelos autores, conclui-se que há “[...] necessidade de uma História militante por novas identidades e temporalidades, sendo necessário romper com séculos de pensamentos colonizados” (Ralejo; Mello; Amorim, 2021, p. 7). No entanto, pontua-se o papel importante dos docentes de história no processo ensino-aprendizagem, pois eles são responsáveis por selecionar o que será trabalhado e dar sentido aos conteúdos, não sendo meros reprodutores das prescrições oficiais. Dessa forma:

A BNCC é um produto desses discursos que, ora de maneira mais explícita, ora de forma mais tímida, é um resultado que traz consigo vitórias de lutas por representatividade e diversidade, expressos pelas leis nº 10.639/2003 (BRASIL, 2003) e nº 11.645/2008 (BRASIL, 2008) e pelas DCN, mas também onde há marcas da tradicionalidade escolar, com uma grande lista de habilidades a serem desenvolvidas (Ralejo; Mello; Amorim, 2021, p. 11).

A BNCC possui um viés eurocêntrico, que se percebe ao analisar o componente de História relativo ao Ensino Fundamental, o qual inviabiliza as diferentes narrativas e contribuições de diferentes grupos étnicos, especificamente os afro-brasileiros. No entanto, cabe aos docentes na prática pedagógica, especialmente no Ensino de História, uma postura que contribua para a valorização da diversidade e para a promoção da inclusão.

O Ministério da Educação, em 2016, orientou, em regime de colaboração, que os estados e municípios, por meio da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), iniciassem a discussão e o planejamento de seus documentos norteadores. O documento foi planejado seguindo as premissas do MEC e com a perspectiva de atender as demandas do território catarinense. Foi articulada uma construção coletiva, com a participação dos docentes, gestores e da comunidade acadêmica, para a elaboração e sistematização de um documento que atendesse todas as legislações vigentes. Diante disso, em 2019 foi aprovado o Currículo Base da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio do território catarinense, alicerçado na BNCC, que fundamenta e norteia as práticas dos docentes e tem como meta a aprendizagem e a equidade na educação.<sup>11</sup>

No Currículo Base do Território Catarinense (Santa Catarina, 2019), há um item específico sobre a educação para as relações étnico-raciais, pontuando que é necessário trabalhar com estratégias que assegurem o reconhecimento, o protagonismo e a valorização étnico-racial dos afro-brasileiros. O documento tem foco na importância da implementação da Lei n. 10.639/03 nas escolas, a abordagem dos conteúdos nos componentes curriculares na perspectiva de reconhecer as diferentes etnias presentes no território catarinense para transformar as práticas pedagógicas inclusivas e a importância de considerar “[...] a escola um espaço de convivência cidadã, de forma a promover a interação, o respeito, o reconhecimento e a valorização entre os diferentes grupos étnicos” (Santa Catarina, 2019, p. 42), pontuando a importância da prática pedagógica que tenha uma postura antirracista, sem discriminação e sem exclusão.

---

<sup>11</sup> Dados retirados do site disponível em: <https://www.cee.sc.gov.br/index.php/downloads/documentos-diversos/curriculo-base-do-territorio-catarinense>. Acesso em: 7 jun. 2024.

O documento norteador da educação de Santa Catarina conceitua sua concepção de Educação Básica alicerçada no respeito às diferenças e na equidade, apontando que “É fundamental vivenciar uma estrutura escolar, que acolha os sujeitos em seus tempos, seus pertencimentos, sua cultura e seus valores” (Santa Catarina, 2019, p. 43). Desse modo, o documento garante o cumprimento da Lei n. 10.639/03 e também orienta os objetos de conhecimento, as habilidades e os conteúdos, dentre os quais podemos citar: vida, cultura e sociedade dos povos africanos em Santa Catarina.

O estado de Santa Catarina orienta o trabalho da educação para as relações étnico-raciais em um documento específico, intitulado *Política de educação para as relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana* (Santa Catarina, 2018). A proposta do documento traz a abordagem teórico-metodológica amparada na Lei n. 10.639/03, definindo o seguinte:

[...] pretende-se construir uma leitura sobre a EREER na Educação Básica do estado de Santa Catarina, com base na promoção do autoconhecimento e do reconhecimento como uma ação positiva capaz de proporcionar novos sentidos nas relações escolares e sociais, e trazer uma reflexão sobre a reeducação dos sujeitos, tendo como referência a ótica dos valores, dos costumes, do sentido das práticas e a forma de ser da população afro-brasileira e africana (Santa Catarina, 2018, p. 14).

Em suas premissas, o documento orienta o docente na perspectiva de inclusão da diversidade, sob a ótica da alteridade, propondo estratégias para pensar a educação das relações étnico-raciais nas diversas áreas de conhecimento, por meio de formação continuada e da prática pedagógica que envolva toda a comunidade escolar na luta contra o racismo. “O sentido racista e discriminatório imbuído no sistema escolar do Brasil corrobora práticas, saberes e valores transmitidos que enaltecem uma pretensa superioridade branca” (Santa Catarina, 2018, p. 23), ou seja, como está, o espaço escolar fomenta a construção de estereótipos e preconceitos. É importante que a escola reflita sobre a diversidade e, em suas práticas pedagógicas, assegure os valores étnico-raciais e o reconhecimento do racismo e das desigualdades construídas historicamente, além de pensar alternativas de combate dessa discriminação e potencializar produções que valorizem as diferenças, por meio de uma proposta de reflexão e ação, para superar o olhar da escola que naturaliza as atitudes racistas (Santa Catarina, 2018, p. 24).

A diretriz curricular do estado de Santa Catarina elucida a importância da implantação da Lei n. 10.639/03 e pontua a necessidade de abordar a participação dos negros, com sua história, seus valores e costumes, demonstrando a representatividade, na história do Brasil. Segundo a Diretriz:

O objetivo é reeducar tendo como referência os estudos das populações africanas e indígenas, seu legado, suas influências e suas contribuições às formas de ser da população brasileira e catarinense. Entretanto, torna-se essencial pensar em uma estrutura escolar que acolha os sujeitos reais, em seus tempos, seus pertencimentos, suas heranças e valores (Santa Catarina, 2018, p. 27).

Nesses últimos anos, percebe-se mobilizações diversas em relação aos sistemas educacionais, aliadas às universidades e aos movimentos sociais, com ações que buscam a valorização da diversidade e caminhos que rompem as barreiras estruturais que foram constituídas em nosso país. No entanto, é necessário criar espaços para trabalhar a história da África, sua cultura e a dos povos negros, rompendo com o olhar folclorizado e estereotipado que se tem do negro na sociedade. E a diretriz curricular propõe, nas diferentes áreas do conhecimento, linhas teóricas e metodológicas importantes na prática pedagógica, na superação de preconceitos e da discriminação, articuladas aos movimentos sociais e sua luta histórica, a fim de assegurar o direito à educação que valorize elementos de sua cultura, algo que muitas vezes foi negado (Santa Catarina, 2018, p. 29).

Dessa forma, a orientação das diretrizes do estado de Santa Catarina foca na necessidade de valorização da igualdade étnica nos componentes curriculares e na urgência da desconstrução e ressignificação de conteúdos, rompendo com o padrão hegemônico da educação eurocêntrica. “A quebra da hegemonia cultural no âmbito do currículo auxilia o trabalho de ressignificação de conteúdos e induz às práticas pedagógicas que valorizam as importantes questões inerentes à vida social e cultural da população negra” (Santa Catarina, 2018, p. 40). Avança-se, assim, para práticas inclusivas, na perspectiva de aproximação dos educandos da Educação Básica para a valorização da cultura da população afro-brasileira. Cabe ao docente ser mediador desse processo, em uma prática de valorização, positividade e protagonismo da população negra.

A rede municipal de ensino de Balneário Piçarras organiza suas Diretrizes Municipais da Educação Básica (Balneário Piçarras, 2022), com base na BNCC, nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense. O item que aborda a educação das relações étnico-raciais enfatiza a importância de trabalhar a diversidade entre todos os grupos: indígenas, afrodescendentes, quilombolas e povos itinerantes; e também orienta a abordagem da cultura, história, língua e tradições de diferentes povos e etnias, em todo o currículo escolar e em todas as áreas de conhecimento, na perspectiva de formação de cidadãos conscientes. Além disso, enfatiza a importância da construção de representações sociais positivas no ambiente escolar,

permitindo a ação transformadora, no respeito à diversidade e na perspectiva de superação do preconceito e discriminação. “Portanto, o outro existe e está no nosso mundo, como nós estamos no dele, conviver com as diferenças e estabelecer relações solidárias e de equidade entre sujeitos diferentes são desafios permanentes da educação” (Balneário Piçarras, 2022, p. 29).

O município de Balneário Piçarras adotou, desde 2017, o material didático do Sistema Aprende Brasil, do Grupo Positivo, para atender toda rede municipal de ensino, disponibilizando materiais para a Educação Infantil, para os Anos Iniciais e também para os Anos Finais. Em 2022, a editora mudou de nome para Posigraf, empresa com a qual a prefeitura mantém contrato atualmente. Os contratos vigentes são o n. 11/2023 e o n. 19/2022, ambos com duração de 12 meses. No entanto, conforme a com a nova Lei de Licitações, o contrato pode ser renovado por até 5 anos. O contrato n. 11/2023 refere-se à aquisição de material pedagógico apostilado de ensino religioso para as unidades escolares. Já o contrato n. 19/2022 estabelece o fornecimento de material didático do sistema de ensino Aprende Brasil para a Rede Pública Municipal de Balneário Piçarras, sendo distribuído em quatro volumes por ano, exceto G4 e G, que são materiais semestrais da Educação Infantil. As justificativas para a adoção do sistema apostilado estão detalhadas na documentação da licitação, incluindo o estudo técnico preliminar e o termo de referência.

Tiago Nilson da Silva (2024), ao analisar o sistema apostilado Aprende Brasil no município de Governador Celso Ramos, apontou algumas questões em relação ao preço e à qualidade do material disponibilizado, comparando-os aos livros didáticos fornecidos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Ao destacar fatores favoráveis a adoção dos livros didáticos, ele ressalta a diferença de custo, sendo o valor do livro didático significativamente inferior ao da apostila. Além disso, menciona a avaliação à qual os livros didáticos são submetidos, um processo que busca garantir mais qualidade conceitual e pedagógica, ao passo que o sistema apostilado não passa por essa mesma avaliação. Por fim, conclui: “Outro ponto está sobre os impactos da contratação/adoção de sistemas estruturados de ensino pelas redes municipais no desempenho de estudantes e no trabalho pedagógico dos professores” (Silva, 2024, p. 35).

## **CAPÍTULO 2 - VINDE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO: PANORAMA DAS FESTAS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO NO BRASIL**

A Festa de Nossa Senhora do Rosário é uma manifestação cultural e religiosa que incorporou e internalizou as práticas da Igreja Católica. Ou seja, seus ritos não são africanos, mas católicos. No entanto, sua identidade religiosa está profundamente ligada a elementos da cultura africana. Essas celebrações ocorrem de norte a sul do Brasil desde o século XVII, sendo conhecidas como congadas, moçambiques ou embaixadas. Em Santa Catarina, apresentam características semelhantes às Congadas de outras partes do Brasil, sendo que essa denominação é a mais comum para esses rituais no país (Silva, 2015, p. 25). Em Santa Catarina, são denominadas de catumbi, ticumbi, cacumbi ou moçambique (Costa, 2023). “Essas celebrações guardam em comum a prática de eleições de reis e rainhas negros e a devoção a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. As festas que envolvem danças, encenações de batalhas, músicas e cantos” (Silva, 2015, p. 23).

Especificamente na região norte do litoral de Santa Catarina, relatos orais demonstram a existência da Festa de Nossa Senhora do Rosário em Itapema, Camboriú, Itajaí e Penha. “É neste momento em que os diversos grupos de dançantes de catumbi/ticumbi/cacumbi encontravam-se em uma espécie de ‘batalha final’, e os membros das diversas comunidades negras encontravam-se em um momento de júbilo e de reencontro” (Costa, 2023, p. 2). Nas demais regiões de Santa Catarina há evidências do catumbi e de festas da comunidade negra. Em Florianópolis há relatos da existência do Catumbi do Capitão Amaro até os anos de 1990; em Biguaçu<sup>12</sup>, do Matias Sartiro Senhorinho; e também há relatos na região norte, em Jaraguá do Sul. O grupo Catumbi de Araquari realiza suas apresentações ainda hoje, mas sua origem remonta ao século XIX. Ele mantém a tradição viva executando suas coreografias nas festas de Nossa Senhora do Rosário de Araquari, Itajaí e Piçarras (Costa, 2023). Para Rascke (2014, p. 140), “as populações de origem africana não absorveram o catolicismo tal qual ele foi imposto, mas incorporaram, transformando-o e moldando-o de modo a atender expectativas de vida, culturas e resistências”. Nesse sentido, o culto à Nossa Senhora do Rosário passou por um processo de ressignificação em seus elementos e em sua prática, sendo influenciado por diversas culturas, e não apenas por um catolicismo europeu.

---

<sup>12</sup> No Bairro Estreito, parte continental de Florianópolis, no Morro da Caixa, existiu até a década de 1990 o Cacumbi do Capitão Amaro. Ele migrou para a região na década de 1930 (Silva, 2015, p. 130).

Figura 1 – Andor com a imagem de Nossa Senhora do Rosário na Igreja de Santo Antônio, no dia da celebração em Balneário Piçarras



Fonte: acervo de Cleiton Reinert (2017).

A devoção à Nossa Senhora do Rosário foi trazida ao Brasil durante o processo de ocupação pelos portugueses, pois já havia a devoção à santa em Portugal e na Espanha, assim como na América Portuguesa, em Ilhas do Caribe e na América do Norte. No entanto, foi na América Portuguesa “[...] que a eleição de reis negros e sua comemoração festiva esteve mais difundida, existindo comprovadamente desde o início do século XVII, ganhando força no XVIII, mudando de feições no XIX e ocorrendo ainda hoje em várias localidades brasileiras” (Souza, 2014, p. 184). Para a autora, o cristianismo não era desconhecido pelos povos africanos antes do contato com os portugueses aqui na América, visto que em algumas regiões da África rituais cristãos já eram praticados. Africanos escravizados, ao serem trazidos para a América, iniciam um processo de assimilação de elementos da cultura africana e ibérica, resultando na miscigenação cultural, que é presente nas comemorações afro-brasileiras praticadas ainda hoje

em nosso país. Além disso, havia a preocupação da Igreja Católica em congregar os fiéis e manter a coesão cristã, o que levou à criação das irmandades religiosas. Essas irmandades permitiam que as pessoas se organizassem em torno de um santo padroeiro específico.

No século XVII, documentos atestam a eleição de reis congo na América Portuguesa, na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Recife (Souza, 2014). Durante as coroações, ocorre a consolidação de uma identidade negra católica, com elementos africanos, diante da dominação colonial portuguesa e católica.

Com a coroação de rei congo e nas festas que celebravam tal ato, os negros estavam construindo uma identidade que, sem dúvida, era católica, mas remetia às origens africanas deste catolicismo, conforme foi introduzido e assimilado no reino do Congo, a partir do século XVI (Souza, 2014, p. 281).

Há o protagonismo negro, com elementos da tradição e herança africana que os negros escravizados trouxeram além-mar, sendo vivenciada e expressa de maneira única durante as celebrações das festas de Nossa Senhora do Rosário.

Especificamente o culto à Nossa Senhora do Rosário surgiu em 1282, quando São Domingos de Gusmão, seu devoto, fundou confrarias sob sua invocação em Portugal, na França e na Espanha. Após algum tempo abandonada, a devoção foi retomada dois séculos depois da morte do devoto, quando ocorria o processo de propagação da fé católica pelos dominicanos em terras da África. Esse culto chegou ao Brasil no século XVI, com os primeiros africanos escravizados (Malavota, 2018, p. 4).

Dessa forma, nesse capítulo apresento um panorama histórico da Festa de Nossa Senhora do Rosário, desde o Brasil colonial, buscando adentrar nas irmandades religiosas, que foram os espaços criados pela Igreja Católica, mas que possibilitaram aos negros escravizados e livres encontrar brechas para expressar as manifestações já praticadas em diferentes locais na África.

As congadas receberam diferentes denominações ao longo do tempo e apresentam variações locais e regionais. No entanto, possuem elementos em comum, entre os quais se destacam a devoção aos santos padroeiros, sendo realizadas principalmente pela população negra.

A presença das Congadas no Brasil remonta o período colonial e pós-colonial, e se apoia em três elementos: a coroação dos reis e rainhas; os cortejos e as embaixadas; e as danças (Pereira, 2010). Marina de Mello e Souza (2014), define congadas como uma festa que anualmente “[...] rememorava um mito fundador de uma comunidade católica negra, na qual a

África ancestral era invocada em sua versão cristianizada, representada pelo reino do Congo” (Souza, 2014, p. 18). Resultado das culturas africana e ibérica, tendo ambos elementos incorporados, surge uma nova formação cultural, com novos símbolos e sentidos. Eram espaços de expressão de poder e construção de identidades. “Originadas geralmente no âmbito das irmandades, as comunidades que realizavam a festa assumiam formas europeias de organização para manifestar valores culturais próprios, permeados de elementos africanos” (Souza, 2014, p. 19). Possibilitando, assim, reconstruir nesses espaços a identidade africana na diáspora.

No século XIX, no Brasil, a congada é considerada uma das grandes festas de devoção negra. Ela acontecia uma vez ao ano e iniciava-se com a eleição de um rei, ou rainha, e a corte festiva, composta pelos membros das irmandades de Nossa Senhora do Rosário. Após a eleição e a coroação, todos iam para as ruas, desfilando, cantando e dançando, “[...] geralmente encenados enredos que recontavam a história da conversão do Reino do Congo ao cristianismo, evento ocorrido no fim do século XV, época da expansão portuguesa na África Central” (Viana, 2012, p. 49).

Para Nepomuceno (2011), a escravização negra resultou na quebra dos laços de parentesco e as memórias foram o ponto-chave para reconstituir elementos da cultura africana. Dessa forma, essas memórias e as formas de ver o mundo foram os pontos de conexão com a terra apartada, ou seja, há uma sobrevivência cultural, pois “[...] incorporavam elementos novos resultantes do contato com outros códigos culturais e visões de mundo, sobretudo quando estes ofereciam correspondência a seu universo de valores” (Nepomuceno, 2011, p. 5). A continuidade das crenças e o modo de vida dos africanos escravizados e seus descendentes permaneceu, apesar da dispersão ocasionada pelo tráfico e pelo contato com os europeus. As manifestações culturais demonstraram a profundidade dos valores civilizacionais africanos, que se enraizaram na América e que influenciaram profundamente a cultura e a história da América (Nepomuceno, 2011, p. 9), deixando, além da cultura, toda uma organização social e familiar, mas a memória possibilitou reconstruir na América os ritos, a música e a religiosidade, estabelecendo uma reconexão com a sua terra. As festas com as encenações no Brasil Colônia evidenciavam esses momentos reconstruídos na memória.

Associada à escolha da liderança estavam danças, teatralizações e ritmos, com predominância de tambores. As raízes africanas eram visíveis nessas performances, mas não se limitavam a isso. E estruturas de organização social africanas estavam vivíssimas nos cortejos e séquitos das comunidades escravas (e de negros livres) (Nepomuceno, 2011, p. 60).

A eleição de reis negros por comunidades africanas nas Américas pode ser vista como um elemento da cultura criada durante o contato entre europeus e africanos de diferentes origens. Mesmo sob a dominação europeia, que detinha o poder, os africanos trouxeram e preservaram suas tradições culturais. Essas tradições contribuíram para a construção de suas instituições sociais, mantendo suas culturas de origem e possibilitando certa autonomia, entre os praticantes. E a liderança de um rei ou chefe foi fundamental para que as associações étnicas ao seu redor fossem adotadas em vários locais, por diferentes grupos (Souza, 2014, p. 177).

As festas se organizaram na América portuguesa por nações formadas a partir dessa nova estrutura. A diáspora africana esfacelou a organização familiar, e novos laços foram construídos. Assim, africanos e seus descendentes, com diferenças, mas reafirmando suas origens, construíram novas identidades a partir das memórias que trouxeram e o que lhe foi possibilitado reafirmar dentro de uma sociedade escravista (Souza, 2014, p. 185).

Para a autora:

Com o estilhaçamento das relações familiares provocado pelo tráfico, os africanos escravizados buscaram reconstruir em novas bases os laços fundamentais que uniam as pessoas, sendo a ligação entre malungos, como já vimos, a primeira alternativa encontrada, ainda durante a travessia do atlântico. A reunião em grupos oriundos da mesma etnia ou de regiões próximas, pertencentes a um mesmo complexo sociocultural, foi outra forma encontrada para recriar as afinidades antes fundadas nas relações de parentesco (Souza, 2014, p. 186).

Nas irmandades, reuniam-se pessoas de diferentes grupos sociais e a sua organização era incentivada pela devoção a um santo protetor e para fins beneficentes entre os membros participantes, que tinham o compromisso de participar das atividades promovidas pela irmandade. “As festas organizadas pelas irmandades em homenagem aos santos padroeiros, ou outros de devoção, eram o momento máximo dessas associações” (Abreu, 1994, p. 184). Esses rituais, muitas vezes, desagradavam as autoridades, tanto civis quanto religiosas, que se preocupavam com a ordem. Esse controle acontecia de forma incisiva nas festas populares praticadas no Brasil e a mola mestra das irmandades eram as festas dos santos de devoção. No dia da festa, era o momento de distribuir os benefícios e cobrar as mensalidades atrasadas. Tudo era precedido de procissões, danças, comidas e bebidas. “Em geral a população escrava e/ou negra não perdia a oportunidade de tocar suas músicas e ‘batuques’ e dançar suas danças” (Abreu, 1994, p. 184).

As festas aconteciam predominantemente nas “irmandades dos homens pretos”. Nesse local, a festa dos reis negros se desenvolveu. Ali eles recebiam ajuda e também tinham um

espaço de socialização, sendo nesse local que a festa dos reis negros se desenvolveu entre o final do século XVIII e o século XIX. Fazer parte de uma irmandade significava integração e aceitação na sociedade que os subjugava, e muitas vezes era o caminho para a mobilidade social (Souza, 2014, p. 167). Havia participação dos brancos nas irmandades, como forma de controle, alguns talvez por devoção, para salvar a alma. E os negros os aceitavam, principalmente por terem instrução, passando a ter a incumbência dos livros de registro. Essa foi uma prática comum em todo o Brasil (Reis, 1996, p. 12).

Após a coroação, os reis da irmandade, figuras de liderança dentro dessas comunidades, eram responsáveis por contribuir significativamente para as festividades dos oragos. Essas contribuições vinham de diversas fontes. Caso o eleito fosse escravizado, seu senhor o ajudava financeiramente, para que ele exercesse os deveres espirituais. O apoio dos senhores não somente beneficiava os escravizados na realização de suas obrigações religiosas, mas também trazia prestígio aos próprios senhores. Mas o mais comum eram os negros conseguirem acumular os recursos necessários para suas contribuições por meio do trabalho realizado nas brechas do sistema escravista, durante o tempo que conseguiam dedicar a si mesmos. Havia sim a ajuda dos senhores, mas a maior montante do dinheiro arrecadado nas corporações e que era “[...] empregado no desempenho de suas funções de ajuda mútua, enterro de membros, pagamento de missas, realização de festas, construção e conservação dos templos, ou dos altares, vinha do ganho conquistado pelos irmãos” (Souza, 2014, p. 208).

As irmandades eram organizadas a partir da escolha de uma igreja ou na construção de uma igreja própria. As organizações surgidas na Europa durante a Idade Média, eram sempre em torno de um santo de devoção, na sua maioria membros leigos, e tinham por objetivo realizar atividades assistenciais aos pobres e doentes, apoiados pela Igreja e pela Monarquia. Já no Brasil, a organização das irmandades e Ordens Terceira “[...] ocorreu com base na organização das Santas Casas de Misericórdia de Portugal, cujos deveres iam desde dar de comer a quem tem fome, de beber a quem tem sede, vestir os nus, visitar doentes e presos, dar abrigo aos viajantes, resgatar os cativos, até enterrar os mortos” (Malavota, 2021, p. 85). Além desses princípios norteadores, as irmandades no Brasil passaram a ter características próprias e instituíram-se como espaços corporativos e com devoção a um santo específico. Elas “[...] possibilitavam o estabelecimento de laços de solidariedade entre seus membros, os chamados irmãos, ao mesmo tempo em que lhes serviam como canal de ascensão social e representatividade” (Malavota, 2021, p. 85).

As irmandades foram elementos fundamentais no exercício de uma religiosidade colonial e barroca, caracterizada pelo culto aos santos, pelas devoções pessoais e pela pompa das procissões e festas, marcada pela grandiosidade das manifestações exteriores da fé, na qual conviviam elementos sagrados e profanos (Souza, 2014, p. 189).

Muitas vezes, uma única igreja abrigava diferentes irmandades, que reverenciavam seus santos específicos em altares laterais. No entanto, apenas uma confraria era responsável por conferir identidade ao local, regida por um estatuto aprovado pelas autoridades eclesiásticas e pelo Imperador, o qual estabelecia as regras entre os participantes.

O estatuto estabelecia a organização da mesa administrativa, os cargos e as funções específicas dos participantes, bem como a assistência oferecida aos sócios. “É preciso considerar que a irmandade possuía como principal característica a solidariedade entre os irmãos, mas não estava isenta de conflitos e de uma estrutura hierárquica de poder” (Malavota, 2021, p. 87). As irmandades também serviam de espaço para ajuda mútua; os membros contribuíam com taxas e, em troca, recebiam assistências quando doentes, famintos, presos ou mortos, e tinham garantido o sepultamento, um funeral solene e missas. Havia nas irmandades uma divisão de cargos: juízes, provedores, escrivães e tesoureiros, todos chamados de “Corpo da Irmandade” (Reis, 1996, p. 4).

Para João José Reis (1996), a festa servia para dividir e para unir os negros, vista pelos brancos como passatempo inocente, ou uma das formas de aliviar o cativo, ou no sentido de quebra da ordem, até mesmo servindo de ensaio para a rebelião. Os negros aproveitavam as celebrações dos senhores para praticarem as suas próprias celebrações, que foram reinventadas aqui na América, segundo as origens étnicas.

A irmandade era uma espécie de família ritual, em que africanos desenraizados de suas terras viviam e morriam solidariamente. Idealizadas pelos brancos como um mecanismo de domesticação do espírito africano, através da africanização da religião dos senhores, elas vieram a constituir um instrumento de identidade e solidariedade coletivas (Reis, 1996, p. 4).

Nas irmandades dedicadas aos santos católicos, africanos de diversas nações desenvolveram estratégias sociais nesses espaços, que faziam parte do mundo negro no período da escravidão. “Questões relativas à identidade e à diversidade étnicas e a alianças interétnicas foram constantes na vida dos irmãos negros, como foram os enfrentamentos e as negociações com os brancos” (Reis, 1996, p. 3). No espaço das irmandades, os negros criaram microestruturas de poder, o que possibilitou traçar estratégias de aliança, regras e canais de

negociação, abrindo espaços para resistência (Reis, 1996, p. 5). As alianças foram fundamentais para reconstruir laços que antes eram de parentesco, agora de etnias, e foram necessários para recriar afinidades e reconstruir novas bases identitárias (Souza, 2014, p. 186).

Para Mônica Martins da Silva (2000), as irmandades tinham um papel importante no processo de devoção ao Rosário, pois havia na comunidade negra espaços de devoção do catolicismo com elementos da cultura africana. “E sendo assim, ao se organizarem em irmandades religiosas, produziram um catolicismo alternativo, em relação às determinações eclesiásticas, do qual a própria elite local participou” (Silva, 2000, p. 52). Ainda segundo a autora, no início do século XX as festas foram vistas como elemento constituinte da identidade brasileira por meio das manifestações de grupos, indígenas, portugueses e africanos.

Há vários elementos na dinâmica social das irmandades, pois era lá que os negros encontravam espaço de participação religiosa, havendo o consentimento dos senhores e sendo vistas como forma de controle social, diante das tensões provocadas pela escravização (Souza, 2014). Cabe pontuar que havia divergências diante da manifestação dos negros e que as autoridades discordavam entre si, ora proibindo, ora permitindo as festas, pois “[...] consideraram-nas uma carnavalização da religião oficial, festas que promoviam uma espécie de subversão da ordem simbólica dos brancos” (Reis, 1996, p. 16). Mas os negros resistiam a essas determinações, e isso gerava conflitos, pois eles buscavam liberdade para fazer as celebrações. Participar das irmandades era uma forma de ocupar cargos importantes nas celebrações religiosas, constituindo lideranças negras nas irmandades, e também uma das maneiras de inserção social, pois “[...] era para estes a única oportunidade que tinham de se organizar, encontrar, festejar e lamentar, com a aprovação dos senhores e da administração colonial” (Souza, 2014, p. 191).

A eleição e coroação de reis negros dentro das irmandades religiosas e suas práticas, embora brevemente mencionadas nos compromissos das festas dos oragos, eram vistas com desconfiança pela Igreja desde o período colonial. As celebrações eram caracterizadas por sua natureza lúdica e popular, com danças e cantos nas ruas, consumo abundante de comida e bebida, inversão temporária de hierarquias e liberação de comportamentos geralmente proibidos. Esses eventos “[...] provocavam o medo da ruptura definitiva da ordem e faziam com que as autoridades administrativas e eclesiásticas estabelecessem limites proporcionais à ameaça de desestabilização que a festa evocava” (Souza, 2014, p. 197). Apesar dessas restrições, as festas também tinham um propósito prático para o grupo dominante. Administradores coloniais e observadores consideravam que permitir aos escravos esses dias

de folga à sua maneira ajudava a apaziguá-los, resultando em um melhor desempenho no trabalho posteriormente (Souza, 2014).

Havia, por parte da Igreja Católica, a preocupação em propagar a fé entre os fiéis, o que motivava a permissão para a constituição de irmandades e a construção de igrejas. Essa era uma forma de controle da instituição sobre os devotos.

Ao coroar seus Reis e Rainhas durante as homenagens à Santa do Rosário dentro das hostes eclesiásticas, a comunidade torna-se protagonista, pois até o final do Império a religião oficial do Brasil era o catolicismo. Nesse sentido, não bastava sentir-se brasileiro, e sim parecer brasileiro e, portanto, a festa de Nossa Senhora do Rosário, representa a possibilidade de demonstrar ser brasileiro/cristão sem deixar de ser negro no passado, enquanto escravizado ou livre (Costa, 2023, p. 3).

Nas irmandades, os africanos e seus descendentes se organizavam em espaços, compartilhando narrativas e autonomia, diante do sistema opressor e dominante em que viviam. E na dimensão religiosa encontraram espaço para a valorização ancestral, celebração e preservação da cultura afro-brasileira.

E por isso as celebrações coletivas são relevantes, já que através delas o que é sentimento individual de fé se converte em prática social legitimada. Em outros termos, os referenciais sagrados expostos por um devoto se afirmam, simultaneamente, como valores coletivos, cujo significado se apreende através da solidariedade e da partilha (Pereira, 2010, p. 46).

É por meio dos cantos e das rezas durante as celebrações que as congadas respondem à opressão, enaltecendo sua cultura dentro do espaço da manifestação religiosa. Durante as festas, esses elementos se tornam o ponto central das elaborações discursivas, com cantos e narrativas que auxiliavam a preservar seu ritual e assegurar sua permanência (Pereira, 2010). A presença dos participantes, desde a organização até a celebração, contribui para a formação da identidade cultural e da memória coletiva da comunidade. Por meio de cantos e das narrativas, os participantes não apenas comunicam informações sobre o evento, mas também conferem a ele maior significado e simbolismo, tornando viva a manifestação. “Diversas comunidades afrodescendentes, em várias partes do Brasil, legitimam esse rito, no qual se destacam o prestígio dos coroados, a riqueza de discursos sobre a coroação e as funções dos Reis e Rainhas” (Pereira, 2010, p. 89). Dessa forma, fica evidente a importância das lideranças na vida comunitária, ocupando lugar de prestígio, questões fundamentais para a preservação da cultura, a transmissão de valores e a continuidade das práticas culturais dessa festividade.

As congadas<sup>13</sup> que surgem dentro das irmandades realizam as celebrações em torno de vários santos católicos, entre os quais podemos citar Nossa Senhora do Rosário e São Benedito; e no processo dessa manifestação religiosa, o ponto mais importante é a coroação do rei e da rainha, que passam a ter influência na comunidade. Esses eventos também são momentos de recriar as memórias religiosas e culturais já praticadas na África. É interessante pensar que, nesse momento, os negros encontram espaço de liberdade, trocas e acesso à vida social, ainda que a Igreja visse as irmandades como forma de controle e expansão da fé católica, contrapondo as manifestações da umbanda e do candomblé (Souza, 2014).

A eleição de reis negros por comunidades africanas nas Américas pode ser considerada como um elemento da cultura forjada durante os primórdios do contato entre europeus e africanos de diferentes origens, numa situação na qual o grupo dominante de origem europeia detinha o monopólio do poder, o que, no entanto, não impediu que o material cultural trazido pelos africanos contribuísse para a construção das instituições formadoras de sua vida social, mantendo coerência com as culturas de origem e alguma autonomia no âmbito da dominação (Souza, 2014, p. 177).

A Festa de Nossa Senhora do Rosário era o espaço onde os negros afirmavam sua identidade brasileira e cristã, ao mesmo tempo em que preservavam sua herança africana. No contexto do catolicismo, a religião oficial era importante para a aceitação social e os negros assumiam um papel de protagonismo e resistência nas celebrações. A longa permanência dessas festas, praticadas até os dias de hoje, é um elemento que nos faz refletir sobre as mudanças e ressignificações que essa manifestação sofreu ao longo do tempo, bem como sobre a importância do registro das memórias dos que dela participam até os dias atuais, e essa é uma das questões levantadas nesta pesquisa sobre a Festa de Nossa Senhora do Rosário em Balneário Piçarras. Assim, a manifestação por meio das festas, era uma das maneiras de os negros afirmarem seus direitos, direito de existir e de exercer seus valores e a sua história e memória (Abreu, 2020).

Participar das festas é um momento muito especial. É ali que essa comunidade busca visibilidade, demonstrando com orgulho sua luta pelo direito de se divertir e festejar, enaltecendo seus valores e devoção. Historicamente, essas festas foram perseguidas e muitas vezes proibidas. “Se acontecem hoje é porque muitos antepassados lutaram por elas e não

---

<sup>13</sup> A congada, “Do ponto de vista religioso, articula-se a partir de matrizes identificadas através das metáforas da ingoma (que designa a presença de Zambi e Calunga, divindades bantos, e o culto aos antepassados, reconhecidos como os antigos papai, mamãe, vovô, vovó, ‘nego véio’ de Angola) e do Rosário (que indica a apropriação e a reelaboração de elementos do catolicismo) através da devoção Nossa Senhora do Rosário e aos santos de cor, como São Benedito e Santa Efigênia.” (Pereira, 2007, p. 87-88).

deixaram de transmiti-las para as gerações seguintes. A festa é um efetivo exercício de cidadania, um direito dessas comunidades” (Abreu; Mattos; Grinberg, 2019, p. 32).

## **2.1 Festas de Nossa Senhora do Rosário em Santa Catarina**

Durante o período colonial, o culto aos santos foi uma das formas que os africanos escravizados e livres encontraram para manifestar sua fé, criando organizações, chamadas de irmandades, que tinham o mesmo nome do santo de devoção. Nesses espaços, eles professavam sua fé, constituindo um local de afirmação cultural e social. Para Oliveira (2006), esse foi um dos fatores que contribuíram para a construção de identidades entre a população negra no Brasil colonial. Segundo o autor, a Igreja Católica estimulava esse culto como estratégia de conversão dos africanos e seus descendentes, que, por sua vez, resistiam e reinterpretavam os códigos católicos, conferindo ao culto outras dimensões que atestavam a relativa autonomia dos negros na sociedade colonial (Oliveira, 2006). Ao integrarem as irmandades, havia o reconhecimento dos negros enquanto grupo social e, assim, preservavam aspectos de sua cultura além-mar. A religião católica era ressignificada, com a escolha de um santo protetor, práticas próprias de devoção e festas. “Na Bahia, por exemplo, havia devotos de Nossa Senhora do Rosário entre os pretos e pardos, desde o início do século XVII” (Fonseca, 2021, p. 29).

Como relatado, percebe-se a organização das festas do Rosário em diversas regiões do Brasil, e em Santa Catarina, especificamente na região da Foz do Itajaí, não foi diferente. A festa é constituída por um conjunto de rituais e símbolos ligados às heranças africanas no período colonial, transformadas ao longo do tempo. Os festejos em honra à Nossa Senhora do Rosário envolvem moradores de Balneário Piçarras, Penha, Itajaí e outras cidades vizinhas, que se deslocam para organizar e participar da celebração contribuindo como mantenedores dessa manifestação popular. Segundo Goulart (1990), não há registros sobre quando a festa teve início na região, contudo, as especificidades da Festa de Nossa Senhora do Rosário em Balneário Piçarras demonstram a presença da cultura afro-brasileira na região desde o século XIX.

A Festa de Nossa Senhora do Rosário em Balneário Piçarras possui elementos do catolicismo, mas com práticas e códigos afro-brasileiros. Por meio das narrativas dos participantes da festa, procurei identificar a construção da identidade negra da população afro-brasileira da cidade, percebendo a ressignificação da festa para a comunidade negra. Hoje, a festa comemora a liberdade, mas, acima de tudo, destaca-se pela luta antirracista. Há um

caminho a ser narrado, visível por meio das memórias daqueles que participam da festa, que abrangem várias gerações da mesma família, cujas entrevistas estão incluídas nesta dissertação.

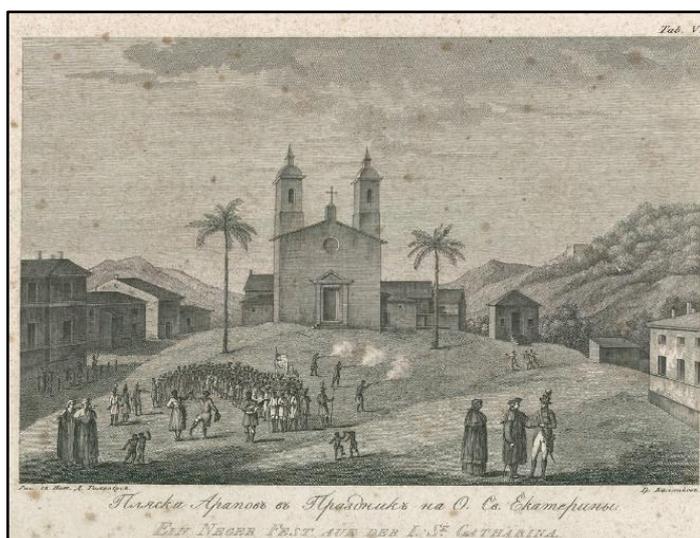
Uma das formas de representação da cultura negra na atualidade em determinadas regiões de Santa Catarina é manifestada por meio da Festa de Nossa Senhora do Rosário. A Irmandade Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro, em Florianópolis, datam do século XVIII e era nesses espaços que as festas eram organizadas. No século XVIII, foram fundadas irmandades de devotos à Nossa Senhora do Rosário, e no século XIX a São Benedito, demonstrando o cenário de uma cidade dinâmica e com a presença africana, um local movimentado com mulheres e homens trabalhadores que desenvolviam atividades na cidade (Rascke, 2014, p. 2).

Ao descrever a Festa de Nossa Senhora do Rosário em Desterro no período da escravidão, Malavota (2021) afirma que:

Festejava-se a coroação dos reis, que eram acompanhados por um cortejo, com cantos e danças, num evento que se constituía um momento importante especialmente para os africanos, visto que muitos deles valorizavam formas políticas tradicionais centradas em monarcas, reinterpretando aspectos sociais e culturais de suas regiões da África (Malavota, 2021, p. 90).

A coroação e o cortejo são práticas que demonstram a valorização e a ancestralidade, perceptíveis também nas danças e cantos, reforçando a identidade e a cultura por meio da tradição dos rituais e cerimônias que foram transmitidos através das gerações, havendo a preservação e reafirmação da identidade do povo negro.

Figura 2 – Festa de negros na Ilha de Santa Catarina em 1806



Fonte: W. G. von Tilesius (Correa, 2005, p. 125).

Há vários registros escritos de viajantes estrangeiros sobre as festas que coroavam os reis negros na região do Desterro. É fundamental compreender que os relatos dos viajantes refletem as perspectivas e influências daqueles que os escreveram. Por isso, é essencial adotarmos uma abordagem crítica ao analisar esses textos, utilizando os elementos que nos permitem uma análise mais aprofundada, mas sempre considerando o contexto histórico em que foram produzidos. Cabe destacar que esse é o único registro iconográfico da festa no século XIX em Santa Catarina, e que, apesar de suas limitações, permite abordar alguns elementos dessa prática festiva em Desterro. A Figura 2<sup>14</sup> foi desenhada pelo naturalista Wilhelm Gottlieb von Tilesius, da expedição russa que esteve no Brasil na primeira metade do século XIX. A gravura retrata uma festa no Largo da Matriz de Nossa Senhora do Desterro, na qual estão presentes pessoas negras em cortejo. Há um homem e uma mulher de mãos dadas, acompanhados por um homem com um violão. Mais atrás, vêm alguns músicos. Um homem empunha um bastão e um cetro. Há várias crianças na imagem. A representação da sociedade local, possivelmente autoridades, também está presente na cena. Atrás do cortejo, há homens que executam salva de tiros. Isso demonstra que havia soldados e autoridades para acompanhar de perto o que poderia acontecer (Silva, 2015, p. 55). Essa gravura nos fornece elementos sobre a Festa de Nossa Senhora do Rosário em Desterro.

Em Desterro, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos também manifestava sua devoção em performances em procissões homenageando santos padroeiros. Africanos/as e seus descendentes, coroados com toda a pompa, desenvolviam pelas ruas da cidade e aos arredores da Capela do Rosário, com ritmos, sons e musicalidade, práticas devocionais de um catolicismo leigo, criouliizado, permeado de elementos incorporados por populações das diásporas nas Américas (Rascke, 2013, p. 109).

As festas do Rosário em Desterro e a coroação dos reis e rainhas em honra aos santos de devoção era o evento mais importante para as irmandades, celebradas na época do Natal. “As posições de rei e rainha representavam prestígio e liderança dentro da instituição, e as pessoas coroadas no dia da festa geralmente eram respeitadas dentro da irmandade” (Silva, 2015, p. 67). No período do pós-abolição, houve uma preocupação com os negros libertos e, em diversas regiões do Brasil, as festas se extinguíram, e aquelas que permaneceram

---

<sup>14</sup> A iconografia foi produzida pelo naturalista Wilhelm Gottlieb von Tilesius a partir de sua visita a Desterro. Tilesius chegou à Ilha de Santa Catarina com uma expedição russa que ancorou em Desterro no dia 23 de dezembro de 1803. O naturalista Georg Heinrich von Langsdorff estava com ele nesta viagem. Ambos produziram registros importantes das festas de final de ano em Desterro. Essa imagem é um indicio da existência da festa no início do século XIX, ainda que sob o olhar de um viajante europeu (Correa, 2005, p. 125).

demonstraram resistência e reforçaram sua identidade. É importante enfatizar que a abolição da escravidão não trouxe igualdade e oportunidades para os negros. “Proibidos nas leis, interditados pela igreja Católica, os festejos de coroações de reis negros ou reinados, ainda continuaram sendo vivenciados em algumas comunidades catarinenses na virada do século XIX para o século XX” (Silva, 2015, p. 104). Um exemplo é a Festa de Nossa Senhora do Rosário na região de Penha e Piçarras.

Falar sobre as festas afro-brasileiras em Santa Catarina é perceber que esse tema ainda precisa avançar. Embora haja vários registros, muitos se limitam à perspectiva dos folcloristas, que têm apenas a intenção de descrever as festas. A dissertação de mestrado intitulada *Memórias do cacumbi: cultura afro-brasileira em Santa Catarina, século XIX e XX*, de Jaime José dos Santos Silva (2015), traz uma nova abordagem. Ele defende que, para entender sobre as manifestações afro-brasileiras em Santa Catarina no pós-abolição, é necessário entender como as comunidades negras foram abordadas nos estudos e a invisibilidade em torno delas. Segundo ele, “quando abordadas nos estudos, foram pouco valorizadas, relegadas a curiosidades e aos aspectos folclóricos e pitorescos, sem destaque para os sujeitos que delas participavam” (Silva, 2015, p. 90). Em Santa Catarina, alguns pesquisadores têm se preocupado em reescrever essa história a partir da perspectiva dos novos estudos sobre escravidão e pós-abolição, que enfatizam o protagonismo negro em diversas áreas sociais, culturais e políticas, como a organização das festas e irmandades, desconstruindo a invisibilidade da população negra. No entanto, cabe ressaltar a importância da ampliação dos estudos sobre a contribuição da comunidade negra na história de Santa Catarina, especificamente na região do vale do Itajaí, superando e desconstruindo a invisibilidade da população negra nessa região (Silva, 2024; Costa, 2023).

Na produção historiográfica brasileira até a década de 1980, pouco se falava sobre a participação dos negros e sua atuação no pós-abolição. Porém, posteriormente, e com intensidade a partir do ano 2000, há novas produções que recuperam e dão visibilidade à participação dos negros em diferentes espaços de luta por autonomia, seja nas revoltas desse período, nas eleições, nas mobilizações, na imprensa ou nos espaços recreativos, indicando uma mobilização pela cidadania e na luta contra o racismo (Dantas, 2012; Abreu, 2020).

Pesquisas recentes indicam a ampla presença de negros em manifestações, protestos e revoltas. Eles reclamaram por melhores condições de trabalho e de vida – alimentação, moradia, higiene, salário, acesso à terra etc., por igualdade de tratamento, espaços de atuação, visibilidade, reconhecimento e autonomia (Dantas, 2012, p. 91).

Era uma luta coletiva, que buscava reafirmar os direitos dos negros, redefinidos após 1888 e 1889. Os estudos que abordam essa perspectiva têm se multiplicado nas últimas décadas (Dantas, 2012) e discutem a luta dos negros por afirmação de seus direitos, incluindo a escolarização, o trabalho e a participação nas festas negras, ou seja, a participação em todos os espaços. É necessário recontar a história da Primeira República, e isso é o que muitas pesquisas estão fazendo (Abreu, 2020). Um exemplo disso é a dissertação de mestrado do historiador José Bento Rosa da Silva, de 1994, intitulada *Festa de preto em terra de branco: história oral, memória e identidade em Santa Catarina*, que mostra um novo enfoque da população afro-brasileira, com base na sua pesquisa sobre a Festa de Nossa Senhora do Rosário, na região de Penha, abordando o protagonismo dessa comunidade, a partir da memória dos antigos participantes da festa. Compreende-se, assim, que esses estudos não são recentes, mas sim historicamente invisibilizados dentro da historiografia, o que evidencia a necessidade de descolonizar a historiografia de Santa Catarina.

Ilka Boaventura Leite (1996) já apontava novos estudos sobre a presença negra no estado de Santa Catarina. Para a autora, o desconhecimento foi o pretexto para as evasivas em relação à população negra no sul. No entanto, ela reforça que toda a luta pela visibilização ao longo do século XX tem que ser considerada, pois houve resistência e recuperação da autoestima. “E os negros consolidaram sua identidade através da demarcação simbólica expressa por uma fronteira étnica que é construída ao longo de muitos anos de resistência e em específicos e diversos contextos” (Leite, 1996, p. 37). E mais, uma fronteira étnica que diz respeito à ocupação da terra como um importante pleito a ser consolidado.

A historiografia tradicional, de maneira geral, apresentava Santa Catarina como um pedaço da Europa, as pesquisas têm mostrado um outro olhar sobre o estado, especialmente em relação à presença de festas da comunidade negra em várias regiões, sobretudo no litoral. Os negros coroavam seus reis e rainhas e faziam os cortejos com cantos e coreografias em honra a São Benedito e à Nossa Senhora do Rosário (Costa, 2023, p. 38).

É interessante destacar os dados da pesquisa de Costa (2023), que aponta o total de pessoas escravizadas no estado de Santa Catarina. Segundo o autor:

As fontes oficiais do Estado, então Província de Santa Catarina, deixam explícito o número de pessoas escravizadas entre 1819 que passou de 9.100 de pessoas escravizadas ou 20,68% da população do Estado para 18.187 de pessoas escravizadas em 1857. Ao analisar a tabela abaixo perceberemos que até 1831 o percentual de negros e de negras escravizados aumentam em relação aos livres ou libertos, exceto em 1820. Ou seja, os dados demonstram que quase um quarto da população catarinense era formado por pessoas escravizadas (Costa, 2023, p. 19).

A presença negra em Santa Catarina, onde chegaram homens e mulheres escravizados, trouxe consigo saberes que, por meio de um processo de resistência e negociação, foram ressignificados e reinventados, contribuindo assim para a formação da sociedade catarinense (Costa, 2023).

No século XVIII, quando os espanhóis ocuparam a Ilha de Santa Catarina, muitos negros escravizados da região de Desterro foram levados para a Armação do Itapocorói, local onde hoje corresponde ao município de Penha (Farias, 2000, p. 133). Desse modo, explica-se a presença de homens e mulheres negras na região (Goulart, 1990).

Para ali, pois, foram encaminhados os homens e escravos das armações ocupadas pelos espanhóis, dando-se começo às edificações necessárias. Tornou-se assim, o arraial de Itapocorói, com seu curato, o centro comercial e religioso de toda a vasta área abrangida entre o Itapocu até a Enseada de Garoupa (Silva, 1996, p. 30).

A região de Armação do Itapocorói, hoje município de Penha, localiza-se no litoral norte de Santa Catarina. A região estava atrelada à administração política da capitania de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco que, por interesse da Coroa Portuguesa, passava por um processo de ocupação, incentivado pelo uso da terra (Goulart, 1990).

Figura 3 – Fotografia da cidade de Balneário Piçarras e à direita a cidade de Penha, antiga Armação do Itapocorói



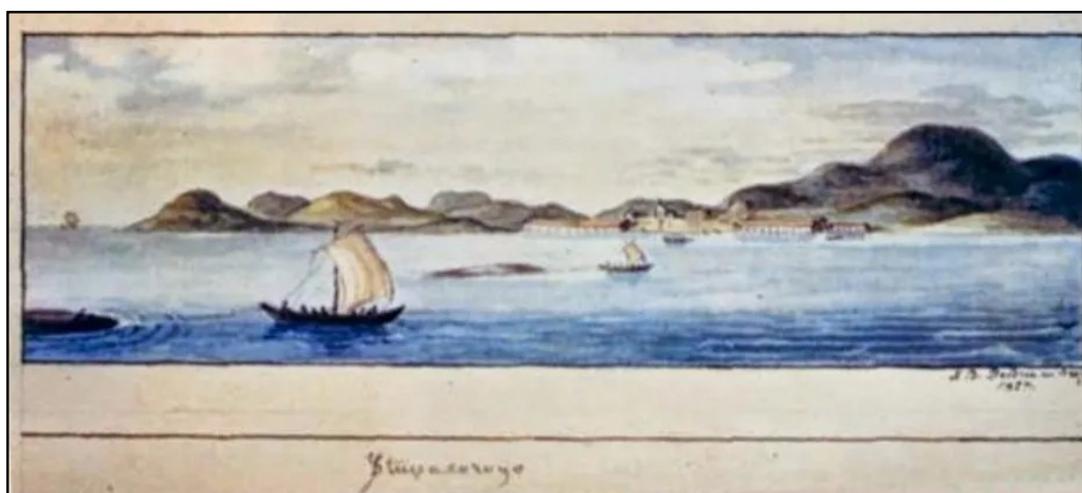
Fonte: acervo de Cleiton Reinert (2023).

Inicialmente, a comunidade de Itapocorói funcionava como um ponto estratégico de abastecimento, descanso e comércio, servindo de elo entre a população local e os viajantes que transitavam pelas rotas entre Nossa Senhora do Desterro e São Francisco do Sul. Além disso, um fator crucial para o desenvolvimento da vila foi a oportunidade de estabelecer uma armação

de captura e beneficiamento de baleias (Krieger, 2018). Foi nesse contexto que, na região da Enseada do Itapocorói, foi estabelecida a armação do Itapocorói, núcleo inicial dos municípios de Penha e de Piçarras.<sup>15</sup>

De acordo com as anotações de Auguste de Saint-Hilaire (1936), a fabricação do óleo da baleia era uma atividade realizada pelos negros escravizados, enquanto a pesca contava com a participação de homens livres, como observou o naturalista durante sua passagem pela região em abril 1820. Com a venda da armação e o declínio da pesca da baleia, muitos negros foram encaminhados pelo governo para outras localidades da província, enquanto outros permaneceram nessa região.

Figura 4 – Gravura da Armação de Itapocorói, em Penha (SC)



Fonte: gravura da Armação de Itapocorói de J. B. Debret no ano de (1827), destacando a arte da baleeira (Comerlato, 2012).

A formação da localidade de Piçarras se deu a partir da ocupação das margens do Rio Piçarras, que desemboca no Oceano Atlântico, na localidade que era chamada de “Parada”, pois era local de passagem e havia necessidade de atravessar o rio com embarcação. Nesse local, o Império instalou um entreposto para fiscalizar e cobrar taxas e impostos dos comerciantes que se deslocavam entre os núcleos de São Francisco e Desterro (Silveira, 2006, p. 42). E ali se instalaram comerciantes e também muitas famílias partiram para ocupar o interior, em busca de terras cultiváveis. A região de Penha e Piçarras conseguiu sua emancipação político-

<sup>15</sup> Penha (e a localidade de Piçarras), que havia se tornado Freguesia em 1839, passaria a compor o território de Itajaí a partir de 1860, quando essa localidade se elevou de Freguesia à categoria de Vila. É interessante notar, nesse ponto, como Itapocorói e Penha perderam força política na segunda metade dos anos 1800, afinal, Penha fora elevada à Freguesia apenas seis anos depois de Itajaí. Penha e Piçarras ficariam ligadas à Itajaí até 1958, quando se deu a emancipação político-administrativa do antigo arraial (Silva, 1971).

administrativa de Itajaí apenas em 1958, mas Piçarras permaneceu como distrito de Penha até efetivamente se emancipar em 14 de dezembro de 1963 (Silveira, 2006).

Segundo Jane Cardozo da Silveira (2006), o povoado de Itapocorói era constituído por indígenas, paulistas, vicentistas, açorianos provenientes de Desterro e também por negros escravizados, que foram trazidos após a instalação das armações baleeiras. Para a autora, “A contribuição africana à cultura local é das mais expressivas, embora por muitos anos tenha ficado praticamente esquecida” (Silveira, 2006, p. 37), reforçando também a importância da Festa de Nossa Senhora do Rosário ser revivida pela família do Ivo Rodrigues a partir da década de 1990 na cidade de Balneário Piçarras.

É importante destacar que a história da região de Penha e Balneário Piçarras está diretamente ligada aos povos que habitaram essa região há milhares de anos. São povos originários cujas marcas podem ser encontradas ao longo de todo o litoral catarinense, incluindo essa região, povos denominados de “sambaquis”<sup>16</sup>. Acredita-se que os guaranis possam ser descendentes desses primeiros habitantes. Com a chegada dos europeus, os povos indígenas que habitavam a região passaram a ser chamados de Carijós, um grupo pertencente à etnia Guarani, que ocupava diversas partes do território brasileiro. Atualmente, os vestígios dos povos originários permanecem na nomenclatura de localidades da região, incluindo o nome Piçarras, que deriva de *piçarro*, termo da língua tupi-guarani que significa “pedra” ou “rocha”, fazendo referência às características geológicas da costa (Silva, 2002). Ainda há pouquíssimos estudos sobre essas populações, e as poucas referências existentes, descritas por memorialistas, os classificam de forma pejorativa, como “selvagens”. Essa presença indígena também pode ser observada em registros históricos, como no trecho a seguir descrito pelo naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire:

Encontram-se alguns traços de sangue indígena nos habitantes desse trecho de costa; segundo me informaram, eles, porém, vão desaparecendo aos poucos em virtude de, continuamente, se estabelecerem ali homens da ilha de Santa Catharina que, na maioria, são originários das ilhas dos açores e de pura raça caucásica (Saint-Hilaire, 1936, p. 128).

---

<sup>16</sup> “Os sítios mais abundantes e conhecidos são os sambaquis, remanescentes de povos que viviam no litoral entre 7000 e 1000 anos. Esses povos, muito adaptados ao ambiente costeiro, detentores de conhecimentos sobre esta região, tinham como costume construir montes de conchas a partir do enterramento de seus mortos. Esses sítios permanecem como testemunhos de tempos pretéritos e constitutivos da história do país” (Zanirato, Bandeira, Koehntopp, 2020, p. 7).

A partir de 1888, com o fim da escravidão, homens e mulheres livres se estabeleceram nas regiões que hoje correspondem aos municípios de Penha e Balneário Piçarras, onde se dedicaram à crescente produção agrícola, que estava em expansão naquele período (Silva, 1994, p. 51).

Vêm deste meio rural as lembranças das Festas de Nossa Senhora do Rosário, contadas pelos descendentes dos escravos negros que a viveram. Através da memória coletiva, o grupo mantém viva a lembrança de um tempo de trabalho e de festa. O lugar de origem da comunidade e das festas que, por ser dos antigos escravos que ali desembarcaram, ficou denominada – “a Festa dos Pretos” (Silva, 1994, p. 52).

Figura 5 – Registro do cortejo de Nossa Senhora do Rosário na região de Piçarras, em 1947



Fonte: acervo de Iliane Fleith (s.d.).

Esse registro, considerado até agora o mais antigo da Festa de Nossa Senhora do Rosário na região de Penha e Piçarras, é composto por quatro fotografias inéditas datadas de 1947 e pertencentes ao acervo de Iliane Fleith. As imagens oferecem pistas importantes sobre essa manifestação cultural e religiosa. Elas revelam a presença do rei e da rainha, que são figuras centrais nas festividades, bem como trajés especialmente ornamentados para essa ocasião. Os participantes estão organizados em fila, sugerindo um cortejo, acompanhado por dançantes, especificamente o grupo Moçambique, que tradicionalmente participava das comemorações,

conforme relatos dos praticantes da festa. A presença do mastro aponta para a preparação do espaço como um ato simbólico e sagrado. Observa-se, ainda, uma forte participação coletiva, envolvendo homens, mulheres e crianças. Mais do que um simples registro visual, as fotografias são um documento histórico importante que permite refletir sobre a forma como a população negra ressignificou o catolicismo, transformando a festa em um espaço de afirmação identitária, de pertencimento e de resistência diante da exclusão e silenciamento impostos ao longo da história.

Para o pesquisador José Ferreira da Silva (1971), além da festa da padroeira, que ocorria na região de Penha, a Festa de Nossa Senhora do Rosário era muito aguardada, movimentava a região e acontecia no dia 26 de dezembro, oitava de Natal, quando vinham pessoas de todas as regiões das províncias vizinhas, devido à sua grandiosidade. Desde a novena até a realização dos festejos, todos participavam. Há vários elementos que caracterizam a importância da festa para a comunidade, e isso fica evidente na forma que as pessoas participavam, usando seus melhores trajes, representando o respeito e a valorização naquele momento. “No dia da festa, a que todos faziam questão de comparecer com os seus melhores vestidos, já desde cedo espocavam os foguetes e morteiros” (Silva, 1971, p. 21).

Precedidos de tocadores de violas e rabecas, os festeiros dirigiam-se à matriz, em procissão, acompanhado os imperadores escolhidos no ano anterior, e, depois de cantada a novena, constante de orações e hinos piedosos, no templo resplandecente de luzes e flores, regressava a procissão à casa dos festeiros onde eram servidos os doces e bebidas (Silva, 1971, p. 21).

A festa era organizada pela irmandade da região do Itapocorói, na localidade de Penha, mas não há registro de fundação. Nos primeiros dados existentes do estatuto da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, a festa é citada em 1930. Além dessas informações, existe a narrativa de muitos que viveram as festas do Rosário e assim contribuíram significativamente na construção da história da festa na região. “O senhor Avelino participa da festa desde os 3 anos de idade e que, em 1989 ainda se faz presente. Em 1984, aos 78 anos foi capitão da festa” (Goulart, 1990, p. 35).

Essas festas carregavam significados e representações profundas dos grupos que as realizavam, tanto para os escravizados quanto para a última geração de libertos. Mais do que práticas festivas religiosas, elas funcionavam como espaços de resistência simbólica, onde a população negra afirmava sua identidade, recriava vínculos comunitários e mantinha vivas as práticas culturais de matriz africana. No entanto, tanto a Igreja quanto o Estado tentaram

silenciar essas manifestações (Silva, 2015, p. 104). Nesse contexto, observa-se que a Festa de Nossa Senhora do Rosário, na região de Penha e Piçarras, passou por diversas modificações ao longo do tempo, em razão dos novos direcionamentos da Igreja Católica. Isso fica evidente pelas proibições impostas pela Igreja Católica em relação à festa do Rosário realizada pelos negros e à manifestação da cultura afro-brasileira.

Figura 6 – Rainha Dona Luiza Candido na década de 1960 em Penha



Fonte: acervo de Ivo Rodrigues (s.d.).

Além da Festa de Nossa Senhora do Rosário que há tempos é celebrada na região, há também a Congada de São Sebastião, celebrada na Armação do Itapocorói, em Penha, uma manifestação cultural que mescla tradições africanas e portuguesas. José Bento Rosa da Silva, em seu artigo *Congada de São Sebastião: uma manifestação da cultura luso-afro-brasileira na Armação do Itapocoroy – SC*, utiliza fontes orais e pesquisa participante para refletir sobre o catolicismo popular brasileiro. Por meio das narrativas coletadas, ele identifica elementos da colonização açoriana e da presença africana e indígena na região. Por exemplo, Paulo Pedro Pereira, um dos entrevistados, destaca que a Congada é “chamada Congada porque é a mistura entre o negro africano, que existia aqui como escravo, e a tradição portuguesa”. Ele acrescenta que “antes ela era feita pelos negros, simbolizando a época das congadas. Então se vestiam a caráter, faziam a dança africana na frente do mastro”. Esses relatos evidenciam a origem africana da festa e sua evolução ao longo do tempo.

É chamada Congada porque é a mistura entre o negro africano, que existia aqui como escravo, e a tradição portuguesa. Houve uma mistura muito grande entre a tradição portuguesa com o costume negro da África. “Congada vem mais do Congo, da África, mas misturou com a tradição portuguesa que nós temos aqui na Armação. Existe uma mistura de africanos da cultura negra. Existe misturada. Não é uma cultura puramente portuguesa. Aqui foi fundada a Armação com os portugueses, mas a maioria que trabalhava eram os escravos. Então, a cultura africana é muito forte em todos os festejos de tradição portuguesa. Um detalhe (acrescenta): esta festa de São Sebastião era muito mais característica. Ela perdeu um tanto a sua característica. Antes ela era feita pelos negros, simbolizando a época das congadas. Então se vestiam a caráter, faziam a dança africana na frente do mastro, o pessoal levando o mastro nas costas e os negros dançando na frente (Silva, 1997, p. 5).

A festa envolve o cortejo e a “Puxada do Mastro”, em que um tronco de aproximadamente 14 metros é enfeitado com flores e erguido em frente à igreja local, acompanhado por danças e cantos tradicionais. Observa-se uma diminuição na participação dos afro-brasileiros, o que impacta na preservação das características originais da celebração. Esse afastamento pode estar relacionado à construção identitária do litoral, fortemente marcada pela cultura açoriana, na qual elementos afro-brasileiros acabam sendo incorporados de forma secundária ou mesmo negados, invisibilizando a presença negra na região.

Os festeiros cantam e dançam ao redor do mastro. Presencio o que seria aquela dança de origem africana, conforme o entrevistado. Imagino: “Uma dança de origem africana dançada por brancos de origem açoriana...” A cultura é dinâmica (ou dialética para os que preferem assim), não é estática, nem monopólio de ninguém (Silva, 1997, p. 9).

Atualmente, a festa é conhecida como Mastro de São Sebastião e celebra as tradições culturais e religiosas na região. Embora muitos atribuam a ela uma origem exclusivamente luso-açoriana, a pesquisa realizada por Silva (1997) contradiz essa afirmação, evidenciando que se trata de uma festa híbrida, que também incorpora elementos africanos, reforçando o sentimento de pertencimento da comunidade local.<sup>17</sup>

O processo de romanização da Igreja Católica interferiu diretamente em festas de origem popular em várias regiões do Brasil. Silva (2000) analisa e pontua as mudanças que ocorrem no interior das festas a partir desses novos valores instituídos pela Igreja do seguinte modo:

---

<sup>17</sup> Um vídeo relacionado à festa de São Sebastião pode ser acessado em: <https://www.youtube.com/watch?v=BPnrTtUMsdA&t=9s>. Acesso em: 24 maio 2025.

Se o século XIX é o ponto alto para essas festas, esse processo vai ser amplamente modificado no final deste período. A questão é que já na segunda metade do século XIX a Igreja Católica irá modificar as suas práticas, o que vai também alterar sua relação de tolerância com as diversas manifestações festivas existentes no Brasil, calcadas na religiosidade popular. Algumas orientações vindas do alto clero católico determinaram essas mudanças (Silva, 2000, p. 68).

Essas mudanças impostas pela Igreja a partir do século XIX, vindas do alto clero, com o objetivo de uniformizar e controlar as práticas religiosas, afetaram diretamente as festas populares no Brasil. Desse modo, restringiram ou determinaram como essas celebrações deveriam acontecer, causando transformações significativas nas manifestações populares (Silva, 2000).

Essas mudanças no direcionamento e estrutura da Igreja Católica, no período pós-abolição, visavam de maneira incisiva implantar uma padronização dos valores cristãos. Houve, então, um combate do catolicismo popular e suas manifestações, pois era nesses espaços, durante as festas e procissões, que homens e mulheres de diferentes classes sociais encontravam espaço para se diferenciar. Esses momentos se constituíam em espaço de transgressão à normatividade do cotidiano, e passam a ser vistos como espaços a serem normatizados. Em Santa Catarina há o alinhamento com as decisões da Igreja, contribuindo para a centralização e hierarquização na perspectiva de construção de uma igreja universal (Serpa, 1993).

A partir desta nova sensibilidade as manifestações culturais de índios, africanos e luso-brasileiros foram reelaboradas, suprimidas ou colocadas no esquecimento. A igreja construiu sua identidade adotando conteúdos e práticas alheias à grande maioria da população, mas encontrou guarida junto às camadas médias da sociedade e elites dirigentes, que no momento estavam afinadas em torno do objetivo de europeização da sociedade, propondo a reformulação das condutas e construção de novas formas de sociabilidades (Serpa, 1993, p. 81).

Com a instituição do catolicismo romanizado<sup>18</sup> durante a Primeira República, que trouxe padres europeus, muitos deles germânicos, a Igreja Católica passou por mudanças. Esse processo resultou em um maior controle sobre a prática dos devotos, especificamente nas irmandades. Assim, as festas sofreram intervenções da Igreja, que busca romanizar e germanizar os cultos, especificamente na região de Santa Catarina. Nesse momento, a Igreja procurou reduzir o poder dos leigos, tentando modificar suas práticas festivas. Nas irmandades

---

<sup>18</sup> “A romanização, no Brasil, se esboçou a partir da segunda metade do século XIX quando a Europa já se vivenciava o desejo de construção de uma Igreja Universal, tendo à frente o Papa Pio IX, que defendia e exigia dos seus subordinados a adesão aos princípios de uma Igreja fortemente centralizadora” (Serpa, 1993, p. 70).

havia uma preocupação em alinhar as práticas aos interesses e rumos do catolicismo (Rascke, 2013, p. 103).

As tensões internas nas próprias instituições religiosas leigas, o processo de romanização da Igreja e a reorganização das relações do mundo do trabalho impactaram diretamente na forma de configuração das práticas festivas e as continuidades das vivências socioculturais dos afrodescendentes em Santa Catarina (Silva, 2015, p. 91).

Com o sínodo de 1919<sup>19</sup>, há uma continuidade das proibições que já constavam no sínodo de 1910. Também fica clara a proibição de folias e danças, sendo que tudo deveria ser apresentado ao vigário para sua aprovação. Havia também a recomendação para que não houvesse nada considerado “profano” (Serpa, 1993, p. 81).

Os novos direcionamentos advindos da Igreja Católica se refletem na Festa de Nossa Senhora do Rosário na região de Penha. Maria do Carmo Ramos Krieger Goulart (1990) cita que a Igreja tenta de todas as formas instruir a maneira como a festa deveria acontecer, mencionando a visita do Padre Leão Dehon, em 1906, na qual o vigário persuadiu os negros a dançarem na praça durante os festejos da Festa de Nossa Senhora do Rosário, proibindo a entrada na Igreja. Fica claro, por meio dessa pesquisa, como a Igreja tentava de todas as formas interferir nos rituais da festa, proibindo de maneira incisiva parte desse ritual. Como consta no regulamento provisório da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em Penha, da década de 1930, em que havia a seguinte determinação:

Fins; Promover o culto de Nossa Senhora do Rosário.  
Meios; 1 Celebrar anualmente a Festa de Nossa Senhora do Rosário com missas, procissão cênicas. Na festa terá-se o coroamento do “costume” e as danças tradicionais, esta procissão será fora da igreja, nunca poderão ser no recinto da igreja matriz; Num domingo do mez de outubro a Irmandade dará uma missa com a comunhão geral de todos os irmãos (Costa, 2023, p. 31).

Essa atitude é reflexo do processo de romanização da Igreja Católica que impactava diretamente na ação dos padres nas comunidades. A relação entre as irmandades e a Igreja Católica sempre demandou negociações, como fica perceptível no fato citado. A forma de controle da Igreja sobre as manifestações é visível, mas, ao mesmo tempo, há a resistência, pois em um dado momento a festa voltou a acontecer, “Percebe-se que ao longo das reinvenções da festa há um tensionamento negociado utilizando-se de táticas e estratégias para trazer

---

<sup>19</sup> “Os sínodos de 1919 e 1925, buscavam o alinhamento das Dioceses às diretrizes emanadas do código do Direito Canônico, de 1917.” (Serpa, 1993, p. 80).

características mais afro-brasileiras para a festa em homenagem a Santa do Rosário” (Costa, 2023, p. 53). Segundo o autor, há sempre uma negociação, aceita-se os rituais da Igreja Católica e depois se introduz os elementos da cultura africana.

Costa (2023) constatou, durante as entrevistas realizadas para sua dissertação, que houve várias proibições por parte da Igreja Católica, uma delas ocorrida por volta de 1930, especificamente na região de Itapocu, onde havia duas igrejas, uma comunidade negra e outra para a comunidade não negra. O Bispo de Joinville determinou o encerramento das atividades da comunidade negra. O autor então conclui:

Nas falas dos depoentes não sendo construídas teias de informações na qual permitem-nos montar uma espécie de quebra-cabeças e concluir de que a manutenção das tradições da comunidade negra tal como as Festas de Nossa Senhora do Rosário foram tarefas hercúleas e sem a persistência de negros e de negras neste processo de formação do Estado de Santa Catarina, teríamos perdido boa parte das memórias acerca da contribuição da comunidade negra no processo de formação do Estado Catarinense, sobretudo por serem minorias numérica e sobretudo de poder (Costa, 2023, p. 63).

Nota-se, assim, que em várias regiões de Santa Catarina havia o cerceamento das manifestações religiosas, resultando em modificações das celebrações e interrupções das festas. No entanto, a comunidade negra buscou de várias maneiras continuar com suas celebrações, mostrando força e resistência, permanecendo até os dias atuais.

Na década de 1950, de acordo com relatos que constam na pesquisa de Rafael Sizino Sebastião (2000), houve interferência e proibição da Igreja Católica quanto ao acesso à igreja pelos dançantes na região de Penha.

Leopoldina Garcia dos Santos, descendente de escravos de Penha, informa que “a festa começou a perder força quando os padres passaram a não aceitar algumas coisas. Teve um tempo em que um padre não deixava os dançantes e tocadores entrarem na igreja; o rei a rainha e a corte entravam e o pessoal do Moçambique tinham que ficar na porta”, diz Dina, referindo-se ao Monsenhor Vendelino Hobold, que ainda reside em Penha, porém não mais com a função de pároco. Essa história é confirmada pelas conversas de vários participantes dos festejos de dezembro (Sebastião, 2000, p. 25).

Segundo a consulta feita por Sebastião (2000) no livro de registros da igreja, assinado pelo vigário de Penha, Padre Ernesto Pretti, de 24 de março de 1960, que se refere à Festa de 1959, está registrado o seguinte: “Devido à realização desse baile em dia de festa, o vigário [...] resolveu suspender a festa da Irmandade do Rosário para o ano de 1960” (Sebastião, 2000, p. 26). O vigário era Monsenhor Vendelino Hobold. Não se sabe ao certo quando a festa voltou a

acontecer na região de Penha, visto que houve uma interrupção, mas ela retornou entre 1980 e 1990 (Silva, 1994) e aconteceu pela última vez no ano 1994.

Em seu depoimento, Tânia Rodrigues,<sup>20</sup> nascida em 1959 e moradora de Balneário Piçarras, participante da festa desde sua infância, narra as imposições da Igreja e as consequências a partir disso.

É, sim, na época, o Catumbi ou o catumbi - podem entrar na igreja. Mas, é na Penha, acabou porque o Moçambique não podia entrar, que era Moçambique aqui de Piçarras. Aquele não podia entrar. O padre Vandelino, na época, não deixava. Ai ele foi acabando com a festa, que foi acabando a festa na Penha (Tânia Rodrigues, 2024).

E, nos relatos sobre a festa, é comum perceber que a celebração deixou de acontecer na região da Penha devido às imposições e proibições da Igreja Católica, principalmente no que se refere ao grupo Moçambique. Havia grupos dançantes e cantores na região, que, com o tempo, deixaram de existir.<sup>21</sup>

Figura 7 – Procissão da Festa de Nossa Senhora do Rosário em frente à igreja Nossa Senhora da Penha na década de 1950 – uma das pessoas que segura o andor é Jordelina de Jesus, antiga moradora da região de Piçarras



Fonte: fotografia cedida pela Fundação Municipal de Cultura de Balneário Piçarras (s.d.).

<sup>20</sup> É importante destacar que as entrevistas realizadas para esta pesquisa são apresentadas nesta dissertação exatamente como foram transcritas, preservando-se a linguagem original dos entrevistados.

<sup>21</sup> Atualmente, o grupo que acompanha o cortejo na Festa de Nossa Senhora do Rosário é o Grupo Catumbi, da região de Itapocu.

A Festa de Nossa Senhora do Rosário, em Penha, teve seu esplendor na década de 1960 (Silva, 1996), e no final dos anos 1994 deixou de acontecer. Há vários relatos que identificam o fim da festa na região, de acordo com os quais, os mais velhos foram morrendo e os mais novos se deslocaram para outras cidades, provocando o seu enfraquecimento. Outros afirmam que o fim foi provocado pela apropriação da festa por brancos, que passaram a ocupar o cargo mais alto da festa, o de rei, ou mesmo pelo racismo. Também podem ser indicados a falta de atenção e apoio do poder público e da própria comunidade; ou ainda a falta de vontade e desconhecimento da festa por alguns padres (Costa, 2023).

A festa era comemorada no dia 26 de dezembro. O ritual consistia no levantamento do mastro na casa da família do chamado “juiz do mastro”, mastro esse que era todo enfeitado com flores. A comemoração era composta de cortejos, desfile de rei e rainha, danças e apresentações musicais. No dia da festa, o mastro era levado para a Igreja Nossa Senhora de Penha. Anualmente, eram coroados o rei e a rainha, escolhidos pela comunidade de Penha e Piçarras. Havia a preparação da festa, com novenas que antecediam a data da comemoração, e sempre havia uma dança para acompanhar o cortejo, acompanhado pelo grupo Moçambique, que existia naquele momento na região de Penha (Goulart, 1990).

O grupo de Moçambique de Penha ensaia pouco antes de cada ritual da festa e, nesta ocasião, sai da casa do rei. Apresenta-se na época natalina e somente nesse período. Se a casa do rei for distante da igreja, parte do percurso é feito de caminhão, os dançantes seguindo na carroceria, cantando e dançando. Apresentam-se ao ar livre e em recinto fechado, igreja e salão paroquial (Goulart, 1990, p. 31).

O grupo tentou se manter financeiramente com as doações de pessoas da comunidade, e principalmente pelo auxílio do rei daquele ano. Eles tentaram de todas as formas garantir a sobrevivência do grupo para participar do ritual da festa (Goulart, 1990), mas assim como a festa deixou de acontecer na região de Penha, esse grupo também deixou de existir.

A última festa realizada na região de Penha foi em 1994 e, a partir de 1995, ela passou a ser realizada na cidade de Balneário Piçarras. Outro fator para o fim da festa foi que muitos moradores de Penha se deslocaram para Itajaí, e a festa passou a ser realizada também nesta cidade, iniciando-se justamente com o movimento Tio Marco<sup>22</sup>, em que os festeiros que moravam em Itajaí se mobilizaram junto ao movimento para organizar a festa.

---

<sup>22</sup> Criado em 17 de dezembro de 1991, reconhecido como utilidade pública estadual pela Lei n. 9.368/93, em 14 de dezembro de 1993 (Costa, 2023, p. 24).

A história da festa em Itajaí começa com a migração da população negra do Município de Penha para outros centros urbanos. Os festeiros capitaneados pela senhora Odair Silva da Rosa (Tia Loca) tiveram receio do término da festa ou de uma possível transformação ou apropriação por outras etnias. A solução encontrada foi procurar o recém-criado movimento negro e mudar a organização da festa de Penha para a cidade de Itajaí, local de moradia da maior parte dos festeiros. No ano de 1992, a festa passou a ser organizada pelo movimento negro TIO MARCO (Costa, 2023, p. 23).

Figura 8 – Festa na Penha em 1986 – Cortejo na Penha, Tânia e Ivo são os pajens, à frente está o grupo Moçambique



Fonte: Fundação Municipal de Cultura de Balneário Piçarras (1986).

Costa (2023, p. 24) destaca que o Movimento Negro Tio Marco representa um marco significativo para a comunidade negra de Itajaí e de toda Santa Catarina. Além de organizar a festa do Rosário, o grupo é reconhecido pela sua luta antirracista. O grupo não se limita apenas à celebração cultural, mas também apresenta uma série de reivindicações, incluindo projetos de lei para a promoção da igualdade racial, iniciativas de formação de professores e denúncias de casos de racismo. A Festa de Nossa Senhora do Rosário de Itajaí foi registrada, em 2023, como patrimônio cultural imaterial do município, resultado da luta por representatividade da população negra que mantém viva essa tradição. Esse reconhecimento marca um avanço significativo na valorização das expressões culturais afro-brasileiras e na afirmação da identidade negra na cidade.<sup>23</sup>

<sup>23</sup> Conforme Decreto n. 13.085, de 23 de novembro de 2023, que homologa a Resolução n. 001/CMPAT/2023, e aprova o registro da Festa de Nossa Senhora do Rosário como patrimônio cultural imaterial de Itajaí.

Nos municípios de Balneário Piçarras, Itajaí e Araquari (comunidade Itapocu), a Festa de Nossa Senhora do Rosário acontece atualmente, representando a preservação da tradição da comunidade negra em Santa Catarina. O ritual dos cantantes e dançantes que acompanham os festejos nessas três cidades é conhecido como Grupo Catumbi, da localidade de Itapocu.<sup>24</sup> O rei e a rainha, escolhidos pela comunidade afro-brasileira da região, são coroados durante a celebração. A festa é comemorada no mês de outubro, mês de homenagem à Nossa Senhora do Rosário, porém, até a década de 2010, ela acontecia no mês de dezembro. Conhecida por muitos como o “Natal dos Pretos”, essa festa da cultura afro-brasileira era realizada em alguns municípios próximo à data do Natal. De acordo com Sebastião (2000, p. 24), “O dia consagrado à Nossa Senhora do Rosário no calendário da igreja católica é 07 de outubro, mas em Penha começou a ser realizada na oitava de natal, dia 26 de dezembro”. Nos relatos orais, os participantes da festa afirmam que, antigamente, não se realizava a celebração em outubro devido às chuvas nesse período, enquanto outros dizem que a celebração era realizada em dezembro, pois o dia 26 era o único em que os negros escravizados tinham liberdade. Atualmente, a festa é comemorada em outubro, mês dedicado à Nossa Senhora do Rosário, e é celebrada na Paróquia Santo Antônio de Pádua.

Maria das Graças Ignácio, moradora de Balneário Piçarras, narra a partir de suas lembranças a história passada há gerações:

É, hoje, agora, ela é em outubro, mas sempre foi dia 26 de dezembro, porque era considerado o Natal dos pretos. Por quê? Por que Natal dos Pretos? Porque os senhores faziam a festa no Natal, no dia 25, e eles só iam lá para servir eles. E, no dia 26, eles aproveitavam o que sobrava e faziam o Natal, ali (Maria das Graças Ignácio, 2024).

Goulart (1990) buscou, por meio da narrativa dos antigos moradores negros, identificar quando a festa começou, mas não há uma data específica. Os moradores dizem que ela vem de tempos atrás e reforçam o quanto essa manifestação é significativa para a comunidade negra na região, pois era a comemoração do Natal dos negros em homenagem à Nossa Senhora do Rosário e à coroação do rei e da rainha. Para o historiador José Bento Rosa da Silva, que buscou, através das memórias dos participantes da festa, compreender sua origem, fica evidente que a festividade remonta ao século XIX. “Essa festa já vem dos tempos dos cativeiros. Eh! Vem do

---

<sup>24</sup> O Catumbi de Itapocu é a primeira manifestação afro-brasileira do estado de Santa Catarina a ser reconhecida como Patrimônio Cultural do estado. O certificado foi entregue em 23 de dezembro de 2018, na Igreja Nossa Senhora do Rosário, em Itapocu. Esse reconhecimento representa uma conquista significativa diante de décadas de silenciamento das populações afro-brasileiras no estado de Santa Catarina (Silva, 2020, p. 14).

tempo dos cativeiros, a festa de Nossa Senhora do Rosário!” (Silva, 1996, p. 41). Na entrevista com Zózima da Silva, com 72 anos na data da entrevista, ela fala sobre a origem da festa:

Esta festa está ligada com os escravos. “Quando eu conheci a festa, eu tinha seis anos e já acompanhava a festa. A minha sogra morreu com 118 anos. A vó do Manoel, meu marido, morreu com 115 anos. Ela contava muito sobre a festa. A mãe do meu cunhado morreu com 118 anos... Eles pegaram a escravatura. Eles contavam...” (Silva, 1994, p. 72).

Assim, através da tradição oral, a origem da festa é contada por seus participantes. Domingos Ignácio também rememora as histórias que foram passadas através das gerações:

A origem da festa, ela é africana, né? Ela é africana, é! Ela vem de, é o que tô falando, ela veio da África, pra cá. Aqui, gerou-se, onde é o Catumbi, hoje! É o que achamos, né? O Catumbi é africano. Então, foi o meu bisavô que trouxe pra cá! Agora, de que forma, de que jeito? Também não sei, né?! (Domingos Ignácio, 2024).

Segundo Domingos, foi o seu bisavô, José Cândido, que começou a festa na região de Piçarras, e seu avô, João Antônio Ignácio, deu continuidade. Ele relata com muito orgulho a origem africana da celebração e destaca a participação de sua família na organização da festa, uma tradição que foi passada de geração em geração. Existe um forte sentimento de pertencimento à festa, que perpassa as gerações e ainda está vivo na cidade.

Figura 9 – Cortejo na região de Balneário Piçarras, à frente o Moçambique, liderado pela Família Ignácio



Fonte: acervo de Domingos Ignácio (1978).

Fica evidente por meio das narrativas dos praticantes que a Festa de Nossa Senhora do Rosário, celebrada em Balneário Piçarras, abrange uma territorialidade que vai além da demarcação geopolítica definida pelo município, estendendo-se às comunidades afro-brasileiras das cidades da região da Foz do Rio Itajaí-Açu e da região de Itapocu em Araquari. As comunidades que abrangem essa territorialidade estão ligadas pela manifestação cultural da comunidade afro-brasileira e pelo parentesco. Os rituais da festa são expressões dessa territorialidade, que reforçam os laços entre os indivíduos e os espaços que ocupam, e que são fundamentais para a preservação da tradição da cultura afro-brasileira na região. Para Silva (1994), a festa implicava não especificamente um espaço geopolítico, mas sim a área que era percorrida com as bandeiras, arrecadando os donativos para a festa, abrangendo toda a região do Vale do Itajaí. Na entrevista concedida a José Bento Rosa da Silva, Rosa Maria dos Santos enfoca a participação de pessoas de diferentes lugares:

Era uma festa muito bonita. Vinha gente de tudo o quanto era lugar: Naquele tempo o pessoal vivia da lavoura. Então quer dizer que bem antes eles já estavam se arrumando, se aprontando para ir naquela festa. Era uma festa muito falada, era um divertimento para todo mundo. Todo mundo falava, todo mundo participava. Naquele tempo, era um povo unido (Silva, 1994, p. 52).

Carvalho (2012, p. 39), ao analisar a territorialidade da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Itapocu e o Grupo Catumbi, destaca que são manifestações que preservam a memória e cultura da comunidade negra de Itapocu, em Araquari<sup>25</sup>, em um território geográfico estabelecido onde ocorrem as celebrações. Porém, a manifestação ao culto à Nossa Senhora do Rosário ocupa uma territorialidade que vai além de Itapocu, pois não se restringe apenas àquele território, pois há relações culturais e de parentesco que une os grupos nessa territorialidade (Carvalho, 2012, p. 39).

Por meio de sua pesquisa, Carvalho (2012) aponta que há na região de Itapocu comunidades negras, possivelmente remanescentes de quilombos que abrangiam municípios circunvizinhos a Araquari e que constituem uma ampla territorialidade por questões culturais e de parentesco e vinculam-se à Festa de Nossa Senhora do Rosário. As manifestações da Irmandade e do grupo Catumbi podem ser vistas como representação desse grupo, como uma territorialidade.

---

<sup>25</sup> O grupo Catumbi de Itapocu participa da festa de Nossa Senhora do Rosário em Balneário Piçarras desde 1995, atuando como grupo cantante e dançante, uma vez que a cidade não possui um grupo local para acompanhar a celebração. Mais adiante, este texto traz informações sobre o grupo.

Ana Paula da Silva (2020, p. 31) aponta, em sua pesquisa sobre o Grupo Catumbi de Itapocu, o entusiasmo da comunidade ao receber, em 2019, a certificação como Comunidade Remanescente Quilombola pela Fundação Palmares. Esse reconhecimento tem como objetivo promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos com influência negra na formação do país. Após o envio dos documentos pela comunidade e a comprovação da veracidade, a certificação é concedida. Receber essa certificação é importante para a comunidade de Itapocu, pois confere visibilidade e empoderamento às pessoas que, durante muito tempo, tiveram seu espaço negado e silenciado. “Abre um faixo de luz para esta região há tantos anos enraizada no discurso de branqueamento e de que aos negros e aos indígenas não havia um discurso possível de pertencimento” (Silva, 2020, p. 31).

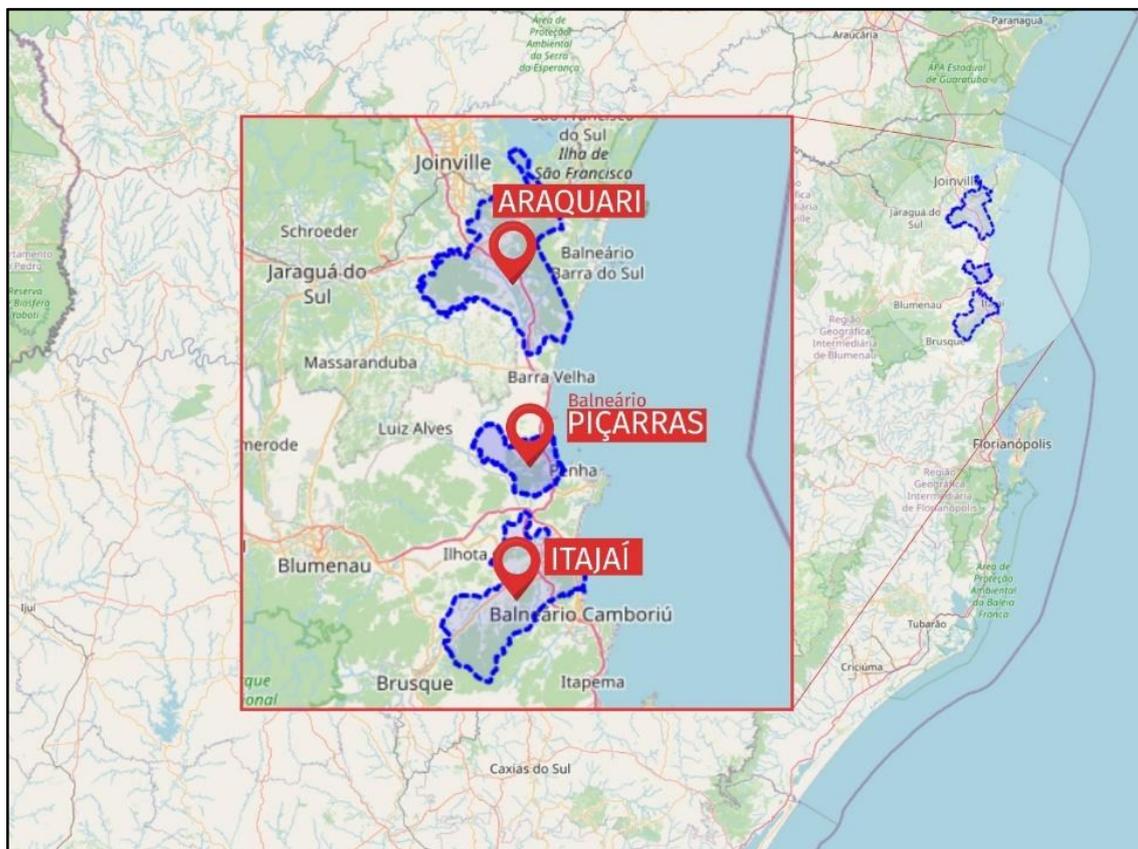
Da mesma forma que a festa em Itapocu, a Festa de Balneário Piçarras estende sua territorialidade<sup>26</sup> para além do espaço geopolítico do município. Ao estabelecer os limites político-administrativos, esses não foram motivos para separar a comunidade negra, “pois o que as mantém ligadas está para além desses limites; estão no campo das relações culturais, religiosas, étnicas, econômicas e sociais, em suma, estão no campo da territorialidade” (Carvalho, 2012, p. 41). Assim, as comunidades continuaram, durante décadas, com lutas e resistências, ocupando seu espaço além dessas fronteiras geográficas e políticas estabelecidas, unidas por uma identidade afro-brasileira. Como nos mostram Santos e Silveira (2001), território denomina-se a extensão apropriada e utilizada, mas o conceito de territorialidade vai além, significando “pertencer àquilo que nos pertence”, havendo um sentimento que ultrapassa a existência do Estado e a ideia de pertencimento àquele espaço ocupado, que não é definido por fronteiras. O trecho a seguir, da entrevista com a Tânia Rodrigues, retrata essa territorialidade onde a festa acontecia:

Sim, da parte do meu pai...Da parte do meu pai já fazia. Já fazia parte da história, fazia parte da história. Ele...Vinhem de... Da pedra de Amolar. Daí, tudo a festa, para fazer a festa. Faziam a festa em Navegantes, faziam em Itajaí. E depois é que veio a festa pra Penha. Mas era conhecida...Eu era criança, já vinha a festa aqui no Santo Antônio, vinha com a minha mãe. Naquela época, eu já tinha o tempo todo da Dona “Cuxa”, assim, né? Do pai do Domingos. Já... já existia essa festa. Já era no Santo Antônio, já era no Santo Antônio. Que era ali... Era os Ignácio. Eram eles que faziam a festa aqui, no Santo Antônio, eles que faziam. Eu era criança, eu vinha com a minha mãe na festa aqui, na família do Domingos (Tânia Rodrigues, 2024).

---

<sup>26</sup> Para Sarita Albagli (2004, p. 28), o conceito de territorialidade diz respeito às relações entre indivíduos ou grupos sociais e o espaço ao seu redor, podendo se manifestar em diferentes escalas geográficas, como uma localidade, região ou país. Ela expressa um sentimento de pertencimento e um modo de agir dentro de determinado espaço. No nível individual, envolve o espaço pessoal, considerado muitas vezes inviolável, enquanto no nível coletivo a territorialidade serve para regular interações sociais e fortalecer a identidade do grupo ou comunidade.

Figura 10 – Mapa que indica as três cidades de Santa Catarina onde, atualmente, ocorre a Festa de Nossa Senhora do Rosário



Fonte: mapa produzido por Oficina Box (2025).

Uma territorialidade os unia pelos laços de parentesco e pelas manifestações culturais. Na década de 1960, com a emancipação das regiões de Penha e Piçarras e a redefinição de seus limites geopolíticos, ocorreu um movimento de redimensionamento da festa. Assim, a territorialidade da festa não se limitou ao espaço físico onde ocorria, mas se conectou às memórias, à ancestralidade e às redes de sociabilidade que a sustentavam ao longo do tempo. Desse modo, as pessoas continuam unidas pelos laços que as constituem, preservando essa conexão até a atualidade.

## **CAPÍTULO 3 - VIVA O REI E A RAINHA: UM OLHAR SOBRE A FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO EM BALNEÁRIO PIÇARRAS**

### **3.1 Saberes transmitidos pela oralidade**

Neste capítulo apresento a Festa de Nossa Senhora do Rosário na atualidade, festa que ocorre na região de Balneário Piçarras há décadas e que abrange uma territorialidade além dos limites geopolíticos do município, pois envolve famílias afro-brasileiras de várias cidades circunvizinhas e de outras cidades mais distantes. Essas famílias estão unidas não somente pelo parentesco, mas também pelas questões culturais. Apresento várias gerações que compartilharam suas memórias por meio desta pesquisa. Destaco também a presença das mulheres, que desempenham um papel fundamental na preservação da festa e na sua organização. Ao mesmo tempo, há uma preocupação dessas diferentes gerações em preservar a cultura, com os mais velhos servindo de referência para a nova geração, que também vai conquistando seu espaço.

As narrativas dos entrevistados, por meio da rememoração, possibilitaram o relato das experiências vividas. Essas memórias, construídas historicamente, são narradas no presente. Neste trabalho, trazemos à tona a festa, suas memórias do passado e as experiências vividas. Através das narrativas dos participantes, observa-se que a festa, hoje, representa uma resignificação, uma mistura de elementos que foram se modificando ao longo do tempo. Embora os elementos constituintes da festa permaneçam, eles sofreram transformações. Através das entrevistas, foi possível compreender a importância e as lutas envolvidas na realização da festa todos os anos.

Para Portelli (1997b), há um pluralismo na história oral por meio da construção de várias abordagens a partir da subjetividade em cada relato. Além disso, na narrativa há uma construção de memória social, com referências identitárias que recriam diferentes olhares sobre a realidade vivida; “[...] a história oral tende a representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que pedaços são diferentes, porém formam um todo coerente depois de reunidos” (Portelli, 1997b, p. 27). Dessa maneira, as histórias narradas a partir memórias dos participantes da festa geram reflexões que nos permitem compreender o processo de resignificação das festas afro-brasileiras ao longo do tempo, evidenciando como elas se tornaram meios de coesão social para o grupo, espaços de pertencimento e de resistência.

Nesse momento os argumentos de Portelli (1996) nos guiam em relação à importância da história oral, pois ela evidencia a palavra, a memória e a consciência; e expressa a experiência pessoal do indivíduo e sua história na sociedade, gerando uma ampliação de versões que permite ampliar o conhecimento e a informação. O processo da memória, de lembrar por meio da história oral, é um processo de construção que possibilita a ressignificação de determinados acontecimentos do passado, auxiliando-nos a pensar acerca de como as memórias permanecem silenciadas e, por alguns motivos, irrompem quando encontram respaldo e condições, auxiliando, dessa maneira, a questionar as interpretações dominantes no campo da historiografia. E é por meio dessas memórias que são fornecidos elementos para repensar as narrativas construídas pelos grupos dominantes.

A história oral e as memórias, pois, não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. A dificuldade para organizar estas possibilidades em esquemas compreensíveis e rigorosos indica que, a todo momento, na mente das pessoas se apresentam diferentes destinos possíveis. Qualquer sujeito percebe estas possibilidades à sua maneira, e se orienta de modo diferente em relação a elas (Portelli, 1996, p. 9).

As diferenças de cada indivíduo revelam que a sociedade não é uniforme, mas um mosaico, no qual cada pessoa, com suas particularidades, assemelha-se em algum aspecto ao outro, em um reconhecimento da realidade construída subjetivamente. Ao problematizar a festa do Rosário da região de Penha e Balneário Piçarras por meio das narrativas, evidenciam-se a devoção, as celebrações, as resistências e as transformações ocorridas ao longo do tempo, o que nos permite compreender os laços que unem a comunidade negra dentro dessa territorialidade.

### **3.2 Rememoração: narrativas da festa**

As entrevistas concedidas para a dissertação tiveram como norte os aportes metodológicos da história oral. Para Alberti (2004), a utilização da história oral se justifica em uma investigação científica, na articulação com o projeto de pesquisa, sendo necessário um preparo com as questões a serem discutidas, sendo também fundamental rigor e ética para aplicar esse método de investigação. Algumas questões são importantes e devem ser analisadas, como conhecer o objeto de estudo previamente para entender o que será investigado e quem serão os entrevistados, e nessa seleção identificar depoimentos significativos que possam fornecer dados do que está sendo investigado.

Uma das formas de conhecer e investigar a Festa de Nossa Senhora do Rosário é por meio da história oral, considerando que os relatos de acontecimentos do passado constituem narrativas no presente, possibilitando a rememoração desse passado a partir dos elementos da memória. A longa permanência dessas festas, praticadas até os dias atuais, é um elemento que nos faz refletir sobre as mudanças e ressignificações que essa manifestação sofreu ao longo do tempo, bem como sobre a importância do registro das memórias daqueles que dela participam. Através da história oral, é possível transformar a memória em narrativas, as quais se configuram como fontes históricas que possibilitam o conhecimento do passado.

A lembrança é resultado de um processo coletivo, estando inserida em um contexto social específico e, para ter significado, ela precisa estar ligada à memória coletiva. Entretanto, a lembrança é reconstrução, pois não é uma repetição das vivências do passado, mas sim um diálogo que revisita as múltiplas memórias. A memória coletiva é que garante a integração do indivíduo com seu grupo social e fornece os dados para que ele se integre ao meio. “Entretanto, não é na história aprendida, é na história vivida que se apoia nossa memória” (Halbwachs, 1990, p. 60). A lembrança individual é interligada à recordação, ao vivido, e não se constitui sozinha, mas se consolida com o grupo social ao qual o indivíduo pertence, sendo essa lembrança composta por elementos de outras memórias e pensamentos apropriados.

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum (Halbwachs, 1990, p. 34).

Para Halbwachs (1990), a memória é um produto social, em que características ou fatos sociais, espaciais e temporais são compartilhados ou assimilados. E a memória coletiva fornece elementos para a constituição das memórias individuais que são interligadas a diferentes contextos/espacos sociais, gerando uma ressignificação nesse contexto em que ela está inserida; e se manifesta a partir da lembrança do grupo social, chamado grupo de referência, sempre construída em grupo, sendo que a memória individual é a percepção da memória coletiva. Assim, a memória estaria contida na sociedade que a reconstrói e a lembrança é resultado de um processo coletivo, estando inserida em um contexto social específico. A sociedade é constituída de uma memória coletiva, a qual está ligada às memórias individuais que formam a identidade de um grupo social. Desse modo, o indivíduo se percebe como sujeito pertencente a essa sociedade.

Para elaboração da proposta metodológica a partir da mobilização das memórias, foram analisadas as entrevistas de Ivo Rodrigues, Domingos Ignácio e Marilda Ignácio, disponibilizadas pela Fundação Municipal de Cultura e realizadas pelo projeto “Mestre dos Saberes”. Já as entrevistas com Ivya Fátima Rodrigues, Maria Conceição Pereira, Tânia de Fátima da Silva Rodrigues e Maria das Graças Ignácio foram realizadas especificamente para esta pesquisa. Essas narrativas apresentam elementos fundamentais para a análise da festa. Além disso, a escolha por entrevistar mais mulheres busca valorizar o envolvimento feminino na organização da festa.

A seleção das entrevistas foi orientada pelo envolvimento das participantes com a Festa de Nossa Senhora do Rosário. Buscou-se contemplar mulheres com participação direta na organização da festividade e que possuíssem uma trajetória de vínculo familiar com a celebração, ou seja, que suas famílias já tivessem participado da festa em gerações anteriores. Após a definição das entrevistadas, foram elaboradas as questões norteadoras da pesquisa, com o objetivo de obter relatos sobre suas trajetórias na festa, suas memórias de infância e juventude, e as lembranças relacionadas à participação familiar na prática festiva. Buscou-se com a entrevista que compartilhassem informações sobre o grupo responsável pela organização da festa, os preparativos necessários, o processo de escolha do rei e da rainha, o desenvolvimento da cerimônia e o envolvimento dos padres e da comunidade nas celebrações, bem como os símbolos presentes na festividade. Além disso, foi perguntado sobre as lutas e resistências enfrentadas ao longo do tempo para a continuidade da festa. As entrevistas foram realizadas no ano de 2024. As entrevistas já disponíveis no acervo da Fundação Municipal de Cultura, realizadas entre 2023 e 2024, também foram analisadas com o objetivo de identificar os elementos da festa narrados pelos participantes, e contribuíram para a análise da pesquisa.

As narrativas sobre a festa evidenciam a importância desse evento para a comunidade afro-brasileira, como um encontro que os une, por laços de parentesco e pela identificação étnico-racial. Acima de tudo, as narrativas expressam o orgulho em fazer parte de uma celebração que atravessa gerações, evidenciando o protagonismo do povo negro na história da cidade.

A primeira entrevistada, Maria das Graças Ignácio, foi ouvida em 2024. Mulher negra, nasceu em 1962 em Balneário Piçarras e viveu toda a sua vida no bairro Nossa Senhora da Conceição. Sua escolha como participante da pesquisa deve-se ao fato de sua história estar diretamente ligada à Festa de Nossa Senhora do Rosário, uma vez que sua família participa da festividade há décadas. Maria é sobrinha do Domingos Ignácio, cuja entrevista também compõe

esta pesquisa. Em seu relato, Maria das Graças compartilha como a festa esteve presente ao longo da história familiar, destacando lembranças da adolescência, quando se recorda de ouvir os homens tocando tambores e entoando cantos durante a procissão.

Figura 11 – Maria das Graças Ignácio, durante a entrevista na Fundação Municipal de Cultura



Fonte: acervo de Pedro Garcia (2024).

A segunda entrevistada foi Tânia de Fátima da Silva Rodrigues, que nasceu em 1959 em Itajaí. Ela carrega em seu legado a rica tradição de sua família na Festa de Nossa Senhora do Rosário, tendo sido rainha da festa em 1994. Sobrinha de Armágio Amâncio da Silva e Odair Silva da Rosa, conhecida como Lóca, ela guarda com carinho as lembranças mais significativas de sua trajetória, especialmente quando seus tios confiaram a ela e seu esposo, Ivo Rodrigues, a organização da festa. A Figura 12 mostra o casal Armágio Amâncio da Silva e Odair Silva da Rosa durante a coroação, quando a festa ainda era na Penha.

Figura 12 – Coroação de Armágio Amâncio da Silva e Odair Silva da Rosa na igreja Nossa Senhora da Penha, na cidade de Penha



Fonte: acervo da família Rodrigues (1986).

Tânia é uma mulher de fé inabalável em Nossa Senhora do Rosário e, ao lado do seu marido, trabalhou arduamente para criar seus filhos, que participaram ativamente da festa. Desde criança, ela acompanhava a festa com seus pais, e já adulta foi rainha da festa, o que reforça ainda mais o seu compromisso com a tradição. Tânia fala com orgulho sobre sua luta para garantir que a festa continue a ser celebrada pelas futuras gerações. Em sua caminhada, ela compartilha as dificuldades enfrentadas, e destaca a perseverança necessária para superar os desafios e manter viva essa importante festa. Ela enfatiza o papel fundamental das mulheres na organização da festa, lembrando que, no passado, outras mulheres desempenharam esse papel. Tânia destaca ainda que essa responsabilidade é transmitida às novas gerações, garantindo a continuidade e o fortalecimento do legado das mulheres na celebração de Nossa Senhora do Rosário.

Figura 13 – Tânia Rodrigues durante a entrevista em sua residência



Fonte: acervo de Pedro Garcia (2024).

A terceira entrevistada foi Ívia Fátima Rodrigues, que nasceu em 1983 em Itajaí. Ela representa a nova geração envolvida na Festa de Nossa Senhora do Rosário. Filha de Tânia de Fátima Rodrigues e Ivo Rodrigues, ela é formada em Enfermagem, com mestrado na área, e atualmente trabalha na Secretaria de Saúde de Balneário Piçarras, além de ser professora universitária. Ívia destaca que falar sobre a festa do Rosário é falar sobre sua própria vida, pois participa da celebração desde a infância, quando acompanhava o cortejo. Em 2000, aos 18 anos, foi rainha da festa, um papel que a motivou a incentivar e fortalecer toda uma geração de jovens a se envolver na celebração. Para Ívia, a festa tem um significado profundo de luta contra o preconceito, sendo uma forma de resistência do povo negro ao longo do tempo. Ela enfatiza a importância da festa como um símbolo de resistência cultural e também de autoestima para a população afro-brasileira. Segundo ela, a festa é um momento de celebração e reconhecimento, um espaço onde todos podem se ver e orgulhar-se de sua identidade. Ívia acredita que a festa deva ser reconhecida em todos os espaços, para que mais pessoas a conheçam, participem e entendam seu verdadeiro significado para a cidade. Ela também reforça que a festa e toda a cultura que ela carrega podem ser incorporadas ao espaço escolar, para que as crianças negras se reconheçam e sintam-se motivadas a participar desse importante movimento.

Figura 14 – Ivia Rodrigues durante a entrevista em sua residência



Fonte: acervo de Pedro Garcia (2024).

A quarta entrevistada foi Maria Conceição Pereira, que nasceu em 1954 em Itajaí. Ela é reconhecida como uma importante organizadora da Festa do Rosário desde a década de 1990, tendo sido coroada rainha na festa em 2017. Professora da rede estadual, hoje aposentada, desempenhou um papel relevante na promoção de uma educação antirracista. É fundadora do Instituto de Inclusão Social Isabel Costa, em Itajaí, onde desenvolveu pesquisas voltadas à população negra. Sempre esteve envolvida em debates sobre políticas públicas de igualdade racial. Atualmente, é responsável pelo cerimonial da festa e pela coordenação do diálogo com os padres, função que compartilha com a nova geração, em sua maioria composta por seus parentes. Para Conceição, essa caminhada sempre foi uma luta e muitos desafios precisaram ser enfrentados, especialmente em relação aos padres que eram párocos da igreja. Segundo ela, o Padre Celso Antônio Marquetti e o Padre Fabian Marcelino Capistrano sempre foram grandes aliados, oferecendo sugestões para a elaboração do cerimonial e contribuindo para a realização da festa. Para Conceição, a festa tem um grande significado na luta contra o racismo, e isso

precisa ser afirmado sempre, com tudo o que é preparado para transmitir essa mensagem tão necessária.

Figura 15 – Maria Conceição Pereira, durante a entrevista em sua residência



Fonte: acervo de Pedro Garcia (2024).

Agora apresento os entrevistados pela Fundação Municipal de Cultura para o projeto “Mestre dos Saberes” em 2023<sup>27</sup>. Ivo Rodrigues foi entrevistado em 2023. Ele nasceu em 1955 em Balneário Piçarras e é casado com Tânia de Fátima da Silva Rodrigues. Ele relata que seu pai era pescador e sua mãe costureira. Na sua narrativa, ele expõe a vida na região de Piçarras, lembrando da abundância do pescado no passado e da ausência de alguns produtos, como a maçã, que somente se conseguia indo buscar em Itajaí. Ele também menciona seu avô materno, Cândido, que morava na região da Lagoa, interior de Balneário Piçarras, e era um homem de posses, e também relata o quanto seus pais eram conhecidos na cidade. Ivo participa ativamente da festa desde que ela acontecia na região de Penha e Piçarras, relatando sua caminhada na festa e seu envolvimento nas comemorações ao longo dos anos. Após serem coroados rei e rainha em 1994, Ivo e Tânia receberam de seus familiares a responsabilidade de dar continuidade a festa em Piçarras. Por meio da memória, Ivo rememora a lembrança de sua infância, pois ao participar da festa com seus familiares, todos estavam inseridos no contexto religioso de

---

<sup>27</sup> A Fundação Municipal de Cultura de Balneário Piçarras tem o projeto “Mestre dos Saberes e Fazeres”, que é acompanhado pelo Conselho Municipal de Política Cultural e pela Câmara Setorial de Patrimônio Cultural, o qual tem seu arquivo entrevistas de muitos moradores da cidade. É um Projeto de Lei, sob o n. 22/2010, e que instituiu o Registro dos Mestres do Saberes e Fazeres do Município de Balneário Piçarras, apresentado pelo vereador Mauricio Koche e aprovado em 5 de março de 2010.

preservar essa tradição, e as crianças não poderiam ficar de fora. Ele relata que mesmo com as dificuldades, a distância que eles percorriam até a igreja era a pé.

Figura 16 – Ivo Rodrigues, em entrevista a Fundação Municipal de Cultura



Fonte: acervo de Pedro Garcia (2023).

Em 2024 foi entrevistado Domingos Ignácio. Ele nasceu em Balneário Piçarras em 1952, participa da Festa de Nossa Senhora do Rosário desde a infância e traz em sua história familiar um envolvimento há gerações, pois o avô já organizava a festa na região. Em 2024, ele foi coroado rei da festa, e sua esposa, Ana Ignácio, rainha. Durante a entrevista, ele relatou como sua família sempre esteve profundamente envolvida na festividade na região de Balneário Piçarras. Lembrou, com orgulho, da participação de seu avô, pai e irmãos no grupo Moçambique durante as celebrações. Domingos também destacou sua trajetória como o primeiro vereador negro eleito na cidade, refletindo sobre as manifestações do preconceito na sociedade e a necessidade constante de resistência e luta da comunidade negra contra o racismo. Além disso, compartilhou suas percepções sobre as transformações da festa ao longo das décadas, observando que, embora os tempos atuais trazem novas formas de organização, quando sua mãe foi rainha da festa tudo era mais simples, porém, sempre carregado de muita fé e devoção à Nossa Senhora do Rosário.

Figura 17 – Domingos Ignácio, durante a entrevista na Fundação Municipal de Cultura



Fonte: acervo de Pedro Garcia (2024).

Em 2024, foi realizada a entrevista com Marilda Madalena de Souza, nascida em Santos, São Paulo, neta de Antônio Ignácio. Sua mãe, Alda Madalena de Souza, e seu irmão, Jorge Antônio de Souza Filho, foram rei e rainha da Festa de Nossa Senhora do Rosário em 1995. Durante a entrevista, Marilda narrou a história de sua família na região de Balneário Piçarras, pelo lado materno. Desde a infância, ela e sua família visitavam a região, até que sua mãe retornou definitivamente à cidade. A partir de então, passou a acompanhar a celebração da festa ao lado de seus familiares. Marilda relatou sua participação na festividade e destacou a sua importância tanto para sua família quanto para a comunidade local. Ela comentou também sobre as situações de preconceito mais evidentes no passado, frequentemente expressas por meio de proibições impostas pelos padres, e enfatizou a relevância da luta contra o preconceito e o racismo, considerando a festa como uma das formas de valorização da cultura negra.

Figura 18 – Marilda de Souza durante a entrevista a Fundação Municipal de Cultura, em sua residência



Fonte: acervo de Pedro Garcia (2024).

A Festa de Nossa Senhora do Rosário é celebrada na região há décadas, mas, desde 1995, em Balneário Piçarras, passou a ser realizada de forma ininterrupta, com exceção em 2020, ano da pandemia COVID-19. A celebração é organizada por Ivo Rodrigues, Tânia Rodrigues, Maria Conceição Pereira, Mauricio Fernando da Rosa, Demian Belizário e Maria Paulina da Silva, com a colaboração de outras famílias afro-brasileiras da região, que também desempenham um papel fundamental na organização do evento. É um momento de manifestação da comunidade negra, bem como um momento de enaltecimento e valorização da cultura negra da cidade de Balneário Piçarras e região. Dessa forma, a festa começa a ser organizada em Piçarras, já que a família Rodrigues mora na cidade (Sebastião, 2000). Maria Conceição Pereira é uma das importantes organizadoras da festa, desde que ela passou a ser celebrada em Balneário Piçarras.

Maria Conceição Pereira, moradora de Itajaí é uma das organizadoras da festa de Piçarras, explica a transferência da festa de Penha para o de Piçarras. Ela diz que a festa já estava em decadência, quando em 1991, o rei Armágio Amâncio da Silva, o Tio Mágico, insistiu para que o Ivo Rodrigues continuasse a tradição da festa. Inicialmente Ivo ficou indeciso. Em 1994, quando ele foi rei, aceitou o desafio, porém com a condição que a festa fosse realizada em Balneário Piçarras (Sebastião, 2000, p. 34).

Ainda segundo Ivo, havia dificuldade em promover o evento na Penha, visto que o pároco, Padre Albano José Kohler, não aceitava elementos da cultura afro-brasileira na realização da festa, ou seja, havia um tensionamento entre as imposições e poder da Igreja Católica e o grupo que organiza a festa. Ivo Rodrigues (2023), durante a entrevista, enfatiza que, por outro lado, houve aceitação imediata do Padre Celso Antônio Marquetti na realização da festa na Igreja Matriz de Balneário Piçarras em 1995.

E voltamos para cá de novo, até porque na época, quem fez questão de trazer para cá - o pároco aqui era o padre Celso - e, conversando com ele: “Não vocês vão ver... traz pra cá que eu vou dar apoio”... E fizemos bastante tempo aqui em Piçarras. E daí, também por uma questão de paróquia, fomos para Santo Antônio, porque fomos convidados lá também por um outro padre que também fazia questão... Padre Fabian, Padre Fabian, hoje ainda estamos lá em Santo Antônio, estamos lá e estamos fazendo (Ivo Rodrigues, 2023).

Nesse trecho, Ivo ressalta a importância do papel do padre na recepção e organização da festa, sem preconceitos e com a aceitação dos elementos afro-brasileiros que compõem a Festa de Nossa Senhora do Rosário, que há séculos acontece no Brasil. Ivo Rodrigues ressalta a importância em trazer a festa para a cidade de Balneário Piçarras, pois quando foi coroado rei na última festa na Penha, assumiu o compromisso da realização da festa nessa cidade. “Nós temos a festa de Nossa Senhora do Rosário, que nós estamos trazendo aqui em Piçarras já há 25 anos. É 25 anos, ou um pouco mais, sempre existiu” (Rodrigues, 2023). Quando a festa passou a ser realizada em Balneário Piçarras, em 1995, ela acontecia na Igreja Matriz Nossa Senhora da Paz, sendo o Padre Celso Antônio Marquetti<sup>28</sup> figura fundamental para a sua realização. No livro de Sebastião (2000) fica evidente a participação do padre Celso na celebração, que passa a ocorrer oficialmente na Igreja Matriz. Destaca-se, ainda, o fato de o sacerdote incorporar elementos da cultura afro-brasileira em sua paramentação, sinalizando respeito e valorização das expressões culturais presentes na festa.

Igualmente, o grupo de cantos, formado por pessoas negras, está integrado a nova realidade negra: ‘Valeu Zumbi, o grito forte dos Palmares que correu terra, céus e mares influenciando a abolição. [...] Hoje a igreja é Kizomba, é batuque, canto e dança...’, assim é o ‘canto de entrada’ da missa da festa de 1999. (Sebastião, 2000, p. 35).

---

<sup>28</sup> O Padre Celso Antônio Marquetti faz parte da congregação Diocesanos Presbíteros, e foi Pároco da Igreja matriz Nossa Senhora da Paz de 1994 a 2001.

Há uma dimensão simbólica na celebração, que, com muito axé, palmas, cantos e expressões de fé, fala da resistência do povo negro e sua luta histórica contra o racismo, mantendo viva a esperança por dias melhores. Segundo os relatos das entrevistas, esse discurso de resistência permanece presente nas celebrações até os dias atuais, tendo sido fortemente incentivado pelo Padre Celso Marquetti, que sempre encorajou os organizadores da festa a incorporar essas questões durante as celebrações. O depoimento de Maria Conceição Pereira<sup>29</sup> traz elementos importantes que corroboram com a narrativa de Ivo Rodrigues quanto à relevância e a aceitação do pároco nas celebrações, bem como o incentivo para inserir um discurso voltado à luta contra o racismo e que promova a reflexão da comunidade presente na festa.

Não, ele...quando eu comecei, o padre Celso aceitava, e ele que, cada vez mais, sempre incentivava que o Catumbi também estivesse dentro da igreja. Depois que ele saiu, mesmo em Piçarras, mesmo na Igreja Matriz, tivemos alguns conflitos com os padres, mas aí a gente já tinha dado alguns passos, alguns avanços. A gente já tinha autorização do arcebispo, que era, na época, o Dom Angélico de Blumenau, responsável por toda aquela cúria, que também fez parte da Irmandade dos Homens Pretos, em São Paulo. Então os padres, eles não tinham como negar. O bispo era Dom Angélico, Angélico Sândalo. Inclusive, naquela foto ele aparece no altar com o padre Celso. Ele veio no ano 2000. Ele veio a convite do padre Celso, conhecer a missa, porque o padre Celso sabia que ele tinha feito parte da Irmandade dos Homens Pretos de São Paulo, e convidou, e ele veio conhecer a missa. E dali ele ficou alguns anos com a gente, vindo todos os anos, até quando ele voltou pra São Paulo. É, porque ele sendo, ele era bispo, e ele era o responsável pela diocese que abrange Penha, Piçarras, Blumenau, toda aquela região. Então, na Igreja Católica, ele era tipo a autoridade maior, e nós tínhamos todo apoio dele. Inclusive, ele dava sugestões do que fazer na missa, sabe? Tem uma missa, eu não sei, não? é do ano 2000, que o Ato Penitencial, a gente faz com um grupo de crianças. Elas entram na igreja vestidas de mendigo, de pedintes, de criança de rua, e elas começam a pedir dinheiro e pedir esmola dentro da igreja, incomodar mesmo as pessoas. E aí tem uma moça branca, loira, uma menina do grupo de jovens, que ela está lá plantada no meio da igreja. Até que uma hora ela se manifesta, como no ato de revolta: “O senhor não vai fazer nada? Tira esses sujus daqui, põe pra fora!” E a igreja fica paralisada, né? E aí ele faz o pedido de perdão em cima da fala dessa moça. E aí as crianças vão se despindo daqueles trajes de mendigo e sobem ao altar vestida como crianças normais. E ele dava sugestões. Ele perguntava para o Padre Celso: “O que é que vai ter esse ano? Como é que vai ser?” Então, sempre incentivou - não só participou, como incentivou muito, bastante (Maria Conceição Pereira, 2024).

Nessa narrativa também fica evidente que, mesmo após a saída do Padre Celso, que tanto incentivou e colaborou com a realização da festa, outros padres que assumiram a paróquia não possuíam a mesma aceitação. Ainda assim, a continuidade e o fortalecimento da festividade foram possíveis graças à atuação do grupo organizador, que soube mobilizar alianças e construir

---

<sup>29</sup> Entrevista concedida a Rosa Maria Toller por Maria Conceição Pereira em dezembro de 2024, em sua casa, na cidade de Itajaí.

pontes com lideranças da Igreja Católica. Um exemplo significativo dessa articulação foi o apoio do Bispo Dom Angélico Sândalo Bernardino. A partir de sua participação em diversas missas, a festa conquistou não apenas visibilidade, mas também legitimidade e aprovação institucional dentro da Igreja. Esse contexto revela não apenas a importância do apoio dos padres, mas também a habilidade do grupo em negociar, dialogar e agir politicamente em defesa da celebração, o que evidencia a luta da comunidade afro-brasileira organizadora, que, por meio do diálogo, da resistência e da negociação conseguiu manter, adaptar e fortalecer a celebração ao longo do tempo. A Figura 19 retrata o dia da festa com a presença do Padre Celso Marquetti e do Bispo Dom Angélico Sândalo Bernardino. É interessante notar que ambos usam o eketê.

As memórias de Tânia de Fátima Rodrigues<sup>30</sup> carregam uma história de décadas de caminhada na festa. Desde sua infância, ao lado de sua família, ela expressa orgulho pela trajetória da festa ao longo do tempo. No entanto, ela pontua com tristeza as lutas enfrentadas para garantir a continuidade da festa, devido ao preconceito enfrentado.

Sim, sim, mas, assim, mais a gente foi insistente e perseverante. E não deixou que aquilo acabasse. Que não deixasse. O preconceito maior nós já tivemos na igreja aqui, tá? Que já...já foi o preconceito, que, quando o padre disse que era muita bagunça... não era bagunça, porque sempre, toda a vida, a missa que foi às sete, seis, cinco e meia - e já paramos o samba, tu tá entendendo? Tem que ir à missa às 07h00, e isso aí nós respeitamos toda vida (Tânia Rodrigues, 2024).

Figura 19 – Foto da Missa no dia da Festa de Nossa Senhora do Rosário, com a presença do Padre Celso Marquetti e do Bispo Dom Angélico Sândalo Bernardino



Fonte: acervo de Maria Conceição Pereira (2000).

<sup>30</sup> Entrevista concedida por Tânia de Fátima Rodrigues em dezembro de 2024, em sua casa, em Balneário Piçarras.

Ivia Rodrigues<sup>31</sup>, também durante a entrevista, narrou situações de preconceito enfrentadas ao longo do tempo:

Muitas, muitas... por muitas vezes o padre não quis, por muitas vezes mandou parar a música, por muitas vezes não quis lembrar, e por muitas vezes disseram que a gente estava fazendo festa de macumba. E aí eu entendo que a festa de macumba é parte da nossa história afro-brasileira, e que foi uma das formas de manifestação religiosa para não ser tão discriminado, que a Festa do Rosário se consolidou, entendeu? A gente gosta de dançar, de bater palma, de rir - esse é o nosso povo. É o mesmo que falar para a cultura alemã: “Não toca em bandinha.” Não tem sentido. Mas parece que aquela cultura é normal, a minha não (Ivia Rodrigues, 2024).

Ambas as falas refletem o preconceito da sociedade, o que também está presente entre os representantes da Igreja, pois os elementos afro-brasileiros que compõem toda a festa são, muitas vezes, encarados como “bagunça”. Há uma luta constante com estratégias para garantir a continuidade da festa.

Figura 20 – Igreja Santo Antônio de Pádua, em Balneário Piçarras



Fonte: acervo de Cleiton Reinert (2023).

A definição de espaço público a ser utilizado para a realização da festa passou por inúmeras mudanças. A celebração, que antes acontecia na Igreja Matriz Nossa Senhora da Paz, entre 1995 e 2008, passou a ser realizada na Igreja Santo Antônio de Pádua, a partir de 2009, a convite do Padre Fabian Marcelo Capistrano, que atuou nessa paróquia de 2008 a 2012. O

<sup>31</sup> Entrevista concedida a Rosa Maria Toller por Ivia Rodrigues em dezembro de 2024, em sua casa, em Balneário Piçarras. Ela é filha de Tânia Rodrigues e Ivo Rodrigues.

almoço passou a ser servido no salão paroquial da igreja, onde a festa acontece até hoje. Da mesma forma, a organização do cortejo também sofreu alterações ao longo do tempo. Antes, era necessário atravessar uma avenida, o que dificultava o percurso da procissão, e atualmente ela tem início em uma casa próxima à igreja, residência de Hélio Teixeira e Clarice Teixeira, parceiros da festa há muitos anos.

Desde 2022 o celebrante da Festa de Nossa Senhora do Rosário é o Padre Éder Fabrício Lorenço, sacerdote negro que assumiu a função de substituir o pároco nessa celebração. Ele exerce seu sacerdócio em Curitiba e desloca-se anualmente para realizar a missa de coroação do rei e da rainha do Rosário. Além da sua identificação étnico-racial, o padre demonstra expressivo apoio à celebração. Para a comunidade negra que realiza a festa, é uma grande satisfação estar com esse celebrante, que tanto colabora. Afinal, foram diversas situações de preconceito enfrentadas ao longo das décadas.

Figura 21 – Padre Éder Fabrício Lourenço, celebrando a missa em 2024



Fonte: acervo de Cleiton Reinert (2024).

Conceição relata o processo que culminou com a chegada do Padre Éder, destacando a importância de sua atuação:

Olha, o Padre Eder caiu ali por acaso. Teve um ano que nós tínhamos ali um padre no Santo Antônio, ele era, se não me engano, polonês. Ai, gente! Que homem racista! Ele era o pároco. Então, com toda aquela dificuldade... Mas aí ele viaja. Ele viaja. Eu soube isso na semana que ele ia viajar e que outro padre vinha rezar missa. [...] Aí comecei a conversar com padre Eder por mensagem, tudo isso. Daí ele veio, assim: a melhor missa desses três anos, e já se comprometeu com a gente que ele virá rezar

ano que vem. E, como ele trabalha no seminário em Curitiba, ele é paroquiano. E ele disse no seminário assim: “Como foi que polonês branco é assim”? Ele disse que, um dia, com uma turma de ex-seminaristas, falando assim de macumba... E vocês sabem que é macumba: é o nome de um instrumento. Por que toda essa rejeição ao nome? Que o nome da religião é Umbanda. É que eles fazem oferendas. A gente faz oferenda, e nós oferecemos aos nossos santos. Nós não acendemos as nossas velas? Nós não fazemos as nossas preces? Não fazemos as nossas procissões, ao nosso jeito? Eles têm um jeito deles de fazer. Leva muito esse tema... decerto que logo sou frito lá. E ele caiu assim, por acaso (Maria Conceição Pereira, 2024).

Nesse trecho da narrativa, Conceição relata a chegada do Padre Éder à comunidade como um fator extremamente positivo, após experiências negativas de um pároco racista. Padre Éder demonstrou empatia e abertura para dialogar com os organizadores da festa. Sua postura crítica ao preconceito religioso e ao racismo foi bem recebida pela comunidade, que valorizou sua presença e já conta com ele anualmente para as celebrações.

### 3.3 Reisado do Rosário: resistência e devoção

Perguntei para Ivia Rodrigues qual o significado da festa, então ela respondeu:

Naquele dia, que todo mundo sentiu bonito - que é criança, que usa cabelo crespo, que na escola é feio - lá ela é linda. Ela é mais uma linda, que, se ela for de cabelo preso na festa ou também não for, mas, ela vai de cabelo solto. Que o menino que queria fazer uma trança, ele guarda para fazer a trança, para usar no dia da festa. Quiser usar o turbante, você usar uma maquiagem forte, quiser usar muita bijuteria, o que quiser usar - é nesse dia, é um dia de explosão, que fala de autoestima, de explosão de autoestima (Ivia Rodrigues, 2024).

Essa narrativa possibilita entender o profundo significado da Festa de Nossa Senhora do Rosário para a comunidade negra, principalmente no que diz respeito à valorização da autoestima. Para ela, esse dia proporciona o pertencimento, sendo um momento de afirmação da beleza e da identidade negra, um momento em que as crianças e jovens podem se expressar livremente. É um espaço, segundo ela, de “explosão de autoestima”, pois a celebração se reflete na construção da identidade positiva. E vai além de uma festa religiosa, é um momento de resistência e afirmação da cultura afro-brasileira.

A festa representa um ato de resistência e afirmação positiva da história da população negra, o que fica evidente na narrativa de Marilda Souza, que durante a entrevista destaca a valorização e o sentimento de pertencimento que a festa proporciona, descrevendo-a como um evento rico em significado, em contraste com a ênfase histórica no sofrimento, que por muito tempo predominou. Ao ser perguntada sobre a valorização da cultura negra, ela afirma:

Ah, com certeza! É porque eu acho que antigamente não era fácil para o negro sobreviver, né? Por tudo que ele passava. Até pelo que a gente estudava - nos estudos, eles mostravam que o negro sofrido, o negro sendo judiado. Mas hoje, não. Eles... mesmo a gente trazendo essa festa, nós trazemos o lado mais humano. Tá mudando a visão do homem hoje em questão ao negro, à vida dele em sociedade, e dentro da sociedade (Marilda Souza, 2024).

Para ela, participar da festa é um momento muito especial, é a fé em Nossa Senhora e o sentimento de pertencimento que fazem sentido naquele momento.

Da minha mãe, foi muito emocionante para nós, como filho, né? Eu carreguei até a bandeira! Nossa, foi muito especial! Muito, muito especial mesmo! Foi uma coisa que nunca tinha vivido. Mesmo que você participe, mas, quando você está ali, naquele momento, é através da Nossa Senhora do Rosário que nos dá força, esperança, e muitos vêm em busca de uma cura, né? Que é uma crença. O pessoal confia muito na Senhora do Rosário, fazem até promessa, e, tem a sua graça, acompanha a festa até hoje (Marilda Souza, 2024).

Para adentrar o universo da festa e obter dados para a pesquisa, participei de vários encontros desde 2023, assim que meu projeto de pesquisa foi definido. Conversei com os organizadores, que prontamente permitiram minha presença. Os encontros foram promovidos pela comunidade afro-brasileira, que organiza a festa. Essas observações possibilitaram entender as diferentes relações entre os participantes da festa. Esse momento proporcionou experiências em contextos diversos, permitindo uma melhor compreensão das práticas da festa e do dinamismo na sua organização.

A festa apresenta um cronograma previamente estabelecido que estrutura as funções e papéis dos participantes de acordo com as atribuições dentro do rito. A partir da memória dos entrevistados, apresentarei em detalhes o processo de organização da festa, que inclui a escolha do rei e da rainha, que ocorre um ano antes da coroação, desde o momento simbólico do salvamento do rei, passando pela realização das novenas e culminando na coroação no dia do evento festivo. Farei uma descrição do cortejo, analisando os elementos que antecedem o evento a partir da minha observação direta e das entrevistas realizadas com os praticantes da festa.

A escolha do rei e da rainha se dá de várias maneiras, segundo Conceição:

A gente faz essa escolha, tipo, antes da festa acontecer, que é para poder anunciar no dia da missa. E daí? Acontece de várias maneiras. Tem pessoas que se oferecem, tem pessoas que têm promessa, pessoas que têm vontade de ser. E, sempre que há mais de um nome, a gente sorteia, sorteia. Mas eu lembro só de um sorteio. Os outros sempre aparecem um casal, ou um casal é convidado por algum motivo, né, como foi esse ano (Maria Conceição Pereira, 2024).

O rei e a rainha são os participantes de maior destaque na festa, pois eles guiam as pessoas até o dia da festa, fazem a divulgação e conseguem as doações para servir no almoço de confraternização no dia da coroação. São os personagens centrais da festa (Goulart, 1990). Eles são escolhidos previamente, e isso representa muito respeito pelo fato de ser escolhido, e nesse reinado de trabalho eles organizarão a festa no decorrer do ano. É interessante pontuar que a festa é feita por convite, e cabe ao rei e à rainha entregarem os convites. Ivo Rodrigues explica que a festa acontece anualmente em Balneário Piçarras, desde 1995, onde há a escolha de um casal de reis, havendo também o grupo que organiza, que auxilia o casal de reis durante o ano, até a data do evento.

Nós temos, esse ano...nós, no domingo passado, nós fizemos o salvamento do rei, o salvamento do rei e o quê? É que é o ponto inicial da festa. Daí, o rei e a rainha eles oferecem um almoço e a bebida, e cada um leva o que bebe. E ali se coloca, todos os juizes são convidados para a festa, para aquele momento, e ali se começa a festa. Ali, todo mundo se compromete com a festa (Ivo Rodrigues, 2023).

Nesse relato, Ivo evidencia o compromisso de cada um na organização da festa e destaca a importância do envolvimento no início dos preparativos e a responsabilidade individual para que a festa possa acontecer com sucesso.

No ano de 2024, o salvamento do rei aconteceu no dia 18 de maio e foi o primeiro evento que deu início à festa do Rosário. Para os meses seguintes, estão previstas a arguição do mastro na véspera da festa, a celebração com a missa de coroação e um almoço festivo. “O reinado dura todo o ano que antecede a coroação, neste momento são escolhidos os reis e rainhas do Rosário que na maior parte das vezes são membros da comunidade negra que tenham se destacado e tido relevância dentre seus pares” (Costa, 2023, p. 26). Esse encontro conta com a presença da irmandade, do rei e da rainha. A celebração inclui orações à Nossa Senhora do Rosário, cânticos em sua homenagem e a leitura de passagens bíblicas selecionadas ao momento. A cerimonialista, que também pertence às famílias que tradicionalmente celebraram a festa, destaca a importância cultural afro-brasileira da celebração, enfatizando-a como uma forma de resistência contra a violência enfrentada pelos negros no país. A festa é vista como um espaço de acolhimento e união dentro da comunidade afro-brasileira, incluindo todos aqueles que se solidarizam na luta contra o preconceito. Dessa maneira, é interessante citar a tese de Livia Nascimento Monteiro, que analisou as festas de Congada e Moçambique de Piedade do Rio Grande, em Minas Gerais, mostrando como essas festas evidenciam a mobilização e afirmação da identidade negra. O ativismo negro está presente nas narrativas,

danças e músicas, e, por meio disso, a luta contra o racismo. “As festas do Rosário no tempo presente continuam sendo reinventadas pela geração empoderada, que associa à festa a luta contra a discriminação, pela liberdade e igualdade (Monteiro, 2016, p. 234).

Em maio o rei e a rainha recebem a coroa, e iniciam-se os preparativos da festa.

Eles vão receber a coroa para começar a trabalhar pela festa e a festa. O Reisado do Rosário é um reisado de trabalho. Não é um Reisado de mando, de soberba, não, é de trabalho. Qual é o trabalho deles? Trabalhar pela festa, divulgar, esclarecer e fazer várias visitas às pessoas que vão trabalhar com eles no cortejo. É fazer esse trabalho, que culmina com a missa e o almoço. É pedir as doações, é pedir, porque a gente nunca quis fugir do original, que, depois de libertação dos escravos e tudo isso, um levava um frango, um levava um marreco, um levava um porco, um dava um boi. O almoço sempre foi feito com doações. E é isso que a gente mantém até hoje. Passou-se a cobrar essa cerveja, foi a briga de alguns anos. É porque a bebida, a gente tem compromisso com a comida. A bebida é a parte, gente, tira esse peso dos reis, que é o caso de uma festa que é bebida e comida. Aí, passamos, a gente faz, mantém essa questão das doações (Maria Conceição Pereira, 2024).

É interessante perceber que é um “reisado de trabalho”, não um “reisado de mando”, como enfatiza a Conceição. Há nesse momento toda uma organização de equipe de trabalho, que são os pajens que acompanharão o rei e a rainha nessa caminhada até a coroação. Por meio das entrevistas realizadas, aponta-se a importância desse momento, pois ele reúne, agrega em torno de um único objetivo, que é que a festa aconteça.

Outro ponto relevante presente na narrativa diz respeito à permanência das doações e a transformação que isso sofreu ao longo do tempo. Embora a prática da doação permaneça, a forma como ela se realiza foi se modificando com o passar dos anos. Isso reforça a coletividade, especialmente no pós-abolição, que pessoas negras libertas organizavam a celebração por meio da contribuição de cada participante. Manter a tradição das doações representa a valorização da cultura afro-brasileira, reafirmando a força em preservar seus modos próprios de celebração.

Podemos perceber a continuidade das doações ao longo do tempo na entrevista da Alcina Figueredo, nascida em 1923 e entrevistada pela Fundação Municipal de Cultura em 2010. Nessa entrevista, ela fala sobre a doação para a festa e a participação da comunidade em torno dela.

Aí, o seu João Antônio Nicolau, pai da Maria Regina, ele ia fazer a Festa de Nossa Senhora do Rosário, era perto do Natal, ele era o festeiro e o Arno era assim com eles, né. Então ele passou a mão na porca, botou na corda e deu de presente pro seu Antônio Nicolau, fazer a festa (Alcina Figueredo, 2010).

Percebe-se, assim, que há várias permanências na organização da festa que se mantêm, principalmente no que se refere ao angariar as doações para o almoço festivo, como já foi

comentado nesta dissertação. Ao mesmo tempo em que hoje tudo é mais fácil, pois segundo Domingos Ignácio<sup>32</sup> disse em sua entrevista, antigamente era diferente:

É! Casa em casa, convidar! Aham! Porque não tinha como fazer um convite, não tinha nada! (risos) Era tudo de boca! Era tudo assim! Era! E, parece que a festa era mais fácil de fazer do que agora! É incrível que pareça! É! Porque, ali, assim, ó, um dava um porco, uma galinha, um ovinho pra tu fazer...; claro, o que precisava de fazer, uma farinha, um arroz. Então, é, dinheiro envolvia pouco; se envolvia bem pouco dinheiro! Porque não se gastava muito dinheiro, também. Então, se fazia a festa, com aquilo que a comunidade doava. A festa era feita, assim! E, hoje é bem diferente! Hoje, é totalmente diferente! (Domingos Ignácio, 2024).

A prática das doações tem permeado a festa há décadas. Domingos relata o tempo em que sua mãe, Maria Olívia Ignácio, foi rainha, na década de 1960, destacando esse modo de organização, que culmina no almoço comunitário, e que permanece até os dias atuais.

José Ferreira da Silva (1971), ao escrever sobre as comemorações da Festa de Nossa Senhora do Rosário na região da Penha, afirma que: “Após as solenidades religiosas, havia o banquete na casa dos festeiros, onde as danças, as cantorias e as músicas se prolongavam por todo o resto do dia, entrando pela noite adentro e só terminando ao alvorecer do dia seguinte” (Silva, 1971, p. 21). Havia a missa cantada, com a presença de autoridades convidadas, dos imperadores e dos festeiros, todos em procissão, e a Nossa Senhora do Rosário, carregada no andor com flores e fitas, tudo isso acompanhado pelos músicos e dançadores, que acompanhavam o compasso do capitão. Eles vestiam saiote feitos com fitas e papel de seda coloridos, e com espelhos colados que brilhavam ao dançar, “uma espécie de congada, levada muito a sério e praticada com todo o respeito e devoção” (Silva, 1971, p. 21).

No livro *Negras memórias*, de José Bento Rosa da Silva (1996), há trechos das narrativas recolhidas pelo historiador com pessoas que participaram da Festa de Nossa Senhora do Rosário na região de Penha, no decorrer do século XX. Em um desses trechos, “Tia Lóca”, como era chamada, fala sobre a festa. A narrativa apresenta elementos importantes, sendo um deles o momento da refeição dentro do contexto da festa. A fartura simboliza riqueza, abundância e partilha, representando um aspecto central da celebração. A entrevistada compartilha suas lembranças:

---

<sup>32</sup> Domingos Ignácio foi entrevistado pela Fundação Municipal de Cultura em 2024, e sua entrevista foi disponibilizada ao público.

A comida era toda no tacho [...] servia nos tachos e nos cochos direto. A única mesa era para servir os reis. Só a mesa dos reis! Os outros comiam assim, à vontade. [...] naquele tempo tinha muita fartura: era cocho de galinha, cocho de carne de porco, cocho de carne de boi. Não era brincadeira não. Aqueles cochos de botar açúcar, aquilo era cheio de comida... o pessoal pegava ali a vontade (Silva, 1996, p. 29).

E na Festa de Nossa Senhora do Rosário em Piçarras o almoço de confraternização é um momento muito importante, no qual é servida gratuitamente uma refeição a todos os presentes.

Porque essa festa, a gente dá o almoço - o almoço para todas as pessoas que ali estiverem, que dá uma faixa de 600, 500 pessoas, 600 hoje. O almoço todo de graça: refrigerante, água. A bebida se cobra, mas não visando lucro, só trocando seis por meia dúzia, só repassando. Só para pagar a despesa de gelo - que tem quem existir um gelo e tal - mas não se leva lucro. É o que se ganha, o que se doa, o que sobra da festa, financeiramente, fica na igreja. Ninguém fica com um centavo. Por quê? Vou te dizer o porquê. Porque essa festa da Nossa Senhora do Rosário era a festa dos escravos. Eles comemoravam essa festa no dia 26 de dezembro. Por quê? Eles faziam essa festa aproveitando as sobras das festas natalinas dos senhores (Ivo Rodrigues, 2023).

A prática do almoço festivo foi mantida ao longo de toda a história da Festa de Nossa Senhora do Rosário, simbolizando a abundância possibilitada pela coletividade. Esse momento carrega um sentido de reparação histórica, contrastando com o passado em que, conforme os relatos, à população negra restavam apenas “as sobras das festas natalinas dos senhores”. Trata-se de uma celebração que ocorre após a coroação, marcada pelo compartilhamento da refeição com todos que contribuíram e participaram da festividade.

Figura 22 – Momento do almoço festivo após a missa de coroação



Fonte: acervo de Cleiton Reinert (2017).

Na atualidade, a preparação do almoço é realizada por um grupo responsável pela organização da festa, que se dedica já nos dias anteriores que antecedem a celebração. Também é uma responsabilidade do rei e da rainha e seus ajudantes, os quais se encarregam de arrecadar, por meio de doações, os alimentos que serão preparados para o almoço festivo.

Outra tradição na festa é servir a concertada, que hoje é preparada por Ivo Rodrigues, que durante a entrevista narrou que aprendeu a prepará-la com seus tios.

Eu posso dizer com que eu faço. Agora, tu acertar o ponto é outra história. A concertada é o seguinte: uma cachaça - de preferência, da cachaça boa, cachaça boa, forte, cravo, canela, gengibre e açúcar caramelizado. Isso é o que eu uso para fazer. Agora, o ponto é meu. Eu aprendi com meu tio e minha tia, que moravam nesta casa aqui, que hoje eu moro. Ele fazia... interessante, ele fazia, mas passava uma pessoa na rua... “Fulano? faz favor, vem aqui um pouquinho?” Ele ia lá, levava pra ele... “Experimenta, diz o que tu me diz disso aqui...” Ele não bebia, nunca bebeu, , nunca fumou, e ele fazia e dava tudo certo. E eu vim aqui, senti o cheiro, e eu acho foi pelo cheiro que eu peguei o esquemazinho e fui fazendo. Agora, eles não querem fazer. Não sei quem vai fazer depois (Ivo Rodrigues, 2023).

Nota-se, na fala do Ivo, a preocupação de que a nova geração aprenda a preparar a concertada, já que hoje na região ele é o único que prepara.

Nesse dia 18 de maio de 2024, data do salvamento do rei, foi apresentado o casal real do ano de 2024, Domingos Ignácio e Ana Ignácio, casal negro, ambos de famílias que tradicionalmente participam da festa e que demonstraram imensa satisfação em serem escolhidos como rei e a rainha. O Sr. Domingos Ignácio é o primeiro vereador negro do município, assumindo a câmara de vereadores em 2021 a 2024. Cabe ao rei e à rainha guiar todo o grupo, com a missão de proteger o povo, enfatizando a fé em Nossa Senhora do Rosário. Eles também fazem a divulgação da festa no decorrer do período que a antecede. Esse é o momento de celebrar as tradições do povo afro-brasileiro como forma de luta pela liberdade e igualdade, um tema enfatizado de maneira incisiva no decorrer desse evento. Durante esse encontro, há um forte sentimento de pertencimento ao grupo e acolhimento entre os membros da irmandade. Eles reforçam sua identidade afro-brasileira por meio desse encontro, que simboliza o início das comemorações da festa do Rosário na cidade. Domingos Ignácio responde ao ser indagado sobre o que move a festa: “É a fé! É a fé e a vontade de fazer a festa! E, se não tiver vontade, fica em casa; não vai fazer, nem começa, aí! Tem que ter vontade e a fé, mas, a fé é que envolve mais, ainda; a fé é muito importante!” (Domingos Ignácio, 2024).

O rei e a rainha são personagens principais da festividade, e o primeiro casal de juízes, tradicionalmente convidados pelo casal real, assumem a responsabilidade de apoio direto à

organização. Em casos de impedimento ou ausência do rei ou da rainha, esse casal assume esse papel. O juiz de mastro, também escolhido pelo casal real, tem a atribuição específica de ornamentar o mastro na véspera da celebração (Goulart, 1990). Os primeiros juizes são considerados as segundas lideranças na hierarquia da festa, oferecendo suporte direto ao casal real, com o auxílio dos segundos juizes. O pajem masculino e o pajem feminino acompanham o rei e a rainha lado a lado durante a procissão, sendo responsáveis por carregar as coroas. Cabe a eles prestar toda a assistência necessária ao casal real ao longo da celebração. Os demais integrantes do cortejo seguem o casal real.

Do ponto de vista coletivo, a festa é um momento especial, em que se destaca a hierarquia social onde os indivíduos representam papéis que se interpõem como diferença explícita entre si e os demais da comunidade: ser Rei, ser Juiz do mastro, ser alguém. É o respeito que se coloca visível, marcando os papéis e modos de ação. Ao Rei, por exemplo, todos, no dia da festa, obedecem e dele acatam as ordens (Goulart, 1990, p. 87).

Para a autora, há toda uma estrutura simbólica durante a festividade, na qual os papéis desempenhados pelos participantes são marcados por prestígio, configurando autoridade legitimada pela comunidade praticante da festa. Nesse contexto, o rei assume simbolicamente a centralidade durante a celebração.

Figura 23 – Cortejo real com seus participantes durante a procissão da Festa do Rosário



Fonte: acervo do Jornal do Comércio (2005).

Maria Conceição Pereira (2024), durante a entrevista, especifica a organização do cortejo. Indagada sobre a indicação dos participantes e se o convite parte do rei e da rainha, ela afirma:

Convidam, eles convidam, e normalmente eles convidam com a função de que os que eles têm, os pajens, que são pessoas que ajudam os reis e até mesmo no dia da missa, na festa. Nós já tivemos uma rainha que desmaiou durante a missa. Eles estão ali para prestar uma ajuda aos fiéis. O casal de primeiro juiz, são os casais que se comprometem com reis para assumir a festa. Ficou doente, por quase morrer e desistir, quem assume é o casal de primeiro juiz. Aí vem o segundo juiz, aí vem o juiz de mastro, o juiz de trabalho que ajuda eles na organização, no sábado arrumar o salão, tudo isso, quer dizer, eles se responsabilizam em chamar os outros e tudo isso (Conceição Pereira, 2024).

Nesse primeiro encontro ocorre a formação do cortejo, que desempenha papéis de honra e trabalho, sendo responsável por amparar, oferecer segurança e angariar doações para a festa. O casal real é saudado com muitos aplausos e emoção; em seguida vem o casal de pajens, jovens participantes, seguidos pelo casal de primeiros e segundos juizes, o casal de juiz do mastro e, por fim, os casais de juizes ajudantes, que são numerosos.

No dia do salvamento do rei, em invocação à Nossa Senhora do Rosário, que é considerada a rainha da festa, reza-se uma dezena do terço e cantam-se louvores dedicados à santa. A música, acompanhada pelo som do pandeiro, torna-se uma forma de comunicação com o divino. Trata-se de um instante marcado por profundo louvor e devoção. Em seguida, é concedida a palavra ao rei e à rainha do Rosário. O rei começa emocionado, agradecendo a todos, destacando o privilégio de ser rei aos 71 anos e a importância de celebrar com sua família naquele momento. Ele enfatiza a importância dos jovens em manter viva a festa, valorizando as tradições familiares. O rei e a rainha são aplaudidos pelos presentes.

Nesse momento, fica evidente que o grupo está preocupado com a participação dos jovens e crianças nos diferentes momentos da festa. São netos, filhos e sobrinhos das famílias organizadoras da festa, que mantêm as tradições de geração em geração, na esperança de preservar a celebração. Uma participante da festa, Ivia, pede a palavra para enfatizar a importância da família do rei e da rainha na festa, destacando como isso enaltece a ancestralidade das famílias negras que participam da celebração há décadas. Essa é a primeira parte da festa, e nesse momento se dá de fato o início do reinado do rei e da rainha do ano.

A partir desse evento, dá-se início a toda a organização da festa, que envolve inúmeras pessoas, as quais auxiliarão o rei e a rainha na preparação do evento. Isso inclui o preparo do

cortejo, a busca por doações e a preparação do ato litúrgico. Ou seja, é necessário um planejamento detalhado até o dia da festa.

Figura 24 – Salvamento do rei em 2024



Fonte: acervo da autora (2024).

Ao longo desse período, que começa com o salvamento do rei, há toda uma organização envolvendo o rei, a rainha, os juízes e a comunidade negra em geral que participa da festa. O rei e rainha mobilizam a comunidade, visitando tanto famílias negras quanto não negras da cidade e região. Na Festa de Piçarras, participam as famílias da cidade, além de pessoas vindas de Itajaí e Joinville, muitas delas parentes das famílias da cidade, que dão continuidade à festa. A equipe de Itajaí, composta por Demian Belizário, Maria Conceição Pereira e Maria Paulina da Silva, são hoje os responsáveis pela organização da festa, no que diz respeito ao cerimonial. Conceição foi organizadora por décadas e agora atua como conselheira do grupo, colaborando na organização junto à Igreja e discutindo os detalhes do ato litúrgico com o padre. Esse momento reflete a territorialidade da comunidade negra, evidenciando a reconstrução de laços historicamente desfeitos. Agora, esses laços se reúnem em torno da festa,

fortalecendo a identidade coletiva da comunidade e gerando novos vínculos, tanto no espaço público quanto no privado (Costa, 2023, p. 60).

Figura 25 – Programação das atividades da Festa de Nossa Senhora do Rosário

 ATIVIDADES EM HONRA À NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO 2025					
ATIVIDADE	DATA	HORÁRIO	RESPONSÁVEL	LOCAL	RESP. CORTEJO
Salvamento	06/04/2025	12hs	Mara, Viní, Rosa, Val	Benjamin Franklin Pereira, 410. São João. Itajaí	TODOS
1-Novena	10/05/2025	19hs	Naiara e Andervan*	Raul de Souza, 171. Cidade Nova-Itajaí	TODOS SÃO CONVIDADOS
2-Novena	31/05/2025	19hs	Tia Conceição	Rua Jorge Mattos, nº339. Centro. Itajaí	
Festa de Santo Antônio	15/06/2025	19hs	Cortejo e Carol	Paróquia Santo Antônio de Pádua Rua Adolfo Cabral, 460. Santo Antônio. Balneário Piçarras	TODOS
3-Novena	28/06/2025	19hs	Tio Júnior e Jacqueline	Rua Rodolfo Kucker, nº465. São Vicente. Itajaí	TODOS SÃO CONVIDADOS
4-Novena	12/07/2025	19hs	Ary e Cláudia	Rua 1401, nº70; Ap.201; Centro. Balneário Camboriú	TODOS SÃO CONVIDADOS
5-Novena	26/07/2025	19hs	Jamille e Jefferson	Itajaí, local a confirmar	TODOS SÃO CONVIDADOS
6-Novena	16/08/2025	19hs	Salete	João Melquiades, nº222. São João. Itajaí	TODOS SÃO CONVIDADOS
7-Novena	30/08/2025	19hs	Raquel e Família	Itajaí, local a confirmar	TODOS SÃO CONVIDADOS
8-Novena	27/09/2025	19hs	Mayckon e Bianca	Galdino de Borba, nº 208. Cordeiros. Itajaí	TODOS SÃO CONVIDADOS
9-Novena	11/10/2025	19hs	Maria de Lourdes e Irmandade do Rosário Piçarras	Rua nº650 ou Vereador Ludgero Figueiredo nº147, Balneário Piçarras	TODOS SÃO CONVIDADOS
Erguimento do Mastro	25/10/2025	16hs	Muillar e Pauline	Paróquia Santo Antônio de Pádua, Piçarras Rua Adolfo Cabral, 460. Santo Antônio. Balneário Piçarras	TODOS
Missa e Festa de Nossa Senhora do Rosário	26/10/2025	08:30hs	Irmandade do Rosário	Paróquia Santo Antônio de Pádua, Piçarras Rua Adolfo Cabral, 460. Santo Antônio. Balneário Piçarras	TODOS

Fonte: elaborada pelos participantes da festa e recebida da Fundação Municipal de Cultura de Piçarras (2025).

No ano de 2025, após o evento do salvamento do rei, foi lançada a programação da festa sob a liderança do casal real Maria Paulina Pereira da Silva e Vinícius Passos da Silva. A elaboração dessa programação desempenha um papel importante na prática festiva, pois reflete o planejamento coletivo entre os praticantes da festa e demais membros da comunidade envolvidos na realização da celebração. Trata-se de um documento que formaliza os ritos, as celebrações e as atividades culturais, contribuindo para a preservação e continuidade da tradição. Além disso, a programação revela a dinâmica religiosa do grupo, articulando elementos simbólicos que conferem sentido à festividade. A Figura 25 apresenta a programação do evento.

Durante o período que antecede a festa, acontecem as novenas, nas quais os participantes se reúnem para fazer preces, cantar e louvar em honra à Nossa Senhora do Rosário. Nesse momento, reza-se um terço, leem-se textos bíblicos e são feitas as reflexões, sempre

pautadas na luta do povo negro durante sua trajetória. A novena acontece primeiramente na casa do rei e depois na casa de outro integrante da festa, ocorrendo várias novenas até o final da festa. Há poucos participantes nesse primeiro momento, mas pessoas da comunidade e de outras cidades vizinhas comparecem. Ao final da novena, é servido um prato principal para a confraternização do grupo, sempre com doações dos participantes. As novenas representam o catolicismo nas festas populares afro-brasileiras. Durante a realização das novenas, os símbolos que representam a Festa de Nossa Senhora do Rosário estão presentes, como as coroas e a imagem da santa. Esse é o momento da preparação para o grande dia da festa, que culmina com a coroação do rei e da rainha.

Figura 26 – Momento da novena em outubro de 2024



Fonte: acervo de Danielle Garcia (2024).

Nesse momento, percebe-se a importância das mulheres na organização da festa, pois, nesses encontros que antecedem a celebração, há uma unidade, laços que foram construídos ao longo de gerações e que representam o ponto agregador dessa comunidade. É ali que os organizadores da festa pensam nas ações e em todos os preparativos para o grande dia, sendo a participação feminina fundamental. É nesses espaços que os saberes ancestrais são evidenciados.

A autora Isabel Cristina da Costa Silva (2017), ao estudar as mulheres no Congado no interior de Minas Gerais, observa, por meio das narrativas, que nas famílias há a manutenção da ancestralidade e que as matriarcas do Congado são detentoras dos saberes do grupo. Esses saberes são transmitidos nos encontros para os preparativos da festa, e elas se tornam zeladoras da cultura ancestral, reacendendo o pertencimento étnico.

As senhoras de fé e de festa no Congado podem ser comparadas as matriarca(s) africanas que, zelosas cuidam dos seus e ensinam os mais jovens as suas histórias ancestrais, a mantê-las presentes junto ao arsenal de recordações que comporão o seu processo identitário, sua conexão com a religiosidade, com os santos protetores, referendando que, mais que um momento de externar sua devoção, o Congado é um momento de ressignificação permanente da sua negritude e de seu protagonismo (Silva, 2017, p. 229).

Ao fazer o paralelo entre a festa do Congado, pesquisada pela autora, e a Festa de Nossa Senhora do Rosário em Balneário Piçarras, sob a perspectiva da participação feminina, percebe-se que há elementos que se assemelham. As mulheres são mantenedoras da história e da memória da festa, construída no cotidiano ao longo do ano e durante os preparativos para a celebração. Como afirma Silva (2017, p. 227), “são elas as mantenedoras dos vínculos identitários, familiares, religiosos que estão presentes nessa prática cultural [...]”. Corroborando essa perspectiva, Ivía Rodrigues, em entrevista, destaca que a festa sempre foi gerenciada por mulheres, mencionando com afeto as figuras femininas de sua família que, historicamente, estiveram envolvidas na organização e preservação desse evento religioso.

Eu acho que ela sempre foi uma festa gerenciada por mulheres. Uma vez a gente teve como exemplo muito grande a tia Lôca, a minha vó, a dona Cema. A gente teve mulheres gigantes, assim, que tomavam conta de tudo e, quando tudo dava errado, elas resolviam entre elas, sabe? Tipo: “Vamos lá na casa da Lôca agora, sentar e conversar.” Ali, elas resolviam entre elas. E a tia Dina... então nós temos mulheres assim, icônicas, que resolveram tudo a vida inteira. Então, desta forma, acontece. A festa não existe sem as mulheres. Ponto, né? Então, elas dão conta de tudo. De tudo. Então, não é necessário - não estou desmerecendo nenhum tipo de gênero, né? Por que a festa é mais a autoestima feminina do que masculina. As mulheres têm uma necessidade de pôr... Raquel, Zana... elas veem a necessidade de continuar o legado da mãe delas. A minha mãe, da mesma forma. E eu faria da mesma forma. A minha prima, da mesma forma. A minha tia foi pajem cinco vezes, então, pra minha prima é essencial a festa. A Pauline...a mãe dela. A Kelly... a mãe dela foi rainha. Avó dela foi a vida inteira. A gente fala: “Descascador oficial de batata da seleção”, porque era a senhora que pegava a sua faca e já estava lá, o dia inteiro, descascando de tudo, o dia inteiro, sentadinha, quieta, conversando com as outras. É legado pra gente. É essencial. A minha filha vê isso: “Mãe, eu não vou ter nada para fazer?” Vai. A gente via achar um trecho pra ti, calma. A minha sobrinha também. Então a gente tem essa necessidade de estar na festa (Ivía Rodrigues, 2024).

Conceição Pereira reflete que, na história de luta do povo negro, as mulheres desempenharam um papel fundamental desde o período da escravidão, evidenciando sua atuação central na resistência e luta por liberdade, como ela exemplifica ao se referir à Dandara. Ao recordar das pretas rezadeiras e das cozinheiras, destaca-se o protagonismo dessas mulheres nos rituais, na espiritualidade e na preservação das práticas culturais de matriz africana.

Olha, eu diria: de toda a organização, de toda a organização. Até porque na questão racial, na questão negra, as mulheres sempre foram elas que tomaram as decisões - as maiores, né? Na libertação dos escravos. A libertação dos escravos não começa com a assinatura da Lei Áurea. Começa com a mobilização das mulheres negras, que lavavam, passavam, engomavam, ganhavam um dinheirinho e compravam as cartas de alforria dos maridos, dos companheiros. Então, desde que saíram de África, as mulheres, elas sempre...as mulheres negras - elas sempre tiveram um domínio. As pretas velhas, rezadeiras, as cozinheiras...então elas.... Zumbi, o grande nome, mas por trás de Zumbi tinha Dandara. É, se for ver toda a história, os homens tinham a força. Eles tinham coragem de dizer, mas quem orquestrava nos bastidores eram as mulheres. E, ainda hoje, na festa do Rosário, se tu for numa reunião, que fala é a mulherada. Risos... (Maria Conceição Pereira, 2024)

A partir das entrevistas, percebe-se que as mulheres têm um papel primordial na preservação da Festa de Nossa Senhora do Rosário. Elas estão envolvidas em todas as etapas da organização, desde o preparo dos alimentos para o almoço festivo até a elaboração da decoração e a condução das celebrações. Ivya Rodrigues destaca, em seu depoimento, que as mulheres ao longo das gerações, sempre foram centrais na organização e difusão da festa, e que suas avós, tias e outras lideranças femininas no grupo são respeitadas pela sua atuação. Com sua presença, essas mulheres sustentam a luta pela continuidade da tradição. Mesmo que não ocupem um lugar de destaque, elas têm um papel fundamental no festejo, pois, durante o ano de reinado, o rei e a rainha da festa compartilham a mesma posição simbólica até a cerimônia da coroação.

Figura 27 – Momento da celebração na Igreja Nossa Senhora da Paz, com a entrada na igreja de Iracema Pereira e Maria de Lourdes da Silva Rodrigues, conhecida como vó Dóca



Fonte: acervo de Ivo Rodrigues (2000).

A rainha tem um papel muito importante na celebração. Ela decide muitas questões relacionadas ao evento, dentre elas está a cor da roupa que usará, sempre fazendo referência ao manto de Nossa Senhora, escolhendo o azul ou o rosa. Para Tânia, as cores enaltecem a fé em Nossa Senhora do Rosário.

A rainha, ela só, ela pode usar duas cores. Ela só pode usar o azul ou só pode usar rosa. Tu tá entendendo? Porque a cor da Nossa Senhora. É acordo. Aí ela escolhe uma cor. Se ela, a rainha vier de azul, o cortejo vem de rosa. E, se ela escolher, vir de rosa, o cortejo é de azul. O que não pode é o cortejo usar a mesma cor da rainha. Então o destaque, é a rainha (Tânia Rodrigues, 2024).

Esse trecho narrado por Tânia revela as regras simbólicas que envolvem a escolha das cores no cortejo da festa, especificamente no que diz respeito ao papel da rainha. Ela destaca a importância do simbolismo das cores, que estão associadas à figura central da festa. Trata-se de uma tradição consolidada, segundo a qual o cortejo não pode usar a mesma cor escolhida pela rainha. A organização das cores, ligadas ao manto de Nossa Senhora, é uma manifestação de respeito e autoridade, evidenciando que a festa cria rituais específicos que conferem densidade temporal, organização, e cria estruturas e laços comunitários. Nessa perspectiva, as festas podem ser analisadas como expressões narrativas que organizam a experiência temporal coletiva, reforçando identidades culturais e sociais. Como afirma Ricoeur (1994, p. 15), “O tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal”. Assim, as festas podem ser compreendidas como narrativas vivas que articulam o tempo humano, conectando passado, presente e futuro.

Na Figura 28 observa-se a rainha, seguida pelo cortejo, evidenciando a cor oposta àquela escolhida pela rainha, reforçando a hierarquia simbólica do evento.

Há vários símbolos que são tradicionais na Festa de Nossa Senhora do Rosário, e o mastro ornamentado é um desses símbolos. No passado, ele era fixado na frente da igreja onde acontecia a celebração, mas na atualidade esse elemento da festa passou por adaptações. No sábado à noite, antes da festa, há a preparação de um jantar em enaltecimento do levante do mastro. Cabe ao juiz do mastro, que é escolhido pelo rei, enfeitá-lo. Segundo a narrativa de Ivo Rodrigues, ele recorda que se escolhia a melhor árvore, que era cortada e utilizada para construir o mastro, sendo minuciosamente enfeitada para a festa. O termo “antigamente”, presente no relato, refere-se a sua vivência na festa, remetendo a uma memória coletiva, evocando também um discurso de nostalgia de valorização da tradição.

Juiz de mastro que antigamente - hoje a gente já não faz isso - antigamente a gente fazia um mastro, uma árvore, um pau de mastro, e ali aquele pau era enfeitado com flores, como se fosse...com flores enfeitando. E aí ele plantava. Era função dele ir no mato, sei lá, em algum lugar, nalgum lugar. Ele ia plantar na frente da igreja ou do salão, num ponto onde a festa seria celebrada. E ali era obrigação dele de enfeitar aquele pau ali, aquele mastro. Aí, é ali começa a festa, naquele momento: “Hoje vai lá, agora vamos celebrar o mastro.” Aí ele dava uma janta. Por exemplo, a festa é no domingo, ele dava a janta de sábado. Todo mundo estava em função, já no sábado, do trabalho. Terminava os trabalhos sábado: “Agora vamos comer e fazer a refeição da noite”, que era a janta servida pelo juiz de mastro (Ivo Rodrigues, 2023).

Figura 28 – A rainha e o rei a frente do cortejo



Fonte: acervo de Cleiton Reinert (2023).

A narrativa do Domingos Ignácio corrobora com a descrição apresentada anteriormente:

Eram umas nove horas, mais ou menos. Aí, chegava, assim, por exemplo, iam, lá, na, Itajuba... sabe o que eles faziam? Vocês não vão acreditar! Mas eu acho que, com o Helinho, nós vamos fazer esse ano ali. Pegava um mastro. O mastro era um pau de cinco, seis metros, um pau assim, mais ou menos. Então, nós ia buscar esse pau lá e trazia cá, na Itajubá, nas costas, pra... Aqui, em Medeiros! Ali! É, depois de tu atravessou a BR, do outro lado. E vinha pela rua dançando, e com aquele... aquele... o mastro no chão, e nas costas! Era assim! Ah! Era tudo enfeitado, era tudo... é... flor, ramos, tudo que tinha de enfeitar, eles enfeitava aquele mastro. Muito bonito! É. Com o mastro, andando, dançando, com aquele mastro nas costas. É! Depois... agora é que acabou! O Helinho, agora, parece que quer fazer. Vocês vão ver! Aí, se alguém de vocês vão lá, vão ver. É! Eles vão lá, fincam o mastro, né? Fincam o mastro... pra domingo não fazer mais nada! Isso aí é só a festa! (Domingos Ignácio, 2024).

Atualmente, o mastro é decorado com um arco de flores nas cores azul e rosa, além de balões, ou, em outras ocasiões, com troncos de árvores. As cores azul e rosa foram escolhidas em referência ao manto de Nossa Senhora do Rosário. O jantar acontece no salão paroquial da igreja de Santo Antônio de Pádua, onde a festa se realiza no domingo, e é organizado pelo juiz de mastro. A Figura 29, de 1947, ilustra um arco decorado, provavelmente feito de bambu, através do qual os participantes passavam durante o cortejo. Esse elemento, portanto, permanece como um símbolo tradicional da festividade. A análise das mudanças e permanências no mastro da festa e na sua decoração ao longo dos anos pode revelar não apenas a evolução das práticas festivas, mas também a maneira como a comunidade mantém e adapta seus símbolos culturais em resposta à sociedade em transformação. E a narrativa de Ivo Rodrigues e Domingos Ignácio ilustra essas transformações.

No sábado à noite, que antecede a coroação do rei e da rainha, a coroa fica guardada na residência que fica mais próxima à igreja de Santo Antônio de Pádua, onde acontece a festa. Desde 2018, ela fica na casa de Hélio Teixeira, que é o guardião da coroa. Segundo ele, a comunidade negra participante da festa sugeriu isso porque o cortejo precisava passar pela avenida, que era muito movimentada. Hélio aceitou, e hoje ele e sua família são os guardiões da coroa, tal como ele afirma em entrevista a Fundação Municipal de Cultura<sup>33</sup>: “Na verdade, hoje nós somos os guardiões da coroa. A coroa vem pra cá, eles vêm aqui no sábado, eles vêm no sábado de tarde, deixam a coroa aqui, e no domingo então é feito todo um cortejo”.

Figura 29 – Grupo Moçambique durante cortejo na localidade de Piçarras



Fonte: acervo de Iliane Fleith (1947).

<sup>33</sup> Hélio Fernando Teixeira, nascido em 1964, na localidade de Piçarras, foi entrevistado no projeto “Mestre dos Saberes”, em 2023. A Fundação de Cultura de Balneário Piçarras tem o projeto “Mestre dos Saberes e Fazeres”, desde 2010.

Figura 30 – Mastro sendo fincado no solo no sábado que antecede a festa na residência de Hélio Teixeira, juiz de mastro em 2024

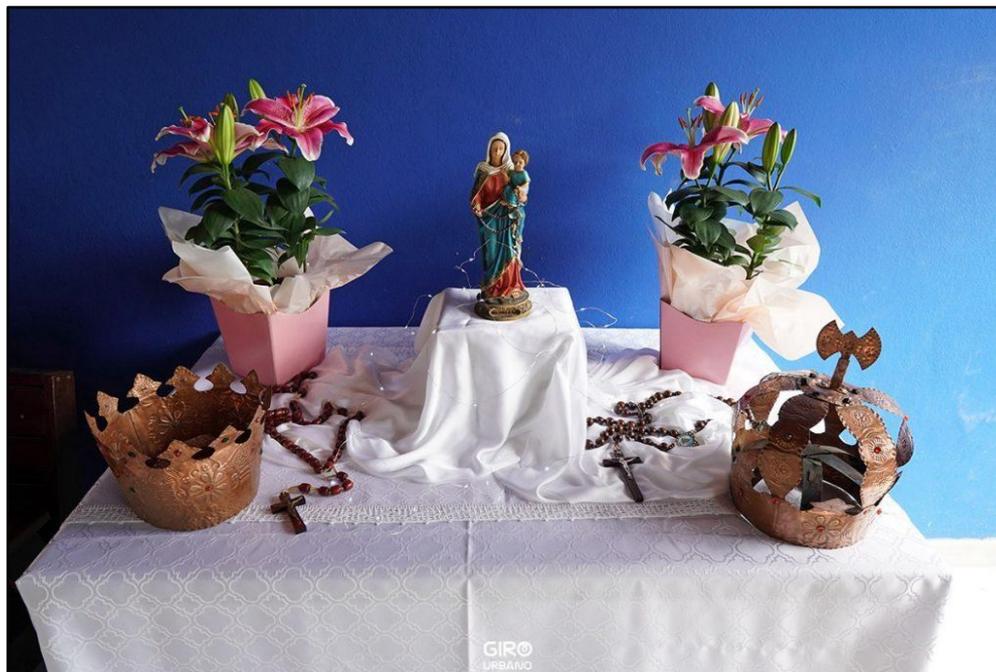


Fonte: acervo de Clarice Teixeira (2024)

Durante o ano, a coroa fica guardada na casa de Maurício Fernando da Rosa, que reside em Itajaí e é um dos organizadores da festa. Tânia Rodrigues rememora a história das coroas.

Essa coroa é tão antiga. Essa coroa... eu, quando eu recebi, pra eu ficar, eu já peguei, eu já ganhei a coroa. Já foi Tio Mágico que me deu a coroa, pra nós tocar a festa. Essa coroa já existia. Uma vez, já caiu coisas, mandamos soldar. Aí, nós emprestamos também para a festa do Itajaí, lá com Bento, lá com essa turma. Nós emprestavamos essa mesma coroa, até que eles mandaram fazer uma coroa pra eles. Essa coroa é muito antiga. Eu não tenho ideia, pra te falar a verdade. Falar bem a verdade tão antiga que é (Tânia Rodrigues, 2024).

Figura 31 – Coroas na casa do Guardião da Coroa, residência de Hélio Teixeira



Fonte: acervo de Cleiton Reinert (2023).

No dia da Festa de Nossa Senhora do Rosário, que sempre acontece aos domingos, o grupo do Catumbi de Itapocu chega à cidade. São eles os responsáveis por acompanhar todo o cortejo, com os cantos, as danças e os tambores, desde a coroação até o almoço de confraternização. Ivo Rodrigues informa como é a organização para trazer o grupo para a festa e a importância da sua participação na realização do evento, bem como a parceria com a Fundação Municipal de Cultura, que apoia e auxilia no transporte do grupo de sua cidade até Balneário Piçarras.

É um grupo de dança...um grupo de dança. Eles são organizados, documentados, com CNPJ, tudo direitinho, tudo certinho, inclusive, eles estão até... isso aí é a coisa depois... Eles moram...parte deles ali em Itapocu, que é município de Araquari, e outra...a maioria deles, em Joinville. E eu sempre peço ajuda pra Prefeitura, de ter o transporte para ir buscá-los e levá-los no final do dia. Eu sempre tive esse apoio... sempre teve. Ano passado, a Secretaria de Cultura me forneceu um transporte, veio um ônibus ou micro-ônibus, uma van pra ir buscá-los, e eles vêm. Eles fazem o dia inteiro conosco e fazem a participação deles. Não cobram nada de nós, nunca cobraram nada. O que eles... o que a gente dá a eles é o almoço, com eles, com quem que veio com eles, uma bebida pra eles beberem - que não faz sentido...eles vêm, na verdade, eles vêm trabalhando aqui. Eles vêm pra cá para trabalhar, estão trabalhando. E a única coisa que a gente oferece a eles é um bem-estar, uma acomodação... enfim um recebê-los bem. E é isso. (Ivo Rodrigues, 2023).

O Grupo Catumbi de Itapocu, da cidade de Araquari, participa anualmente da celebração da Festa de Nossa Senhora do Rosário, em Balneário Piçarras, já que na cidade não há grupo

dançante e cantante para acompanhar a procissão. É importante para essa pesquisa historicizar o grupo Catumbi de Itapocu, visto que ele faz parte dos festejos na cidade. O grupo é representado por homens e pode ter entre 10 e 30 participantes. Há também a participação de duas mulheres, exclusivamente para levar as bandeiras. Os homens dançam, cantam e tocam os tambores, tudo em honra a Nossa Senhora do Rosário “[...] são uma espécie de guardiões da Santa e mantenedores da igreja” (Carvalho, 2012, p. 26).

Figura 32 – Grupo Catumbi de Itapocu durante apresentação na Festa de Nossa Senhora do Rosário em Balneário Piçarras



Fonte: acervo de Cleiton Reinert (2022).

O Catumbi de Itapocu é definido como Dança do Catumbi pelo Certificado de Patrimônio Cultural de Santa Catarina, concedido pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC). E também foi declarado patrimônio cultural imaterial de Araquari pelo decreto municipal n. 90, de 23 de maio de 2018. É importante ressaltar que, até então, nenhuma outra manifestação ligada à cultura negra ou indígena havia sido reconhecida como patrimônio cultural do Estado, que, historicamente, tem entre seus bens culturais consagrados várias edificações e práticas ligadas ao Estado, à Igreja ou aos colonizadores europeus.

O movimento é praticado por pessoas negras da região de Itapocu, apresentando sua fé em Nossa Senhora do Rosário por meio da dança, do tocar dos tambores e do canto (Silva,

2020). Na composição do grupo há o Capitão, dois Tamboreiros e quatorze Dançantes, havendo uma variação desse número. “Os Dançantes carregam as espadas de madeira e duas bandeiras são levadas exclusivamente por mulheres, seguidas ainda pelo rei, pela rainha, pelas Coroas, pelos Juízes, pelo Capelão e pelos fiéis.” (Silva, 2020, p. 39).<sup>34</sup>

Ana Paula da Silva (2020), em sua dissertação de mestrado, historiciza a formação do grupo Catumbi de Itapocu, importante manifestação cultural afro-brasileira do estado de Santa Catarina, praticada desde o século XIX, sendo uma expressão que resistiu, preservou sua memória e transmitiu suas tradições para as gerações seguintes, apesar das imposições externas, muitas vezes oriundas da Igreja Católica. Na atualidade, além de manter a tradição durante a Festa de Nossa Senhora do Rosário em Itapocu, os integrantes do grupo, liderados pelo capitão Lidiano Eufrásio, participam da celebração em Balneário Piçarras, levando consigo a riqueza de elementos culturais, como o canto, a dança e o toque dos tambores.

Os cantos do Catumbi tratam de vários aspectos a devoção à Nossa Senhora do Rosário, o trabalho, as lutas e momentos de conexão entre as encenações, gestos e as músicas. Em situações como a saída do cortejo, a dança das espadas, o cortejo levando as coroas, o andor, a saída da Casa do Império, a coroação, a oferta ou um agradecimento. Sobre os improvisos eles ocorrem na letra em alguns cânticos e fica a cargo do capitão realizar esta cantoria. Observei que algumas melodias se repetem, mas a letra é modificada referindo-se a outra coisa. Vale ressaltar que todo o processo musical, foi realizado e desenvolvido em grupo, dentro da oralidade (Silva, 2020, p. 62).

A representação dos cantos está ligada à devoção à Nossa Senhora do Rosário e a outros elementos que representam a festa. A coreografia simboliza uma luta de espadas, como um guarda real que protege a santa. Os cantos saúdam e louvam a santa do Rosário, sempre acompanhados pela corte. As canções mantêm o português de um passado de pessoas com pouco letramento e da fala dos escravizados ou libertos, reforçando a ideia de manutenção dessa fala, como uma estratégia para preservar a cultura (Costa, 2023, p. 64).

Com a oralidade que perpassou as gerações, os praticantes da Dança do Catumbi continuam afirmando e reafirmando sua cultura, luta e resistência da população afro-brasileira na região norte do estado de Santa Catarina, representando não apenas a festa do Rosário em

---

<sup>34</sup> “Os Dançantes variam entre 07 e 20 participantes. Eles são responsáveis pela dança, pelo coro, por levar as espadas de madeira que durante a apresentação são utilizadas como encenação tocando umas nas outras, como representação de lutas. As espadas, junto do ritmo da música, são tocadas como um instrumento de percussão, durante todo o trajeto elas fazem parte do gesto dançante, unidas ao coro e ao corpo. As espadas são de madeira, a do Capitão é um pouco maior que a dos Dançantes. Os Dançantes ficam em duas varas logo atrás dos Tamboreiros como apresentado no diagrama, e os dois primeiros são os guias que direcionam os demais.” (Silva, 2020, p. 58).

Itapocu e Itajaí, mas também em Balneário Piçarras. Segue trecho do canto de catumbi que acompanha o cortejo (SESC, 2003 apud Carvalho, 2012, p. 67-68):

Capitão: Viva muitos anos, ei viva!

Resposta: Viva muitos anos

Muitos anos

Viva muitos anos

Ei viva!

Viva muitos anos

A viver

Viva muitos anos

Ei viva!

Viva muitos anos

E que viva!

Viva muitos anos

A viver

Viva muitos anos

Capitão e Capelão: Ô viva Maria senhora

Resposta: Ô no seu sacrário

Ô viva Maria senhora

Ô no seu sacrário

Ô viva senhora Maria

Ô no seu sacrário

Ô viva senhora Maria

Ô no seu sacrário

Seu o meu São João soubesse

Ô no seu sacrário

Seu o meu São João soubesse

Ô no seu sacrário

Quando é o seu dia

Ô no seu sacrário

Quando é o seu dia

Ô no seu sacrário

Descia de céu a terra

Ô no seu sacrário

Descia de céu a terra

Ô no seu sacrário

Com prazer e alegria

Ô no seu sacrário

Com prazer e alegria

Ô no seu sacrário

Levantei de madrugada

Ô no seu sacrário

Levantei de madrugada

Ô no seu sacrário

Fui rezar à Conceição

Ô no seu sacrário  
 Fui rezar á Conceição  
 Ô no seu sacrário  
 Encontrei nossa senhora  
 Ô no seu sacrário  
 Encontrei nossa senhora  
 Ô no seu sacrário  
 Com um ramo de ouro na mão  
 Ô no seu sacrário  
 Com um ramo de ouro na mão  
 Ô no seu sacrário  
 Eu fui pedir um galhinho  
 Ô no seu sacrário  
 Eu fui pedir um galhinho

O ritual é realizado em nome da fé em Nossa Senhora do Rosário. A condução se dá pelo Capitão, os Tamboreiros e os Dançantes, sendo um ritual com encenações, toque de espadas e som dos tambores, acompanhados de cantos (Silva, 2020, p. 36). A música é uma comunicação com o sagrado e o momento da cantoria de Nossa Senhora do Rosário é também um momento da oração, onde os participantes da festa reafirmam seus vínculos e revivem sua história e sua cultura.

Desde 1995, o grupo Catumbi de Itapocu participa da festa em Balneário Piçarras. Em outros momentos da celebração, na região de Penha e Balneário Piçarras, existia o grupo dançante Moçambique, organizado pelos moradores locais, praticantes da festa. Na região de Piçarras, o grupo era comandado pela Família Ignácio. No entanto, segundo a narrativa de Domingos Ignácio, essa tradição foi se perdendo com o tempo. Como ele relata: “O último, a tocar, foi três irmãos: André Ignácio, que era irmão do meu pai, o João Ignácio, irmão do meu pai, e o Antônio Ignácio, que era o meu pai. Eram esses três irmãos, que tocavam” (Domingos Ignácio, 2024).

O dia da festa é um momento importante para o reencontro, pois famílias e amigos de várias localidades se encontram, e também é um momento de partilha. A festa aproxima a comunidade afro-brasileira, ao mesmo tempo em que conta com a presença da população local, que, muitas vezes, participa apenas da missa, por devoção à Nossa Senhora do Rosário, bem como para prestigiar um evento que traz na sua essência a luta, por que a festa também é um movimento político. Para participar do almoço, é necessário ser convidado e é interessante destacar que a organização da festa é responsabilidade da comunidade afro-brasileira da região, enquanto a população da cidade, embora participe, apenas assiste, desde o cortejo até a missa.

Sobre a participação da comunidade, Tânia Rodrigues narrou o seguinte em sua entrevista:

A comunidade sempre vai à festa, e eu acho que isso é importante. Para o quê? Porque assim, por exemplo, tem gente aqui na nossa comunidade que nem conhecia a festa. O mais antigo, sim, que já vem de tradição da festa, mas o jovem, não. E hoje o jovem vai por que quer conhecer. Ele quer conhecer? Ele quer saber como é que funciona. Então, é muito bom pra gente (Tânia Rodrigues, 2024).

A Fundação Municipal de Cultura de Balneário Piçarras, por meio do Conselho Municipal de Política Cultural, com a Câmara Setorial de Patrimônio Material e Imaterial, demonstra interesse em transformar a Festa de Nossa Senhora do Rosário em patrimônio imaterial. Dessa forma, tem acompanhado a organização do evento ao longo do tempo. A festa faz parte do calendário da Fundação Municipal de Cultura do município, que apoia o evento com registros fotográficos e outras iniciativas para garantir sua realização. Além disso, a festa integra o roteiro turístico cultural de Balneário Piçarras, conforme destacado no site Costa Verde & Mar.<sup>35</sup> Dessa forma, a festa atrai participantes de várias localidades, além dos moradores locais.

Figura 33 – Moção de aplausos a Ivo Rodrigues, em reconhecimento à organização da Festa de Nossa Senhora do Rosário



Fonte: acervo da Câmara de Vereadores de Balneário Piçarras (2023).

<sup>35</sup> Disponível no site: <https://costaverdemar.com.br/roteirocultural/?numero=&municipio-cultural=balneario-picarras>. Acesso em: 8 nov. 2023.

Em 2023, Ivo Rodrigues recebeu uma moção de aplausos na Câmara de Vereadores de Balneário Piçarras, em reconhecimento à sua participação e organização na Festa de Nossa Senhora do Rosário.<sup>36</sup>

A festa, realizada há décadas pela comunidade negra, vem sendo mobilizada como instrumento de preservação da memória e valorização da história afro-brasileira da região. O grupo responsável pela organização tem demonstrado um esforço contínuo em buscar o reconhecimento da festa como patrimônio imaterial, entendendo esse registro não apenas como forma de proteger a celebração, mas também como uma estratégia simbólica de afirmação identitária e luta por representatividade. Essas ações evidenciam o protagonismo da comunidade negra na construção e manutenção de suas tradições, bem como sua resistência frente aos processos de apagamento histórico e cultural. O reconhecimento da Festa de Nossa Senhora do Rosário como patrimônio cultural imaterial em Itajaí, conquistado em 2023, aponta caminhos possíveis para a patrimonialização da celebração em Balneário Piçarras. Nesse sentido, Danielle Garcia, assessora de apoio administrativo da Fundação Municipal de Cultura, já iniciou diálogos com os organizadores da festa, com o objetivo de construir ações concretas que viabilizem o registro oficial. Durante uma reunião do Conselho Municipal de Cultura, foi formalizada a intenção de promover o reconhecimento, o que demonstra o engajamento institucional em fortalecer a memória e a presença da comunidade afro-brasileira no município. Tânia Rodrigues enfatiza essa importância de documentar a festa durante a entrevista do seguinte modo:

Agora eu quero, ainda vou... aquele dia estava falando do meu primo Maurício. Eu quero documentar a festa. Nós somos organizados, mas nós não somos documentados, e nós precisamos ser documentados. Com 30 anos já de festa, nós teríamos que ter uma verba que viesse do município, que viesse, seja de onde for. Tu tá entendendo? Mas tu tens que ter organização, que antigamente tu ia, pedia, tu era atendido. Hoje, tu tens que fazer um ofício, e tu tens também, além de fazer o ofício, tu tens que ser documentado, porque hoje em dia ninguém mais dá nada assim, sem documento. (Tânia Rodrigues, 2024).

Além disso, há o objetivo de envolver uma nova geração que participa da festa, estabelecendo uma luta contínua em busca de afirmação e reconhecimento. Um exemplo disso, foi a festa realizada em 2000, na qual Ivya Fátima Rodrigues e Luiz Acácio foram coroados reis, inclusive o cortejo era composto de casais jovens.

---

<sup>36</sup> Disponível no site: <https://jornaljc.com.br/politica/2023/ivo-rodrigues-recebera-mocao-por-esforcos-em-manter-viva-a-tradicao-da-festa-de-nossa-senhora-do-rosario/>. Acesso em: 24 maio 2025.

Figura 34 – Ivia Fátima Rodrigues e Luiz Acácio, rainha e rei da festa em 2000



Fonte: acervo da Família Rodrigues (2000).

Durante a entrevista, Ivia Rodrigues recorda o momento em que foi coroada e destaca a importância desse evento nos anos seguintes à festa, ressaltando como isso envolveu os jovens de maneira fundamental:

Eu tinha acabado de entrar na faculdade. E aí, porque naquele momento... naquele momento convidaram a mim o Cássio, que é meu primo, porque mudava o milênio e queriam tem uma história nova, a festa de resgatar, e os casais mais velhos já estavam muito envolvidos em toda a logística da festa - de preparar almoço, de trazer dançante e tudo mais. E aí, nós somos reis naquele momento. Então, trouxemos um cortejo todo jovem. Todos os primos, os jovens. E aí deu um gás à festa. Aquele momento foi muito crucial, porque ninguém largou depois disso, e tá todo mundo junto até hoje, trabalhando pela festa e para a festa. Aqui em Piçarras, já... nós fizemos a festa aqui na Matriz, foi aqui, e foi bem interessante, ainda - se eu não me engano - ainda no salão paroquial da igreja Matriz. E aí, todas as pessoas que estavam no nosso cortejo naquele momento continuam trabalhando pela festa até hoje. E muitos já foram reis, e já foram os juízes, já foram juiz de mastro, mas continuam envolvidos com a festa (Ivia Rodrigues, 2024).

Isso reflete a força que foi consolidada no momento da festa e que perdura até hoje. Como relata Ivia, todos continuam envolvidos e assumindo diferentes funções ao longo dos anos, incluindo a coroação como reis e rainhas da festa.

A partir das entrevistas realizadas, surge uma reflexão significativa: todos, especialmente os participantes da festa com mais de 60 anos, são unânimes em afirmar o avanço da idade e o envelhecimento de uma geração inteira de organizadores. Eles ocuparam espaços importantes na manutenção da festa e agora compreendem que é necessário incentivar as novas gerações a assumir esse legado. Isso já vem acontecendo ao longo dos anos, durante os quais Demian Belizário, Maria Paulina da Silva, Ivya Rodrigues e outros membros dessa nova geração tomam a frente da organização. Essa transição é fundamental para garantir a continuidade e abrir espaço para que ela se reinvente a partir das vivências e contribuições dessa nova geração.

Passando geração a geração. Precisa, né? Eu sei que vai dar, é assim que vai dar continuidade. Porque, se meus netos não quiserem ir, aí? Vai? Onde é que foi parar, né? Só que nós já tamo velho... quem toca realmente, eu estou ficando velha. Com a nossa turma de trabalho, já tem mais de 60 anos daí para fora, né? (Tânia Rodrigues, 2024).

Figura 35 – Organização do cortejo



Fonte: acervo de Cleiton Reinert (2022).

Todos demonstram a preocupação com a nova geração assumindo os papéis na festa. Ao acompanhar o evento, percebi que, em todos os momentos, as crianças e os adolescentes estão ativamente envolvidos e desempenham funções importantes no cortejo e durante a missa,

como leituras, cânticos e declamações de poemas. Na Figura 35 é possível ver as crianças se organizando para abrir o cortejo à frente do rei e da rainha, com as meninas usando arcos de flores no cabelo e os meninos com os ekêtes.<sup>37</sup>

Esses ensinamentos são transmitidos de geração em geração. Durante as entrevistas, todos relatam que participam da festa desde a infância, mantendo viva a tradição e repassando-a ao longo dos anos. Atualmente, três gerações fazem parte da celebração: Tânia, sua filha Ívia e sua neta Maria de Lourdes, que, em 2023, foi pajem da rainha (presente na Figura 35). Maria de Lourdes cresceu participando da festa ao lado da mãe e dos avós, perpetuando a tradição familiar.

No dia da festa, no domingo de manhã, o Grupo Catumbi sai da Igreja e vai até a casa da coroa, onde o cortejo está se organizando. Nesse momento o cortejo é formado, e o rei e rainha, e os pajens e os juízes seguem em procissão acompanhados pelo grupo cantante e dançante, levados pela porta-bandeiras, que é sempre uma mulher. Fogos de artifício anunciam o início da procissão. Ivo Rodrigues narrou esse momento durante a entrevista do seguinte modo:

Sai da igreja um grupo dançante, cantando... cantando e dançando na rua. Vai buscar o cortejo. Ele vai lá na casa do Helinho buscar o cortejo. Chega lá e recebe. Isso é cantado, tudo isso é cantado por eles. Por isso que eu digo que tem gogó. Sai de lá, eles chegam lá, recebem, chamam, montam todo o cortejo, que é a procissão... por organização, as crianças na frente, tal tal... aí sai de lá e vem para chegar na igreja no horário das dez horas. Dali em diante... Eles entram, colocam todo o cortejo, os dançantes, todo o cortejo dentro da igreja. Depois, então, o padre começa a fazer a celebração (Ivo Rodrigues, 2023).

A imagem de Nossa Senhora do Rosário é carregada sob um andor lindamente decorado por quatro homens, para os quais isso representa o orgulho em fazer parte desse momento. Conceição, durante a entrevista, falou sobre esse papel importante para um grupo de mulheres que decoram o andor:

Aí nós temos, a mulher, a cunhada da Raquel, a Eliane e a Elizete. Elas são duas irmãs que elas ficam com a decoração, elas decoram o andor da santa. Ela fica aqui em Itajaí, aí fica na casa da Raquel. A Raquel, eles têm uma casa aqui no São João, com três pisos, e terceiro piso é um pequeno salão de festa - pequeno, não tão pequeno - que cabem umas 60 pessoas. E lá eles têm um altar. Então, a santa e as coroas ficam ali nesse altar (Maria Conceição Pereira, 2024).

---

<sup>37</sup> O ekête, ou filá é um acessório usado na cabeça pelos homens nas religiões afro-brasileiras, como a Umbanda e o Candomblé. Esse item é mais do que uma simples peça de vestuário; ele simboliza proteção espiritual contra perigos externos. Disponível em: <https://cantinhodeoxala.com.br/ekete-na-umbanda/>. Acesso em: 5 maio 2025.

A imagem de Nossa Senhora do Rosário e as coroas ficam guardadas em Itajaí, na casa de Raquel Lima Rosa e de Maurício Renato da Rosa, e na véspera da festa eles levam os itens para Balneário Piçarras para a celebração.

Figura 36 – Festa de Nossa Senhora do Rosário: procissão conduzindo o cortejo para a igreja



Fonte: acervo de Cleiton Reinert (2022).

Na Figura 36, o estandarte está em evidência, sendo carregado por Dona Ana. É interessante notar as fitas nas laterais, que simbolizam as bênçãos recebidas. Conceição, na entrevista, relata o significado atribuído a elas.

Por ela ser uma festa católica. Ela. As pessoas são devotas. E, na Igreja Católica, a Nossa Senhora do Rosário, ela é uma santa conhecida como a Santa dos Milagres, como santa, santa de luta, santa guerreira. Agora mesmo, quando a minha irmã esteve muito doente, que ainda está se recuperando, ficou 26 dias na UTI, entubada. Aí eu não fui visitá-la na UTI. Isso, mais em cima da cama, tinha tipo um pequeno aparador. Aí eu dei meia volta e voltou e o médico, falou: “E se tiver algum santo, ou alguma devoção, ou alguma coisa que você pode colocar aqui”. E eles levaram a Nossa Senhora do Rosário, com o Rosário da Jenifer, e botaram lá. E toda vez que iam visitar, todos os dias, ele, irmãos, primos, rezavam. E, no dia que ela deu alta, o médico perguntou: “Que santa é essa?” Aí ele disse: “É a Nossa Senhora do Rosário, porque eu pensei que vocês fossem devotos de Nossa Senhora Aparecida também. “Mas a gente, Nossa Senhora do Rosário, tem uma ligação muito grande, assim, assim. Ai diz ele: “Então continue rezando, porque foi ela que tirou a sua mãe daqui”, disse o médico da UTI. Então, há essa devoção já de uma maneira geral, religiosa, católica, e daí as pessoas que começam a participar da festa cada vez mais se apegam a essa devoção. Porque, tipo assim, a minha irmã. Ela saiu de casa morta e ela voltou. E a gente tem certeza que isso foi um milagre. Ela saiu com uma glicose abaixo de 20, com uma infecção generalizada. Tanto que ela não lembra de nada desse mês que ela passou. Ela não tem lembrança nenhuma. Então, a gente passa, as pessoas que

participam, e na missa a gente sempre fala desse milagre. Né? Que tudo começou por conta desse milagre. Né? Que foi uma luz muito forte, que ela jogou sobre escravos fugitivos que não foram capturados. Por quê? Porque estava à caça deles não os viu por conta da luz. E foi onde, depois, quando eles falaram com essa mulher, que ela se identificou como Nossa Senhora do Rosário. Então, tu vê. E, quando eles estavam em perigo e pediram auxílio, ela disse: “Vocês não serão capturados”. E jogou uma luz sobre eles, e eles eram três escravos fugitivos, e essa luz fez com que os capatazes passassem e não vissem eles. Então, e mesmo na Igreja Católica, ela tem esse simbolismo. É a santa dos milagres. Então, as pessoas, tanto que na bandeira, todas aquelas fitas que têm nas laterais são, normalmente, milagres que as pessoas receberam. E daí, tipo assim (Maria Conceição Pereira, 2024).

Há todo um ritual, no qual as pessoas que devotam sua fé em Nossa Senhora do Rosário expressam sua gratidão pelos milagres alcançados. A simbologia das fitas, ao serem amarradas no estandarte, materializa esse momento de devoção.

Ao chegar na igreja o sino toca, anunciando a entrada do cortejo e o grupo Catumbi canta acompanhando. A missa realizada em seguida é organizada pela comunidade negra, que dialoga entre si, junto com o grupo de canto, selecionando textos, poemas e toda a parte cultural que fará parte da celebração. Há uma parceria entre a Igreja e a comunidade que organiza a festa, pois já é uma tradição que pertence à história da cidade. Trata-se de uma missa afro, na qual os participantes da festa celebram sua cultura por meio das apresentações que acompanham o ato litúrgico. O grupo de canto utiliza instrumentos musicais, como os tambores, e a sonoridade reflete a origem africana, tão presente na festa. A missa segue os ritos católicos, mas com elementos da cultura afro-brasileira, materializados através dos cantos, dança e na performance do Catumbi, coroando assim seus reis e rainhas em devoção à Nossa Senhora do Rosário. As performances realizadas durante a missa celebram a liberdade, mas trazem a mensagem de uma luta antirracista, mensagem tão necessária em nosso país.

Figura 37 – Grupo de canto durante a missa



Fonte: acervo de Cleiton Reinert (2023).

Os praticantes da festa que foram entrevistados narram suas experiências em relação à celebração, que segundo eles é umas das partes mais emocionantes, pois é a demonstração da fé, momento de agradecer e louvar a todas as bênçãos alcançadas. Tânia Rodrigues enfatiza a importância da missa do seguinte modo:

Porque a missa... Ela é tão linda para mim que ela me emociona toda a vida. Todos os anos, eu acho a missa o principal da festa. Não é a comida, não é a bebida, nem o pagode. É a missa, a missa. Eu acho linda a missa. Ele parece toca o teu coração. Tu tá entendendo? E ali dentro, tu vai e vê que a pessoa que foi à missa é a pessoa que tem fé. Não é a pessoa que vem pro almoço. É que tem muita gente que vem para o almoço sem fé. Ele vem, almoça, dança, vai o pagode à tarde, mas ele não vê o principal (Tânia Rodrigues, 2024).

Ela também narra a sua fé em Nossa Senhora do Rosário:

Eu acho assim. Eu sempre pedi muito para minha Nossa Senhora. Todas as coisas que tenho, eu acho que eu tenho mais do que eu mereço. Eu acho que eu ganhei mais que eu mereço. Eu trabalhei muito. Eu tenho que estudar meus filhos, lavei muita roupa, muita coisa. Mas, nesse dia, eu não fazia mais nada. É o dia da Festa de Nossa Senhora do Rosário. A minha fé é minha Nossa Senhora do Rosário, então eu não trabalho mais. Eu primeiro vou trabalhar, fazer a minha festa. Eu trabalhava muito, porque eu morava na esquina, tem uma lavanderia ali, e chegava na festa. Não agora não. Três, quatro dias eu não trabalho. Eu vou me dedicar apenas às coisas, porque eu precisava trabalhar, porque a Ivia fazia enfermagem. Eu tenho, meu filho fazia no Senai, a gente pagava a van, pagava a faculdade, pagava o Senai. Um ano eu ganhei, eu ganhei do Zé da Harmonia para mim, uma bolsa que meu filho, graças a Deus, se formou no Senai. Mas eu precisava trabalhar. Mas, nesse dia, eu não trabalhava, porque primeiro vou servir a minha Nossa Senhora, que é a minha grande paixão. É assim a vida da gente (Tânia Rodrigues, 2024).

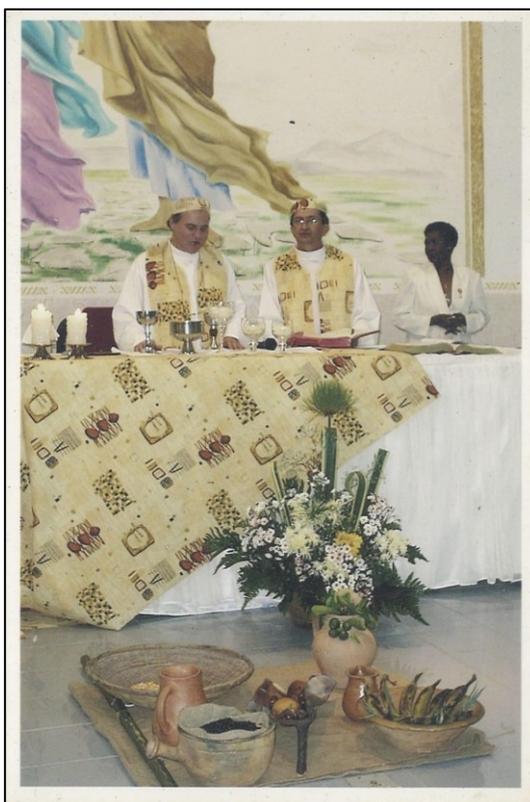
Para Maria das Graças Ignácio<sup>38</sup>, a celebração tem um sentido amplo, principalmente no que diz respeito à mensagem sobre o preconceito que os negros sofrem na sociedade:

Bom, porque na celebração não tem distinção. Não existe distinção, porque Deus não fez distinção de pessoa; não escolheu nem negros nem brancos. Então, o conteúdo da celebração está dentro desse parâmetro ali, né? Então, você para, pensa e reflete depois: existe tanto preconceito, existe, porque nós vivemos o preconceito, queira a gente queira ou não. A gente sabe que o negro é marginalizado em todas as áreas. O negro não pode exercer uma função de valor mais alto, o salário dele tem que ser menor. Por quê? Porque ele é discriminado. Então, é uma coisa assim: onde está a celebração, ela... os celebrantes fazem com que os que lá estão possam abrir os olhos para isso. Porque, hoje em dia, não é só o preconceito racial, tem preconceito social. Então, não é só de cor; há entre brancos e brancos também, sim, esse preconceito de que um e outro, quanto mais claro ou escuro, sempre estão com preconceito, não é? Então, para mim, a celebração é essencial (Maria das Graças Ignácio, 2024).

<sup>38</sup> Entrevista concedida a Rosa Maria Toller por Maria das Graças Ignácio em dezembro de 2024, na Fundação Municipal de Cultura em Balneário Piçarras. Ela é sobrinha de Domingos Ignácio.

A missa, que nos últimos anos tem sido celebrada pelo Padre Eder, durante a homilia, vai ao encontro ao objetivo da festa, que é destacar a força do povo negro e a luta contra o preconceito tão presente na sociedade. O padre fala sobre as políticas públicas e a importância de sua efetivação para o povo negro.

Figura 38 – Ofertas e oferendas durante a celebração



Fonte: acervo de Maria Conceição Pereira (2006).

Outro ponto de enfoque na missa são as oferendas que fazem parte do ritual. Para Monteiro (2016, p. 68), “as oferendas distribuídas na missa fazem parte dos códigos religiosos que congregam elementos das religiões de matrizes afro-brasileiras”. Da mesma forma, a missa do Rosário em Balneário Piçarras reflete também a permanência de elementos afro-brasileiros que estão presentes na celebração. Na Figura 38 pode ser encontrado um exemplo da oferenda colocada na frente do altar, com frutas e outros alimentos.

O ponto alto da celebração é a coroação do rei e da rainha da festa. O reinado que durou um ano agora é concretizado e a coroação carrega elementos de práticas que foram recriadas ainda no Brasil Colônia e Império, e que continuaram no pós-abolição. São práticas reportadas à África, nas quais reis e rainhas eram coroados, e no Brasil, encontraram nas irmandades esse espaço para manifestar sua ancestralidade. Ao manifestarem sua fé, coroados

o rei e a rainha, eles estão ressignificando aspectos da cultura religiosa africana na atualidade. De acordo com Martins (1997, p. 33), “A coroação dos reis negros, incorporada pelo sistema escravocrata, como modo de controle dos africanos e de seus descendentes, é apropriada pelo próprio negro, que, por meio dela, reterritorializa formas ancestrais de organização social e ritual”.

Ao ouvir os depoentes e suas memórias, percebe-se a emoção de receber a coroa e a importância desse momento para a comunidade, além do significado de uma tradição que há décadas faz parte da história de muitas famílias ali presentes. Como narra Conceição, a coroação tem um amplo sentido, que vai além daquele momento, pois ela é a finalização de um ciclo que se inicia no ano anterior, quando o rei e a rainha são escolhidos.

A coroação, assim, é a culminância de um trabalho realizado. E esse trabalho que foi todo realizado, porque em nenhum outro momento os reis usam as coroas, eles só seguram. E eles só são coroados na missa. Quer dizer, é o fruto de um trabalho que deu certo. E que, não diria um prêmio, mas que a consagração desse trabalho é a coroação, entende? Ali eles são coroados (Maria Conceição Pereira, 2024).

Recorrendo à memória de Tânia Rodrigues, reforçamos o sentido da coroação:

Então, o sentido do rei da rainha é o sentido que é aquele ali foi nomeado a rei. Ele é o rei do afro, ele é um rei afro. Quando o negro veio pro Brasil, tinha muito negro que era rei na terra dele. Aqui, ele perdeu o reinado, mas ele é o rei, porque, na realidade, ele é o rei o ano inteiro. É só coroar aquele dia e também já deixa a coroa, volta, né? Então, esse é o sentido da coroação (Tânia Rodrigues, 2024).

Figura 39 – Momento que Domingos Ignácio é coroado pela sua irmã



Fonte: acervo de Cleiton Reinert (2024).

Há muita emoção no momento da coroação. Na Figura 39, em que Domingos e Ana foram coroados em 2024, é possível perceber o significado de fazer parte da festa para a família. Eles foram coroados pela irmã de Domingos, e a família carrega na ancestralidade a participação na festa do Rosário na cidade, pois a mãe de Domingos, Dona Cucha, também foi rainha na festa.

Coroar seus pares, pessoas que se destacam na comunidade negra, é ter o reconhecimento dela, e isso “representa a constituição e a construção de identidades africanas e afro-brasileiras, pois há neste processo de eleição a recuperação de laços tribais e identitários, assim como os laços de pertencimentos” (Costa, 2023, p. 87).

A Festa de Nossa Senhora do Rosário é uma festa de resistência, que luta em defesa da população negra. Maria Conceição Pereira, professora aposentada, mulher negra, sexagenária e militante que sempre esteve diante das discussões e lutas contra o racismo, traz em sua narrativa o sentido da festa:

Tem na questão política e social. E tem a questão política, tem na questão de defesa dos direitos da sociedade, enquanto população negra. É uma festa de resistência, sim, é uma festa de luta, sim, ela é religiosa, né? Mas ela não é só religiosa. Esse significado de lutar, de resistir, de mostrar a força que temos e transmitir isso para nossas filhas, os nossos netos, para os nossos jovens, esse é o significado. Inclusive, esse ano, quando trouxemos o Vinicius, o menino de 14 anos como rei, mas que ele vem como suporte, ele vem com o padrinho dele, que vem como primeiro Juiz, pra estar o tempo todo acompanhando ele nas decisões. Ele assim: “Ó mãe, a festa é domingo? Só no domingo, e o quilo da carne que tu tens que comprar”. (risos) É tu e teu padrinho. Vão se embora. E a bebida que vocês tem que encomendar, e o gelo. (risos) Então, é para começar, porque a gente está numa fase que nós estamos ficando velhos. Nós somos pessoas velhas, pessoas idosas, na sua maioria ali nesse grupo de apoio, acho que não tem ninguém com menos de 65 anos. Somos todos. Então a gente precisa renovar. E, para renovar, nós precisamos renovar através dos jovens. Então, por que o Vinicius, um jovem? É para atrair os amigos, os colegas, os primos, para começar trazê-los pra festa, senão daqui a pouco a festa acaba, não tem mais quem queira ser rei, quem queira... então a gente tem (Maria Conceição Pereira, 2024).

A festa é organizada por todos, mas principalmente pela comunidade negra, e traz a mensagem de luta que é para todos, afinal, todos têm a responsabilidade de ser antirracistas. Nesse trecho, Conceição narra a participação da Léa, mulher branca que sempre se dedicou à festa. Ela e seu marido, Oscar, foram coroados e rei e rainha da festa em 2013.

Sim, porque, assim, a questão racial é isso: ela precisa ser vencida a cada dia. Ela não é uma questão da população negra; a questão racial é uma questão a ser vivida por toda a sociedade. Enquanto isso não acontecer, não haverá essa tão falada igualdade racial, que é luta, luta de todos. Então, tu não precisa ser negra pra defender a questão. E a questão da Léa e do Oscar... são pessoas que sempre estiveram com a gente, sempre ajudando, sempre. A Léa é daquele jeitinho meigo, com aquele seu avental e

essa faquinha na mão. Até hoje ela tá lá cortando repolho, cortando cenoura, descascando batata. Todos os anos pedindo doações. Tem não sei o que, ela pede 50 quilos de batata. Então, são pessoas envolvidas que lutam pela causa, independente da cor. Entende? Aqui não tem muito esse mito de que, pra defender a questão racial, tem que ser negro, não. Não tem que ser negro, tem que ser todos. Então, qualquer pessoa que tenha esse envolvimento, que tenha essa fé, como a Léa, uma pessoa muito devota... São essas pessoas, as pessoas que fazem parte desse contexto e que têm essa vontade, podem ser reis do Rosário (Maria Conceição Pereira, 2024).

A narrativa de Conceição afirma que a luta contra o preconceito não é exclusiva da população negra, mas é uma causa que envolve toda a sociedade, que ela considera independente do pertencimento étnico, pois todos têm que se comprometer com a luta. A coroação de Léa e Oscar mostra que, mesmo não sendo pessoas negras, são pessoas que estão envolvidas na festa, e através da fé em Nossa Senhora do Rosário ela e o marido foram indicados para serem rei e rainha da festa.

A Festa de Nossa Senhora do Rosário, ao reafirmar práticas culturais de matriz africana com elementos do catolicismo, através da coroação do rei e da rainha, constituiu-se um espaço simbólico de resistência, memória e reafirmação da identidade da comunidade negra. Por meio das narrativas orais evidencia-se as experiências vivenciadas pela comunidade, o que não move apenas a fé, mas configura-se como um território onde se articulam elementos da ancestralidade e da luta antirracista. Nesse sentido, a festa se apresenta como uma prática cultural que contribui para a construção de novas formas de pertencimento, ao mesmo tempo que promove reflexões sobre as questões de alteridade e cidadania. Mais do que uma manifestação religiosa, a Festa de Nossa Senhora do Rosário também se afirma como um ato político, revelando-se um espaço de resistência e afirmação identitária.

## **CAPÍTULO 4 - MEMÓRIA, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL: ABORDAGENS EM AMBIENTE VIRTUAL**

Nesta seção será apresentada a dimensão propositiva desta dissertação, com possibilidades metodológicas para que os docentes trabalhem a Festa de Nossa Senhora do Rosário em sala de aula. Abordar essa celebração no Ensino de História, especialmente no contexto de Balneário Piçarras, permite narrar a trajetória das pessoas que realizam a festa, uma manifestação que se construiu e reinventou-se por meio da luta por reconhecimento e reparação de um passado escravista. Discutir essas celebrações possibilita aos educandos reconhecer manifestações culturais ainda presentes como formas de resistência. Atualmente, as festas realizadas no litoral norte de Santa Catarina estão ligadas ao movimento negro, que luta por igualdade de direitos e pelo combate ao racismo, transformando o momento da celebração também em um espaço de luta política.

A Festa de Nossa Senhora do Rosário oferece muitas possibilidades para o Ensino de História. Explorando a origem da festa e analisando as transformações nas suas celebrações ao longo do tempo, é possível construir com os docentes e estudantes reflexões acerca das tradições culturais e históricas, além de valorizar a diversidade cultural da comunidade.

Ao historicizar a Festa de Nossa Senhora do Rosário, esta dissertação analisou os relatos orais dos participantes da festa, promovendo, assim, a valorização do conhecimento da população afro-brasileira por meio do ensino de História. A proposta busca abordar a cultura e a história da população negra de Balneário Piçarras, com o objetivo de trabalhar as relações étnico-raciais na Educação Básica da rede municipal, na perspectiva de uma educação inclusiva e antirracista, contribuindo, dessa forma, para a efetivação da Lei n. 10.639/03 e dos documentos norteadores no currículo escolar em âmbito nacional, estadual e municipal.

### **4.1 Ensinar História a partir da memória e dos documentos históricos: desafios e possibilidades**

Por meio dos depoimentos orais dos participantes da Festa de Nossa Senhora do Rosário, é possível conhecer a memória das pessoas que dela participam e valorizar as histórias individuais e coletivas. Isso permite compreender como essa festa é vivida e praticada pela comunidade negra em Balneário Piçarras. Ao obter elementos que serão utilizados na construção de uma abordagem da festa no Ensino de História, com foco na educação para as

relações étnico-raciais, valoriza-se a perspectiva dos sujeitos participantes da festa. Dessa maneira, a dimensão propositiva desta dissertação busca expor as práticas da população afro-brasileira, refletindo sobre os objetivos e sentidos do ensino de História. Assim, a história que antes era abordada apenas sob a perspectiva da subordinação passa a reconhecer esses sujeitos como protagonistas, ao narrarem suas memórias, as quais se tornam instrumentos pedagógicos para aulas de História. Conforme orienta as DCNERER (Brasil, 2004), é necessário a implantação de projetos que visem a reparação racial e que contemplem a cultura e história das comunidades afro-brasileiras. É essa a proposta desta dissertação, apresentar recursos metodológicos que valorizam os diferentes sujeitos, possibilitando construir diferentes saberes em sala de aula.

Construir um pensamento histórico que possibilite ao estudante se orientar temporalmente, desenvolvendo um pensamento crítico e emancipatório a partir dessa compreensão temporal é o que move o trabalho do docente da área de História. Esse é um desafio constante na prática pedagógica, pois ensinar História significa trabalhar com temas que promovam, nos estudantes, o compromisso com a cidadania e a alteridade, instigando-os a serem sujeitos capazes de atuar na transformação da sociedade. É instigar, problematizar o conhecimento produzido pela historiografia, é construir saberes que mobilizem para a compreensão do presente, reconhecendo sua relação com o passado e projetando ações para o futuro. Nesse sentido, discutir o racismo no espaço escolar, entendendo que ele é fruto de uma longa construção histórica, é fundamental, pois uma educação antirracista é necessária para mudança de valores, atitudes e formas de pensar, muitas vezes carregadas de estereótipos e preconceitos. Uma educação antirracista; reconhece que vivemos em uma sociedade racista, devendo ter como princípio preparar os estudantes para se posicionarem contra isso (Gomes, 2005b, p. 147). Essa abordagem é essencial para a transformação de discursos e posturas, e deve também envolver a discussão sobre o processo de apagamento histórico da cultura e história das populações negras.

Na sua prática pedagógica, o docente de História pode adotar uma abordagem que valorize a história próxima dos estudantes, os saberes locais e que reconheça as especificidades étnico-raciais. Tal perspectiva deve ter enfoque no respeito às múltiplas expressões da diversidade, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência histórica crítica, capaz de perceber as mudanças e permanências, bem como as diferenças e semelhanças ao longo do tempo. Ao promover o reconhecimento da diversidade e a valorização das diferenças individuais, o Ensino de História fortalece o respeito, na perspectiva de uma educação mais

democrática. “Ensinar História pode ser também ampliar as possibilidades de pensar a diferença, contribuindo na promoção de relações pautadas em valores como justiça social, ética e cidadania” (Meinerz, 2017, p. 75).

Ressalta-se que, no que se refere à Lei 10.639/03 e às diretrizes correlatas que orientam o trabalho docente na perspectiva da posituação da história e memória africanas e afro-brasileiras, “Há reconfigurações no ensino de história resultantes dessa agenda que, certamente, vêm positivar a silenciada e/ou sub-representada história africana e afro-brasileira” (Pereira; Roza 2012, p. 92). Essa reconfiguração das narrativas históricas, que repercute na compreensão da história do país é fruto de uma agenda antirracista, resultando em novos usos das fontes e em novas leituras do passado, o que possibilita novas abordagens, algo que está intrinsecamente ligado ao Ensino de História. Para os autores, a visibilização é o norte, já que, por longos anos, as práticas culturais afro-brasileiras foram invisibilizadas. Entretanto, essas representações começam a ganhar espaço de forma mais significativa nos espaços escolares.

A visibilização constitui uma das estratégias fundamentais para romper com o silenciamento social e a marginalização cultural no contexto do currículo escolar. Essa presença tem se materializado, muitas vezes, em articulação com a atuação dos centros culturais e grupos culturais locais, por meio da ação e do protagonismo de docentes (muitas vezes, vozes isoladas), que resistem e promovem essas mudanças (Pereira; Roza, 2012, p. 92).

Cabe aos docentes a responsabilidade de abordar temas relacionados à história e à cultura africana e afro-brasileira, ainda que frequentemente enfrentam críticas por essa escolha. Mas a abordagem constitui um direito à história e à memória que foram sistematicamente negados ao longo do tempo. Nesse processo, é fundamental que o docente atue com ética, evitando práticas que tirem o direito à liberdade religiosa ou possam cometer o proselitismo.

Para isso, é importante a orientação do docente no sentido pluralista, na abordagem da construção da história, onde haja uma “[...] abordagem da história em que estão contrastadas, confrontadas e em diálogo com outras formas de abordagem da história e da cultura, sem marcas doutrinárias, sem proselitismo ou imposições identitárias, morais ou políticas” (Pereira; Roza, 2012, p. 104). E o estudo da história e cultura afro-brasileira é reforçado pelo “[...] direito à história e pelo dever da memória, como ocorre com outros conteúdos do currículo” (Pereira; Roza, 2012, p. 104). Isso tudo imbricado às lutas que possibilitaram a obrigatoriedade de inserção desses temas no currículo.

Ao integrar as narrativas de diferentes sujeitos, criam-se possibilidades de uma memória coletiva mais inclusiva, com novas perspectivas e experiências. Registrar e divulgar

é essencial para a preservação da memória e para a garantia de múltiplas experiências de sujeitos historicamente excluídos, que não tiveram sua história contada. Dessa forma, desafia-se as narrativas eurocêntricas, incluindo sujeitos plurais na construção da história. Ricardo Oriá (2017) enfatiza a importância de trabalhar com bens culturais no Ensino de História como forma de preservar a memória social coletiva e promover uma perspectiva de construção da cidadania e de uma identidade nacional plural.

A memória é, pois, imprescindível na medida em que esclarece sobre o vínculo entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que as acompanha. Sem isso, a população urbana não tem condições de compreender a história de sua cidade, como seu espaço urbano foi produzido pelos homens através dos tempos, nem a origem do processo que a caracterizou (Oriá, 2017, p. 139).

Pensando sobre isso, ao levar narrativas para a sala de aula dentro de uma proposta para o Ensino de História, o docente apresenta diferentes pontos de vista sobre um mesmo aspecto, possibilitando a construção de uma memória coletiva plural, na qual todos os sujeitos possam se identificar. Nesse contexto, as memórias podem ser utilizadas como recursos didáticos e mobilizadas por meio de abordagens específicas.

Pereira e Roza (2012) discutem estratégias em relação à abordagem das práticas afro-brasileiras nas escolas, principalmente o Congado e a Folia de Reis. As questões levantadas pelos autores auxiliaram na elaboração desta dissertação, pois a experiência de abordar essas festas em sala de aula permite entender como esses grupos “apropriam-se das memórias e criam leituras do passado de existência de uma suposta ancestralidade” (Pereira; Roza, 2012, p. 98).

A partir da pesquisa sobre as dissertações publicadas no programa ProfHistória que abordam as festas no Ensino de História, observou-se o surgimento de novos estudos sobre essa temática, o que evidencia a relevância da inclusão de novos temas e abordagens no ensino, desafiando uma visão única e colonialista. Esse movimento abre um leque de possibilidades para explorar as festas em sala de aula e é um avanço muito positivo, pois amplia as abordagens dos temas nas aulas de História, criando novas possibilidades pedagógicas, proporcionando aos estudantes o acesso a conhecimentos que antes eram negados ou enviesados. Assim, cria-se então um novo espaço de diálogo nas escolas, em uma perspectiva de uma educação mais inclusiva, onde todos os saberes são valorizados e compartilhados.

Os critérios estabelecidos para a escolha das dissertações analisadas do ProfHistória basearam-se na abordagem de temas relacionados às festas afro-brasileiras e à educação para

as relações étnico-raciais. As dissertações foram pesquisadas no portal do ProfHistória,<sup>39</sup> onde estão publicadas. Embora haja um número significativo de trabalhos que tratam da educação étnico-racial, são menos numerosos os que abordam as festas afro-brasileiras. Foram selecionadas, portanto, as dissertações que tratam de ambas as temáticas. Tratam-se de pesquisas que exploram assuntos historicamente silenciados, apresentando novas perspectivas para o ensino de História, com ênfase na valorização da oralidade e no uso de diversas fontes historiográficas. As dissertações destacam a utilização da história oral, incluindo depoimentos de festeiros, sujeitos que vivenciam as festas, o que permite acessar diferentes perspectivas por meio da construção das narrativas, além da utilização das fontes históricas em sala de aula.

A escolha da dissertação do professor Vitor Honório Fortes (2021) deve-se à abordagem das festas no ensino de História, temática que está em consonância com a proposta deste trabalho. Em sua dissertação intitulada *Congada de Ilhabela na construção de uma educação para uma diversidade étnico-racial*, o autor apresenta as origens da festa e todo o seu processo de organização. A partir disso, ele propõe uma abordagem para o Ensino de História com foco na valorização da história e da cultura afro-brasileira em sala de aula, utilizando a festa como instrumento pedagógico para trabalhar a educação das relações étnico-raciais. Ao longo do trabalho, Fortes discute os elementos constituintes da Congada de São Benedito e, por meio de entrevistas com alguns docentes, investiga como a Lei 10.639/03 é aplicada no cotidiano escolar, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais.

Após apresentar a estrutura da Congada de São Benedito, em Ilhabela, a dissertação propõe seu uso como ferramenta de valorização dos povos descendentes de escravizados e de combate à discriminação racial por meio da educação municipal. Para isso, o autor analisa os documentos curriculares nacionais (BNCC) e o Currículo Paulista, já que o município não possui diretrizes próprias. Nas entrevistas com docentes de História de Ilhabela, o autor busca identificar fatores que dificultam ou facilitam a inserção da Congada nas aulas. A partir disso, ele oferece direcionamentos para utilizá-la em sala de aula, promovendo uma imagem positiva das populações afro-brasileiras e incentivando a reflexão dos estudantes sobre o racismo no Brasil. Ao desenvolver o projeto de pesquisa com docentes para responder às questões problematizadoras, ele conclui que, por mais que não haja apoio da Secretaria de Educação, tampouco formação adequada, os docentes acreditam ser possível trabalhar os saberes da congada na sala de aula. O autor nos leva a refletir sobre a importância das produções que

---

<sup>39</sup> Endereço disponível em: <https://www.profhistoria.com.br/>. Acesso em: 24 maio 2025.

valorizam essa temática e, acima de tudo, a levam para o espaço escolar, ou seja, a produção vai além da academia.

Ana Paula Pícoli de Lima (2022), em sua dissertação intitulada *A festa de São Sebastião e Santos Reis do Quilombo de Picadinha, Dourados-MS: por um ensino de História antirracista*, busca compreender as mudanças e permanências na realização das festas ao longo dos anos, bem como sua relevância para a preservação e ressignificação dos costumes e para a história do Quilombo da Picadinha, através da memória dos participantes. A partir da pesquisa, ela elaborou material didático para a Educação Básica, visando promover a educação étnico-racial prevista nas Leis 10.639/03 e 11.645/08, com enfoque na desconstrução dos preconceitos presentes na sociedade, evidenciando a participação dos negros na história da cidade de Dourados.

A autora demonstra em sua pesquisa a relevância e o crescimento dos estudos acadêmicos sobre os quilombos na região, considerando esse crescimento um aspecto positivo. No entanto, ela apresenta um levantamento das pesquisas sobre os quilombos, notando que elas permanecem apenas nas universidades e em artigos, sem chegar aos espaços escolares. Diante disso, a proposta foi justamente levar esse conhecimento para o ambiente escolar, por meio da produção de material didático. O material didático sobre o quilombo de Picadinha promove a reflexão sobre memória, história e identidade afro-brasileira, com o objetivo contribuir para uma educação antirracista, ampliando o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural brasileira. A autora enfoca a lacuna nas produções didáticas em sua cidade sobre a educação das relações étnico-raciais, ressaltando a importância da produção desse material para o trabalho nas escolas (Lima, 2022, p.118). Ela fornece toda a contextualização necessária, com enfoque na valorização da festa como patrimônio imaterial, destacando a importância de enaltecer as diferentes culturas que fazem parte do país.

Já a escolha pela análise da dissertação de Jorge Ribeiro Diacópulos (2022) deve-se ao fato de se tratar de um trabalho premiado como a terceira melhor dissertação do ProfHistória em 2023. Além disso, em sua dimensão propositiva, o autor elaborou um website, o que serviu como referência para esta pesquisa, a qual também desenvolve uma proposta metodológica em formato digital. Na dissertação *Comunidade quilombola Tia Eva (Campo Grande/MS): memória, ensino de história e educação antirracista*, o autor tem como objetivo discutir o protagonismo negro e quilombola no estado de Mato Grosso do Sul, especificamente no Quilombo Tia Eva. Ele destaca a importância de abordar esse tema, historicamente silenciado

na historiografia e no Ensino de História. Essa ampliação do debate serviu para dar maior visibilidade à comunidade quilombola, contribuindo para seu reconhecimento e valorização.

Na dissertação, o autor destaca que, embora o currículo prescrito preveja a educação das relações étnico-raciais, há carência de materiais didáticos adequados e os livros adotados não contemplam as temáticas. Além disso, a ausência de formação continuada e a falta de abordagem dessas questões na graduação dos docentes tornam esse ensino dependente do engajamento individual do professor, que precisa atuar como pesquisador e produtor de seu próprio material (Diacópulos, 2022, p. 41).

#### **4.2 Ensino de História interativo: abordagem da Festa de Nossa Senhora do Rosário a partir de um website**

A reflexão sobre a necessidade de articulação entre história, memória e identidade afro-brasileira foi central na produção didática desta dissertação. Com a perspectiva de valorizar as festas e sua abordagem no Ensino de História, essa produção visa contribuir para a educação das relações étnico-raciais, ampliando a valorização da cultura e da história afro-brasileira. Ao inserir as festas nas aulas de história, possibilita-se novas dinâmicas de compreensão do espaço e da cultura que ali se vive, por meio da narrativa das memórias das pessoas que participam dos festejos. Muitas memórias e histórias são construídas durante a organização das celebrações, assim como as tradições que são passadas por várias gerações.

O Mestrado Profissional no Ensino de História orienta a produção de material propositivo para o Ensino de História, com o potencial de promover reflexões sobre a prática pedagógica. O ProfHistória oferece um espaço para o debate de abordagens metodológicas que possibilitam a construção do conhecimento, com ênfase no diálogo e na análise de diferentes perspectivas históricas. Nesse sentido, reconhece a importância de docentes de diversas regiões do Brasil participarem dessas discussões, ampliando o campo de pesquisa e ensino na área de História, o que contribui para uma reflexão crítica sobre a prática pedagógica, estimulando o desenvolvimento de estratégias para problematizar o processo ensino aprendizagem em sala de aula.

Pensando sobre isso, optamos pela criação de website, por se tratar de uma plataforma eficaz para a divulgação da proposta metodológica construída e para dar visibilidade à Festa de Nossa Senhora do Rosário e os saberes que a constituem. O site reúne um acervo de documentos, fontes e materiais selecionados ao longo da pesquisa, além de sugestões

pedagógicas que poderão ser utilizadas por docentes em sala de aula. Essa escolha dialoga com a perspectiva do professor Jorge Ribeiro Diacópulos (2022), que argumenta:

A internet se tornou uma importante ferramenta no processo ensino aprendizagem, proporcionando um ambiente propício para a pesquisa, troca de conhecimento, interação ativa e ambiente colaborativo. São inúmeras as ferramentas, das mais complexas às mais simples, que podem ser utilizadas como instrumento de mediação no ensino na rede (Diacópulos, 2022, p. 102).

A presença das tecnologias digitais, portanto, potencializa a prática pedagógica e transforma a escola em um espaço conectado com as dinâmicas da sociedade contemporânea, promovendo uma interação contínua entre estudante, docente e conhecimento. Nesse sentido, o uso de recursos digitais amplia o alcance do tema trabalhado, permitindo o compartilhamento de fontes históricas da festa além dos muros da escola. A professora Andréa Vicente (2022), reforça essa ideia ao destacar que os ambientes virtuais vêm sendo ampliados como ferramentas fundamentais para a abordagem da história indígena e afro-brasileira. Para ela, “É fundamental garantir que grupos historicamente subalternizados possam ecoar suas vozes, refutando narrativas tradicionais dos dominadores, para que possam atuar cada vez mais em oposição a grupos conservadores que atuam a serviço da dominação capitalista” (Vicente, 2022, p. 102). Ela ressalta que as dissertações do ProfHistória que sistematizam as produções educacionais nos ambientes virtuais têm se expandido, ampliando o espaço de projeção das comunidades e povos negligenciados ao longo da história.<sup>40</sup>

Assim, o website elaborado nesta dissertação não apenas divulga a pesquisa e sua dimensão propositiva, mas também atua como instrumento de valorização de memórias, culturas e resistências, contribuindo para a construção de uma educação comprometida com a cidadania, a diversidade e a justiça social. Além disso, colabora para a reflexão sobre a Festa de Nossa Senhora do Rosário como patrimônio cultural imaterial do município.

Ao utilizar diferentes recursos tecnológicos em sala de aula, o docente favorece a interação e a dinâmica do ambiente de aprendizagem. Isso oferece aos estudantes diversas estratégias de aprendizado, além de desenvolver a competência leitora por meio do acesso de variados elementos, o que viabiliza a interpretação e compreensão de textos de maneira mais crítica e autônoma. Para Sara Dias Trindade (Szlachta Jr.; Rodrigues Jr.; Bonete, 2022), o uso

---

<sup>40</sup> Para mais informações acesse o site “Presença indígena em São José da Terra Firme”. Disponível em: <https://www.historiaindigenasj.com/>. Acesso em: 24 maio 2025.

de ambientes digitais potencializa a forma de ensinar e de aprender, e cabe ao docente identificar os recursos disponíveis e possibilidades para o ensino de História. Assim:

A história praticamente adquire novos contornos, adquire novas formas de ser estudada e apreendida pelos nossos alunos e alunas. Portanto, se o professor conseguir enquadrar esses recursos nas suas práticas pedagógicas, ele vai naturalmente fazer com que os estudantes aprendam ainda melhor, muito embora também se aprenda com o professor que utiliza recursos analógicos. O professor de história sempre soube ensinar perfeitamente os alunos com os recursos que sempre teve ao seu dispor. Obviamente que os tempos são outros e, portanto, as tecnologias também são outras, e, para mim, podemos potencializar as formas de se ensinar (Szlachta Jr.; Rodrigues Jr.; Bonete, 2022, p. 305).

O uso das tecnologias digitais já faz parte do cotidiano dos estudantes e o docente oferece ferramentas para análise e crítica dos documentos históricos, possibilitando diferentes interpretações de um mesmo material. Como afirma Trindade (2022, p. 306), “nós ensinamos isso em nossas aulas, ensinamos exatamente a distinguir visões diferentes e explicar que tanto um como outro podem ser considerados válidos dentro das perguntas e interpretações que nós fazemos”. Essa prática é essencial em um mundo com cada vez mais acesso à informação, e a capacidade de análise crítica se torna cada vez mais necessária. Nesse contexto, os recursos digitais se configuram como aliados indispensáveis do educador, ajudando a desenvolver a criticidade, uma habilidade crucial na atualidade.

É muito importante, na contemporaneidade, que os educadores ocupem espaços virtuais de aprendizagem na perspectiva de ampliar o espaço de construção de conhecimentos, visto que a internet faz parte do cotidiano dos estudantes. O uso de tecnologias digitais na aprendizagem, especificamente a internet, potencializa a produção e divulgação de pesquisas; uma tecnologia que possibilita articular a narrativa, sendo cada pessoa autora da sua própria história, tanto individual como coletiva. “Podemos vislumbrar um futuro em que a narrativa histórica da sociedade possa conter múltiplas ‘vozes’, incluindo, sem hierarquia, histórias de vida de indivíduos de todos os segmentos da sociedade e onde a história de cada um será um ponto de nossa teia social” (Worcman, 2006, p. 10). A internet possibilita esse espaço, no qual diferentes memórias podem ser compartilhadas, onde cada um registra seu olhar, constituindo suas histórias sem hierarquia (Worcman, 2006). Dessa forma, ao divulgar as narrativas da comunidade negra, dá-se visibilidade às memórias de pessoas, que ainda estão pouco presentes nos livros e em outros materiais didáticos, pois a internet é um novo meio de comunicar essa memória. Em sala de aula é muito importante a análise e discussão dessas narrativas, constituindo-se um material rico para as aulas de história. Desse modo, a divulgação das

narrativas e outras fontes históricas por meio do website é uma forma de materializar a experiência de homens e mulheres que participam da Festa de Nossa Senhora do Rosário.

Organizar um espaço, nesse caso um website com foco na Festa de Nossa Senhora do Rosário, é uma maneira de desconstruir a narrativa da história oficial, valorizando grupos e comunidades que foram silenciados nas produções históricas e que agora se tornam protagonistas. Nesse sentido, isso estabelece o diálogo com as diretrizes e orientações para a educação das relações étnico-raciais.

### **4.3 Entre memórias e documentos históricos: a Festa de Nossa Senhora do Rosário no Ensino de História**

A rede municipal de ensino de Balneário Piçarras possui cinco escolas de Ensino Fundamental e seis centros de educação infantil. Também é ofertada a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), em uma das escolas no período noturno. Ao analisarmos os dados do sistema de ensino municipal, conforme o Censo Escolar do INEP de 2024, a rede atende 5.960 estudantes, da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. A evolução das matrículas por cor/raça, no período de 2014 a 2024, revela mudanças significativas no perfil étnico-racial dos estudantes. Em 2014, dos estudantes autodeclarados, 91,2% se identificaram como brancos, 8,3% como pretos ou pardos, 0,5% pertenciam a outras categorias. Além desses dados de autodeclaração, observa-se que 28,3% dos estudantes não informaram sua cor/raça. Já em 2024, entre estudantes que se autodeclararam, 83,5% se identificam como brancos, 16,3% como pretos ou pardos, e 0,2% pertencem a outras categorias. Além dos dados da autodeclaração, 17,03% dos estudantes não informaram sua cor/raça.<sup>41</sup>

A tendência observada é a redução de estudantes brancos, de 91,2% para 83,5%. Há um aumento significativo na autodeclaração de estudantes pretos e pardos, de 8,3% para 16,3%. E há queda no número de não declarados. Há vários fatores que podem ter desencadeado essas mudanças, um deles diz respeito à autodeclaração racial, especialmente pretos e pardos, que está associada a uma maior conscientização racial, bem como a políticas públicas nacionais voltadas à valorização da identidade. Outro fator a ser considerado diz respeito às mudanças ocorridas no Censo. Com a atualização do instrumento de pesquisa, novas perguntas foram

---

<sup>41</sup> Dados disponíveis em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWlyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjZjczODk3LWM4YWVtNGIxS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>. Acesso em: 17 abr. 2025.

incorporadas, o que pode ter influenciado nas respostas e, conseqüentemente, nas alterações observadas nos dados a partir desse período<sup>42</sup>. Esses dados apontam fatores positivos para a rede municipal de ensino, devido ao aumento da autodeclaração, o que é sinal de maior pertencimento identitário. A redução de “não declarados” indica melhoria na coleta e preenchimento dos dados no ato da matrícula, o que apresenta alguns desafios para a rede municipal de ensino, como garantir a equidade no aprendizado, promover a formação docente focada na educação antirracista e reforçar ações afirmativas e representatividade com a positivação dos grupos historicamente marginalizados.

A produção da dimensão propositiva é voltada para os docentes e estudantes de todos os segmentos da Educação Básica, podendo ser adequada a diferentes níveis de ensino. Dessa forma, ela subsidiará os educadores com materiais que possibilitam o trabalho com a educação das relações étnico-raciais, ao mesmo tempo em que será apresentada uma abordagem mais dinâmica e significativa para as aulas de História. No entanto, foi especialmente pensada para ser desenvolvida no Ensino Fundamental da rede municipal de ensino de Balneário Piçarras.

O website contará a história da Festa de Nossa Senhora do Rosário por meio de um acervo digital diversificado, que incluirá documentos históricos, fotografias, relatos das memórias dos participantes, convites e artigos de jornal, além de produções de áudio e vídeo. Esse material será amplamente divulgado para toda a comunidade e servirá como instrumento pedagógico para a disciplina de História e outras áreas do conhecimento, sendo também uma ferramenta dinâmica para os estudantes da Educação Básica. As fotografias e os convites presentes no site são das famílias que participaram da festa e gentilmente as disponibilizaram para pesquisa, além de outras pertencentes ao acervo da Fundação Municipal de Cultura da cidade. Esse acervo riquíssimo permite observar as mudanças e permanências na festa ao longo do tempo, e convida à reflexão sobre as resistências e luta do povo negro de Balneário Piçarras e região adjacente. Ao transformar o material de pesquisa em acervo digital, o site amplia o compartilhamento dos saberes da comunidade afro-brasileira da região, valorizando seu protagonismo e atendendo à Lei n. 10.639/03, que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira.

Os materiais que compõem o acervo elaborado durante o estudo desta dissertação estão organizados no site: “**Festa de Nossa Senhora do Rosário**”, que pode ser acessado por meio

---

<sup>42</sup> Informações disponíveis em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda>. Acesso em: 10 maio 2025.

do link <https://www.festadorosariopicarras.com.br/>. O website, desenvolvido na plataforma Wix, apresenta uma página principal estruturada em 9 seções: Início, Projeto, História, Narrativas, Mulheres e fé, Legislação, Proposta Pedagógica, Galeria e Acervo. Na página inicial (Figura 40), o usuário pode acessar as seções por meio de hiperlinks, facilitando a navegação e a consulta. Destaca-se, ainda, a presença de uma imagem na página principal que retrata o cortejo realizado no dia da festa, evidenciando sua realização na contemporaneidade. A fotografia, de 2022, registra o momento em que o cortejo se dirige à celebração na Igreja de Santo Antônio de Pádua, local onde a festividade ocorre atualmente. Na parte superior está identificado o título do website e também constam no final da página principal as instituições ligadas a esta pesquisa, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e o Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória).

Figura 40 – Início do site: Festa de Nossa Senhora do Rosário



Fonte: disponível em: <https://www.festadorosariopicarras.com.br/>. Acesso em: 26 maio 2025.

Na seção “Projeto” (Figura 41) é apresentada a proposta do website, com ênfase na importância dessa iniciativa para o trabalho com a educação das relações étnico-raciais no Ensino de História. O projeto busca fortalecer o protagonismo da comunidade afro-brasileira envolvida na realização da Festa de Nossa Senhora do Rosário, valorizando suas práticas culturais, saberes e memórias. Nessa seção, também é feita a apresentação da autora desta dissertação.

Figura 41 – Seção: Projeto



**FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO**

[Início](#)
[Projeto](#)
[História](#)
[Narrativas](#)
[Mulheres e fé](#)
[Legislação](#)
[Proposta Metodológica](#)
[Galeria](#)
[Acervo](#)

**Apresentação**

Este site, fruto de uma pesquisa de mestrado, apresenta a Festa de Nossa Senhora do Rosário em Balneário Piçarras como ferramenta pedagógica para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, valorizando as narrativas e memórias da comunidade afro-brasileira.

O site é resultado do projeto de Mestrado desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Federal de Santa Catarina(UFSC), intitulado A festa de Nossa Senhora do Rosário em Balneário Piçarras: Uma Proposta de Ensino de História para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Este website integra a dimensão propositiva da dissertação e é destinado a estudantes, docentes, pesquisadores e ao público em geral.

Ao transformar todo o material de pesquisa em um acervo digital acessível por meio do site, busca-se ampliar o compartilhamento de diferentes saberes. O website contará com uma variedade de documentos históricos, como fotografias, relatos de memórias dos participantes, convites da festa e artigos de jornal. Além disso, serão divulgadas pesquisas e publicações e produções de áudio e vídeo. O material disponibilizado contribuirá para contar a história dessa importante manifestação cultural e religiosa, servindo como instrumento

Fonte: disponível em: <https://www.festadosariopicarras.com.br/projeto>. Acesso em: 26 maio 2025.

Na seção “História” (Figura 42) é apresentado, de forma breve, o histórico da região onde ocorre a Festa de Nossa Senhora do Rosário. Evidencia-se, nesse espaço, a territorialidade da celebração, que ultrapassa os limites do município de Balneário Piçarras, envolvendo a participação de pessoas das cidades circunvizinhas. Além disso, por meio de documentos históricos diversos, essa seção possibilita uma compreensão tanto da história da região quanto da trajetória histórica da própria festa e os elementos que a constituem.

Figura 42 – Seção: História



**FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO**

[Início](#)
[Projeto](#)
[História](#)
[Narrativas](#)
[Mulheres e fé](#)
[Legislação](#)
[Proposta Metodológica](#)
[Galeria](#)
[Acervo](#)

**HISTÓRIA**

**Povos Originários**

A história da região de Penha e Balneário Piçarras está diretamente ligada aos povos que habitaram essa região há milhares de anos. São povos originários cujas marcas podem ser encontradas ao longo de todo o litoral catarinense, incluindo essa região. Esses povos são denominados de “sambaquis”. Acredita-se que os guaranis possam ser descendentes desses primeiros habitantes. Com a chegada dos europeus, os povos indígenas que habitavam a região passaram a ser chamados de Carijós, um grupo pertencente à etnia Guarani, que ocupava diversas partes do território brasileiro (Silva, 2002).

Atualmente, os vestígios dos povos originários permanecem na nomenclatura de localidades da região. Essa presença indígena também pode ser observada em registros históricos, como no trecho descrito pelo naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire.

Encontram-se alguns traços de sangue indígena nos habitantes desse trecho de costa, segundo me informaram, eles, porém, vão desaparecendo aos poucos em virtude de, continuamente, se estabelecerem ali homens da ilha de Santa Catharina que, na maioria, são originários das Ilhas dos Açores e de pura raça caucásica (Saint-Hilaire, 1936, p. 128).

Fonte: disponível em: <https://www.festadosariopicarras.com.br/hist%C3%B3ria>. Acesso em: 26 maio 2025.

Na seção “Acervo” (Figura 43) há um repositório de documentos diversos, que podem ser mobilizados a partir da proposta metodológica. Estão disponibilizados links de acesso a produções e materiais variados que abordam a Festa de Nossa Senhora do Rosário na região.

Figura 43 – Seção: Acervo



Fonte: disponível em: <https://www.festadorosariopicarras.com.br/acervo>.  
Acesso em: 26 maio 2025.

A análise de documentos históricos (artigos de jornal, fotografias e convites da festa) também integra a proposta metodológica. A investigação dessas fontes históricas possibilita a mobilização de diferentes habilidades e competências, promovendo o levantamento de hipóteses, a comparação e a observação. Isso permite aos estudantes um olhar crítico sobre esses documentos históricos. Para Pereira e Seffner (2009, p. 119), trabalhar com fontes no Ensino de História possibilita aos estudantes confrontar as representações que as pessoas no passado produziram sobre si mesmas e, ao mesmo tempo, isso permite que os estudantes elaborem críticas sobre essas representações que fazemos sobre o passado.

Segundo Cainelli e Schmidt (2004), as concepções historiográficas do século XX trouxeram novas perspectivas sobre o uso do documento histórico. Assim, repensa-se seu uso em sala de aula, pois isso permite o diálogo entre o educando e o passado, articulando o sentido de análise histórica dessa fonte. Ao estabelecer o contato com as fontes históricas, o estudante se familiariza com as formas de representação das realidades do passado e do presente, ampliando sua capacidade de reflexão. Assim, há um processo de ensino-aprendizagem com interação entre educando e educador, possibilitando que ambos pensem historicamente. Nessa

perspectiva, os documentos responderão “[...] às indagações e às problematizações de alunos e professores, com o objetivo de estabelecer um diálogo com o passado e o presente, tendo como referência o conteúdo histórico a ser ensinado” (Cainelli, Schmidt, 2004, p. 95).

A análise de diferentes fontes busca oferecer estratégias para que os estudantes desenvolvam uma postura crítica frente a representação do passado, identificando novas possibilidades de análise. As fontes históricas permitem entender as noções das práticas culturais, imaginário e memória. Ao propor a leitura de documentos históricos diversos, como fotografias, jornais e convites da festa, busca-se desenvolver nos estudantes habilidades como comparação, descrição e análise. Para Flávia Eloisa Caimi (2008, p. 147), o grande desafio do educador é entender os documentos como fontes, como marcas do passado, que trazem indícios de situações já vividas, com saberes e significados que precisam ser construídos a partir de indagações e problemáticas, sendo o estudante um sujeito ativo desse processo de análise e o educador atuando como mediador.

Para Bittencourt (2008), os documentos históricos são ferramentas eficazes para desenvolver a argumentação, a análise e a reflexão. Ao trabalhar com essas fontes, os estudantes passam a compreender os contextos de diferentes períodos históricos. A autora destaca a importância de o educador apresentar as informações sobre o contexto no qual o documento foi produzido, permitindo que os estudantes compreendam tanto sua relevância quanto suas limitações. Nesse processo, o educador desempenha o papel de mediador, possibilitando a compreensão de múltiplas perspectivas históricas. Assim, os documentos tornam-se fundamentais na construção do conhecimento histórico. Ainda segundo Bittencourt (2008, p. 368), ao utilizar fotografias como recurso didático, é essencial selecionar aquelas que contenham informações relevantes e que despertem questionamentos sobre o tema abordado. Essa prática amplia as possibilidades pedagógicas, contribuindo com o processo de ensino-aprendizagem e na construção do conhecimento histórico pelos estudantes. A abordagem metodológica deve ser investigativa, com o docente atuando como mediador desse processo. É fundamental que o educando analise as imagens de forma crítica, pois é necessário desconstruí-las, observando criteriosamente os elementos que as constituem. Além disso, eles devem ser orientados a compreender que as fotografias são representações da realidade, e não a realidade em si. É igualmente importante levá-los a questionar o contexto de produção dessas imagens e as intenções envolvidas. A comparação entre fotografias de diferentes períodos pode revelar importantes transformações ao longo do tempo (Bittencourt, 2008).

No caso das fotografias históricas, conforme Pereira e Seffner (2009), elas proporcionam aos estudantes o contato com documentos, permitindo um olhar crítico sobre esses materiais e facilitando a compreensão dos procedimentos na produção do conhecimento científico. As fotografias precisam ser analisadas a partir das intenções de seus autores, do contexto em que foram produzidas e das características da sua linguagem. A fotografia, quando analisada, pode ser uma fonte histórica importante, possibilitando a reconstrução da história de eventos, pessoas e lugares. Por meio de sua análise e interpretação, ela promove uma reflexão sobre o passado.

A seção intitulada “Galeria” (Figura 44), possui uma coleção de fotografias que abrangem diferentes períodos, desde 1947 até 2024, embora muitas delas não estejam datadas. As fotografias selecionadas retratam diferentes momentos e elementos rituais da festa, como o cortejo, a coroação, a decoração, as vestimentas, a interação comunitária, a expressão da fé e da devoção, o espaço onde a celebração ocorreu e seus participantes, alguns dos quais foram identificados por meio da pesquisa. Observa-se uma ampla exploração das fontes visuais da festividade ao longo do tempo.

Figura 44 – Seção: Galeria



Fonte: disponível em: <https://www.festadorosariopicarras.com.br/galeria>. Acesso em: 26 maio 2025.

A seção intitulada “Narrativas” (Figura 45) é dedicada aos relatos dos participantes da festa ao longo dos anos, reunindo memórias e suas experiências. Além desses depoimentos, o espaço também disponibilizará acesso a vídeos de entrevistas realizadas no âmbito do projeto promovido pela Fundação Municipal de Cultura do município de Balneário Piçarras.

Figura 45 – Seção: Narrativas

**FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO**

Início Projeto História **Narrativas** Mulheres e fé Legislação Proposta Metodológica Galeria Acervo

## Narrativas

A memória é importante para discutir as múltiplas práticas que envolvem a Festa de Nossa Senhora do Rosário. Dessa forma, as narrativas dos participantes da festa trazem as lembranças de outros tempos que permanecem vivas. Por meio dos depoimentos orais dos participantes, é possível conhecer a memória das pessoas que dela participam e valorizar as histórias individuais e coletivas, na perspectiva de compreender como essa festa é vivida e praticada pela comunidade negra de Bañeirão Píçarras.

Por meio das narrativas, evidenciam-se a devoção, as celebrações, as resistências e as transformações ocorridas ao longo do tempo, o que nos permite compreender os laços que unem a comunidade negra dentro dessa territorialidade. Dessa

**Ivo Carlos Rodrigues**

Ivo Carlos Rodrigues nasceu em Bañeirão Píçarras em 1956. Ele é praticante da festa desde sua infância, tendo herdado de sua família a responsabilidade de dar continuidade à festa de Nossa Senhora do Rosário em Bañeirão Píçarras. Atualmente, é um dos responsáveis pela organização da festa, junto à comunidade afro-brasileira da região.

**Trecho 1:** “A nossa festa é o seguinte: nós temos a escolha de um casal, um rei e uma rainha. Então, eles têm um ano pra se preparar. A gente faz essa festa anual. Eles têm que fazer a organização da festa. Nós temos um grupo que corre atrás, corre junto. Então, esse grupo orienta eles como fazer. Deixei a questão de que eles vão escolher as pessoas que eles querem levar como convidados deles, da primeira linha, que são os juizes, um casal de pajem, o pajem do rei, o pajem da rainha, juizes e convidados. Então, essas pessoas que eles convidam são as pessoas em que eles confiam, que, se algum problema existir, eles cobrem. Eles cobrem, eles sustentam, não vai deixar de acontecer a festa. Vamos dizer assim, se, porventura, como já aconteceu: o rei faleceu. Foi ele, foi escolhido, como que a gente tem uma nomeação de escolha e tal, e ele veio a falecer. Se ele já estava se sentindo mal e tal: “Se eu vier a falecer, o meu filho assume”. Isso era a vontade dele e foi respeitado. E, se não é ele, o filho, a assumir, então uma pessoa que nós chamamos de cortejo, assume o lugar dele. Mas desde que esteja aí, tem uma hierarquia: tem fulano, beltrano, sicrano, primeiro juiz, segundo juiz, terceiro, quarto...até chegar...vai havendo essa escolha através dessa hierarquia.”

**Trecho 2:** “Juiz de mastro, que antigamente - hoje a gente já não faz isso - antigamente a gente fazia um mastro, uma árvore, um pau de mastro, e ali aquele pau era enfeitado com Flores. Era função dele, de ir no matto, sei lá, em algum lugar. Ele ia plantar na frente da igreja ou do salão, num ponto onde a festa seria celebrada. E ali era obrigação dele de enfeitar aquele pau ali, aquele mastro. Aí, ali começa a festa, naquele momento. Agora vamos celebrar o mastro. Aí ele dava o jantar. Por exemplo: a festa do Domingo, ele dava a janta do sábado. Todo mundo estava em função, já no sábado, do trabalho. Terminava os trabalhos sábado, agora vamos comer e fazer a refeição da noite, que era o jantar servido pelo juiz de mastro.”

Fonte: disponível em: <https://www.festadorosariopicarras.com.br/narrativas>. Acesso em: 26 maio 2025.

A seção “Mulheres e fé” (Figura 46) apresenta breves biografias de algumas mulheres cujas trajetórias estão diretamente vinculadas à Festa de Nossa Senhora do Rosário, destacando seu papel histórico, social e cultural no contexto da celebração. A escolha por dedicar uma seção exclusivamente aos depoimentos dessas mulheres deve-se à observação da importância que elas têm na manutenção da prática festiva, como forma de homenageá-las por toda a dedicação para que a festa tenha acontecido ao longo do tempo.

Figura 46 – Seção: Mulheres e fé

**FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO**

Início Projeto História Narrativas **Mulheres e fé** Legislação Proposta Metodológica Galeria Acervo

Fonte: disponível em: <https://www.festadorosariopicarras.com.br/mulheres-e-fe>. Acesso em: 26 maio 2025.

A proposta é desenvolvida a partir de procedimentos que permitirão aos estudantes adentrar no universo da festa religiosa e conhecer os saberes da população afro-brasileira. O protagonismo das pessoas por meio das memórias e as narrativas históricas constituídas pela oralidade oferecem múltiplas possibilidades para a construção do conhecimento. Ouvir os outros é fundamental para respeitá-los, principalmente quando uma pessoa ou um grupo conta sua própria história, reconhece suas conquistas e reafirma sua participação na sociedade. Esse ato de escuta o torna protagonista, contribuindo para um acervo de memória compartilhada que amplia a compreensão do mundo e de diferentes formas de vê-lo, e esse conhecimento deve ser levado para a sala de aula. Para Fonseca (2006):

[...] os projetos de história oral na educação básica pressupõem uma concepção de ensino de História que envolva a investigação, a pesquisa, a produção de saberes. O professor desempenha o papel de coordenador, o gestor das ações educativas, o mediador capaz de repensar, religar pesquisa e ensino, saberes e práticas (Fonseca, 2006, p. 137).

Além da história oral, o Ensino de História possibilita a abordagem a partir de diferentes fontes históricas, com o docente apontando para os estudantes possibilidades múltiplas de analisar as informações e apresentar sua compreensão sobre o tema de pesquisa. Como apontam Cainelli e Schmidt (2004, p. 30), ensinar história deve colocar o estudante como sujeito ativo no processo de construção do conhecimento histórico. Essa abordagem promove uma interlocução que constrói sentidos e significados, permitindo ao estudante pensar historicamente. É fundamental valorizar a diversidade de fontes e analisar diferentes pontos de vista, reconstruindo, assim, o percurso da narrativa histórica.

Ao mobilizar as memórias, o docente está apresentando a pluralidade de histórias e memórias em nosso país. O registro das memórias dos sujeitos que participam das festas, por meio da narrativa de suas experiências, valoriza os sujeitos e seu conhecimento. Para os autores, destaca-se a importância de ações no ambiente escolar que valorizem memórias e histórias, ao convocar sujeitos e narrativas que tiveram seu protagonismo negado ao longo da história.

Destacamos a relevância das ações voltadas à posituação de memórias e histórias, compreendendo o valor assumido pelos mestres, sua sabedoria e generosidade, sua voz e o vozerio que eles podem produzir em aulas de história. Essa é uma tarefa fundamental, a de convocar sujeitos e narrativas nunca antes registrados ou valorizados em agendas educativas que são mais que uma exigência normativa, são atos que correlacionam o direito à palavra à capacidade de lembrar por meio da troca intergeracional (Pereira; Roza, 2012, p. 107).

Em se tratando do Ensino de História, estudar a Festa de Nossa Senhora do Rosário é importante para que os estudantes compreendam o processo histórico que resultou na constituição da identidade local. Nesse contexto, a memória é um elemento essencial para entender esse processo. As narrativas orais de homens e mulheres participantes da festa possibilitam que essas histórias sejam compartilhadas com os educandos, promovendo uma maior interação entre escola e a comunidade, na perspectiva de valorização dos diferentes sujeitos na história.

A seção “Legislação” (Figura 47) apresenta as leis e diretrizes que orientam a Educação para as Relações Étnico-Raciais, oferecendo subsídios legais e normativos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas antirracistas.

Figura 47 – Seção: Legislação

**FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO**

Início Projeto História Narrativas Mulheres e fé **Legislação** Proposta Metodológica Galeria Acervo

## Legislação

Acesse aqui as leis e diretrizes que embasam o ensino da história e cultura afro-brasileira, incluindo a Lei 10.639/03. Conheça o arcabouço legal que sustenta a valorização e o estudo de tradições como a Festa de Nossa Senhora do Rosário em nossas escolas.

**Lei 10.639/03 (11.645/08)**

A Lei n. 10.639/03 é uma alteração da Lei n. 9.394, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que tornou obrigatório o ensino da história da África e da cultura afro-brasileira nos currículos dos estabelecimentos de ensino público e particular na educação básica. Destaca-se que em 2008 houve uma nova alteração na legislação, por meio da Lei n. 11.645/08, que tornou obrigatório o ensino da história africana, afro-brasileira e indígena em todas as áreas disciplinares, valorizando a contribuição em diferentes aspectos, como o social, o político e o econômico, e abrangendo todos os níveis de ensino, do Fundamental ao Médio.

*Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena em todos os níveis da educação básica, em escolas públicas e privadas, abrangendo todas as disciplinas e valorizando suas contribuições sociais, políticas e econômicas.*

Link para acessar:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm)

**Diretrizes Curriculares**

A partir da Lei n. 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de História da África e da História e Cultura afro-Brasileira, e com o intuito de garantir a crítica da

Fonte: disponível em: <https://www.festadorosariopicarras.com.br/legislacao>. Acesso em: 26 maio 2025.

A seção “Proposta metodológica” (Figura 48) apresentada no website tem como objetivo promover o estudo e a análise da Festa de Nossa Senhora do Rosário, com ênfase na valorização do protagonismo da população afro-brasileira, bem como de sua história, cultura e formas de resistência. Serão mobilizados saberes históricos e culturais, articulados com a escravização, a formação das irmandades religiosas e os processos por luta por reconhecimento e pertencimento. Esses saberes serão acessados por meio da análise de documentos históricos, relatos orais, registros audiovisuais e fotografias, permitindo uma abordagem crítica e interdisciplinar no processo ensino-aprendizagem. Nessa seção também está disponibilizada a versão integral desta dissertação.

Figura 48 – Seção: Proposta metodológica

**FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO**

Início Projeto História Narrativas Mulheres e Fé Legislação **Proposta Metodológica** Galeria Acervo

## Proposta Metodológica

Explore essa proposta para trabalhar a Festa de Nossa Senhora do Rosário em sala de aula, abordando memórias, fontes históricas e protagonismo feminino.

**Caro(a) professor(a)!**

Ao refletir sobre a construção de um ensino de História relevante para os estudantes, surgiu a proposta metodológica que você encontrará aqui. Ela tem como tema *A Festa de Nossa Senhora do Rosário em Balneário Piçarras*, e convida à reflexão sobre história, memória e resistência. Esta proposta busca promover o diálogo entre estudantes, docentes e toda a comunidade

**Baixe os documentos**

**Para abrir o tema**

**Eixo 1**  
Narrativas, territorialidade

Fonte: disponível em: <https://www.festadosariopicarras.com.br/proposta-metodologica>. Acesso em: 26 maio 2025.

Dessa forma, a produção didática permite traçar novos caminhos, possibilitando que os estudantes conheçam e reconheçam a diversidade cultural e étnica de Balneário Piçarras, sob a perspectiva da valorização e do respeito à construção histórica das diferenças entre os sujeitos. Segundo afirma Lorene dos Santos (2013, p. 59), “[...] não se trata, apenas, de introduzir um novo componente curricular, mas de trazer para dentro da escola uma temática e um debate marcados por uma longa trajetória de disputas e embates, de polêmicas e dissensos, e também de silenciamentos”.

As atividades apresentadas na seção “Proposta Metodológica” sugerem caminhos para o desenvolvimento dos eixos. Por meio da abordagem das festas, é possível analisar como a população negra expressou sua resistência ao longo dos anos. Dessa maneira, desafia-se o currículo colonialista, promovendo uma proposta que valoriza sua cultura e sua história. Essa perspectiva possibilita uma construção mais plural da história do país.

As atividades propostas visam mobilizar os saberes docentes e aprofundar a compreensão das temáticas desenvolvidas em cada eixo. Mais do que um roteiro fechado, esse material busca dialogar com os docentes, sugerindo possibilidades pedagógicas que possam ser adaptadas conforme as especificidades dos segmentos da Educação Básica. Valoriza-se, assim, a autonomia docente e o protagonismo na seleção, uso e ressignificação das propostas apresentadas. Como a proposta estará disponível em ambiente virtual, recomenda-se a utilização da sala de informática para seu desenvolvimento. A partir das análises realizadas, o

docente poderá promover a reflexão por meio da socialização em sala de aula. A proposta metodológica está organizada em quatro eixos. Na organização dos eixos, há orientações para os docentes, apresentando os caminhos metodológicos, os objetivos das atividades, orientações para o diálogo interdisciplinar e questões problematizadoras, além de sugestões de leitura para o docente, na seção “Para ir além”. A imagem principal que compõe o cabeçalho de todos os eixos tem autoria da artista local Iliane Fleith e representa o cortejo de Nossa Senhora do Rosário, elemento simbólico de significativa relevância na temática dos eixos.

As atividades estão estruturadas de modo que haverá momentos de diálogo, nos quais o docente apresentará o eixo temático. A partir dessa introdução, são propostas análises de diferentes fontes históricas, como fotografias, artigos de jornal, textos, músicas, vídeos e narrativas. A seleção dos trechos das narrativas foi realizada com base em temas relacionados à proposta da atividade, priorizando excertos curtos e coerentes aos objetivos definidos para cada eixo. Pequenas adequações foram feitas nos relatos para uma melhor adequação visando o trabalho em sala de aula. Pensou-se em uma mediação pedagógica entre os documentos originais, resultantes das transcrições, e os trechos escolhidos para o trabalho com os eixos temáticos. As atividades foram organizadas em arquivos no formato PDF, de modo a facilitar o acesso, tanto para docentes quanto para estudantes, permitindo o download para uso offline, bem como a impressão prévia para utilização durante as aulas.

Figura 49 – Subseção: Para abrir o tema da seção “Proposta metodológica”



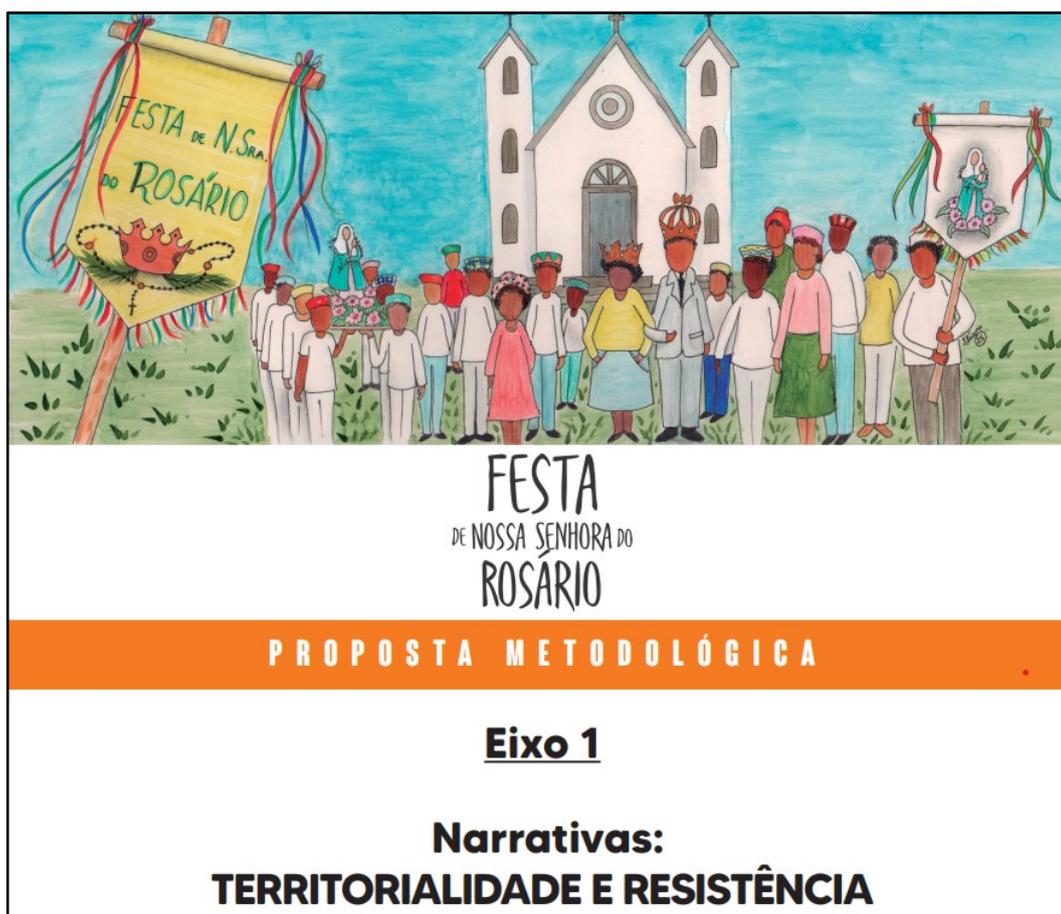
Fonte: disponível em:

[https://www.festadorosariopicarras.com.br/files/ugd/3746ac\\_94f61a7e30c74e3da3ff392ffe8d7ef2.pdf](https://www.festadorosariopicarras.com.br/files/ugd/3746ac_94f61a7e30c74e3da3ff392ffe8d7ef2.pdf). Acesso em: 26 maio 2025.

Para iniciar o desenvolvimento dos eixos, o que integra a dimensão propositiva, foi elaborada a seção “**Para abrir o tema**”, na qual será apresentado aos estudantes o trabalho a ser desenvolvido ao longo das aulas. A Figura 49 ilustra parte da capa do documento em PDF referente a esse eixo e que pode ser acessado pelo site.

**Eixo 1: Narrativas, territorialidade e resistência:** esse eixo propõe o estudo da Festa de Nossa Senhora do Rosário em Balneário Piçarras, destacando as narrativas orais dos participantes como meio de compreender a vivência da comunidade negra local. Por meio da análise de depoimentos, mapas e rodas de conversa, busca-se valorizar as memórias individuais e coletivas, evidenciando formas de resistência e a construção de territorialidades. A Figura 50 ilustra parte da capa do documento em PDF referente a esse eixo e que pode ser acessado pelo site.

Figura 50 – Subseção: Eixo 1: Narrativas, territorialidade e resistência da seção “Proposta metodológica”



Fonte: disponível em:

[https://www.festadorosariopicarras.com.br/files/ugd/3746ac\\_48e8c0f167184ada83107c0044f2eb6c.pdf](https://www.festadorosariopicarras.com.br/files/ugd/3746ac_48e8c0f167184ada83107c0044f2eb6c.pdf). Acesso em: 26 maio 2025.

**Eixo 2: Patrimônio Cultural: A Festa de Nossa Senhora do Rosário como Patrimônio Imaterial:** este eixo propõe o desenvolvimento de atividades que incentivem a reflexão e o debate sobre o reconhecimento de patrimônios culturais do estado, a partir da Festa de Nossa Senhora do Rosário em Balneário Piçarras. A Figura 51 ilustra parte da capa do documento em PDF referente a esse eixo e que pode ser acessado pelo site.

Figura 51 – Subseção: Eixo 2: Patrimônio Cultural: A Festa de Nossa Senhora do Rosário como Patrimônio Imaterial da seção “Proposta metodológica”



Fonte: disponível em:

[https://www.festadorosariopicarras.com.br/files/ugd/3746ac\\_d5c20e0a15a146e7921c7cade2a73ba3.pdf](https://www.festadorosariopicarras.com.br/files/ugd/3746ac_d5c20e0a15a146e7921c7cade2a73ba3.pdf).

Acesso em: 26 maio 2025.

**Eixo 3: Escravização, resistência e festas negras: A presença negra em Santa Catarina:** este eixo propõe discutir a presença negra no estado de Santa Catarina, problematizando discussões sobre o passado escravista na região, evidenciando outras características da vida de pessoas escravizadas, como as religiosidades, a participação em irmandades leigas e a prática das festas religiosas. A Figura 52 ilustra parte da capa do documento em PDF referente a esse eixo e que pode ser acessado pelo site.

Figura 52 – Subseção: Eixo 3: Escravização, resistência e festas negras: A presença negra em Santa Catarina da seção “Proposta metodológica”

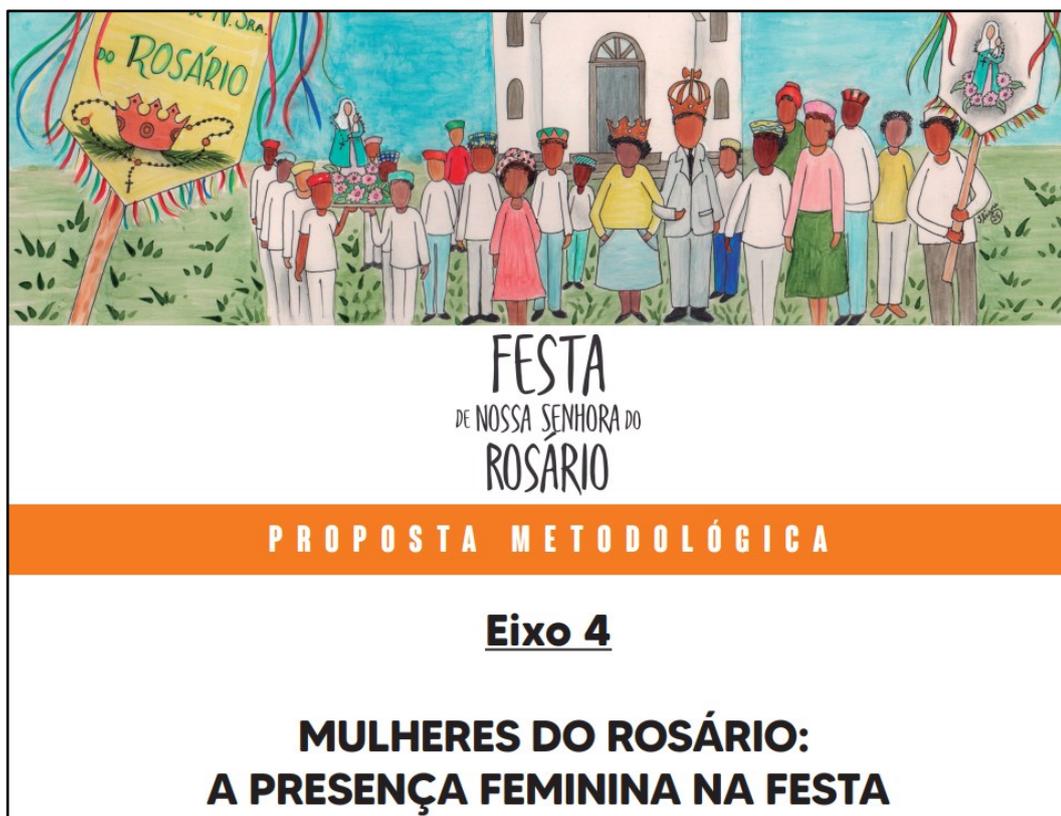


Fonte: disponível em:

[https://www.festadorosariopicarras.com.br/files/ugd/3746ac\\_6be07c153e1a49898d5643faefb8863a.pdf](https://www.festadorosariopicarras.com.br/files/ugd/3746ac_6be07c153e1a49898d5643faefb8863a.pdf). Acesso em: 26 maio 2025.

**Eixo 4: Mulheres do Rosário: A presença feminina na festa:** este eixo discute a agência feminina nas festas de Nossa Senhora do Rosário, observando isso como elemento fundamental na manutenção dessa celebração. As mulheres desempenham papéis centrais, tanto na celebração religiosa, quanto na continuidade da festa. A Figura 53 ilustra parte da capa do documento em PDF referente a esse eixo e que pode ser acessado pelo site.

Figura 53 – Subseção: Eixo 4: Mulheres do Rosário: A presença feminina na festa da seção “Proposta metodológica”



Fonte: disponível em:

[https://www.festadorosariopicarras.com.br/files/ugd/3746ac\\_4985de53c3284ef8885d032856f30c61.pdf](https://www.festadorosariopicarras.com.br/files/ugd/3746ac_4985de53c3284ef8885d032856f30c61.pdf).

Acesso em: 26 maio 2025.

A escola pode buscar caminhos que atribuam mais sentido aos temas trabalhados nas diferentes áreas de conhecimento. Nesse contexto, o diálogo entre as áreas é uma das formas de tornar as atividades mais significativas para os estudantes, pois a vida não está dividida em “gavetas” de saberes. A proposta de trabalhar com projetos interdisciplinares surge como uma maneira de efetivar as orientações propostas nas DCNs, ao estabelecer conexões entre as áreas e, assim, proporcionar um aprendizado mais potente.

A partir da dimensão propositiva, a intenção é estabelecer uma interlocução entre as áreas do conhecimento, uma vez que a Lei n. 10.639/03 orienta que as diferentes disciplinas abordem as questões relacionadas à história e à cultura afro-brasileira. Trata-se, portanto, de uma forma envolvente de trabalhar com os educandos, pois promove relações entre as diferentes áreas, conferindo mais sentido e significado ao processo de ensino e aprendizagem. Nessa abordagem sobre a Festa de Nossa Senhora do Rosário, a sugestão é que as áreas de História, Artes, Língua Portuguesa, Geografia e Ensino Religioso atuem de forma integrada. No entanto, caso o grupo de docentes identifique a necessidade de envolver outras áreas, elas também

podem ser mobilizadas, ampliando ainda mais as possibilidades de um aprendizado interdisciplinar.

Para iniciar o desenvolvimento do trabalho com os eixos temáticos, que integram a dimensão propositiva, foi elaborada a seção “Para abrir o tema”. Inicialmente, o docente pode promover uma roda de conversa, com o objetivo de identificar os conhecimentos prévios dos estudantes sobre as festas populares e religiosas da cidade. A partir desse momento, pode-se introduzir o tema da Festa de Nossa Senhora do Rosário, apresentando um breve histórico com base nas informações disponíveis na seção “História”<sup>43</sup>. É importante destacar que esse será o tema central da pesquisa e de seu desenvolvimento ao longo das aulas. Embora breve, esse momento é fundamental, pois permite ao docente levantar problematizações que serão aprofundadas no decorrer dos eixos apresentados.

A sugestão é que os estudantes observem as imagens relacionadas aos eixos que serão trabalhados ao longo das aulas. A proposta é que o docente explore essas imagens com os estudantes e proponha algumas problematizações, tais como: Quem são as pessoas que aparecem nas imagens? Como elas estão vestidas? O que parecem estar fazendo? Onde vocês imaginam que elas estão? De que forma essas imagens refletem a história e a cultura da região? Como essas imagens expressam a influência e resistência das populações negras em Santa Catarina? Essas questões incentivam os estudantes a refletirem sobre as práticas culturais afro-brasileiras na região, bem como sobre a resistência das populações negras em manter vivas suas tradições ao longo do tempo.

#### **4.4 Eixo 1: Narrativas: Territorialidade e resistência**

No “Eixo 1: Narrativas: Territorialidade e resistência” constam as orientações para os docentes e as sugestões de atividades para os estudantes, desde a análise das narrativas até a sistematização em sala de aula. Esse eixo busca trabalhar com as narrativas orais dos participantes da festa. Por meio dos depoimentos dos praticantes da Festa de Nossa Senhora do Rosário, é possível conhecer a memória das pessoas que dela participam, valorizando tanto as histórias individuais quanto as coletivas. O objetivo é compreender como essa festa é vivida e praticada pela comunidade negra em Balneário Piçarras, obtendo elementos que serão utilizados na construção da sua abordagem no Ensino de História, com enfoque na educação

---

<sup>43</sup> Link disponível em: <https://www.festadorosariopicarras.com.br/hist%C3%B3ria>. Acesso em: 26 maio 2025.

para as relações étnico-raciais, valorizando a perspectiva dos sujeitos participantes da festa. Nesse eixo são propostas duas atividades, sendo elas: a análise das narrativas dos participantes da festa e do mapa onde acontecem as festas na atualidade, identificando formas de resistências e a construção de uma territorialidade da festa. Também sugerimos uma roda de conversa com os participantes da festa. A proposta de trabalhar com as narrativas da Festa do Rosário e a realização de uma roda de conversa se justifica pela potência do diálogo entre os saberes escolares e os saberes locais da população negra, valorizando a escuta de um povo cuja trajetória foi marcada pelo silenciamento.

A articulação entre diferentes áreas de conhecimento possibilita o envolvimento de toda a escola nesse trabalho, promovendo uma prática pedagógica coletiva e significativa. Como sugestão, o docente de História pode dialogar com as disciplinas de Língua Portuguesa, Artes, Geografia e Ensino Religioso, áreas que se complementam e criam possibilidades para o desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar na escola. A área de Língua Portuguesa pode trabalhar a escuta ativa, a interpretação oral e a produção textual a partir dos depoimentos. A área de Artes pode analisar as expressões culturais da festa e seus objetos simbólicos. A área de Geografia poderá explorar a territorialidade da festa, discutindo as relações entre espaço, cultura e resistência. E a área de Ensino Religioso pode refletir sobre as dimensões simbólicas da festa, abordando a religiosidade presente na celebração e seu diálogo com o catolicismo e com elementos de matriz africana. Esse eixo propõe uma abordagem interdisciplinar que envolva toda a comunidade escolar no processo de ensino-aprendizagem, dando mais sentido e profundidade ao tema trabalhado com os estudantes.

A memória coletiva tem grande relevância, especialmente em comunidades que buscam fortalecer suas práticas culturais e históricas, como no caso da Festa de Nossa Senhora do Rosário. Por meio dos depoimentos e narrativas orais, esses grupos constroem sentidos compartilhados, conferindo respaldo, densidade e continuidade às suas tradições. Desse modo, a história oral se revela uma ferramenta poderosa para valorizar práticas culturais, construir significados ao longo do tempo e criar estratégias de resistência, promovendo laços de comunhão, apoio e vínculo com o passado.

Nessa atividade, destaca-se a importância de o docente utilizar a história oral como metodologia no Ensino de História. A análise dos depoimentos possibilita aos estudantes o contato direto com diferentes pontos de vista dos entrevistados, aproximando-os de uma história mais viva, humana e significativa. É fundamental destacar que, na história oral, a subjetividade é um elemento essencial, cada pessoa é única e sua maneira de ver e narrar o mundo é particular.

Essa diversidade de olhares enriquece a compreensão histórica. No entanto, além das experiências individuais, a história oral também permite observar a construção da memória coletiva, ou seja, um repertório comum que os indivíduos de uma comunidade constroem sobre determinada prática ou questão.

Essa atividade tem como objetivo conhecer as memórias dos praticantes da festa, que guardam em suas lembranças histórias da festa, por meio das quais é possível compreender como essa prática mobiliza crenças e tradições que compõem a identidade cultural da região. A proposta destaca a importância de valorizar as narrativas que, por meio da memória, transmitem saberes. Será apresentado aos estudantes um roteiro de análise, pois se trata de um instrumento eficaz para trabalhar com diferentes fontes históricas, facilitando, assim, a síntese do que foi investigado. Nessa seção, os estudantes terão acesso às entrevistas que fazem parte do acervo da Fundação Municipal de Cultura de Balneário Piçarras e que foram realizadas nos últimos anos, além das entrevistas realizadas especialmente para a pesquisa que resultou nesta dissertação. Eles poderão ouvi-las e utilizá-las para aprofundar as discussões em sala de aula, por meio da seção: “Narrativas”<sup>44</sup>, onde também é possível encontrar outras entrevistas que permitem ampliar a perspectiva de análise e a multiplicidade de memórias de seus praticantes.

Nessa metodologia, o docente atua como mediador da aprendizagem, orientando os estudantes na realização da pesquisa que busca conhecer as narrativas dos participantes da festa. Dessa forma, os estudantes poderão acessar informações sobre essa celebração que é praticada há décadas na região. Além disso, essa atividade estimula os estudantes a refletirem sobre as memórias da festa, identificando semelhanças e diferenças nas experiências vividas ao longo do tempo. O acesso às narrativas permitirá que eles compreendam o papel fundamental do protagonismo da comunidade negra na história e cultura local, problematizando a história oficial do município.

A **fonte 1** apresenta trechos das entrevistas com os praticantes da festa, nos quais eles compartilham suas narrativas, baseadas nas suas impressões e vivências ao longo do tempo. Essas entrevistas revelam os significados que os participantes atribuem à festa e destacam sua importância para a comunidade afro-brasileira envolvida. É importante ressaltar como a tradição da festa é transmitida entre gerações, por meio da oralidade, mantendo viva a memória coletiva.

---

<sup>44</sup> Link disponível em: <https://www.festadoresariopicarras.com.br/narrativas>. Acesso em: 26 maio 2025.

O docente poderá levantar questões significativas, estimulando os estudantes a refletirem sobre a importância da memória para a sociedade contemporânea e como podemos aprender com as histórias compartilhadas pelos praticantes da festa. Essas questões podem servir como ponto de partida para discussões, análises e atividades, estimulando uma reflexão profunda sobre os diversos aspectos da Festa do Rosário. São sugeridas as seguintes questões problematizadoras: Quais as semelhanças e diferenças entre as narrativas apresentadas? Como essas experiências das pessoas participantes da festa refletem aspectos históricos e culturais da cidade? Como a Festa do Rosário, enquanto prática religiosa e cultural, configura-se como um espaço de resistência das comunidades afro-brasileiras? Como essas narrativas refletem a territorialidade da festa? De que forma as memórias coletivas e as narrativas de resistência presentes na festa podem contribuir para a construção de um entendimento mais amplo na história de Balneário Piçarras e de Santa Catarina, principalmente no que diz respeito à visibilidade e posituação da história nos negros no estado? O que a memória de famílias e lideranças negras nos ensina sobre resistência e pertencimento ao território? A religiosidade presente na Festa do Rosário é apenas uma expressão de fé? Ou também é uma forma de afirmar cultura, identidade e ancestralidade negra? Essas questões podem servir como ponto de partida para discussões, análises e atividades, estimulando uma reflexão profunda sobre os diversos aspectos da festa do Rosário.

A **fonte 2** apresenta o mapa onde acontece a festa do Rosário na atualidade, o que reforça a presença e resistência da comunidade afro-brasileira ao longo do tempo no estado de Santa Catarina, especificamente no litoral norte. As comunidades que abrangem essa territorialidade estão ligadas pela manifestação cultural da comunidade afro-brasileira e pelo parentesco. Os rituais da festa são expressões dessa territorialidade que reforçam os laços entre os indivíduos e os espaços que eles ocupam, e que são fundamentais para a preservação da tradição da cultura afro-brasileira na região.

A segunda atividade proposta para esse eixo é a realização de uma roda de conversa com integrantes da festa. O objetivo é aproximar os estudantes dos participantes da Festa de Nossa Senhora do Rosário de Balneário Piçarras, promovendo o encontro entre diferentes gerações e possibilitando a escuta de novas histórias e vivências. A roda de conversa configura-se como uma estratégia pedagógica relevante, pois favorece a construção do conhecimento de maneira dialógica e horizontal, garantindo a todos o direito à fala. Além disso, estimula a formação de opiniões fundamentadas, a valorização da escuta, o respeito às diferentes perspectivas e a expressão de argumentos contrários de forma respeitosa. Além de promover o

encontro entre os estudantes e os participantes da festa, a roda de conversa também pode ser um espaço importante para debater o racismo e as formas de invisibilização da cultura negra. Durante a roda de conversa pode-se provocar a reflexão com perguntas como: por que existem tão poucas festas negras em Santa Catarina? Quais festas negras são mais lembradas? Quais outras manifestações culturais afro-brasileiras são conhecidas? Valorizar uma festa como essa é uma forma concreta de combater o racismo e de reconhecer e fortalecer a história e a cultura do povo negro no estado e no país.

A turma elaborará coletivamente com o docente o roteiro de perguntas para mediar a conversa e, em seguida, selecionará o(a) convidado(a). Nesse momento, é importante investigar se há estudantes cujos familiares participam da festa, aproveitando essa conexão para fortalecer o vínculo com a atividade. A partir disso, será preciso escolher os participantes para a roda de conversa. Todo o processo deve ser organizado com antecedência: é necessário verificar a disponibilidade do(a) convidado(a) e confirmar se ele(a) aceita participar da atividade na escola.

Também é importante decidir se a roda de conversa será gravada e filmada, sempre com autorização do(a) entrevistado(a). Alguns estudantes podem ser escolhidos previamente para fazer as perguntas do roteiro, mas é importante que o docente organize esse momento para acolher o(a) convidado(a) e abrir espaço para que, conforme as perguntas surgirem, os estudantes possam fazê-las. Após a realização da roda de conversa, deve haver a sistematização das informações. A sugestão é criar um texto coletivo com a narrativa compartilhada pelo participante. Se a roda de conversa foi gravada ou filmada, a proposta é que os estudantes produzam um vídeo específico sobre a festa, utilizando trechos do que foi gravado.

#### **4.5 Eixo 2: Patrimônio Cultural: A Festa de Nossa Senhora do Rosário como Patrimônio Imaterial**

Esse eixo propõe o desenvolvimento de atividades que incentivam a reflexão e o debate sobre o reconhecimento de patrimônios culturais do estado, a partir da Festa de Nossa Senhora do Rosário em Balneário Piçarras. Partindo da festa como expressão viva da memória coletiva da comunidade negra, busca-se questionar quais histórias, práticas e saberes são legitimados como patrimônio cultural e quais são silenciados e invisibilizados. A proposta é instigar os estudantes a reconhecer a importância da festa e, ao mesmo tempo, refletir sobre as ausências e apagamentos de manifestações culturais negras nos processos oficiais de patrimonialização, evidenciando as disputas em torno da construção da memória pública.

A proposta é trabalhar a Festa do Rosário em suas dimensões cultural, histórica e social, abordando as suas diversas formas de expressão, como a música, a dança, a oralidade, as manifestações religiosas e as tradições que a permeiam. A partir dessa análise, busca-se levar os estudantes a compreender o patrimônio imaterial como uma realidade viva, atravessada por processos de resistência, continuidade e ressignificação.

Neste eixo, será abordado o conceito de patrimônio, enfatizando sua importância na preservação das memórias negras e no reconhecimento das contribuições da população negra para o desenvolvimento cultural da cidade. A Festa do Rosário, nesse contexto, será discutida como símbolo de resistência, identidade e pertencimento, e como parte essencial para a construção de uma história mais plural e representativa da cidade, ao mesmo tempo em que se refletirá sobre os silêncios e apagamentos que ainda marcam as políticas de patrimonialização no estado.

Esse eixo propõe cinco atividades organizadas para promover a compreensão crítica da Festa de Nossa Senhora do Rosário como expressão do patrimônio cultural imaterial e da memória negra. As atividades envolvem análise, pesquisa, debates e momentos de socialização, incentivando os estudantes a refletirem sobre os processos de reconhecimento patrimonial, bem como sobre os silêncios e apagamentos que marcam a história das populações negras.

Promover um trabalho interdisciplinar entre as áreas de conhecimento possibilita que a escola cumpra seu papel na valorização das culturas afro-brasileiras, conforme estabelecido pela Lei n. 10.639/03. Essa abordagem fortalece a aprendizagem significativa, ao conectar o conteúdo escolar à realidade dos estudantes e da comunidade em que eles vivem, promovendo uma educação comprometida com os princípios da diversidade e com a valorização dos saberes tradicionais. A área de Artes pode explorar a arte como forma de preservar e expressar a identidade cultural. A partir do estudo dessa temática, os estudantes podem criar ilustrações e cartazes que reflitam os aspectos abordados. Com a Língua Portuguesa, é possível trabalhar com textos de análise, explorando como a literatura pode ser uma aliada na preservação da memória e na transmissão da história, valorizando a oralidade presente nas tradições. O docente pode ainda propor a simulação de uma audiência pública, oferecendo aos estudantes a oportunidade de pesquisar, debater e fundamentar suas opiniões, envolvendo, assim, toda a comunidade escolar. Em Geografia, pode-se analisar como o espaço geográfico influencia e é influenciado pelas manifestações culturais. Os estudantes podem criar um mapa da cidade, localizando os pontos de celebração e de importância da festa. Em Ensino Religioso, é possível refletir sobre a relação entre religiosidade, cultura e resistência na Festa de Nossa Senhora do

Rosário. Nesse eixo, a disciplina de Educação Física pode contribuir, estudando as danças, os ritmos e os instrumentos presentes na celebração, como o tambor, além de promover uma oficina de danças e ritmos africanos relacionados à festa. Essa atividade possibilita desenvolver uma sensibilidade mais profunda sobre a celebração, que é composta por diversos elementos simbólicos, entre os quais a dança e a música ocupam um lugar central.

Para trabalhar esse eixo, é interessante que o docente instigue os estudantes a refletirem sobre a proposta por meio de questões problematizadoras, tais como: De que forma a análise da Festa de Nossa Senhora do Rosário pode nos ajudar a problematizar as políticas de patrimônio no estado de Santa Catarina?; Quais alternativas podem ser pensadas para a construção de um patrimônio cultural mais plural, que reconheça as diversas expressões culturais, principalmente as comunidades negras e indígenas?; Como podemos compreender a relação entre a Festa de Nossa Senhora do Rosário e a história da escravidão em Santa Catarina?; De que maneira essa celebração serve como um espaço de preservação e valorização da memória da população negra, contribuindo para a resistência frente aos silenciamentos na sua história?; Como a Festa de Nossa Senhora do Rosário reflete a resistência e a continuidade da cultura afro-brasileira, ao mesmo tempo em que oferece uma forma de expressão contra as opressões raciais e as violências materiais e simbólicas sofridas pelas populações negras em Santa Catarina?; De que forma a Festa de Nossa Senhora do Rosário, como bem cultural da comunidade de Balneário Piçarras, pode ser vista não apenas como uma manifestação de identidade, mas também como uma estratégia de resistência cultural contra a invisibilização e o apagamento da presença negra na história de Santa Catarina? E o que isso revela sobre as políticas de patrimonialização no Estado? Essas são questões que podem permear todo esse eixo.

A atividade 1 propõe a análise de fotografias de diferentes épocas da Festa de Nossa Senhora do Rosário, as quais podem ser utilizadas como potentes ferramentas para compreender os diversos aspectos dessa celebração, ao serem usadas como documentos históricos. As fotografias de diferentes períodos revelam como o ritual da festa pode ter se transformado ao longo do tempo, sendo possível identificar quais práticas permanecem e quais foram modificadas ou incorporadas. Como se trata de uma festa de tradição afro-brasileira, é importante observar os elementos culturais presentes na celebração, que refletem a preservação ou modificação das práticas ao longo dos anos. Esses elementos culturais, muitas vezes, atuam como formas de resistência e continuidade das tradições afro-brasileiras da festa. Ademais, as fotografias capturam a presença de diferentes faixas etárias, o que evidencia como o evento é transmitido de geração em geração.

Esta atividade possibilita refletir sobre a origem dessas imagens: de onde elas vieram e em que contextos foram produzidas. É importante observar a ausência da autoria em muitas fotografias, dificultando o reconhecimento do fotógrafo, bem como o fato de que grande parte desses registros integram acervos familiares, sendo resultado das escolhas daqueles que guardaram e valorizaram essas memórias. Tais aspectos devem ser considerados, pois revelam os recortes, silenciamentos e seleções presentes na preservação da memória da festa. É interessante que o docente explore a seção “Galeria”<sup>45</sup>, incentivando o acesso dos estudantes a um número maior de fotografias que documentam a festa em diferentes momentos.

A atividade 2 consiste na análise de textos que fornecem informações sobre patrimônio histórico. O primeiro texto aborda a patrimonialização da dança do Catumbi e sua importância para a valorização da cultura negra no estado de Santa Catarina. Um dos textos é um artigo de jornal que descreve a Festa do Rosário, trazendo entrevistas com participantes que são descendentes de antigos praticantes e que, ainda hoje estão envolvidos na organização do evento. Isso permite evidenciar como a luta por reconhecimento e valorização cultural se mantém viva por décadas. O artigo de jornal de 2010 é um registro importante que reforça a historicidade da festa, contribuindo para a valorização do patrimônio imaterial. Já a reportagem de 2024, que reconhece a Festa de Nossa Senhora do Rosário em Itajaí como patrimônio imaterial, é significativa para analisar o impacto desse reconhecimento nas comunidades negras que mantêm viva essa tradição. O docente pode ainda acessar o link com documentos disponíveis no site e explorar outros registros jornalísticos de diferentes décadas<sup>46</sup>.

Na atividade 3 são analisados vídeos sobre o Catumbi de Itapocu. Vale ressaltar que o Catumbi de Itapocu é o primeiro patrimônio cultural formalmente reconhecido pela legislação de proteção em Santa Catarina que diz respeito à cultura negra ou afro-brasileira. O Catumbi de Itapocu é definido como “Dança do Catumbi” pelo Certificado de Patrimônio Cultural de Santa Catarina, concedido pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC). Em 2018, também foi declarado patrimônio cultural imaterial do município de Araquari, uma vez que a região de Itapocu pertence a esse território. Até então, nenhuma outra manifestação ligada à cultura negra ou indígena havia sido reconhecida como patrimônio cultural do estado, que, historicamente, tem entre seus bens culturais consagrados várias edificações e práticas ligadas ao Estado, à Igreja ou aos colonizadores europeus. O vídeo do Grupo Catumbi de Itapocu<sup>47</sup>, que é

---

<sup>45</sup> Link disponível em: <https://www.festadorosariopicarras.com.br/galeria>. Acesso em: 26 maio 2025.

<sup>46</sup> Link disponível em: <https://www.festadorosariopicarras.com.br/documentos>. Acesso em: 26 maio 2025.

<sup>47</sup> Link disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HPhe90WfejU>. Acesso em: 26 maio 2025

oficialmente reconhecido como uma manifestação cultural pelo Certificado de Patrimônio Cultural, apresenta a Dança do Catumbi, considerada a manifestação cultural mais antiga do estado de Santa Catarina, praticada desde 1854 na região de Itapocu. Surgida durante o período da escravidão, a dança se ressignificou ao longo do tempo, mas nunca deixou de ser praticada, sendo preservada graças à luta e resistência da comunidade negra.

Nessa atividade também é analisado o vídeo que representa a Festa de Nossa Senhora do Rosário em Balneário Piçarras, produzido pela Fundação Municipal de Cultura de Balneário Piçarras, e que representa um importante registro recente da prática da festa.

A atividade 4 consiste na análise de trechos da letra da música do grupo Catumbi de Itapocu. Essa análise permite refletir sobre como muitas manifestações culturais afro-brasileiras carregam narrativas históricas e sociais que tratam da resistência, da luta contra o racismo e da preservação da memória afro-brasileira, e como essas histórias se expressam por meio da dança.

A atividade 5 é organizada pensando na relevância da participação da comunidade negra no espaço escolar, reconhecendo seus saberes, memórias e práticas culturais como parte fundamental do patrimônio imaterial. Essa proposta possibilita a escuta de grupos historicamente silenciados e invisibilizados. Discutir com o grupo, com a Fundação Municipal de Cultura e com a comunidade escolar reforça a importância do registro da festa como patrimônio imaterial, potencializando ações futuras de valorização e preservação dessa manifestação cultural tão importante para a história do município.

A realização dessa audiência pública tem como objetivo instigar os estudantes a refletir sobre a importância da valorização e preservação das manifestações culturais afro-brasileiras, especificamente a Festa de Nossa Senhora do Rosário, presente no município de Balneário Piçarras. Historicamente, as expressões culturais de origem africana foram invisibilizadas ou desvalorizadas nos processos oficiais de reconhecimento do patrimônio cultural brasileiro, especialmente em estados como Santa Catarina. Esse projeto propõe que os estudantes reflitam criticamente sobre essas ausências e participem ativamente da defesa da memória e da cultura negra como parte fundamental da identidade local. A atividade simula um processo real de solicitação de registro de um bem cultural, articulando conhecimentos históricos estudados ao longo do projeto. A dinâmica envolvendo praticantes da festa, do movimento negro e do representante do Conselho Municipal de Política Cultural, por meio da Câmara Setorial de Patrimônio Material e Imaterial de Balneário Piçarras, estimula a pesquisa e o entendimento das diferentes perspectivas que compõem a luta pelo reconhecimento das manifestações culturais afro-brasileiras como patrimônio.

Após a audiência, os estudantes poderão refletir em grupo a partir das seguintes questões: O que aprendemos sobre patrimônio? Como foi defender a importância da festa? A partir das discussões, propõe-se que os estudantes produzam um texto coletivo, que será encaminhado formalmente à Fundação Municipal de Cultura de Balneário Piçarras. Essa ação visa dar visibilidade à importância da festa e reforçar o papel da escola como agente de promoção da cidadania e da valorização do patrimônio cultural.

#### **4.6 Eixo 3: Escravização, resistência e festas negras: A presença negra em Santa Catarina**

Esse eixo propõe discutir a presença negra no estado de Santa Catarina, problematizando discussões sobre o passado escravista na região e evidenciando outras características da vida de pessoas escravizadas, como as religiosidades, a participação em irmandades leigas e a prática das festas religiosas. Por meio da construção da Festa de Nossa Senhora do Rosário como uma prática cultural de pessoas negras, livres ou escravizadas, serão abordadas experiências de resistência e afirmação da identidade afro-brasileira, sendo fundamentais para pensar a configuração de um patrimônio cultural afro-brasileiro em Santa Catarina.

É fundamental que o docente promova uma discussão com os estudantes sobre a presença histórica dos negros no território catarinense, problematizando discursos que por muito tempo negaram essa participação, que apresentava Santa Catarina como um pedaço da Europa (Costa, 2023). Trazer à tona a pesquisa sobre as manifestações culturais afro-brasileiras ainda presentes no estado é uma forma de reforçar e dar visibilidade à cultura afro-brasileira, além de valorizar a resistência histórica de comunidades que permanecem vivas. Essa abordagem permite que os estudantes reconheçam a importância dessas manifestações na construção da identidade cultural e histórica de Santa Catarina, problematizando visões que limitam o passado e a presença de imigrantes açorianos e luso-brasileiros, sobretudo nas regiões litorâneas, mas também de imigrantes europeus, especialmente alemães, italianos e poloneses que adentraram o território e produziram a ideia de uma “Europa incrustada no Brasil”, associada às ideias de “superioridade racial”, “modernidade” e “progresso”. Nesse sentido, o estudo da Festa de Nossa Senhora do Rosário possibilita combater o apagamento das contribuições dos afro-brasileiros, construindo outros referenciais sobre a população negra, que reflitam a diversidade das experiências desses sujeitos históricos.

Nesse sentido, o estudo da Festa de Nossa Senhora do Rosário possibilita combater o apagamento das contribuições dos afro-brasileiros, construindo outros referenciais sobre a população negra, que permitam refletir sobre a diversidade das experiências desses sujeitos históricos. Por meio dessa abordagem, será possível reconhecer o protagonismo negro na construção da história da cidade, do estado e do país, valorizando seus saberes e reconhecendo suas lutas e conquistas. Dessa forma, contribui-se para a construção de uma consciência histórica que enfrenta a persistência do racismo e dá visibilidade às resistências negras ao longo do tempo,

Nesse eixo, é fundamental que o docente promova uma discussão com os estudantes sobre a presença histórica dos negros no território catarinense, que foi negada por muito tempo. Trazer à tona a pesquisa sobre as manifestações culturais afro-brasileiras ainda presentes no estado é uma forma de reforçar e dar visibilidade à cultura afro-brasileira, além de valorizar a resistência histórica dessa comunidade. Essa abordagem permite que os estudantes reconheçam a importância dessas manifestações na construção da identidade cultural e histórica de Santa Catarina, bem como na resistência ao apagamento das contribuições dos afro-brasileiros. Assim, constroem-se novos referenciais sobre a população negra, entendendo o seu papel não apenas na perspectiva da escravidão, mas também desconstruindo imagens negativas, substituindo-as por representações positivamente construídas.

O trabalho interdisciplinar é uma excelente oportunidade para explorar as contribuições da presença negra em Santa Catarina sob vários aspectos, conectando diferentes áreas do conhecimento. A seguir, sugere-se algumas orientações para o desenvolvimento das atividades. A disciplina de Geografia pode discutir as transformações geográficas ao longo do tempo e como as festas refletem as condições sociais e territoriais de pessoas negras no estado. Nesse sentido, é possível discutir como a migração, as comunidades e os espaços influenciam a celebração das festas. A disciplina de Artes pode discutir o papel das imagens na preservação e na transformação da memória cultural e como ela pode ser uma forma de resistência. A Língua Portuguesa pode ampliar as questões interpretativas e problematizadoras abordadas por meio de atividades de leitura crítica, incentivando os estudantes a discutir as ideias centrais dos textos. O Ensino Religioso pode explorar questões de identidade, autoestima e representatividade nas narrativas, refletindo sobre o papel da festa religiosa como um espaço de posituação da história e cultura afro-brasileira.

Propõe-se as seguintes questões problematizadoras para os estudantes para abrir o eixo: Por que a história da população negra em Santa Catarina foi invisibilizada por tanto

tempo? Como as festas negras resistiram ao apagamento cultural e se mantêm vivas até hoje? Qual é o papel da escola no combate ao racismo e na valorização das culturas afro-brasileiras?

As atividades elaboradas para o “Eixo 3: Escravização, resistência e festas negras: A presença negra em Santa Catarina” têm como objetivo afirmar a presença negra no estado de Santa Catarina. A atividade 1 propõe a análise de duas imagens. A primeira, produzida no século XVIII, é a única representação conhecida das festas negras nesse período. Em contraponto, será proposta a análise de uma pintura realizada em 2023 para a exposição sobre a Festa de Nossa Senhora do Rosário, que integra o acervo da Fundação Municipal de Cultura.

Nessa atividade, a proposta é trabalhar com excertos de textos historiográficos que, por meio de fontes, analisam a presença das irmandades e festas negras em Desterro nos séculos XVIII e XIX. São trechos que apresentam perspectivas centradas na pesquisa e no uso de fontes na construção do conhecimento histórico. Abordar essas pesquisas amplia a compreensão sobre a historicidade dessas festas e práticas culturais, sendo fundamental para entendê-las como parte de um contexto social e político mais amplo.

A atividade 2 traz autores que pesquisam a presença negra no estado de Santa Catarina, especificamente as irmandades e as festas negras, assim os estudantes podem conhecer como essa presença demarca a história e cultura do estado, resistindo e buscando caminhos para continuar a tradição ao longo das décadas. São sugestões de questões interpretativas, problematizadoras e reflexivas para trabalhar com os estudantes.

A atividade 3 traz narrativas dos participantes da Festa de Nossa Senhora do Rosário. Os trechos selecionados possuem especificidades que dialogam diretamente com o eixo temático proposto, enriquecendo a análise e aprofundando as reflexões. Trabalhar novamente com trechos das narrativas é essencial, pois reforça a importância dessas fontes no estudo das festas populares, valorizando os saberes e as experiências da comunidade. É possível propor questões potentes e sensíveis para que os estudantes reflitam sobre o papel da festa na valorização da identidade negra, na resistência cultural e na luta contra o racismo estrutural. A escolha são trechos das entrevistas focados na identidade, na autoestima e na representatividade, fundamentais para o trabalho com os estudantes.

A atividade 4 propõe a reflexão sobre a presença negra em Santa Catarina, por meio da qual os estudantes poderão sistematizar as questões trabalhadas ao longo dos eixos. É um momento rico de discussões e produção voltada a ampliar a discussão no espaço escolar. Esse trabalho visa estimular uma análise crítica sobre o impacto das questões raciais no presente e a

importância de reconhecer essas contribuições, de modo a combater o racismo estrutural tão presente na sociedade.

A partir dos textos e das narrativas apresentadas no eixo, que abordam a presença negra em Santa Catarina e sua relevante contribuição para a formação da cultura e da história do estado, os estudantes serão desafiados a refletir sobre a seguinte questão: *Por que precisamos falar da presença negra em SC?* Essa reflexão é essencial para o entendimento de uma história mais plural e inclusiva, que valorize a diversidade de experiências e identidades que compõem a sociedade catarinense. Ao explorar os textos e narrativas, os estudantes terão a oportunidade de compreender como a história da população negra foi silenciada ou marginalizada ao longo do tempo.

#### **4.7 Eixo 4: Mulheres do rosário: A presença feminina na festa**

A agência feminina nas festas de Nossa Senhora do Rosário pode ser analisada como elemento fundamental na manutenção dessa celebração. As mulheres desempenham papéis centrais, tanto na celebração religiosa, quanto na continuidade da festa. Elas são responsáveis pela preparação dos alimentos, pela decoração dos espaços sagrados e pela organização das procissões e celebrações. Essas mulheres assumem funções que possibilitam a permanência da festa, garantindo a realização das novenas e outros rituais de devoção.

Por meio das narrativas das participantes da festa, a atuação das mulheres na Festa de Nossa Senhora do Rosário não se resume apenas à execução de tarefas, pois elas são responsáveis por manter a linha mestra que conecta os laços familiares e religiosos. Um exemplo disso é a organização da novena, que, além de ser um momento de devoção, também é um espaço em que essas mulheres, por meio da oralidade, relatam suas lutas diárias e buscam, ao construir uma identidade alicerçada na festa, se fortalecem a cada dia. Através das orações, saberes são transmitidos e valorizados, conferindo protagonismo a essas mulheres que mantêm viva a festa. Essa agência feminina se expressa em todos os momentos de encontro que antecedem a celebração, reforçando os laços identitários. São mulheres fortes, lideranças, que pensam e organizam os encontros que precedem a festa, pois é nesses espaços que a festa é planejada. Elas são mantenedoras da história que é transmitida ao longo das gerações, sendo guardiãs dessa tradição.

A narrativa dessas mulheres, que vivenciam a festa, possibilita que se traga para sala de aula suas trajetórias, promovendo um debate urgente e necessário sobre o papel das mulheres

em outros setores da sociedade, além de destacar a resistência e a luta contra a discriminação racial e o racismo tão presentes na sociedade. Esse contexto também abre espaço para o docente trabalhar com a história de outras mulheres negras que exercem protagonismo em diferentes momentos históricos. Dentre elas, podemos destacar a professora catarinense Antonieta de Barros, eleita a primeira deputada estadual mulher e negra do país em 1935.

Esse eixo oferece uma oportunidade para os estudantes compreenderem a Festa de Nossa Senhora do Rosário, analisando o papel das mulheres negras na organização dessa prática festiva como forma de resistência e afirmação de identidade. Além de manifestar a fé, a festa também é um espaço de transmissão de saberes, possibilitando a reflexão sobre a importância da oralidade na manutenção dessa tradição. Nesse sentido, as diferentes áreas de conhecimento podem contribuir com essa discussão. A área de Geografia pode contribuir analisando o papel das mulheres na sua organização da sociedade e os novos papéis desempenhados ao longo do tempo. A Língua Portuguesa pode colaborar com a análise das narrativas e produção de materiais que farão parte da exposição, momento em que a área de Artes também pode se integrar, estimulando a criatividade na representação de figuras históricas, inclusive por meio de pinturas e desenhos. Essa atividade interdisciplinar propicia uma abordagem maior do tema, favorecendo a construção de conhecimento a partir de diferentes perspectivas. E esse trabalho se torna ainda mais relevante ao considerarmos a luta contra o preconceito e discriminação de gênero, uma questão urgente e necessária para refletir na atualidade.

A orientação metodológica é que os estudantes realizem a leitura das narrativas que contam a história das mulheres que participam ativamente da Festa de Nossa Senhora do Rosário, em Balneário Piçarras. Após a leitura e análise, os estudantes deverão responder às questões propostas, que buscam evidenciar a participação feminina na festa e sua importância para a realização do evento. Em seguida, a partir das respostas, pode ser provocada uma reflexão sobre o papel das mulheres nas festividades: como sua atuação contribui para a preservação e perpetuação da festa, e como sua presença expressa resistência e fortalece as tradições culturais e religiosas da comunidade.

Como segunda atividade, propõe-se uma pesquisa em que os estudantes, organizados em grupos e sob orientação docente, identifiquem mulheres negras com representatividade histórica, cultural, social e em outras dimensões. A investigação pode começar com figuras do estado de Santa Catarina e, posteriormente, ampliar o olhar para o país. Após o levantamento das informações, os grupos deverão sistematizar os dados em materiais, tais como cartazes, painéis ou outros formatos criativos, que serão expostos nos espaços da escola e apresentados

à comunidade escolar. A atividade parte das discussões e análises sobre a agência das mulheres na Festa de Nossa Senhora do Rosário, incentivando os estudantes a reconhecerem o protagonismo feminino negro na história e na sociedade.

A partir da sistematização do material que compõe a dimensão propositiva, e que está integralmente disponibilizado no website, consolidou-se um acervo pedagógico de grande relevância para a promoção da educação das relações étnico-raciais na Educação Básica. Esse material, fundamentado na história e nos significados culturais da Festa de Nossa Senhora do Rosário em Balneário Piçarras, possibilita uma abordagem crítica e contextualizada sobre a presença e a resistência da população negra no território catarinense. Desenvolvido por meio de um trabalho interdisciplinar, esse trabalho busca romper com narrativas eurocentradas ao valorizar os saberes, práticas e memórias da comunidade afro-brasileira local. Dessa forma, o acervo não apenas subsidia o trabalho docente com conteúdos alinhados à Lei n. 10.639/03, mas também promove o reconhecimento da diversidade cultural brasileira e fortalece o protagonismo dos sujeitos historicamente marginalizados nos processos educativos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ouvir as trajetórias de vida e conhecer o universo da festa por meio das narrativas de seus praticantes foi uma experiência profundamente enriquecedora. Muitas vezes, senti uma grande emoção ao escutar homens e mulheres compartilhando suas histórias. Através de suas experiências vividas, os depoentes viajavam pelo tempo e me conduziam, enquanto pesquisadora, a adentrar esse universo tão rico que é a Festa de Nossa Senhora do Rosário. Sinto imensa satisfação em ouvir essas narrativas e compreender como essa celebração tem sido organizada há décadas na região, com lutas e resistência.

A satisfação em realizar a pesquisa e refletir sobre minha formação e trajetória docente foi possibilitada pelas aulas e discussões promovidas no mestrado profissional em História. Os autores indicados durante as aulas suscitaram amplos debates sobre o papel do docente de História, levando-me a refletir sobre minha atuação docente. Esse processo inicial me fez pensar na temática da pesquisa, que me tocou profundamente. Tive a grata oportunidade de conhecer homens e mulheres com histórias ricas, cujas narrativas se tornaram parte essencial desta dissertação.

A escolha do tema da pesquisa, voltado para o Ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira, surgiu da percepção do apagamento dessa temática nas escolas, o que oculta a participação e o protagonismo da população negra na história do país. Para abordar essa questão, optei por pesquisar a Festa de Nossa Senhora do Rosário em Balneário Piçarras. A escolha por esse estudo se deu pela compreensão da necessidade de levar para sala de aula a riqueza cultural e histórica dessa celebração, que ocorre anualmente na cidade, reafirmando, assim, a resistência e a manutenção da cultura afro-brasileira.

A proposta aqui apresentada, com sugestões e orientação para docentes e estudantes, não tem a intenção de esgotar todas as possibilidades de problematização da Festa de Nossa Senhora do Rosário nas aulas, mas ela abre um leque de possibilidades para que o docente vá além, explore novos caminhos, amplie as fontes e leve para a escola outros documentos históricos, bem como a participação de integrantes da festa. Afinal, essa proposta apresenta um recorte, mas o tema pode ser aprofundado ainda mais a partir de novas sugestões e abordagens que o docente venha a propor.

Esta pesquisa apresenta uma proposta de Ensino de História através da produção de materiais didáticos com novas abordagens e perspectivas sobre a história e cultura afro-brasileira propondo novas possibilidades didáticas em sala de aula. E a opção por discutir as

memórias da população negra praticante da festa, possibilitou compreender o valor que elas dão à festa e a forma como justificam e defendem essa prática como modo de valorizar a sua história e as práticas culturais da população negra da cidade. Sendo assim, por meio da Festa de Nossa Senhora do Rosário, apresento outras possibilidades de construção do currículo escolar, na perspectiva de uma visão positiva dos afro-brasileiros, “por uma educação que tenha o respeito à diversidade como parte de uma formação cidadã” (Gomes, 2011, p. 41).

As festas de Nossa Senhora do Rosário são importantes patrimônios imateriais através de sua história e cultura. As festas sofrem transformações e se recriam ao longo do tempo, e muitas vezes por resistência acabam se adequando. E a produção do material didático aborda justamente as transformações que a festa teve ao longo dos anos, pois incorpora novos elementos, mas mantém suas origens.

O material didático, uma contribuição para o Ensino de História, inserido na dimensão propositiva, apresenta a Festa de Nossa Senhora do Rosário e propõe caminhos metodológicos para sua abordagem em sala de aula. A pesquisa está disponível no seguinte link: <https://www.festadorosariopicarras.com.br/>, permitindo que docentes da Educação Básica adaptem os conteúdos às suas turmas. Esse material oferece sugestões de atividades que incluem narrativas de praticantes da festa, além de documentos históricos diversos. Sua produção está em consonância com as Leis n. 10.639/03 e n. 11.645/08, que tornam obrigatória a abordagem da História e da cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares. Dessa forma, busca-se, por meio desse material didático, contribuir para a educação das relações étnico-raciais, promovendo o respeito e a valorização da participação de todos os sujeitos na sociedade.

A dimensão propositiva foi elaborada a partir de quatro eixos: Narrativas: territorialidade e resistência; Patrimônio cultural: a festa de Nossa Senhora do Rosário como patrimônio imaterial; Escravização, resistências e festas negras: a presença negra em Santa Catarina; e Mulheres do Rosário: a presença feminina na festa. É uma proposta interdisciplinar que articula diferentes áreas de conhecimento, desta forma toda a escola se envolve no trabalho, numa perspectiva pedagógica coletiva e significativa para os estudantes.

A pesquisa, realizada ao longo de dois anos, bem como a elaboração da dimensão propositiva, contribuíram significativamente para minha formação docente, especialmente como pesquisadora. Esse processo também me levou a refletir sobre as formas de ampliar a pesquisa dentro da sala de aula, especificamente no ensino de História. Além disso, proporcionou uma compreensão mais aprofundada da educação para as relações étnico-raciais

e do fortalecimento da educação antirracista, permitindo ampliar essas discussões no espaço escolar. A proposta que desenvolvi aborda temas frequentemente silenciados nos currículos escolares, promovendo uma perspectiva mais inclusiva e reflexiva. Espero que esta pesquisa, aliada à proposta metodológica apresentada, sirva de inspiração para novas práticas pedagógicas e enriqueça as discussões em sala de aula.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha. Festas religiosas no Rio de Janeiro: perspectivas de controle e tolerância no século XIX. **Estudos Históricos**, v. 7, n. 14, 1994.
- ABREU, Martha. **O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.
- ABREU, Martha. O pós-abolição e a luta antirracista no campo cultural. **Curso de extensão**. 2020.
- ABREU, Martha; MATTOS, Hebe (org.). **Pelos caminhos do Jongo de do Caxambu: memória e patrimônio**. Niterói: UFF/NEAMI, 2009.
- ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Uma conversa com professores de história sobre as “Diretrizes curriculares nacionais para a educação para as relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”. In: DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe; ABREU, Martha (org.). **O negro no Brasil: trajetórias e lutas em dez aulas de história**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 115-137.
- ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; GRINBERG, Keila. História pública, ensino de história e educação antirracista. **Revista História Hoje**, v. 8, n. 15, p. 17-38, 2019.
- ABREU, Mirian Matilde de. Resistível banquete: a fartura e abundância na festa de Nossa Senhora do Rosário em Santa Catarina. **Revista História da Alimentação – história, cultura & sociedade**. Disponível em: <http://www.historiadaalimentacao.ufpr.br/artigos/artigo016.html>. Acesso em: 7 jun. 2024. Acesso em: 19 set. 2024
- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- AGUIAR, Antônio Barros de. O debate em torno das ações políticas do Movimento Negro no processo histórico da Lei 10.639/2003. **Revista História Hoje**, v. 10, n. 19, p. 273-293, 2021.
- ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. In: LAGES, Vinicius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo (org.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ALBERTI, Verena. Algumas estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira. In: PEREIRA, Amílcar Araújo; MONTEIRO, Ana Maria (org.). **Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BALNEÁRIO PIÇARRAS. Secretaria Municipal de Educação. **Diretrizes Municipais da Educação Básica**. Piçarras: Secretaria Municipal de Educação, 2022.

BENTO, Cida. **Pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BHERING, Marilane de Souza; FONSECA, Valter Machado; SILVA, Thiago Henrique Mota. A BNCC e a Lei 10.639/2003: componentes curriculares e educação antirracista. **Revista de Ciências Humanas – Dossiê Educação das Relações Étnico-raciais**, v. 2, n. 21, p. 1-20, jul./dez. 2021.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. *In*: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação – CNE. **Parecer CNE/CP n. 003/2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: CNE, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a base. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 7 jun. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 de janeiro de 2003.

CORMELATO, Fabiana. **Instalação de armações de pesca da baleia de Santa Catarina no século XVIII**. 2012. Disponível em: <http://nea.ufsc.br/artigos/artigos-fabiana-comerlato>. Acesso em: 20 de maio de 2024.

CAIMI, Elisa Flávia. Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar? *In*: **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 129-150, dez. 2008.

CAINELLI, Marlene; SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

CARVALHO, Aldair Nascimento. **Catumbi & Senhora do Rosário. Sinhô Rei e Rainha ô... O Recebe a coroa ô...** As representações sociais do Grupo Catumbi e da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Itapocu sob o olhar das comunidades negras de Araquari e entorno. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2012.

CONCEIÇÃO, Maria Telvira; OLIVA, Anderson Ribeiro. A construção das epistemologias insubmissas e os caminhos possíveis para uma educação antirracista e anticolonial: reflexões sobre os 20 anos da lei 10.639/2003. **Revista História Hoje**, v. 12 n. 25, 2023.

CORREA, Carlos Humberto P. **História de Florianópolis – Ilustrada**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

COSTA, Moacir da. **Quando a festa é a resistência: o Movimento Negro e a Festa do Rosário em Itajaí (1992-2022)**. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2023.

DANTAS, Carolina Viana. Mobilização negra nas primeiras décadas republicanas. p. 85-98. *In*: DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe; ABREU, Martha (org.). **O negro no Brasil: trajetórias e lutas em dez aulas de história**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

DEMARCHI, João Lorandi. Rir do patrimônio hegemônico: outras epistemologias para refundar o patrimônio cultural. **Sillogés**, v. 5, n. 1, jan./jul. 2022.

DIACÓPULOS, Jorge Ribeiro. **Comunidade quilombola Tia Eva (Campo Grande/MS): memória, ensino de história e educação antirracista**. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2022.

ESTEBAN, Maria Paz Sandín. Bases conceituais da pesquisa Qualitativa. *In*: ESTEBAN, Maria Paz Sandín. **Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições**. Porto Alegre: AMGH, 2010. p. 122-144.

EVARISTO, Conceição. Narrativas de re(existência). *In*: PEREIRA, Almilcar Araújo (org.). **Narrativas de re(existência): antirracismo, história e educação**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2021.

FARIAS, Vilson Francisco de. **Dos açores ao Brasil Meridional: uma viagem no tempo: 500 anos, litoral catarinense: um livro para o ensino fundamental**. 2ª edição. Florianópolis: 2000.

FONSECA, Lucimar. **A liderança feminina no espaço do terreiro de candomblé da Bahia como estratégia de luta, resistência e amor**. No combate ao preconceito e ao racismo religioso. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2021.

FONSECA, Selva Guimarães. História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História. **Revista História Oral**, v. 9, n. 1, p. 125-141, jan./jun. 2006.

FORTES, Vitor Honório. **A Congada de Ilhabela na construção de uma educação para a diversidade étnico-racial**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2021.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In*: SECAD. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/03**. Brasília, DF: SECAD, 2005a. p. 39-62.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório. *In*: FONSECA, Marcos Vinicius; SILVA, Carolina Mostaro Neves da; FERNANDES, Alexandra Borges (org.). **Relações étnico-raciais e educação no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza, 2011.

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. *In*: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. rev. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005b. p. 143-154.

GOMES, Nilma Lino. Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03: breves reflexões. *In*: BRANDÃO, Ana Paula (org.). **Modos de fazer: caderno de atividades, saberes e fazeres**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010. A cor da cultura, v. 4. p. 19-20.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnicos raciais e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural? **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, p. 40-51, 2002.

GOULART, Maria do Carmo Ramos Krieger. **Rosário/Moçambique/Natal dos pretos: tem festa na Penha**. Florianópolis: M. C. R. K., 1990.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. *In*: KI-ZERBO, Joseph. **História Geral da África, I, Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO, 2010.

IGNÁCIO, Domingos. **Depoimento**. Entrevista concedida ao Projeto Mestre dos Saberes da Fundação Municipal de Cultura de Balneário Piçarras. 2023.

IGNÁCIO, Maria das Graças. **Depoimento**. Entrevista concedida para Rosa Maria Toller. 2024.

KRIEGER, Maria do Carmo Ramos. **Penha: Relicário do Divino**. 1ª ed. Balneário Piçarras, SC: Oficina Birô de Criação, 2018.

KRYSZCZUN, Carla Aline. **Memórias nossas: um caleidoscópio de emoções**. Balneário Piçarras, SC: Oficina, 2024.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

LEITE, Ilka Boaventura (org.). **Negros no Sul do Brasil: descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LIMA, Ana Paula Picoli de. **A festa de São Sebastião e Santos Reis do Quilombo de Picadinha**. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Amabai, 2022.

LOPES, Ana Lúcia. Currículo, escola e relações étnico-raciais. *In*: MEC. Ministério da Educação. **Educação, Africanidades, Brasil**. Brasília: MEC, SECAD, UnB, CEAD, 2006. p. 13-31.

LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.

MALAVOTA, Cláudia Mortari. **A Irmandade do Rosário e seus irmãos africanos, crioulos e pardos**. 2018. Disponível em: [https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/545530/mod\\_resource/content/2/B4%20Irmandade%20Rosario%20pdf.pdf](https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/545530/mod_resource/content/2/B4%20Irmandade%20Rosario%20pdf.pdf). Acesso em: 7 nov. 2023.

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da memória**. São Paulo / Belo Horizonte: Perspectiva / Mazza Edições, 1997.

MAUAD, Ana Maria. Uso e funções da fotografia pública no conhecimento histórico. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 19, n. 47, p. 81-108, set./dez. 2005.

MEINERZ, Carla Beatriz. Ensino de história, diálogo intercultural e relações étnico-raciais. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 59-77, jan./mar. 2017.

MISTURA, Letícia; CAIMI, Flávia Eloisa. O (não) lugar da mulher no livro didático de história: um estudo longitudinal sobre relações de gênero e livros escolares (1910-2010). **Aedos**, Porto Alegre, v. 7, n. 16, p. 229-246, 2015.

MONTEIRO, Livia Nascimento. **“A Congada é do mundo e da raça negra”**: memórias da escravidão e da liberdade nas festas do Congado em Moçambique de Piedade do Rio Grande – MG (1873-2015). 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2016.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabengele. Negritude ou identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso? **Revista da ABPN**, v. 4, n. 8, p. 6-14, jul./out. 2012.

NEPOMUCENO, Nirlene. **Celebrações Negras do ciclo natalino** - teias da diáspora em áreas culturais do Brasil e do Caribe. 2011. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares. Representações em impressões na literatura didática. **Estudos Afro-Asiáticos**. v. 25, n. 3, p. 421-461, 2003.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A invenção da África no Brasil: os africanos diante dos imaginários e discursos brasileiros dos séculos XIX e XX. **Revista África e Africanidades**, v. 1, n. 4, fev. 2009.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Devoção e identidades: significados do culto de Santo Elesbão e Santa Efigênia no Rio de Janeiro e nas Minas Gerais no Setecentos. **Topoi**, v. 7, n. 12, jan./jun. 2006.

ORÍÁ, Ricardo. Memória e Ensino de História. *In*: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2017.

PAIM, Antonio Elison, VIEIRA, Guilherme B. Lima. Religiosidade em coleções de livros didáticos. *In*: SILVA, Mônica Martins (org.). **Docência e pesquisa no ensino de história: investigações no Profhistória**. Tubarão-SC: Copiart, 2020. p. 235-266.

PEREIRA, Amilcar Araújo. A Lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”. **Cadernos de História**, v. 12, n. 17, 2º sem. 2011.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. **Malungos na escola: questões sobre culturas afrodescendentes e educação**. São Paulo: Paulinas, 2007.

PEREIRA, Júnia Sales. Reconhecendo ou construindo uma polaridade étnico-identitária? Desafios de ensino de história no imediato contexto pós lei 10.639/03. **Estudos Históricos**, v. 21, n. 41, p. 21-43, jan./jun. de 2008.

PEREIRA, Júnia Sales; ROZA, Luciano Magela. O ensino de história entre o dever de memória e o direito à história. **Revista História**, v. 1, n. 1, p. 89-110, 2012.

PEREIRA, Maria Conceição. **Depoimento**. Entrevista concedida para Rosa Maria Toller. 2024.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de História? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 113-128, 2009.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, 1989.

PONTES, Mylene, Silva. Construindo visibilidades na cidade de São José/SC: uma proposta de ensino de história e patrimônio cultural dos povos africanos e afro descendentes. *In*: SILVA, Mônica Martins (org.). **Docência e pesquisa no ensino de história**: investigações no Profhistória Tubarão-SC: Copiart, 2020. p. 185-210.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. **Tempo**, v. 1, n. 2, 1996.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente? **Revista Projeto História**, n. 14, fev. 1997a.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Revista Projeto História**, n. 10, 1997b.

RALEJO, Adriana Soares; MELLO, Rafaela Albergaria; AMORIM, Mariana de Oliveira. BNCC e Ensino de História: horizontes possíveis. **Educar em Revista**, v. 37, e77056, 2021.

RASCHE, Carla Leandro. “**Divertem-se então à sua maneira**”: festa e morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Florianópolis (1888 a 1940). 2013. Dissertação (Mestrado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.

RASCHE, Karla Leandro. Vivências celebrativas na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos homens pretos em Desterro/SC, século XIX. **CLIO - Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, n. 31, p. 2, dez. 2014.

REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras do tempo da escravidão. **Tempo**, v. 2, n. 3, p. 7-33, jun. 1996.

RIBEIRO, Renilson Rosa. Entre textos e práticas: Ensino de História, instituição escolar e formação docente. **Revista História & Ensino**, v. 21, n. 2, p 151-171, jul./dez. 2015.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa I**. A tríplice Mimese, São Paulo, Papirus, 1994.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, v. 5, n. 8, jan./jun. 2004.

RODRIGUES, Ivya Fátima. **Depoimento**. Entrevista concedida para Rosa Maria Toller. 2024.

RODRIGUES, Ivo. **Depoimento**. Entrevista concedida ao Projeto Mestre dos Saberes da Fundação Municipal de Cultura de Balneário Piçarras. 2023.

RODRIGUES, Tânia de Fátima da Silva. **Depoimento**. Entrevista concedida para Rosa Maria Toller. 2024.

ROZA, Luciano Magela. Abordagens do racismo em livros didáticos de história (2008-2011). **Revista Educação & Realidade**, v. 42, n. 1, p. 13-34, jan./mar. 2017.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e à Província de Santa Catarina (1820)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Política de educação para as relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2018.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, 2019.

SANTOS, Lorene. Ensino de história e cultura africana e afro-brasileira: dilemas e desafios da recepção à Lei 10.639/03. *In*: PEREIRA, Amilcar Araujo; MONTEIRO, Ana Maria (org.). **Ensino de História e culturas afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p. 57-83.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 2. ed. São Paulo: Record, 2001.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. 2. ed. São Paulo: Editora Scipione, 2009. Coleção Pensamento e Ação em Sala de Aula.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo de psicologia psicossocial da branquitude paulistana. **Revista Psicologia e Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 83-94, 2014.

SEBASTIÃO, Rafael, S. **O rosto Afro de Penha**. Itajaí: Ed. do autor, 2000.

SERPA, Élio Cantalício. Bispos: elites dirigentes e catolicismos em Santa Catarina. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. XIX, n. 2, p. 69-83, dez. 1993.

SILVA, Ana Paula da. **Alma na voz e mãos no tambor: Catumbi de Itapocu – uma fonte de criação musical**. 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

SILVA, Isabel Cristina da Costa. **MULHERES NEGRAS NO CONGADO: as capitãs da memória congadeira.** In: KATRIB, Cairo Mohamad Ibrahim; MACHADO, Maria Clara Tomaz; PUGA, Vera Lúcia (org.). **Mulheres de Fé: Urdiduras no Candomblé e na Umbanda.** Uberlândia: Composer, 2017.

SILVA, Jaime José dos Santos. **Memórias do cacumbi: cultura afro-brasileira em Santa Catarina, século XIX e XX.** 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SILVA, José Bento Rosa da. Congada de São Sebastião: uma manifestação da cultura luso-afro-brasileira na Armação do Itapocoroy – SC. In: MONTENEGRO, Antônio Torres; FERNANDES, Tânia Maria (org.). **História Oral: um espaço plural.** Recife: Ed. UFPE, 2001. p. 299-304.

SILVA, José Bento Rosa da. Famílias negras na Foz do Itajaí: o direito à história & o dever das memórias. In: CARELLI, Mariluci Neis; VERENA, Raquel Alvarenga Sena (org.). **Funções do patrimônio cultural: para quem.** Itajaí: Traços & Capturas, 2024.

SILVA, José Bento Rosa da. **Festa de preto em terra de branco: história oral, memória e identidade em Santa Catarina.** 1994. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

SILVA, José Bento Rosa da. **Gente de Ébano a presença negra em Santa Catarina: da foz do rio Itajaí à foz do rio Tijucas (séc. XIX-XXI).** 1ª ed. Florianópolis: Traços & Capturas, 2025.

SILVA, José Bento Rosa da. **Negras memórias.** Itajaí: Prefeitura Municipal de Itajaí, 1996.

SILVA, José Ferreira da. **História do município da Penha.** Curitiba: A Imprensa, 1971.

SILVA, Luiz Ferreira. **Piçarras: História da minha terra.** Balneário Piçarras: Nova letra gráfica & editora. 2002.

SILVA, Mônica Martins da. Antonieta de Barros: o que a memória de Antonieta de Barros nos ensina sobre representatividade de mulheres negras? In: SILVA, Monica Martins da; MOREIRA, Viviane da Silva (org.). **Coleção Mulheres na sala de aula.** Porto Alegre: UFRGS, 2024.

SILVA, Mônica Martins da. **A festa do Divino: romanização, patrimônio e tradição em Pirenópolis (1890 - 1988).** Goiânia: Agepel, 2000.

SILVA, Mônica Martins da (2023). Editorial - 20 anos da lei 10639/03: insurgências e rupturas no Ensino de História. **Revista História Hoje**, 12(25). Disponível em: <https://doi.org/10.20949/rhhj.v12i25.1090>. Acesso em: 23 mar. 2025.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Negros na universidade e produção do conhecimento. *In*: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVÉRIO, Valter Roberto. (org.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. p. 43-54.

SILVA, Petronilha Beatriz. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. *In*: FONSECA, Marcos Vinicius; SILVA, Carolina Mostaro Neves da; FERNANDES, Alexandra Borges (org.). **Relações étnico-raciais e educação no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza edições, 2011.

SILVA, Tiago Nilson da. **Ensinar História com o Patrimônio Cultural: uma proposta de Educação Patrimonial para Governador Celso Ramos, 2024**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

SILVEIRA, Janete Jane Cardoso; SANTOS, Roselys Izabel Corrêa dos. Em busca da identidade perdida: subsídios para uma política integrada de comunicação em turismo cultural nos municípios de Piçarras e Penha (SC). *In*: RUSCHMANN, Doris; SOLHA, Karina Toledo (org.). **Planejamento em turismo**. São Paulo: Manole, 2006.

SOUZA, Marilda Madalena de. **Depoimento**. Entrevista concedida ao Projeto Mestre dos Saberes da Fundação Municipal de Cultura de Balneário Piçarras. 2024.

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista: história da Festa de Coroação de rei Congo**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

SOUZA, Odair de; PAIM, Elison Antônio. Problematizando o eurocentrismo e desconstruindo o racismo por meio de práticas pedagógicas decoloniais e interculturais. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, Dossiê n. 34, n. 34, p. 41-60, 18 dez. 2019.

SZLACHTA JR., Arnaldo Martin; RODRIGUES JR., Osvaldo; BONETE, Wilian Junior; Entrevista com Sara Dias-Trindade. Ensino de História e humanidades digitais: perspectiva e possibilidade potencializadoras para a aprendizagem histórica. **Revista História Hoje**, 2022. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/961/474>. Acesso em: 24 maio 2025.

TEIXEIRA, Hélio. **Depoimento**. Entrevista concedida ao Projeto Mestre dos Saberes da Fundação Municipal de Cultura de Balneário Piçarras. 2023.

TOLENTINO, Átila Bezerra; OLIVEIRA, Emanuel. **Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas**. João Pessoa: IPHAN-PB, Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno\\_tematico\\_educacao\\_patrimonial\\_05.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf). Acesso em: 24 maio 2025.

VIANA, Larissa. Festas e irmandades negras no Brasil. p. 45-54. *In*: DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe; ABREU, Martha (org.). **O negro no Brasil: trajetórias e lutas em dez aulas de história**. 1. ed., Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

VICENTE, Andréa. **Presença indígena em São José de Terra Firme:** outras narrativas são possíveis no ensino de história. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasquez (coord.). **História falada:** memória, rede e mudança social. São Paulo: SESC-SP; Museu da Pessoa; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

ZANIRATO, Silvia; BANDEIRA, Dione; KOEHNTOPP, Paulo. O patrimônio arqueológico pré-colonial brasileiro costeiro num cenário de mudanças climáticas. um estudo dos sambaquis da Baía Babitonga-SC. **Revista Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável**, v. 11, n. 2, 2020.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Prezado (a) Professor (a) Pesquisador (a):

Esta entrevista faz parte de uma pesquisa de mestrado em andamento, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Federal de Santa Catarina, intitulada: A FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO EM BALNEÁRIO PIÇARRAS: uma proposta de ensino de História para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Os dados serão utilizados exclusivamente para fins de pesquisa acadêmica (elaboração de tese e de trabalhos para a publicação nos meios de divulgação usuais – periódicos, eventos científicos etc.); garantimos, assim, que a sua participação será mantida no mais completo sigilo. Solicitamos sua colaboração em fornecer as respostas da maneira mais detalhada, clara e espontânea possível. Portanto, sua colaboração é imprescindível.

Profa. Dra. Mônica Martins da Silva – Orientadora – UFSC

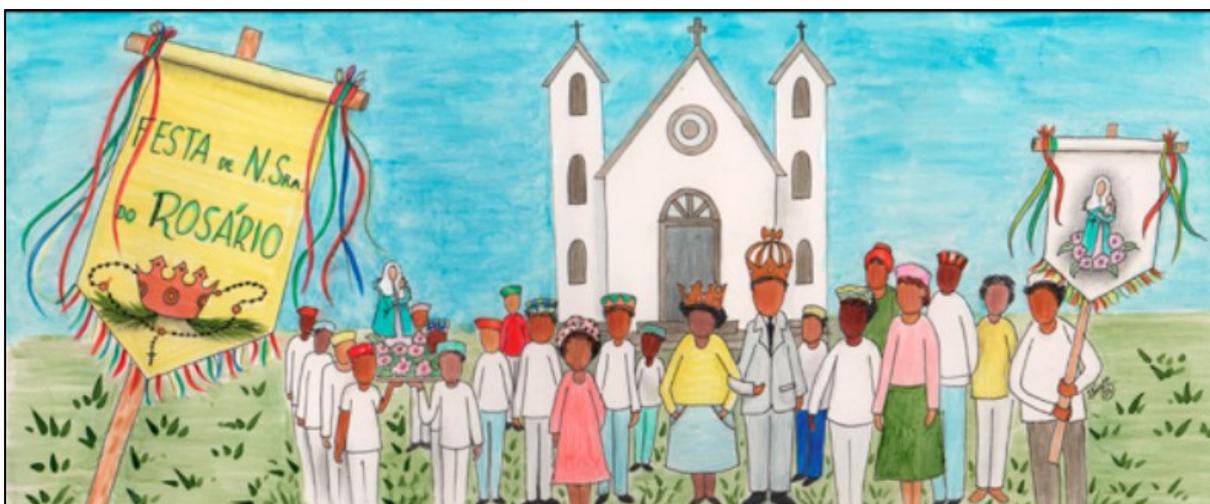
Rosa Maria Toller – Mestranda – UFSC

### QUESTÕES NORTEADORAS

- 1) Qual o seu nome completo?
- 2) Qual sua idade?
- 3) Onde você nasceu?
- 4) Gostaria que você contasse a história da sua família, pais, avós, e se eles sempre moraram aqui? Eles contavam algo sobre a Festa de Nossa Senhora do Rosário? Eles participavam?
- 5) Conte um pouco sobre a sua infância e juventude. Dessa época você lembra da Festa de Nossa Senhora do Rosário? Quando você começou a participar da Festa de Nossa Senhora do Rosário?
- 6) A nossa região passou por muitas mudanças ao longo do tempo, e você acredita que isso influenciou na realização da Festa?
- 7) A Festa já era realizada na Penha há muito tempo e hoje é somente aqui. Em que época você acha que a Festa do Rosário começou aqui na cidade de Balneário Piçarras? E por quê?
- 8) Você conhece a origem da festa? Comente sobre as transformações da festa no decorrer dos anos.
- 9) Em que época do ano a Festa acontece, e por quê? Sempre foi nesse período?
- 10) As pessoas que participam da Festa são somente da cidade ou elas vêm de outros lugares?
- 11) Há um grupo específico que organiza a Festa? Se, sim, qual é? E qual a participação dos homens e mulheres nessa organização?
- 12) Como são os preparativos que antecedem a Festa? As mulheres desempenham qual papel nesses preparativos?

- 13) Como você vê a participação feminina na organização da Festa?
- 14) Você acredita que o papel das mulheres na Festa tem mudado ao longo dos anos? Se sim, como?
- 15) Há algum elemento da Festa que você considera particularmente significativo para as mulheres?
- 16) Há vestimentas e acessórios específicos utilizados para a celebração? Como é feita a escolha das roupas? Tem uma cor específica? Quem escolhe? Qual é o papel da rainha nesse momento?
- 17) Como acontece a cerimônia no dia da festa? Quem prepara o cerimonial? Como são escolhidas as músicas? Quem toca e canta? Há instrumentos musicais específicos?
- 18) Em qual igreja aqui na cidade já aconteceu a celebração da Festa? E em qual ainda acontece?
- 19) Qual a participação dos padres na organização da Festa? Você percebeu em algum momento alguma resistência da igreja diante da celebração?
- 20) Você acha que a Festa é conhecida pela população da cidade? Qual a relação dos moradores em geral com ela?
- 21) Quais os significados dos símbolos da Festa, como a coroa, o Standart, o mastro etc.?
- 22) Como os reis e as rainhas são escolhidos? Quais são os critérios?
- 23) Você percebeu em algum momento algum preconceito em relação à realização da Festa?
- 24) A Festa aqui na cidade também é conhecida como “Kizomba”. Você sabe as razões da escolha desse termo?
- 25) Como você percebe a manifestação da fé através da Festa? Além da fé, que outras emoções você sente durante a Festa?
- 26) A partir da sua participação na Festa durante esses anos, qual a lembrança mais significativa?
- 27) O que a Festa representa pra você?
- 28) Há algo que você gostaria de acrescentar sobre sua experiência ou sobre a importância da Festa?

## APÊNDICE B – DIMENSÃO PROPOSITIVA



### FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

#### PROPOSTA METODOLÓGICA

### Eixo 1

## Narrativas: TERRITORIALIDADE E RESISTÊNCIA

### Apresentação

Esse eixo busca trabalhar com as narrativas orais dos participantes da festa. Por meio dos depoimentos dos praticantes da Festa de Nossa Senhora do Rosário, é possível conhecer a memória das pessoas que dela participam, valorizando tanto as histórias individuais quanto as coletivas. O objetivo é compreender como essa festa é vivida e praticada pela comunidade negra em Balneário Piçarras, obtendo elementos que serão utilizados na construção da sua abordagem no Ensino de História, com enfoque na Educação para as relações étnico-raciais, valorizando a perspectiva dos sujeitos participantes da festa. Neste eixo são propostas duas atividades, sendo elas, a análise das narrativas dos participantes da festa e do mapa onde acontecem as festas na atualidade, identificando formas de resistências e a construção de uma territorialidade da festa. Também sugerimos uma roda de conversa com os participantes da festa. A proposta de trabalhar com as narrativas da festa do Rosário e a realização de uma roda de conversa se justifica pela potência do diálogo entre os saberes escolares e saberes locais da população negra, valorizando a escuta de um povo cuja trajetória foi marcada pelo silenciamento.

## Diálogo interdisciplinar

A articulação entre diferentes áreas de conhecimento possibilita o envolvimento de toda a escola neste trabalho, promovendo uma prática pedagógica coletiva e significativa. Como sugestão, o docente de História pode dialogar com as disciplinas de Língua Portuguesa, Artes, Geografia e Ensino Religioso, áreas que se complementam e criam possibilidades para o desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar na escola. A área de língua portuguesa pode trabalhar a escuta ativa, a interpretação oral e a produção textual a partir dos depoimentos. A área de artes pode analisar as expressões culturais da festa e seus objetos simbólicos. A área de Geografia poderá explorar a territorialidade da festa, discutindo as relações entre espaço, cultura e resistência. E a área de Ensino Religioso pode refletir sobre as dimensões simbólicas da festa, abordando a religiosidade presente na celebração e seu diálogo com o catolicismo e elementos de matriz africana. Este eixo propõe uma abordagem interdisciplinar que envolva toda a comunidade escolar no processo de ensino-aprendizagem, dando mais sentido e profundidade ao tema trabalhado com os estudantes.

## Questões problematizadoras

Quais as semelhanças e diferenças entre as narrativas apresentadas? Como essas experiências das pessoas participantes da festa refletem aspectos históricos e culturais da cidade? Como a festa do Rosário, enquanto prática religiosa e cultural, se configura como um espaço de resistência das comunidades afro-brasileiras? Como essas narrativas refletem a territorialidade da festa? De que forma as memórias coletivas e as narrativas de resistência presentes na festa podem contribuir para a construção de um entendimento mais amplo na história de Balneário Piçarras e de Santa Catarina, principalmente no que diz respeito a visibilidade e posituação da história nos negros no estado? O que a memória de famílias e lideranças negras nos ensina sobre resistência e pertencimento ao território? A religiosidade presente na Festa do Rosário é apenas uma expressão de fé? Ou também é uma forma de afirmar cultura, identidade e ancestralidade negra? Essas questões podem servir como ponto de partida para discussões, análises e atividades, estimulando uma reflexão profunda sobre os diversos aspectos da festa do Rosário.

## Objetivos

- Identificar a relevância da Festa de Nossa Senhora do Rosário como manifestação histórica e cultural afro-brasileira em Balneário Piçarras.
- Incentivar os estudantes a analisar e comparar diferentes relatos sobre a festa, identificando semelhanças e diferenças nas experiências vividas por diferentes participantes, ao longo do tempo, e da construção de uma memória coletiva sobre a festa.
- Incentivar os estudantes a valorizarem as tradições culturais locais e as experiências vividas pelos participantes da festa, promovendo o respeito pelas manifestações culturais e religiosas da comunidade afro-brasileira de Balneário Piçarras.
- Compreender como a participação na festa fortalece a identidade coletiva de seus participantes e favorece a sua recriação, especialmente por famílias negras.
- Entender a Festa de Nossa Senhora do Rosário como manifestação cultural e religiosa que revela a territorialidade, a resistência e o protagonismo da população negra na construção da história local.

## Atividade 1 - Narrativas e territorialidade

### Caminhos metodológicos

A memória coletiva tem grande relevância, especialmente em comunidades que buscam fortalecer suas práticas culturais e históricas, como no caso da Festa de Nossa Senhora do Rosário. Por meio dos depoimentos e narrativas orais, esses grupos constroem sentidos compartilhados, conferindo respaldo, densidade e continuidade às suas tradições. Assim, a história oral se revela uma ferramenta poderosa para valorizar práticas culturais, construir significados ao longo do tempo e criar estratégias de resistência, promovendo laços de comunhão, apoio e vínculo com o passado.

Nessa atividade, destaca-se a importância de o docente utilizar a história oral como metodologia no Ensino de História. A análise dos depoimentos possibilita aos estudantes o contato direto com diferentes pontos de vista dos entrevistados, aproximando-os de uma história mais viva, humana e significativa. É fundamental destacar que, na história oral, a subjetividade é um elemento essencial, cada pessoa é única, e sua maneira de ver e narrar o mundo é particular. Essa diversidade de olhares enriquece a compreensão histórica. No entanto, além das experiências individuais, a história oral também permite observar a construção da memória coletiva, ou seja, um repertório comum que os indivíduos de uma comunidade constroem sobre determinada prática ou questão.

Esta atividade tem como objetivo conhecer as memórias dos praticantes da festa, que guardam em suas lembranças histórias da festa, por meio das quais é possível compreender como essa prática mobiliza crenças e tradições que compõem a identidade cultural da região. A proposta destaca a importância de valorizar as narrativas que, por meio da memória, transmitem saberes. Será apresentado aos estudantes um roteiro de análise, pois trata-se de um instrumento eficaz para trabalhar com diferentes fontes históricas, facilitando, assim, a síntese do que foi investigado. Nesta seção, os estudantes terão acesso às entrevistas que fazem parte do acervo da Fundação Municipal de Cultura de Balneário Piçarras, realizadas nos últimos anos e também as entrevistas realizadas especialmente para a pesquisa que resultou na dissertação. Eles poderão ouvi-las e utilizá-las para aprofundar as discussões em sala de aula, por meio da seção: “Narrativas” nesse link <https://www.festadorosariopicarras.com.br/narrativas> onde também podem encontrar outras entrevistas que permitem ampliar a perspectiva de análise e a multiplicidade de memórias de seus praticantes.

Nesta metodologia, o docente atua como mediador da aprendizagem, orientando os estudantes na realização da pesquisa que busca conhecer as narrativas dos participantes da festa. Dessa forma, os estudantes poderão acessar informações sobre essa celebração que é praticada há décadas na região. Além disso, essa atividade estimula os estudantes a refletirem sobre as memórias da festa, identificando semelhanças e diferenças nas experiências vividas ao longo do tempo. O acesso às narrativas permitirá que compreendam o papel fundamental do protagonismo da comunidade negra na história e cultura local, problematizando a história oficial do município.

A **fonte 1** apresenta trechos das entrevistas com os praticantes da festa, nos quais eles compartilham suas narrativas, baseadas nas suas impressões e vivências ao longo do tempo. Essas entrevistas revelam os significados que os participantes atribuem à festa e destacam sua importância para a comunidade afro-brasileira envolvida. É importante ressaltar como a tradição da festa é transmitida entre gerações, por meio da oralidade, mantendo viva a memória coletiva.

A **fonte 2** apresenta o mapa onde acontece a festa do Rosário na atualidade, o que reforça a presença e resistência da comunidade afro-brasileira ao longo do tempo no estado de Santa Catarina, especificamente no litoral norte. As comunidades que abrangem essa territorialidade estão ligadas pela manifestação cultural da comunidade afro-brasileira e pelo parentesco. Os rituais da festa, são expressões dessa territorialidade, que reforçam os laços entre os indivíduos e os espaços que ocupam, e que são fundamentais para a preservação da tradição da cultura afro-brasileira na região.

## Fonte 1 - Trechos das entrevistas

### IVO CARLOS RODRIGUES

Ivo Carlos Rodrigues nasceu em Balneário Piçarras em 1955. Ele é praticante da festa desde sua infância, tendo herdado de sua família a responsabilidade de dar continuidade à festa de Nossa Senhora do Rosário em Balneário Piçarras. Atualmente, é um dos responsáveis pela organização da festa, junto à comunidade afro-brasileira da região.



**Trecho 1:** “Nós temos a festa de Nossa Senhora do Rosário, que nós estamos fazendo aqui em Piçarras já há 25 anos. É 25 anos, ou um pouco mais, mas sempre existiu. Ela existia ali em Santo Antônio e, por motivo que eu não sei, que não vem ao caso aqui, ela foi para a Penha, e na Penha também teve um motivo paroquiano, vamos dizer assim. E voltamos para cá de novo. Até porque, na época, quem fez questão de trazer para cá, o pároco aqui era o padre Celso, e, conversando com ele: ‘Traz para cá que eu vou dar apoio’...E fizemos bastante tempo aqui em Piçarras. E daí, também por uma questão de paróquia, fomos para o Santo Antônio, porque fomos convidados lá também por um outro padre, que também fazia questão, o Padre Fabian. Hoje, ainda estamos lá em Santo Antônio. Estamos lá e estamos fazendo a nossa festa.”

**Trecho 2:** “Todos se comprometem em ajudar. Porque essa festa a gente dá o almoço, o almoço para todas as pessoas que ali estiverem, que dá uma faixa de 600, 500 pessoas. O almoço todo de graça, refrigerante, água. A bebida se cobra, mas não visando lucro, só trocando seis por meia dúzia, só repassando. Só para pagar a despesa de gelo, que tem que ter um gelo e tal, mas não se leva lucro. É o que se ganha, o que se doa, o que se sobra da festa, financeiramente fica na igreja. Ninguém fica com um centavo. Por quê? Vou te dizer porquê, porque essa festa da Nossa Senhora do Rosário, era a festa dos escravizados. Isso, eles comemoravam essa festa no dia 26 de dezembro. Por quê? Eles faziam essa festa aproveitando as sobras das festas natalinas dos senhores.”

### DOMINGOS INÁCIO

Domingos Ignácio nasceu em Balneário Piçarras, em 1952. Participa da festa desde a infância e carrega em sua história a participação da família na festa há gerações.

**Trecho 1:** “A origem da festa, ela é africana, né? Ela é africana, é! Ela veio da África, pra cá. Aqui, gerou-se, onde é o Catumbi, hoje! É o que achamos, né? O Catumbi é africano. Então, foi o meu bisavô que trouxe pra cá! Agora, de que forma, de que jeito? Também não sei, né?!”

**Trecho 2:** “Já estava no berço, já estava participando da festa. A minha mãe ia para uma festa, levava nós junto; nós já estávamos participando da festa desde (risos), desde o berço, desde que nasci! Claro, depois, eu comecei a entender a festa, ali com oito, nove anos; a gente já começou a entender de que jeito que era feita a festa. Hoje, é bem diferente do que era antes. Antes, era feito nas casas. Era feito tudo nas casas!”



### TÂNIA DE FÁTIMA DA SILVA RODRIGUES

Tânia de Fátima da Silva Rodrigues nasceu em Balneário Piçarras, em 1959. Participa da festa desde a infância e, junto com o seu marido, Ivo Rodrigues, carrega a incumbência de organizar a festa em Balneário Piçarras.

**Trecho 1:** “Da parte do meu pai, já fazia. Já fazia parte da história. Ele vinha da Pedra de Amolar pra fazer a festa, faziam a festa em Navegantes, faziam em Itajaí, e depois é que veio a festa pra Penha. Eu era criança, já vinha pra festa aqui no Santo Antônio, vinha com a minha mãe. Naquela época, era o tempo da Dona “Cuxa” e do pai do Domingos, já existia essa festa.”

**Trecho 2:** “Depois, já na minha adolescência, o meu tio, “tio Mágico”, com a tia “Lóca”, eles pegaram a festa, trouxeram pra Penha. Então eu já morava aqui em Piçarras, eles faziam a festa na Penha, mas, diante da dificuldade que existiam naquela época, eles pegaram e começaram a fazer em Itajaí também, e também tem nossos parentes que fazem a festa em Itajaí. Depois, quando eu fui rainha, ela disse: ‘Tânia, leva para Piçarras, leva pra algum lugar, minha filha, que não podemos deixar morrer.’ Aí eu vim e falei com o Ivo. Ele disse: ‘Eu não quero uma responsabilidade dessa pra mim.’ E eu respondi: ‘Mas eu quero!’ Aí peguei fiz a minha festa e foi na SAP(Sociedade Amigos de Piçarras), dali eu peguei, aí o Padre Celso disse: ‘Traz pra cá!’ Aí fizemos da Alda e do Jorge, já aqui em Piçarras. E daí nós fomos levando a festa e o casal, que era organizador, os irmãos que eram tia Lóca e o tio Mágico, faleceram, e nós fomos tocando.”



**Trecho 3:** “Então, o sentido do Rei e da Rainha é o sentido de que aquele ali foi nomeado rei. Ele é o rei afro. Quando o negro veio para o Brasil, tinha muito negro que era rei na terra dele. Aqui que ele perdeu o reinado, mas ele é o rei, porque, na realidade, ele é o rei o ano inteiro. É só coroar aquele dia e também já deixa a coroa. Volta, né? Então, esse é o sentido da coroação.”

### IVIA FÁTIMA RODRIGUES

ivia Fátima Rodrigues nasceu em Itajaí, em 1983. Ela representa a nova geração e participa de maneira atuante na organização da festa, junto com seus pais, Ivo e Tânia.

**Trecho 1:** “A gente tem um histórico de 122 anos de festa, pela leitura, pelo olhar. Desde o momento aqui na nossa região, é 1954, se eu não me engano, quando começou a juntar Itajaí, Penha, Piçarras, quando Piçarras era parte de Penha. E aí os dançantes da festa, eram os homens de Piçarras, da família Ignácio, principalmente da família Ignácio, que dançavam até Penha e voltavam dançando até Piçarras para fazer a festa em Piçarras, quando não era na Penha. Depois, a gente tem uma história muito linda, que é da tia Lôca e do Tio Mágico, que traz esse resgate para a Penha, fazendo toda uma mudança de vida, dois, três dias de festa na Penha.”



### MARIA CONCEIÇÃO PEREIRA

Maria Conceição Pereira, nascida em Itajaí em 1954, tem em sua trajetória a luta contra o racismo. É reconhecida como uma importante organizadora do evento desde a década de 1990.

**Trecho 1:** “Em dezembro, ela era intitulada Festa do Rosário e Natal dos Pretos, né? Porque a história conta, né a história contada pelos nossos ancestrais que eles não tinham o Natal, não tinham feriado, eles não tinham férias, eles não tinham folga. A única folga que eles tinham era 26 de dezembro, que passado o Natal, os senhores davam pra eles aquilo que sobrava e dava um dia de folga. E aí eles festejavam o Natal e cultuavam Nossa Senhora do Rosário. Então



*ela tinha esse título. E por muitos anos, porque ela agora ela passou por outubro, não tem uns...olha, brincando aí, tem seis, sete anos.”*

**Trecho 2:** *“...Quando eu comecei, o padre Celso aceitava e ele que cada vez mais sempre incentivava que o Catumbi também estivesse dentro da igreja. Depois que ele saiu, mesmo em Piçarras, mesmo na Igreja Matriz, tivemos alguns conflitos com os padres, mas aí a gente já tinha dado alguns passos, alguns avanços. A gente já tinha autorização do arcebispo, que era na época, o Dom Angélico de Blumenau, responsável por toda aquela Cúria que também fez parte da Irmandade dos Homens Pretos em São Paulo. Então os padres, eles não tinham como negar. O bispo era Dom Angélico, Angélico Sândalo. Inclusive naquela foto ele aparece no altar com o padre Celso. Ele veio no ano 2000. Ele veio a convite do padre Celso, conhecer a missa, porque o padre Celso sabia que ele tinha feito parte da Irmandade dos Homens Pretos de São Paulo, e convidou, e ele veio conhecer a missa, e dali ele ficou alguns anos com a gente, vindo todos os anos, até quando ele voltou pra São Paulo.”*

### **Analise os depoimentos sobre a festa:**

#### **PERSONAGENS E ELEMENTOS HISTÓRICOS:**

Quais personagens da festa aparecem com mais frequência nos depoimentos e qual é o seu papel na festa?

---



---

Que elementos históricos sobre a festa aparecem nos depoimentos?

---



---

#### **MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS:**

Os depoentes descreveram alguma mudança ocorrida na festa ao longo dos anos? Quais?

---



---

Quais as principais semelhanças entre os depoimentos?

---



---

**SIGNIFICADOS E SENTIDOS DA FESTA:**

Com base nos depoimentos, você consegue perceber a importância da festa para os participantes e para a comunidade? Explique.

---



---

Por que a festa é chamada de “Natal dos Pretos” em alguns dos depoimentos?

---



---

Selecione trechos dos depoimentos que você mais gostou. Explique essa escolha.

---



---



---

**TERRITORIALIDADE:**

Nos trechos das entrevistas apresentadas, fica evidente as diferentes localidades onde a festa ocorreu ao longo das décadas. Por que a festa acontece em diferentes cidades? É possível identificar a origem da festa?

---



---

## Fonte 2: Análise do mapa

Mapa que indica as três cidades de Santa Catarina onde, atualmente, ocorre a festa de Nossa Senhora do Rosário.



Mapa produzido por Oficina Box, 2025.

Observe o mapa abaixo onde acontece a festa de Nossa Senhora do Rosário na atualidade.

1. Quais regiões estão marcadas no mapa como locais da Festa de Nossa Senhora do Rosário? Esses locais aparecem nas narrativas dos participantes da festa com as quais trabalhamos na questão anterior?
2. Por que vocês acham que certas famílias ou pessoas são lembradas nas narrativas como responsáveis pela festa em determinados lugares?
3. Por que a festa acontece nessas localidades indicadas no mapa? Reflita sobre o que essas regiões têm em comum.
4. Pesquise sobre a Festa de Nossa Senhora do Rosário em diferentes regiões do Brasil. Identifique alguns locais onde essa festa é realizada e descreva como ela acontece em cada um. Em seguida, compare com a prática da festa em sua comunidade, destacando semelhanças e diferenças.

## Atividade 2: Roda de Conversa

### Caminhos metodológicos

Essa atividade tem como objetivo aproximar os estudantes de pessoas que participem da festa, por meio de uma roda de conversa. O objetivo é aproximar os estudantes dos participantes da Festa de Nossa Senhora do Rosário de Balneário Piçarras, promovendo o encontro entre diferentes gerações e possibilitando a escuta de novas histórias e vivências. A roda de conversa configura-se como uma estratégia pedagógica relevante, pois favorece a construção do conhecimento de maneira dialogada e horizontal, garantindo a todos o direito à fala. Além disso, estimula a formação de opiniões fundamentadas, a valorização da escuta, o respeito às diferentes perspectivas e a expressão de argumentos contrários de forma respeitosa. Além de promover o encontro entre os estudantes e os participantes da festa, a roda de conversa também pode ser um espaço importante para debater o racismo e as formas de invisibilização da cultura negra. Durante a roda de conversa pode-se provocar a reflexão com perguntas como: por que existem tão poucas festas negras em Santa Catarina? Quais festas negras são mais lembradas? Quais outras manifestações culturais afro-brasileiras são conhecidas? Valorizar uma festa como essa é uma forma concreta de combater o racismo e de reconhecer e fortalecer a história e a cultura do povo negro no estado e no país.

A turma irá elaborar coletivamente com o docente o roteiro de perguntas para mediar a conversa. Em seguida, selecionarão o(a) convidado(a). Nesse momento, é importante investigar se há estudantes cujos familiares participam da festa, aproveitando essa conexão para fortalecer o vínculo com a atividade. A partir disso, escolher os participantes para a roda de conversa. Todo o processo deve ser organizado com antecedência: é necessário verificar a disponibilidade do(a) convidado(a) e confirmar se ele(a) aceita participar da atividade na escola.

Também é importante decidir se a roda de conversa será gravada e filmada, sempre com autorização do(a) entrevistado(a). Alguns estudantes podem ser escolhidos previamente para fazer

as perguntas do roteiro, mas é importante que o docente organize esse momento para acolher o(a) convidado(a) e abrir espaço para que, conforme as perguntas surgirem, os estudantes possam fazê-las. Após a realização da roda de conversa, deve haver a sistematização das informações. A sugestão é criar um texto coletivo com a narrativa compartilhada pelo participante. Se a roda de conversa foi gravada ou filmada, a proposta é que os estudantes produzam um vídeo específico sobre a festa, utilizando trechos do que foi gravado.

### Para ir além:

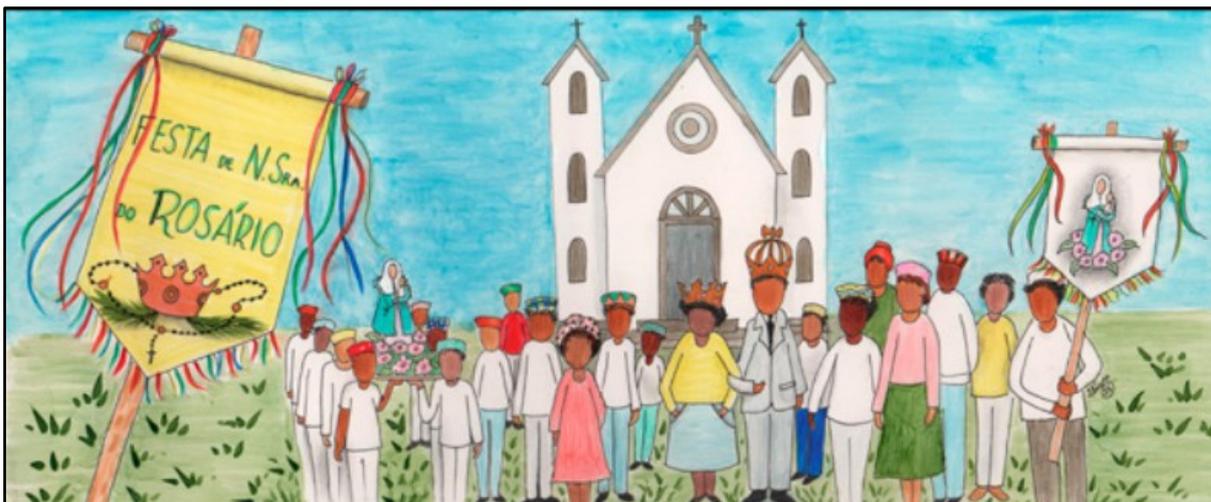
EVARISTO, Conceição. Narrativas de re(existência). In: Almilcar Araújo Pereira(Org). Narrativas de re(existência): antirracismo, história e educação. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2021.

*A autora reforça o que já apontam as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de 2004, evidenciando que ainda existe uma lacuna na abordagem da história africana e indígena. Mesmo estudantes de História e historiadores carregam esse vazio, reproduzindo uma narrativa histórica marcada por uma perspectiva eurocentrada. Entretanto, é necessário que no espaço escolar, que coordenadores pedagógicos, diretores, funcionários e professores debatam e reflitam sobre o tema. É fundamental abordar essa questão por meio de projetos escolares em todas as áreas de conhecimento, envolvendo toda a comunidade escolar. Nesse sentido, é urgente pensar novas formas de abordagens no ensino de História que possam mobilizar diferentes saberes construídos em múltiplos espaços.*

FONSECA, Selva Guimarães. História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História. Revista História Oral, v. 9, n. 1, p. 125-141, jan./jun. 2006.

*A autora destaca a importância de conhecer e respeitar as diferenças, especialmente quando uma pessoa ou grupo tem a oportunidade de contar a própria história, reconhecer suas conquistas e reafirmar sua participação na sociedade. Esse ato de escuta torna o narrador protagonista, contribuindo para a construção de um acervo de memória compartilhada, que amplia a compreensão do mundo e das diferentes formas de interpretá-lo. Esse conhecimento, portanto, deve ser levado para a sala de aula. Disponível para download em:*

<https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/193>.



## FESTA DE NOSSA SENHORA DE ROSÁRIO

### PROPOSTA METODOLÓGICA

## Eixo 2

# **PATRIMÔNIO CULTURAL: A Festa de Nossa Senhora do Rosário como Patrimônio Imaterial**

## **Apresentação**

Este eixo propõe o desenvolvimento de atividades que incentivam a reflexão e o debate sobre o reconhecimento de patrimônios culturais do Estado, a partir da Festa de Nossa Senhora do Rosário em Balneário Piçarras. Partindo da festa como expressão viva da memória coletiva da comunidade negra, busca-se questionar quais histórias, práticas e saberes são legitimados como patrimônio cultural e quais são silenciados ou invisibilizados. A proposta é instigar os estudantes a reconhecer a importância da festa e, ao mesmo tempo, refletir sobre as ausências e apagamentos de manifestações culturais negras nos processos oficiais de patrimonialização, evidenciando as disputas em torno da construção da memória pública.

A proposta é trabalhar a Festa do Rosário em suas dimensões cultural, histórica e social, abordando as suas diversas formas de expressão, como a música, a dança, a oralidade, as manifestações religiosas e as tradições que a permeiam. A partir dessa análise, busca-se levar os estudantes a com-

preender o patrimônio imaterial como uma realidade viva, atravessada por processos de resistência, continuidade e ressignificação.

Neste eixo, será abordado o conceito de patrimônio, enfatizando sua importância na preservação das memórias negras e no reconhecimento das contribuições da população negra para o desenvolvimento cultural da cidade. A Festa do Rosário, nesse contexto, será discutida como símbolo de resistência, identidade e pertencimento, e como parte essencial para a construção de uma história mais plural e representativa da cidade, ao mesmo tempo em que se refletirá sobre os silêncios e apagamentos que ainda marcam as políticas de patrimonialização no Estado.

Este eixo propõe cinco atividades organizadas para promover a compreensão crítica da Festa de Nossa Senhora do Rosário como expressão do patrimônio cultural imaterial e da memória negra. As atividades envolvem análise, pesquisa, debates e momentos de socialização, incentivando os estudantes a refletirem sobre os processos de reconhecimento patrimonial, bem como sobre os silêncios e apagamentos que marcam a história das populações negras.

### **Diálogo interdisciplinar**

Promover um trabalho interdisciplinar entre as áreas de conhecimento possibilita que a escola cumpra seu papel na valorização das culturas afro-brasileiras, conforme estabelecido pela Lei n 10.639/03. Essa abordagem fortalece a aprendizagem significativa, ao conectar o conteúdo escolar à realidade dos estudantes e da comunidade em que vivem, promovendo uma educação comprometida com os princípios da diversidade e com a valorização dos saberes tradicionais. A área de Artes pode explorar a arte como forma de preservar e expressar a identidade cultural. A partir do estudo dessa temática, os estudantes podem criar ilustrações e cartazes que reflitam os aspectos abordados. Com a Língua Portuguesa, é possível trabalhar com textos de análise, explorando como a literatura pode ser uma aliada na preservação da memória e na transmissão da história, valorizando a oralidade presente nas tradições. O docente pode ainda propor a simulação de uma audiência pública, oferecendo aos estudantes a oportunidade de pesquisar, debater e fundamentar suas opiniões, envolvendo, assim, toda a comunidade escolar. Em Geografia, pode-se analisar como o espaço geográfico influencia e é influenciado pelas manifestações culturais. Os estudantes podem criar um mapa da cidade, localizando os pontos de celebração e de importância da festa. Em Ensino Religioso, é possível refletir sobre a relação entre religiosidade, cultura e resistência na Festa de Nossa Senhora do Rosário. Nesse eixo, a disciplina de Educação física pode contribuir estudando as danças e os ritmos presentes na celebração, como o tambor, e promover uma oficina de danças e ritmos africanos relacionados à festa. Essa atividade possibilita desenvolver uma sensibilidade mais profunda sobre a celebração, que é composta por diversos elementos simbólicos, entre os quais a dança e a música ocupam um lugar central.

### **Questões problematizadoras**

De que forma a análise da Festa de Nossa Senhora do Rosário pode nos ajudar a problematizar as políticas de patrimônio no Estado de Santa Catarina? Que alternativas podem ser pensadas para a construção de um patrimônio cultural mais plural, que reconheça as diversas expressões culturais, principalmente as comunidades negras e indígenas? Como podemos compreender a relação entre a Festa de Nossa Senhora do Rosário e a história da escravidão em Santa Catarina? De que maneira essa celebração serve como um espaço de preservação e valorização da memória da população

negra, contribuindo para a resistência frente aos silenciamentos na sua história? Como a Festa de Nossa Senhora do Rosário reflete a resistência e a continuidade da cultura afro-brasileira, ao mesmo tempo em que oferece uma forma de expressão contra as opressões raciais e as violências materiais e simbólicas sofridas pelas populações negras em Santa Catarina? De que forma a Festa de Nossa Senhora do Rosário, como bem cultural da comunidade de Balneário Piçarras, pode ser vista não apenas como uma manifestação de identidade, mas como uma estratégia de resistência cultural contra a invisibilização e o apagamento da presença negra na história de Santa Catarina? E o que isso revela sobre as políticas de patrimonialização no Estado? São questões que podem permear todo esse eixo.

## Objetivos

- Refletir sobre o processo de patrimonialização das festas negras em Santa Catarina, questionando as políticas de preservação do patrimônio no Estado e evidenciando as ausências de manifestações culturais negras reconhecidas em suas comunidades.
- Questionar as políticas de patrimônio cultural de Santa Catarina, abordando a exclusão das manifestações culturais negras e indígenas do processo de patrimonialização e sugerindo a necessidade de um modelo mais plural, que considere também as culturas afro-brasileiras e indígenas.
- Analisar a Festa de Nossa Senhora do Rosário dentro do contexto da história da escravidão e da presença africana em Santa Catarina, evidenciando como a festa representa uma forma de resistência ao racismo, à violência e ao apagamento da história da população negra na região.
- Analisar e refletir sobre as fotografias e outros documentos históricos da Festa de Nossa Senhora do Rosário, identificando as transformações e permanências das práticas culturais afro-brasileiras ao longo do tempo, e como elas representam formas de resistência e continuidade da memória da comunidade negra.
- Realizar entrevistas e debater com integrantes da comunidade afro-brasileira praticante da festa, com representantes da Fundação Municipal de Cultura do município, analisando a importância do reconhecimento da festa de Nossa Senhora do Rosário como patrimônio imaterial.

## Atividade 1: Análise fotografias

### Caminhos metodológicos

A atividade 1 propõe a análise de fotografias da Festa de Nossa Senhora do Rosário de diferentes épocas, as quais podem ser utilizadas como potentes ferramentas para compreender os diversos aspectos dessa celebração, ao serem usadas como documentos históricos. As fotografias de diferentes períodos revelam como o ritual da festa pode ter se transformado ao longo do tempo, sendo possível identificar quais práticas permanecem e quais foram modificadas ou incorporadas. Como se trata de uma festa de tradição afro-brasileira, é importante observar os elementos cultu-

rais presentes na celebração, que refletem a preservação ou modificação das práticas ao longo dos anos. Esses elementos culturais, muitas vezes, atuam como formas de resistência e continuidade das tradições afro-brasileiras da festa. Ademais, as fotografias capturam a presença de diferentes faixas etárias, o que evidencia como o evento é transmitido de geração em geração.

Esta atividade possibilita refletir sobre a origem dessas imagens: de onde vieram, em que contextos que foram produzidas. É importante observar a ausência da autoria em muitas fotografias, dificultando o reconhecimento do fotógrafo, bem como o fato de grande parte desses registros integrarem acervos familiares, sendo resultado das escolhas daqueles que guardaram e valorizaram essas memórias. Tais aspectos devem ser considerados, pois revelam os recortes, silenciamentos e seleções presentes na preservação da memória da festa. É interessante que o docente explore a seção “Galeria”, disponível no link: <https://www.festadoresariopicarras.com.br/galeria>, incentivando o acesso dos estudantes a um número maior de fotografias que documentam a festa em diferentes momentos.

**IMAGEM1:** Momento do cortejo, grupo dançante de Moçambique. Balneário Piçarras. Fonte: Acervo de Iliane Fleith. (1947). Balneário Piçarras.



**IMAGEM 2:** Missa de coroação da Rainha Ivya Fátima Rodrigues e o Rei Luiz Acácio. Igreja Matriz Nossa Senhora da Paz. Fonte: Acervo de Ivo Rodrigues. (2000). Balneário Piçarras.



**IMAGEM 3:** Momento da celebração: Nessa data, foram coroados a Rainha Ana Lúcia Ignácio e Rei Domingos Ignácio. Igreja Santo Antônio de Pádua. Fonte: Cleinton Reinert. (2024). Balneário Piçarras.



**IMAGEM 4:** Grupo dançante “cattumbi de Itapocu”, entrando na igreja. Igreja Matriz Nossa Senhora da Paz. Fonte: Acervo de Marilda de Souza. (1995). Balneário Piçarras.



### Roteiro para análise de fontes históricas (Fotografias)

	Imagem 1	Imagem 2	Imagem 3	Imagem 4
Título				
Ano				
Acervo				
Fotografia colorida ou preto e branco				
Identifique cenário, pessoas, objetos, expressões faciais.				

**A PARTIR DA ANÁLISE DAS IMAGENS, RESPONDA ÀS QUESTÕES:**

1. O que as imagens sugerem sobre o contexto histórico da Festa de Nossa Senhora do Rosário? Como os elementos visuais presentes nas fotografias refletem práticas culturais, relações de poder, ou identidades sociais? Há algum elemento em destaque?
2. Que informações sobre a Festa de Nossa Senhora do Rosário podem ser observadas a partir da análise dessas imagens?
3. A partir da análise das fotografias, indique as principais mudanças observadas na festa ao longo do tempo? Aponte as permanências observadas ao longo das décadas?

### Para ir além

MAUAD, Ana Maria. Uso e funções da fotografia pública no conhecimento histórico. *História da Educação*, Porto Alegre, v.19, n.47, Set/dez, 2005, p. 81-108.

*Nesse texto a autora destaca a importância de integrar a observação de imagens e ensino de História, enfatizando que ver e conhecer são ações interligadas e que são fundamentais para a compreensão histórica. Disponível em: DOI:*

<https://www.scielo.br/j/heduc/a/CCJZ3LYLT7xV6RrDcRpbTmb/?format=pdf>

PEREIRA, N. M., & SEFFNER, F. O que pode o ensino de História? Sobre o uso de fontes na sala de aula. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n28, p. 113–128. 2009.

*Os autores explanam que o uso das fontes históricas nas aulas de História proporciona aos estudantes o contato com documentos, permitindo um olhar crítico sobre esses materiais e facilitando a compreensão dos procedimentos envolvidos na produção do conhecimento científico. O documento não deve ser visto apenas como uma ilustração, é fundamental entender que existe uma metodologia construída com base nas críticas às fontes. A partir da análise do texto é possível compreender que a fotografia, quando analisada, pode ser fonte histórica importante, possibilitando a reconstrução da história de eventos, pessoas e lugares. Por meio de sua análise e interpretação, ela promove reflexão sobre o passado. Entretanto, ao analisar fotografias, é essencial refletir sobre as questões que vão além, como qualquer outra fonte, não pode ser desassociada das intenções de quem a produziu, outra questão é como o enquadramento e a luz influenciam a maneira como a cena é retratada. Essas escolhas refletem as intenções do fotógrafo e suas próprias perspectivas sobre o que deve ser registrado e lembrado. Ao investigar a autoria e o contexto de produção das fotografias, é importante também perceber como as perguntas que fazemos a essas fontes estão relacionadas com as nossas dúvidas atuais, nossas formas de compreender as festas e o significado que atribuímos a elas. Disponível em:*

<https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/7961/4750>

## Atividade 2: Análise de textos

### Caminhos metodológicos

A atividade 2 consiste na análise de textos que fornecem informações sobre patrimônio histórico. O primeiro texto aborda a patrimonialização da dança do Catumbi e sua importância para a valorização da cultura negra no estado de Santa Catarina. Um dos textos é um artigo de jornal que descreve a festa do Rosário, trazendo entrevistas com participantes que são descendentes de antigos praticantes e que, ainda hoje estão envolvidos na organização do evento. Isso permite evidenciar como a luta por reconhecimento e valorização cultural se mantém viva por décadas. O artigo de jornal de 2010, é um registro importante que reforça a historicidade da festa, contribuindo para a valorização como patrimônio imaterial. Já a reportagem de 2024, que reconhece a Festa de Nossa Senhora do Rosário em Itajaí como patrimônio imaterial, é significativa para analisar o impacto desse reconhecimento nas comunidades negras que mantêm viva essa tradição. O docente pode ainda acessar o link <https://www.festadoresariopicarras.com.br/acervo> com documentos disponíveis no site e explorar outros registros jornalísticos de diferentes décadas.

O artigo a seguir apresenta informações sobre o registro da Dança do Catumbi como patrimônio cultural de Santa Catarina.

#### Texto 1:

A Fundação Catarinense de Cultura (FCC), por meio da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural, entrega neste domingo (23) o registro da Dança do Catumbi como patrimônio cultural de Santa Catarina. O registro será concedido ao Grupo Folclórico Catumbi, da Irmandade Nossa Senhora do Rosário, da localidade de Itapocu, município de Araquari. A Dança do Catumbi é uma celebração com dança, música e trajes coloridos que exaltam elementos da cultura africana, em sincretismo religioso. “Trata-se de uma manifestação cultural única, altamente arraigada num grupo social que compõe nosso diversificado estado. É uma comunidade pequena, composta por pessoas simples, mas que mantêm fortemente viva essa tradição, cujo surgimento remete a meados do século XIX”, explica o historiador da FCC, Rodrigo Rosa. “É o primeiro patrimônio formalmente reconhecido pela legislação de proteção em Santa Catarina que diz respeito à cultura negra ou afrodescendente”, completa. A data escolhida para a entrega, 23 de dezembro, é importante no ciclo de celebrações que envolvem a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, a detentora da manifestação cultural. “Assim o Estado dá provas de que ações para proteger e, acima de tudo, respeitar a cultura catarinense, vem sendo colocadas em prática, comenta o historiador.

Matéria disponível em: <https://www.cultura.sc.gov.br/noticias/21499-danca-do-catumbi-sera-registrada-como-patrimonio-cultural-de-santa-catarina>

1. Qual a importância da Dança do Catumbi para a comunidade de Itapocu? Por que a Dança do Catumbi é considerada uma manifestação cultural única em Santa Catarina?
2. Como a formalização desse registro pode impactar a valorização da cultura negra em Santa Catarina?

## Texto 2: Artigo de jornal

Jornal: Notícias do Dia, 2010.

10  
15  
20  
25  
30  
35  
40  
45  
50  
55  
60  
65  
70  
75  
80  
85  
90  
95  
100  
105  
110  
115  
120  
125  
130  
135  
140  
145  
150  
155  
160  
165  
170  
175  
180  
185  
190  
195  
200  
205  
210  
215  
220  
225  
230  
235  
240  
245  
250  
255  
260  
265  
270  
275  
280  
285  
290  
295  
300  
305  
310  
315  
320  
325  
330  
335  
340  
345  
350  
355  
360  
365  
370  
375  
380  
385  
390  
395  
400  
405  
410  
415  
420  
425  
430  
435  
440  
445  
450  
455  
460  
465  
470  
475  
480  
485  
490  
495  
500

Notícias do Dia. Perfil. agemed planos de saúde  
www.agemed.com.br

Religiosidade. Casal mantém tradição do "Natal dos Pretos" em Balneário Piçarras

# Em nome da tradição

ROBERTO SZABUNIA  
Especial para Notícias do Dia

**T**odos os anos, geralmente no dia 26 de dezembro, a comunidade negra de Balneário Piçarras realiza a tradicional festa em homenagem a Nossa Senhora do Rosário. É o chamado "Natal dos Pretos" ou "Natal dos Jogros", quando se misturam fé e música e as pessoas saem em procissão, celebrando com uma missa em Igreja Maria. A festa, que já era realizada também em Foz de Iguaçu e outras cidades onde há comunidades afro-brasileiras, mantém aberta a cada ano graças à dedicação de Ivo Carlos Rodrigues e sua esposa, Tânia de Fátima, os "Socorristas", que não deixam a tradição desaparecer. "O Natal de 19ª edição que estamos organizando, desde que a procissão foi renovada, depois de um tempo parada. Na verdade, toda a comunidade pode participar, pois a festa, ainda que tenha origem africana, homenageia uma santa cristã", explica Ivo Rodrigues.

Nascido em Piçarras em 1955, filho de pescadores, Ivo aprendeu ainda a cultura das tradições. Formado técnico em eletrotécnica em Itajaí, trabalhou no setor administrativo da colônia de pescadores. "Fico um pouco de tudo na colônia, cuidando da administração. A pesca faz parte do meu ser, e com esse trabalho continuo próximo do cliente do meu pai."

Em casa, Ivo e a mulher procuram manter o respeito pelas tradições também entre os dois filhos e os três netos. "A data em que o calendário católico homenageia Nossa Senhora do Rosário é 7 de outubro, mas os fogos altos costumam ser realizados no dia 26 de dezembro ou no primeiro domingo após o Natal", conta Ivo, acrescentando que a próxima festa pode até mesmo ser marcada para o primeiro domingo de janeiro de 2011, já que o Natal foi não-solitário. "Fica no mesmo clima para fazer outra festa já no dia seguinte".

O "Natal dos Pretos" é mais um evento que se insere no sincretismo religioso que caracteriza muitas regiões do Brasil, a exemplo do candomblé, onde cada divindade tem seu correspondente santo cristão. "Os escravos negros tinham que trabalhar um dia por ano, 26 de dezembro, para celebrar seus santos. Com o passar do tempo, os costumes africanos foram sendo incorporados às cerimônias católicas, por força da catequese e que os negros eram escravizados". Foi isso mesmo, explicou Ivo Rodrigues, o evento da comunidade afro é realizado na mesma, com missa celebrada pela igreja, seguida de confraternização no salão paroquial.

O grupo Cantôni, de Piçarras, apresenta bailes, sarauzes e até a dança, os membros da corte usam trajes típicos e procuramos reviver o maior possível a própria comunidade, pois todas as despesas da festa dependem de doações arrecadadas durante o ano", conclui Ivo.

**Seriedade.** Tânia Fátima e Ivo mantêm a celebração em homenagem a Nossa Senhora do Rosário; no destaque abaixo, registros de cortejo, em edições mais antigas da festa



**A origem da data**

Nossa Senhora do Rosário também é chamada de Santa Estorvo made Santíssima Estorvo. Foi o título dado pela igreja a uma aparição da Virgem Maria em 1298, na cidade francesa de Proclon. Na ocasião, Damião, um de Córdova, mantendo a tradição, seria recebido em um local de Maria. Em agradecimento, colocaria em uma bandeira, foi construído um santuário na região, dedicado a Nossa Senhora do Rosário. Em 1573, o papa Gregório 13 instituiu a Festa do Santo Rosário, depois instituído pelo papa Gregório 12 a festa a Igreja. A data original de comemoração é 7 de outubro, dia da batalha.

**“**Todos podem participar pois a festa homenageia uma santa cristã.**”**

Ivo Carlos Rodrigues




Identifique o documento histórico: \_\_\_\_\_

Data e Local da publicação: \_\_\_\_\_

Autor: \_\_\_\_\_

Título da reportagem: \_\_\_\_\_

1. O jornal cita sujeitos que são protagonistas da festa? Quem são?
2. A reportagem traz alguma análise histórica da festa de Nossa Senhora do Rosário? Explique.
3. Como o jornal representa a festa e a comunidade que a celebra? Há uma visão apresentada, seja de resistência e afirmação cultural sobre essa manifestação religiosa?
4. Com base na análise, qual a contribuição dessa fonte jornalística para compreensão da festa como expressão da cultura negra da cidade?

### Texto 3: Artigo de jornal



Buscar



INÍCIO ADMINISTRAÇÃO CIDADE CONTATO IMPRENSA TURISMO

ATUAL / NOTÍCIAS DECRETO FORMALIZA RECONHECIMENTO DA FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL DE ITAJAÍ

## DECRETO FORMALIZA RECONHECIMENTO DA FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL DE ITAJAÍ

Data de inclusão: 06/12/2023 17:31:00

A Festa de Nossa Senhora do Rosário foi reconhecida através de decreto como patrimônio cultural imaterial de Itajaí. A legislação nº 13.085/2023, publicado em 29 de novembro no Jornal do Município (Ano XXI - Edição 2744), homologa a resolução e o parecer do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Itajaí em favor do reconhecimento.

A festa é uma celebração religiosa híbrida que aproxima os cultos católicos e de matriz africana. É associada à presença de africanos escravizados e possui registros históricos de sua realização na região desde o final do século 19.

O parecer elaborado pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Itajaí teve como base as pesquisas históricas desenvolvidas pelos historiadores José Bento Rosa da Silva e Moacir da Costa (in memoriam). O documento também faz um levantamento minucioso das características e da historicidade da Festa de Nossa Senhora do Rosário como patrimônio cultural da comunidade negra.

Com o decreto, a festa passa a ser o primeiro patrimônio cultural imaterial reconhecido da cidade e será inscrita no Livro de Registro de Celebrações. Além disso, terá a garantia de ações para sua preservação, difusão e salvaguarda, conforme disposto no parecer elaborado pelo Conselho Municipal de Patrimônio.

"Recebi representantes do movimento social negro organizado em meu gabinete, dia 20 de novembro, e tomei conhecimento do parecer e resolução do Conselho Municipal de Patrimônio. Analisamos e foi feito este decreto que homologa a decisão que torna a Festa de Nossa Senhora do Rosário o primeiro patrimônio imaterial reconhecido na cidade", pondera o prefeito Volnei Morastoni.

1. Por que foi criado o decreto que reconhece a Festa de Nossa Senhora do Rosário como patrimônio em Itajaí? Quem propôs essa ação e quais foram os motivos para o reconhecimento?
2. Por que o reconhecimento da Festa do Rosário como patrimônio imaterial é importante para a história e identidade de Itajaí?
3. Como o envolvimento do movimento negro organizado influenciou essa conquista?
4. Por que essa festa pode ser considerada uma forma de resistência da população negra?
5. A festa de Nossa Senhora do Rosário de Balneário Piçarras também pode ser reconhecida como patrimônio imaterial. Que ações devem ser necessárias para que isso aconteça?

## Para ir além

TOLENTINO, Átila Bezerra e OLIVEIRA, Emanuel. Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas. João Pessoa: IPHAN-PB, Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016.

*O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) lançou recentemente dois documentos — a publicação “Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos” e a Portaria nº 137/2016 — que apresentam novas diretrizes para a educação patrimonial. Esses materiais refletem avanços nos debates sobre patrimônio cultural, alinhados a novas concepções de arte, história, cultura e educação, que também estão presentes nas leis contemporâneas. Apesar dos avanços, o campo ainda enfrenta desafios relacionados à centralização do poder político e técnico. Em resposta, grupos sociais têm desenvolvido práticas inovadoras de ativação de memórias e patrimônios. A edição de 2016, do Caderno Temático de Educação Patrimonial; Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas traz um panorama dessas experiências no Brasil, destacando suas lutas, conflitos e contribuições afirmativas. Disponível em:*

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno\\_tematico\\_educacao\\_patrimonial\\_05.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf)

DEMARCHI, João Lorandi. Rir do patrimônio hegemônico: outras epistemologias para refundar o patrimônio cultural. *Sillogés*, v. 5, n. 1, jan./jul. 2022.

*O autor discute as contradições do patrimônio cultural hegemônico no Brasil, marcado por memórias subalternizadas e pela persistência da herança colonial, apesar do discurso modernista de progresso. Inspirado em Walter Benjamin, o autor propõe uma atitude subversiva: rir do patrimônio oficial para questionar seus critérios técnico-científicos e abrir caminho para novas epistemologias. Defende-se a valorização dos saberes e memórias dos grupos historicamente marginalizados, com destaque para a importância da referência cultural, do inventário participativo e da educação patrimonial como instrumentos de transformação. Disponível em:*

<https://historiasocialecomparada.org/revistas/index.php/silloges/article/view/38/35>.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

*Para os autores o patrimônio imaterial, valoriza elementos não materiais da cultura, ou seja, as práticas, saberes, tradições, celebrações, formas de expressão, culinária, danças, músicas, técnicas artesanais, religiões, etc. O foco não está no objeto físico em si, mas nos significados, valores e modos de vida que essas práticas representam para um grupo ou comunidade. Destacam também que, diferente dos patrimônios materiais que são tombados (protegidos por lei para que não sejam destruídos), os bens imateriais não são tombados, mas sim registrados e acompanhados ao longo do tempo, para entender como continuam vivos, como mudam ou como são preservados pelas comunidades. Disponível em:*

<https://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/coletaneas/06-memoria-e-patrimonio-ensaios-contemporaneos.pdf>

*Nesta página, estão disponíveis orientações sobre os bens culturais de natureza imaterial, identificando o reconhecimento desses bens nos artigos da Constituição Federal. Para proteger os bens culturais imateriais, o Iphan criou mecanismos como o Registro de Bens Imateriais (2000), o Departamento do Patrimônio Imaterial (2004) e o Inventário da Diversidade Linguística (2010).*

*Este link do IPHAN dá acesso ao Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, bem como às legislações e documentos de referência: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-imaterial>*

### Atividade 3: Análise de documentários

#### Caminhos metodológicos

Na atividade 3, são analisados vídeos sobre o Catumbi de Itapocu. Vale ressaltar que o Catumbi de Itapocu é o primeiro patrimônio cultural formalmente reconhecido pela legislação de proteção em Santa Catarina que diz respeito à cultura negra ou afro-brasileira. O Catumbi de Itapocu é definido como “Dança do Catumbi” pelo Certificado de Patrimônio Cultural de Santa Catarina, concedido pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC). Em 2018, também foi declarado patrimônio cultural imaterial do município de Araquari, uma vez que a região de Itapocu pertence a esse território. Até então, nenhuma outra manifestação ligada à cultura negra ou indígena havia sido reconhecida como patrimônio cultural do estado, que, historicamente, tem entre seus bens culturais consagrados várias edificações e práticas ligadas ao estado, à igreja ou aos colonizadores europeus. Esta dança é considerada a manifestação cultural mais antiga do estado de Santa Catarina, praticada desde 1854 na região de Itapocu. Surgida durante o período da escravização, a dança se ressignificou ao longo do tempo, mas nunca deixou de ser praticada, sendo preservada graças à luta e resistência da comunidade negra. Nessa atividade também é analisado o vídeo que representa a festa de Nossa Senhora do Rosário em Balneário Piçarras, produzido pela Fundação Municipal de Cultura de Balneário Piçarras, e representa um importante registro recente da prática da festa.

O vídeo <https://www.youtube.com/watch?v=HPhe90WfejU> do Grupo Catumbi de Itapocu, que é oficialmente reconhecido como uma manifestação cultural pelo Certificado de Patrimônio Cultural, sendo denominado como Dança do Catumbi.

A partir do vídeo, promova um debate com os estudantes, com base nas seguintes questões:

Como o Catumbi de Itapocu, como manifestação cultural de origem africana, garantiu sua transmissão entre gerações, preservando as narrativas de resistência dos afro-brasileiros no estado de Santa Catarina?

De que maneira a patrimonialização do Catumbi de Itapocu proporciona visibilidade à cultura afro-brasileira através de suas narrativas de resistência durante a escravização e no pós-abolição? E como isso reflete a luta contra o apagamento histórico das populações negras em Santa Catarina?

O audiovisual intitulado “Registro da Festa de Nossa Senhora do Rosário 2024”, disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=inobWeQlejw>, com a duração de 20 minutos, foi produzido pela Fundação Municipal de Cultura de Balneário Piçarras, e representa um importante registro recente da prática da festa. Com duração de 20 minutos, o vídeo apresenta diferentes momentos da festa já abordados em atividades anteriores e apresenta uma série de outros elementos sobre essa manifestação festiva.

Sugerimos que você assista ao vídeo e tente identificar como os seguintes temas são representados:

- Crença em Nossa Senhora do Rosário
- Representatividade negra
- Reparação Histórica
- Resistências e luta contra o racismo

A partir dessa sistematização, promova debate com os estudantes sobre os pontos levantados.

## Atividade 4: Música e dança do Catumbi

### Caminhos metodológicos

A atividade 4 consiste na análise de trechos da letra da música do grupo Catumbi de Itapocu. Essa análise permite refletir sobre como muitas manifestações culturais afro-brasileiras carregam narrativas históricas e sociais que tratam da resistência, da luta contra o racismo e a preservação da memória afro-brasileira, e como essas histórias se expressam por meio da dança.

O grupo Catumbi de Itapocu, uma importante manifestação cultural afro-brasileira do estado de Santa Catarina, praticada desde o século XIX, é uma expressão que resistiu, preservou sua memória e transmitiu suas tradições para as gerações seguintes, apesar das imposições externas, muitas vezes oriundas da Igreja Católica (Silva, 2020). Na atualidade, além de manter a tradição durante a festa de Nossa Senhora do Rosário em Itapocu, os integrantes do grupo, liderados pelo capitão Lidiano Eufrásio, participam da celebração em Balneário Piçarras, levando consigo a riqueza de elementos culturais, como o canto, a dança e o toque dos tambores. No dia da festa, que ocorre aos domingos, o grupo do Catumbi de Itapocu chega à cidade e assume a responsabilidade de acompanhar todo o cortejo, com seus cantos, danças e tambores, desde a coroação até o almoço de confraternização. A representação dos cantos está ligada à devoção à Nossa Senhora do Rosário, além de outros elementos que simbolizam a festa. A coreografia simboliza uma luta de espadas, como um guarda real que protege a santa. Os cantos saúdam e louvam Nossa Senhora do Rosário, sempre acompanhados pela corte.

Segue a letra da música e o link para ouvi-la

<https://www.youtube.com/watch?v=0oN2XeCEjhw&t=1152s> em 16 minutos e 36 segundos

**A seguir, a letra de trechos da música para análise:**

Capitão: Viva muitos anos, ei viva!

Resposta: Viva muitos anos

Muitos anos

Viva muitos anos

Ei viva! (...)

Capitão e Capelão: Ô viva Maria senhora

Resposta: Ô no seu sacrário

Ô viva Maria senhora

Ô no seu sacrário

Ô viva senhora Maria

Ô no seu sacrário

Ô viva senhora Maria

Ô no seu sacrário

Seu o meu São João soubesse

Ô no seu sacrário

Seu o meu São João soubesse

Ô no seu sacrário (...)

Descia de céu a terra

Ô no seu sacrário

Com prazer e alegria

Ô no seu sacrário

Com prazer e alegria

Ô no seu sacrário

Levantei de madrugada

Ô no seu sacrário (...)

**Após ouvir a música e ler com atenção, sugerimos o seguinte roteiro de análise:**

1. Quais palavras ou expressões se repetem na letra? O que elas significam?
2. Quem canta a música? A letra faz alguma referência a santo ou religiosidade afro-brasileira?
3. Como a fé católica e afro-brasileira se encontram na música?
4. Quais instrumentos são usados na música? É possível identificá-los?
5. Como a música reflete a luta pela preservação da cultura afro-brasileira?
6. O que a música nos ensina sobre as resistências e afirmação cultural afro-brasileira?

## Análise de imagem:

Grupo Catumbi de Itapocu durante apresentação na Festa de Nossa Senhora do Rosário em Balneário Piçarras. Fonte: acervo de Cleiton Reinert (2022).



1. Quais elementos do Catumbi podem ser identificados a partir dessa imagem?
2. Como essa celebração ajuda na preservação da memória e identidade da comunidade negra?
3. Como o reconhecimento oficial (como patrimônio cultural) pode impactar a visibilidade dessa tradição?
4. Que emoções a imagem desperta em quem observa?

## Para ir além

CARVALHO, Aldair Nascimento. Catumbi & Senhora do Rosário. Sinhô Rei e Rainha ô... O Recebe a coroa ô... As representações sociais do Grupo Catumbi e da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Itapocu sob o olhar das comunidades negras de Araquari e entorno. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2012.

*O autor apresenta na dissertação a pesquisa sobre o Catumbi de Itapocu, enfocando as representações sociais que os negros da região de Araquari tem sobre Grupo Catumbi, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, da região de Itapocu. Disponível em:*

<https://www.univille.edu.br/pt-BR/a-univille/proreitorias/prppg/setores/area-pos-graduacao/mestradosdoutorado/patrimonioculturalsociedade/dissertacoes/2012/642205>

SILVA, Ana Paula da. Alma na voz e mãos no tambor: Catumbi de Itapocu – uma fonte de criação musical. 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

*A autora aborda a memória, a história e a descrição do Catumbi de Itapocu, comunidade remanescente quilombola, situada no distrito de Itapocu na cidade de Araquari em Santa Catarina, na Baía da Babitonga, onde é realizada a festa do Catumbi há mais de 150 anos. Disponível em:*

[https://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2021/09/ipatrimonio-Araquari-Quilombo-Itapocu-Fonte-Ana-Paula-da-Silva\\_compressed.pdf](https://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2021/09/ipatrimonio-Araquari-Quilombo-Itapocu-Fonte-Ana-Paula-da-Silva_compressed.pdf)

## Atividade 5: Simulado de audiência pública

### Caminhos metodológicos

A atividade 5 é organizada pensando na relevância da participação da comunidade negra no espaço escolar, reconhecendo seus saberes, memórias e práticas culturais como parte fundamental do patrimônio imaterial. Essa proposta possibilita a escuta de grupos historicamente silenciados e invisibilizados. Discutir com o grupo, com a Fundação Municipal de Cultura e a comunidade escolar reforça a importância do registro da festa como patrimônio imaterial, potencializando ações futuras de valorização e preservação dessa manifestação cultural tão importante para a história do município.

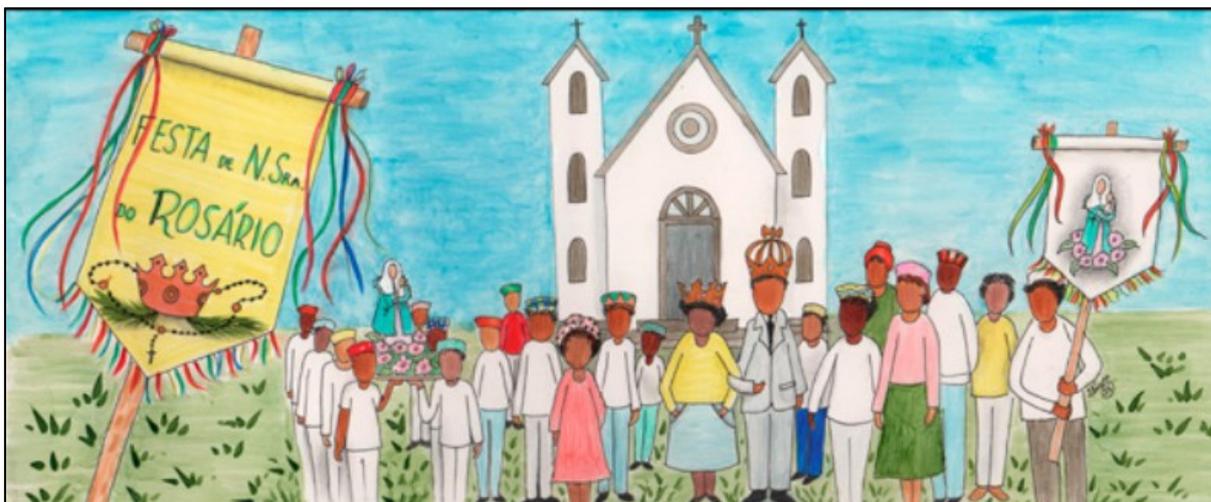
A realização desta audiência pública tem como objetivo instigar os estudantes a refletir sobre a importância da valorização e preservação das manifestações culturais afro-brasileiras, especificamente a Festa de Nossa Senhora do Rosário, presente no município de Balneário Piçarras. Historicamente, as expressões culturais de origem africana foram invisibilizadas ou desvalorizadas nos processos oficiais de reconhecimento do patrimônio cultural brasileiro, especialmente em estados como Santa Catarina. Este projeto propõe que os estudantes reflitam criticamente sobre essas ausências e participem ativamente da defesa da memória e da cultura negra como parte fundamental da identidade local. A atividade simula um processo real de solicitação de registro de um bem cultural, articulando conhecimentos históricos estudados ao longo do projeto. A dinâmica envolvendo praticantes da festa, do movimento negro e do representante do Conselho Municipal de Política Cultural através da Câmara Setorial de Patrimônio Material e Imaterial de Balneário Piçarras, estimula a pesquisa e o entendimento das diferentes perspectivas que compõem a luta pelo reconhecimento das manifestações culturais afro-brasileiras como patrimônio.

**O docente deve elaborar com os estudantes a organização da audiência, a partir dos seguintes aspectos:**

- Defender o registro da festa como Patrimônio Cultural do município.
- Levantar argumentos de defesa, baseado no que foi estudado sobre a história da festa.
- Trazer exemplos comparativos de outras festas de Nossa Senhora do Rosário reconhecidas como patrimônio em outros lugares.
- Argumentar sobre a ausência de registros de festas negras como patrimônio em Santa Catarina.

### **Síntese das entrevistas:**

Após a audiência, os estudantes poderão refletir em grupo a partir das seguintes questões: O que aprendemos sobre patrimônio? Como foi defender a importância da festa? A partir das discussões, propõe-se que os estudantes produzam um texto coletivo, que será encaminhado formalmente à Fundação Municipal de Cultura de Balneário Piçarras. Esta ação visa dar visibilidade à importância da festa e reforçar o papel da escola como agente de promoção da cidadania e da valorização do patrimônio cultural.



## FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

### PROPOSTA METODOLÓGICA

### Eixo 3

## ESCRAVIZAÇÃO, RESISTÊNCIA E FESTAS NEGRAS: A PRESENÇA NEGRA EM SANTA CATARINA

### Apresentação

Esse eixo propõe discutir a presença negra no estado de Santa Catarina, problematizando discussões sobre o passado escravista na região, evidenciando outras características da vida de pessoas escravizadas, como religiosidades, a participação em irmandades leigas e a prática das festas religiosas. Por meio da construção da festa de Nossa Senhora do Rosário como uma prática cultural de pessoas negras, livres ou escravizadas, serão abordadas experiências de resistência e afirmação da identidade afro-brasileira, sendo fundamentais para pensar a configuração de um patrimônio cultural afro-brasileiro em Santa Catarina.

É fundamental que o docente promova uma discussão com os estudantes sobre a presença histórica dos negros no território catarinense, problematizando discursos que por muito tempo negou essa participação, que apresentava Santa Catarina como um pedaço da Europa (Costa, 2023). Trazer à tona a pesquisa sobre as manifestações culturais afro-brasileiras ainda presentes no estado é uma forma de reforçar e dar visibilidade à cultura afro-brasileira, além de valorizar a resistência histórica de comunidades que permanecem vivas. Essa abordagem permite que os estudantes reconheçam a importância dessas mani-

festações na construção da identidade cultural e histórica de Santa Catarina, problematizando visões que limitam o passado a presença de imigrantes açorianos e luso-brasileiros, sobretudo nas regiões litorâneas, mas também de imigrantes europeus, especialmente alemães, italianos e poloneses que adentraram o território e produziram a ideia de uma “Europa incrustada no Brasil”, associada às ideias de “superioridade racial”, “modernidade” e “progresso”. Nesse sentido, o estudo da Festa de Nossa Senhora do Rosário possibilita combater o apagamento das contribuições dos afro-brasileiros, construindo outros referenciais sobre a população negra, que reflitam a diversidade das experiências desses sujeitos históricos.

É importante enfatizar que a partir da década de 1980, em Santa Catarina, alguns pesquisadores começaram a reescrever essa história a partir da perspectiva das novas pesquisas sobre escravidão e pós-abolição, que enfatizam o protagonismo negro em diversas áreas sociais, culturais e políticas, como organização das festas e irmandades, desconstruindo a invisibilidade da população negra. Há a ampliação dos estudos sobre a contribuição da comunidade negra na história de Santa Catarina, especificamente na região do vale do Itajaí. Superando e desconstruindo a invisibilidade da população negra nessa região (Silva, 2024; Costa, 2023).

Por meio dessa abordagem, será possível reconhecer o protagonismo negro na construção da história da cidade, do estado e do país, valorizando seus saberes e reconhecendo suas lutas e conquistas. Dessa forma, contribui-se para a construção de uma consciência histórica que enfrenta a persistência do racismo e dá visibilidade às resistências negras ao longo do tempo, rompendo com o viés único da educação tradicional, eurocêntrica e discriminatória.

## **Diálogo interdisciplinar**

O trabalho interdisciplinar é uma excelente oportunidade para explorar as contribuições da presença negra em Santa Catarina sob vários aspectos, conectando diferentes áreas do conhecimento. A seguir, sugiro algumas orientações para o desenvolvimento das atividades. A disciplina de Geografia pode discutir as transformações geográficas ao longo do tempo e como as festas refletem as condições sociais e territoriais de pessoas negras no estado. Nesse sentido, é possível discutir como a migração, as comunidades e os espaços influenciam a celebração das festas. A disciplina de Artes pode discutir o papel das imagens na preservação e na transformação da memória cultural e como ela pode ser uma forma de resistência. A Língua Portuguesa pode ampliar as questões interpretativas e problematizadoras abordadas por meio de atividades de leitura crítica, incentivando os estudantes a discutir as ideias centrais dos textos. O Ensino Religioso pode explorar questões de identidade, autoestima e representatividade nas narrativas, refletindo sobre o papel da festa religiosa como um espaço de posituação da história e cultura afro-brasileira.

## **Questões problematizadoras**

Por que a história da população negra em Santa Catarina foi invisibilizada por tanto tempo? Como as festas negras resistiram ao apagamento cultural e se mantêm vivas até hoje? Qual é o papel da escola no combate ao racismo e na valorização das culturas afro-brasileiras?

## Objetivos

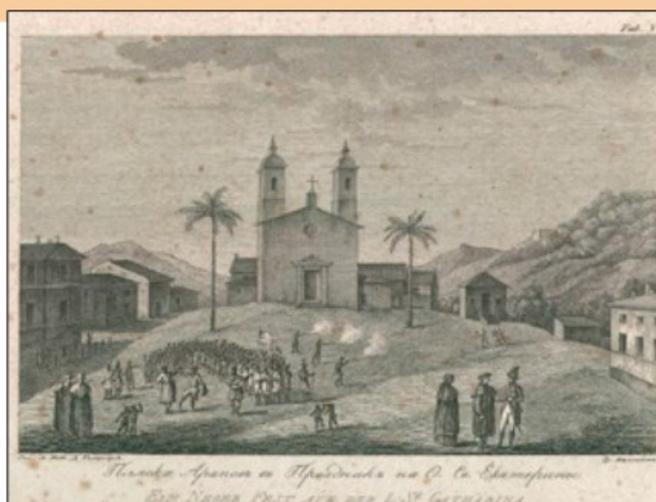
- Afirmar a contribuição negra na construção da sociedade catarinense, rompendo com as visões eurocentradas da história.
- Valorizar as festas negras como expressão viva da cultura afro-brasileira e como formas de resistência e preservação da memória.
- Refletir sobre a permanência do racismo estrutural e institucional no estado e discutir estratégias do seu combate.
- Compreender o processo de escravização da população negra em Santa Catarina e suas formas de resistência, com ênfase nas manifestações culturais presentes até hoje.

## Atividade 1: Análise de imagens

### Caminhos metodológicos

As atividades elaboradas para o eixo: Escravização, resistência e festas negras: A presença negra em Santa Catarina, tem como objetivo afirmar a presença negra no estado de Santa Catarina. A atividade 1 propõe a análise de duas imagens: a primeira, produzida no século XVIII, é a única representação conhecida das festas negras nesse período. Em contraponto, será proposta a análise de uma pintura realizada em 2023 para a exposição sobre a festa de Nossa Senhora do Rosário, que integra o acervo da Fundação Municipal de Cultura.

Imagem 1: Festa de negros na Ilha de Santa Catarina em 1806.



Fonte: W. G. von Tilesius Apud CORREA, Carlos Humberto P. *História de Florianópolis – Ilustrada*. Florianópolis: Insular, 2005, 3. Ed; p.125.

A iconografia foi produzida pelo naturalista Wilhelm Gottlieb von Tilesius a partir de sua visita a Desterro. Tilesius chegou à Ilha de Santa Catarina com uma expedição russa que ancorou em Desterro no dia 23 de dezembro de 1803. O naturalista Georg Heinrich von Langsdorff estava com ele nesta viagem. Ambos produziram registros importantes das festas de final de ano em Desterro. Essa imagem é um indicio da existência da festa no início do século XIX, ainda que sob o olhar de um viajante europeu (W. G. von Tilesius Apud CORREA, Carlos Humberto P. História de Florianópolis – Ilustrada. Florianópolis: Insular, 2005, 3. Ed; p.125).

**OBSERVE A IMAGEM E RESPONDAS ÀS QUESTÕES:**

1. O que aparece na imagem? (igreja, pessoas, roupas, gestos, organização do espaço) que as pessoas estão fazendo? Há danças? Procissão? Agrupamentos?
2. Quais são os elementos que indicam se é uma festa ou uma cerimônia religiosa?
3. O que essa imagem revela sobre a presença da população negra em Santa Catarina no século XIX?
4. Essa imagem foi feita por um europeu. O que isso pode indicar sobre o olhar externo sobre as culturas afro-brasileiras?

Imagem 2: Procissão Nossa Senhora do Rosário, 2023.



Fonte: Acervo da Fundação Municipal de Cultura de Balneário Piçarras. Autora Faby Köche. 2023. Balneário Piçarras.

**OBSERVE A IMAGEM E RESPONDAS ÀS QUESTÕES:**

1. O que a imagem retrata? Elenque os elementos presentes na imagem.
2. O que você sente ao observar essa imagem? Que relações pode fazer com a sua própria história ou com a história da sua cidade?
3. Ao observar a imagem, quais sentimentos você consegue identificar nas pessoas que participam da cena? Além disso, você conhece outros momentos, festas ou manifestações culturais em que a cultura negra é valorizada e celebrada em Santa Catarina ou em outras regiões do Brasil?

**A partir da análise das duas imagens, que retratam a Festa de Nossa Senhora do Rosário em períodos diferentes, responda às questões:**

1. Quais semelhanças e diferenças você observa na forma como a Festa de Nossa Senhora do Rosário é representada nas duas imagens?
2. Que elementos das tradições africanas aparecem em cada imagem? Há mudanças na forma como são valorizados ou destacados?
3. Em relação ao protagonismo das pessoas negras, o que muda de uma imagem para a outra?
4. Considerando as duas imagens, como podemos perceber a permanência e as transformações da cultura afro-brasileira em Santa Catarina?

## Atividade 2: Análise de textos

### Caminhos metodológicos

Nessa atividade, a proposta é trabalhar com excertos de textos historiográficos que, por meio de fontes, analisam a presença das irmandades e festas negras em Desterro nos séculos XVIII e XIX. São trechos que apresentam perspectivas centradas na pesquisa e no uso de fontes na construção do conhecimento histórica. Abordar essas pesquisas amplia a compreensão sobre a historicidade dessas festas e práticas culturais, sendo fundamental para entendê-las como parte de um contexto social e político mais amplo.

A atividade 2 traz autores que pesquisam a presença negra no estado de Santa Catarina, especificamente as irmandades e as festas negras, assim os estudantes podem conhecer como essa presença demarca a história e cultura do estado, resistindo e buscando caminhos para continuar a tradição ao longo das décadas. São sugestões de questões interpretativas, problematizadoras e reflexivas para trabalhar com os estudantes.

A Irmandade Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro, em Florianópolis, datam do século XVIII e era nesses espaços que as festas eram organizadas. No século XVIII, foram fundadas irmandades de devotos à Nossa Senhora do Rosário, e no século XIX a São Benedito, demonstrando o cenário de uma cidade dinâmica e com a presença africana, um local movimentado com mulheres e homens trabalhadores que desenvolviam atividades na cidade

(Rascke, 2014, p. 2). As festas do Rosário em Desterro e a coroação dos reis e rainhas em honra aos santos de devoção era o evento mais importante para as irmandades, celebradas na época do Natal.

### TEXTO 1

“Em Desterro, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos também manifestava sua devoção em performances em procissões homenageando santos padroeiros. Africanos/as e seus descendentes, coroados com toda a pompa, desenvolviam pelas ruas da cidade e aos arredores da Capela do Rosário, com ritmos, sons e musicalidade, práticas devocionais de um catolicismo leigo, criouliizado, permeado de elementos incorporados por populações das diásporas nas Américas.” (RASCKE, Carla Leandro. “Divertem-se então à sua maneira”: festa e morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Florianópolis (1888 a 1940). 2013. Dissertação (Mestrado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.p. 109).

#### A PARTIR DO TEXTO, RESPONDA:

1. O que as irmandades nos revela sobre a organização da comunidade negra?
2. Quais elementos culturais africanos podem ter sido incorporados nessas manifestações religiosas?
3. De que forma a festa de Nossa Senhora do Rosário funcionava como formas de resistência à escravização?
4. Qual o papel da capela do Rosário nesse contexto? Ela era um espaço apenas de fé ou também de sociabilidade e organização da comunidade negra?

### TEXTO 2

“Reis, rainhas, juízas e demais membros dos cortejos de coroação eram personagens das festas em devoção a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito em Santa Catarina. As informações mais densas sobre as celebrações em Santa Catarina são as que ocorreram na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em Desterro e, também, no interior da Ilha de Santa Catarina, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, situada na costa leste da ilha, no final do século XVIII e na primeira metade do século XIX. Por meio dos relatos dos viajantes estrangeiros, que passaram pelo Brasil no período colonial e imperial, e pela documentação de ordem pública, é possível notar que, a cada ano, eram realizadas as festas de coroação de reis negros, que juntamente com sua corte, desempenhavam papéis durante a realização das festas em homenagem aos seus santos padroeiros, com tambores, bandeiras e encenações próprias para as celebrações que ocorriam no período das festas do Natal e Ano Novo, comumente conhecidas como “ciclo natalino”. (SILVA, Jaime José dos Santos. Memórias do cacumbi: cultura afro-brasileira em Santa Catarina, século XIX e XX. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015, p. 50).

**A PARTIR DO TEXTO, RESPONDA:**

1. Por que as festas eram realizadas durante o “ciclo natalino”?
2. Que fontes o autor utiliza para identificar a presença das festas negras entre o final do século XVIII e na primeira metade do século XIX?
3. Qual o papel das irmandades nessas celebrações?
4. Quem eram os personagens principais das festas descritas no texto? O que essas figuras representavam dentro da comunidade negra?

**TEXTO 3**

“Num dia de dezembro em 1844, o preto africano forro Francisco de Quadros, vestido com seu chapéu, calça de casimira azul, colete branco e sobrecasaca de pano percorre as ruas da pequena Vila do Desterro em direção à Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, para participar de mais uma reunião da Irmandade homônima, da qual era irmão. O cenário que se descortina ao seu redor enquanto caminha é o de uma pequena vila cercada por morros, cortada por alguns riachos e fontes de água, apesar de Desterro ter sido oficialmente alçada à cidade em 1823. Acompanhando seus passos, desde a saída de sua casa na Rua da Palma, percorremos o bairro da Figueira, localizado nas imediações do porto, local de chegada de pessoas e de produtos. Talvez o nosso caminhante tenha observado o balançar das bandeirolas das canoas que vinham de outros portos da Ilha de Santa Catarina – como os do Contrato do Ribeirão, do Rio Tavares, da Lagoa, de Santo Antônio – e dos barcos e navios vindos do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, de Pernambuco, Montevidéu e Buenos Aires. Ou ouvido o burburinho das pessoas que comercializavam peixes nas canoas ao longo da praia central, o alarido de vozes de vendedores africanos e crioulos, escravos e libertos, nas barraquinhas que ficavam na praça, também, próximas à praia.” (MALAVOTA, Cláudia Mortari. *A Irmandade do Rosário e seus irmãos africanos, crioulos e pardos*. 2018, p. 83.) Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/230551/Hist%C3%B3ria%20diversa%20ebook%2022dez2021.pdf?sequence=2&isAllowed=y>

**A PARTIR DO TEXTO, RESPONDA:**

1. Qual a importância da figura de Francisco de Quadros no contexto da história de Desterro e da presença negra na cidade?
2. Explique o significado da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos para a população negra de Desterro no século XIX.
3. Qual a relação entre a irmandade e a identidade negra em Desterro no contexto descrito pelo texto?

**TEXTO 4**

“O povoado de Penha, tendo como centro a capelinha de Nossa Senhora da Penha, a cerca de uma légua da sede do curato São João Batista (centro da antiga Armação pesqueira) foi se fixando com uma extensão do antigo povoado, sem sofrer com a decadência da economia baleeira: “E, com a cessação completa das atividades pesqueiras, os elementos que dela dependiam foram se dispersando pelo interior, em busca de terras para cultivar, de vez que as mais próximas à capela (de São João Batista) e até de regular distância, eram propriedades de Rodrigues Pereira”. Este, cirurgião militar, que viera do Desterro (antigo nome de Florianópolis) e lá se estabelecera por volta de 1825. Vêm deste meio rural as lembranças das Festas de Nossa Senhora do Rosário, contadas pelos descendentes dos escravizados negros que a viveram. Através da memória coletiva, o grupo mantém viva a lembrança de um tempo de trabalho e de festa. O lugar de origem da comunidade e das festas que, por ser dos antigos escravizados que ali desembarcaram, ficou denominada – “a Festa dos Pretos”. (SILVA, José Bento Rosa da. Festa de preto em terra de branco: história oral, memória e identidade em Santa Catarina. 1994. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994, p. 52).

**A PARTIR DO TEXTO, RESPONDA:**

1. Como a memória das Festas de Nossa Senhora do Rosário foi preservada pela comunidade negra local, segundo o texto? Qual a importância da oralidade e da memória coletiva?
2. Qual a relação entre trabalho e festa nesse contexto histórico? Como os momentos festivos se articulavam com a dura realidade da escravização e do pós-escravidão?
3. O que esse trecho nos ensina sobre a presença negra em Santa Catarina, muitas vezes apagada da história oficial?

**Atividade 3 - Narrativas****Caminhos metodológicos**

A atividade 3 traz narrativas dos participantes da Festa de Nossa Senhora do Rosário, os trechos selecionados possuem especificidades que dialogam diretamente com o eixo temático proposto, enriquecendo a análise e aprofundando as reflexões. Trabalhar novamente com trechos das narrativas é essencial, pois reforça a importância dessas fontes no estudo das festas populares, valorizando os saberes e experiências da comunidade. É possível propor questões potentes e sensíveis para que os estudantes reflitam sobre o papel da festa na valorização da identidade negra, na resistência cultural e na luta contra o racismo estrutural. A escolha são de trechos das entrevistas focados na identidade, autoestima e representatividade, fundamentais para o trabalho com os estudantes.

**FONTE 1****MARIA DAS GRAÇAS IGNÁCIO**

Maria das Graças Ignácio nasceu em Balneário Piçarras em 1962. Participa da festa desde a infância e narra como acompanhava sua família nas celebrações. Em sua memória, ela destaca como o preconceito está presente na sociedade.

*“Bom, porque na celebração não tem distinção. Não existe distinção, porque Deus não fez distinção de pessoa; não escolheu nem negros nem brancos. Então, o conteúdo da celebração está dentro desse parâmetro ali, né? Então, você para, pensa e reflete depois: existe tanto preconceito, existe, porque nós vivemos o preconceito, queira a gente queira ou não. A gente sabe que o negro é marginalizado em todas as áreas. O negro não pode exercer uma função de valor mais alto, o salário dele tem que ser menor. Por quê? Porque ele é discriminado. Então, é uma coisa assim: onde está a celebração, ela... os celebrantes fazem com que os que lá estão possam abrir os olhos para isso. Porque, hoje em dia, não é só o preconceito racial, tem preconceito social. Então, não é só de cor; há entre brancos e brancos também, sim, esse preconceito de que um e outro, quanto mais claro ou escuro, sempre estão com preconceito, não é? Então, para mim, a celebração é essencial.”*

**FONTE 2****IVIA FÁTIMA RODRIGUES**

Ivia Fátima Rodrigues nasceu em Itajaí, em 1983. Ela representa a nova geração e participa de maneira atuante na organização da festa, junto com seus pais, Ivo e Tânia.

***Trecho 1:** “Naquele dia, que todo mundo sentiu bonito - que é criança, que usa cabelo crespo, que na escola é feio - lá ela é linda. Ela é mais uma linda, que, se ela for de cabelo preso na festa ou também não for, mas, ela vai de cabelo solto. Que o menino que queria fazer uma trança, ele guarda para fazer a trança, para usar no dia da festa. Quiser usar o turbante, você usar uma maquiagem forte, quiser usar muito bijuteria, o que quiser usar - é nesse dia, é um dia de explosão, que fala de autoestima, de explosão de autoestima.”*

***Trecho 2:** “Falta muita representatividade, as nossas crianças não se veem, né? Sim, as nossas crianças não se veem. E daí quando elas se veem na casa do Rosário e se veem iguais, lindas, todas... É como eu falo sempre, sim, são valorizadas. E é isso que eu penso, assim.”*



**FONTE 3****MARIA CONCEIÇÃO PEREIRA**

Maria Conceição Pereira, nascida em Itajaí em 1954, tem em sua trajetória a luta contra o racismo. É reconhecida como uma importante organizadora do evento desde a década de 1990.

**Trecho 1:** *“Tem na questão política e social. E tem a questão política, tem na questão de defesa dos direitos da sociedade, enquanto população negra. É uma festa de resistência, sim, é uma festa de luta, sim, ela é religiosa, né? Mas ela não é só religiosa. Esse significado de lutar, de resistir, de mostrar a força que temos e transmitir isso para nossas filhas, os nossos netos, para os nossos jovens, esse é o significado. Essa nossa maior, a nossa maior luta é contra o racismo, é contra esse racismo estrutural.”*

**Trecho 2:** *“Sim, porque, assim, a questão racial é isso: ela precisa ser vencida a cada dia. Ela não é uma questão da população negra; a questão racial é uma questão a ser vivida por toda a sociedade. Enquanto isso não acontecer, não haverá essa tão falada igualdade racial, que é luta, luta de todos. Então, tu não precisa ser negra pra defender a questão. E a questão da Léa e do Oscar... são pessoas que sempre estiveram com a gente, sempre ajudando, sempre. A Léa é daquele jeitinho meigo, com aquele seu avental e essa faquinha na mão. Até hoje ela tá lá cortando repolho, cortando cenoura, descascando batata. Todos os anos pedindo doações. Tem não sei o que, ela pede 50 quilos de batata. Então, são pessoas envolvidas que lutam pela causa, independente da cor. Entende? Aqui não tem muito esse mito de que, pra defender a questão racial, tem que ser negro, não. Não tem que ser negro, tem que ser todos. Então, qualquer pessoa que tenha esse envolvimento, que tenha essa fé, como a Léa, uma pessoa muito devota... São essas pessoas, as pessoas que fazem parte desse contexto e que têm essa vontade, podem ser reis do Rosário.”*



**A partir da leitura das narrativas dos participantes da festa de Nossa Senhora do Rosário em Balneário Piçarras, responda:**

1. Como a Festa do Rosário contribui para o fortalecimento da autoestima da população negra, especialmente de crianças e jovens?
2. De que maneira a ausência de representatividade afeta a construção da identidade das crianças negras no ambiente escolar e social?
3. Como as expressões culturais (como cabelos, roupas, tranças, maquiagem) se tornam formas de afirmação e valorização da negritude durante a festa?
4. Por que os participantes afirmam que a luta contra o racismo não é apenas das pessoas negras, mas de toda a sociedade?
5. De que formas os sujeitos podem transformar essa escuta em ações concretas de combate ao racismo na sociedade?

## Atividade 4 - Por que precisamos falar da presença negra em Santa Catarina?

### Caminhos metodológicos

A atividade 4 propõe a reflexão sobre a presença negra em Santa Catarina, onde os estudantes poderão sistematizar as questões trabalhadas ao longo dos eixos. É um momento rico de discussões e produção voltada a ampliar a discussão no espaço escolar. Este trabalho visa estimular uma análise crítica sobre o impacto das questões raciais no presente e a importância de reconhecer essas contribuições, de modo a combater o racismo estrutural tão presente na sociedade.

A partir dos textos e das narrativas apresentadas no eixo, que abordam a presença negra em Santa Catarina e sua relevante contribuição para a formação da cultura e da história do estado, os estudantes serão desafiados a refletir sobre a seguinte questão: Por que precisamos falar da presença negra em SC? Essa reflexão é essencial para o entendimento de uma história mais plural e inclusiva, que valorize a diversidade de experiências e identidades que compõem a sociedade catarinense. Ao explorar os textos e narrativas, os estudantes terão a oportunidade de compreender como a história da população negra foi silenciada ou marginalizada ao longo do tempo.

#### SUGESTÕES DE PRODUÇÕES:

Criação de fanzines ou revistas escolares digitais antirracistas, com artigos, imagens, poemas, depoimentos, com o objetivo de gerar debates sobre o racismo na comunidade escolar.

Identificar lugares de memória negra em Santa Catarina (como igrejas do Rosário) e fazer uma saída de campo, estimulando o reconhecimento de espaços que simbolizam a presença das populações afro-brasileiras no estado.

### Para ir além

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural? Revista Brasileira de Educação, v. 21, p. 40–51, 2002.

*A autora argumenta que a escola além de ser um espaço de saberes científicos, é também de valores, crenças e preconceitos, sendo fundamental articular educação, cultura e relações raciais. Ela explora a percepção do negro sobre seu corpo, especialmente em relação ao cabelo crespo, e que deve ser entendida em conjunto com as experiências escolares e não escolares, o que requer uma escuta atenta dos educadores. O corpo, tanto na escola quanto na sociedade, é um meio de comunicar e sua representação revela diferenças raciais historicamente construídas. Os padrões de inferioridade, influenciam as relações na escola e afetam a autoestima dos estudantes negros. A trajetória escolar tem um impacto significativo na identidade de mulheres negras, especialmente no que diz respeito ao cabelo crespo, sendo que muitas só conseguem refletir sobre essas questões em espaços onde a questão racial é abordada positivamente. Disponível em:*

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/D7N3t6rSxDjmrxrHf5nTC7r/?lang=pt>

LEITE, Ilka Boaventura (Org.). Negros no Sul do Brasil: Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

*Para a autora, o desconhecimento foi o pretexto para as evasivas em relação à população negra no sul. No entanto, ela reforça que toda a luta pela visibilização ao longo do século XX tem que ser considerada, pois houve resistência e recuperação da autoestima. E mais, uma fronteira étnica que diz respeito a ocupação da terra, como um importante pleito a ser consolidado. Disponível em:*

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/126236/Textos%20e%20Debates%20No%201.pdf>

SILVA, José Bento Rosa da. Gente de Ébano a presença negra em Santa Catarina: da foz do rio Itajaí à foz do rio Tijucas (séc. XIX-XXI). 1ª ed. Florianópolis: Traços & Capturas, 2025.

*Apresenta um amplo estudo sobre a população negra em Santa Catarina — escravizados, libertos ou livres — com base em uma extensa pesquisa realizada nas últimas décadas. Sua investigação abrange diversos documentos, incluindo algumas fontes inéditas que aparecem pela primeira vez em pesquisas. A obra destaca as histórias de sujeitos ativos que utilizaram diferentes formas de resistência à escravidão e que contribuíram significativamente para a história e a cultura do estado.*

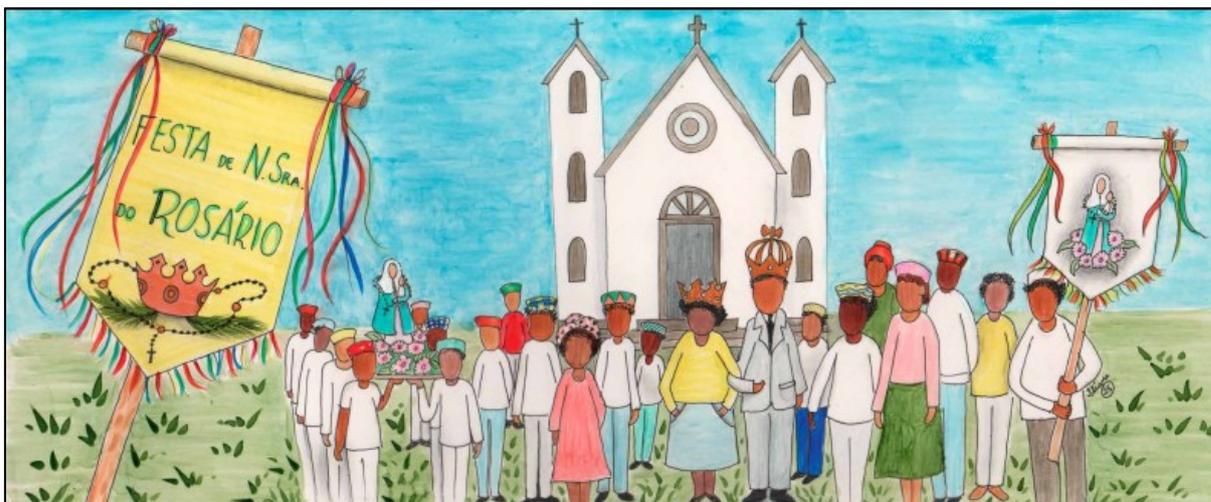
RASCHE, Carla Leandro. “Divertem-se então à sua maneira”: festa e morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Florianópolis (1888 a 1940). 2013. *Dissertação (Mestrado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013. Disponível em:*

<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/12774/1/Karla%20Leandro%20Rascke.pdf>

SILVA, Jaime José dos Santos. Memórias do cacumbi: cultura afro-brasileira em Santa Catarina, século XIX e XX. 2015. *Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.*

*O autor aborda a história e memória do cacumbi, dança afro brasileira com características associadas à devoção a Nossa Senhora do Rosário e a São Benedito, registrada em Santa Catarina desde o século XIX. Ele trata especificamente a região de Tijucas, onde realizou entrevistas com antigos dançadores do cacumbi, buscando perceber a existência dessas celebrações no interior da sociedade escravocrata em Santa Catarina, ampliando o olhar sobre as celebrações afro-brasileiras no Estado. Disponível em:*

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/160763>



## FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

### PROPOSTA METODOLÓGICA

#### Eixo 4

## MULHERES DO ROSÁRIO: A PRESENÇA FEMININA NA FESTA

### Apresentação

A agência feminina nas festas de Nossa Senhora do Rosário pode ser analisada como elemento fundamental na manutenção dessa celebração. As mulheres desempenham papéis centrais tanto na celebração religiosa, quanto na continuidade da festa. Elas são responsáveis pela preparação dos alimentos, pela decoração dos espaços sagrados e pela organização das procissões e celebrações. Essas mulheres assumem funções que possibilitam a permanência da festa, garantindo a realização das novenas e outros rituais de devoção.

Através das narrativas das participantes da festa, a atuação das mulheres na festa de Nossa Senhora do Rosário não se resume apenas na execução de tarefas. Elas são responsáveis por manter a linha mestra que conecta os laços familiares e religiosos. Um exemplo disso é a organização da novena, que, além de ser um momento de devoção, também é um espaço em que, essas mulheres, por meio da oralidade, relatam suas lutas diárias e buscam, ao construir uma identidade alicerçada na festa, se fortalecem a cada dia. Através das orações, saberes são transmitidos e valorizados, conferindo protagonismo a essas mulheres que mantêm viva a festa. Essa agência feminina se expressa

em todos os momentos de encontro que antecedem a celebração, reforçando os laços identitários. São mulheres fortes, lideranças, que pensam e organizam os encontros que precedem a festa, pois, é nesses espaços que a festa é planejada. Elas são mantenedoras da história que é transmitida ao longo das gerações, sendo essas mulheres guardiãs dessa tradição.

A narrativa dessas mulheres, que vivenciam a festa, possibilita que se traga para sala de aula suas trajetórias, promovendo um debate urgente e necessário sobre o papel das mulheres em outros setores da sociedade, além de destacar a resistência e a luta contra a discriminação racial e o racismo tão presentes na sociedade. Esse contexto também abre espaço para o docente trabalhar com a história de outras mulheres negras que exercem protagonismo em diferentes momentos históricos. Dentre elas, podemos destacar a professora catarinense Antonieta de Barros, eleita a primeira deputada estadual mulher e negra do país em 1935.

### **Diálogo interdisciplinar**

Esse eixo oferece uma oportunidade para os estudantes compreenderem a Festa de Nossa Senhora do Rosário, analisando o papel das mulheres negras na organização dessa prática festiva como forma de resistência e afirmação de identidade. Além de manifestar a fé, a festa também é um espaço de transmissão de saberes, possibilitando a reflexão sobre a importância da oralidade na manutenção dessa tradição. As diferentes áreas de conhecimento podem contribuir com essa discussão. A área de Geografia pode contribuir analisando o papel das mulheres na sua organização da sociedade e os novos papéis desempenhados ao longo do tempo. A Língua Portuguesa pode colaborar com a análise das narrativas e produção de materiais que farão parte da exposição, momento em que a área de Artes também pode se integrar, estimulando a criatividade na representação de figuras históricas, inclusive por meio de pinturas e desenhos. Essa atividade interdisciplinar propicia uma abordagem maior do tema, favorecendo a construção de conhecimento a partir de diferentes perspectivas. E esse trabalho se torna ainda mais relevante ao considerarmos a luta contra o preconceito e discriminação de gênero, uma questão urgente e necessária para refletir na atualidade.

### **Objetivos**

- Analisar e discutir o papel das mulheres na organização da festa de Nossa Senhora do Rosário, destacando suas funções e responsabilidades.
- Estudar como as mulheres contribuem para a organização das procissões, da missa, e outras atividades que fazem parte da dinâmica da festa.
- Entender como as mulheres desempenham o papel fundamental na preservação e transmissão das práticas da festa, como a elaboração dos trajes, comidas, dentre outros elementos.
- Refletir como a participação ativa das mulheres na festa do Rosário pode desafiar a pensar as relações de gênero instituídas na sociedade.
- Problematicar como as mulheres, por meio de sua participação na festa, se tornam agentes de resistência diante das mudanças do papel feminino na sociedade ao longo dos anos.

## Atividade 1: Análise de narrativas

### Caminhos metodológicos

A orientação metodológica é que os estudantes realizem a leitura das narrativas que contam a história das mulheres que participam ativamente da Festa de Nossa Senhora do Rosário, em Balneário Piçarras. Após a leitura e análise, os estudantes deverão responder às questões propostas, que buscam evidenciar a participação feminina na festa e sua importância para a realização do evento. Em seguida, a partir das respostas, provoque uma reflexão sobre o papel das mulheres nas festividades: como sua atuação contribui para a preservação e perpetuação da festa, como sua presença expressa resistência e fortalece as tradições culturais e religiosas da comunidade.

#### TRECHO 1

##### MARIA CONCEIÇÃO PEREIRA

Maria Conceição Pereira, nascida em Itajaí em 1954, tem em sua trajetória a luta contra o racismo. Ela reflete que, na história de luta do povo negro, as mulheres desempenharam um papel fundamental desde o período da escravidão, evidenciando sua atuação central na resistência e luta por liberdade, como exemplifica ao se referir a Dandara. Ao recordar das pretas rezadeiras e das cozinheiras, destaca-se o protagonismo dessas mulheres nos rituais, na espiritualidade e na preservação das práticas culturais de matriz africana.



Durante a entrevista ao ser perguntada sobre a participação das mulheres na Festa de Nossa Senhora do Rosário ela responde:

*“Olha, eu diria: de toda a organização, de toda a organização. Até porque na questão racial, na questão negra, as mulheres sempre foram elas que tomaram as decisões - as maiores, né? Na libertação dos escravos. A libertação dos escravos não começa com a assinatura da Lei Áurea. Começa com a mobilização das mulheres negras, que lavavam, passavam, engomavam, ganhavam um dinheirinho e compravam as cartas de alforria dos maridos, dos companheiros. Então, desde que saíram de África, as mulheres, elas sempre...as mulheres negras - elas sempre tiveram um domínio. As pretas velhas, rezadeiras, as cozinheiras...então elas.... Zumbi, o grande nome, mas por trás de Zumbi tinha Dandara. É, se for ver toda a história, os homens tinham a força. Eles tinham coragem de dizer, mas quem orquestrava nos bastidores eram as mulheres. E, ainda hoje, na festa do Rosário, se tu for numa reunião, que fala é a mulherada. (Risos)...”*

**TRECHO 2****IVIA RODRIGUES**

Ivia Rodrigues reforça essa ideia ao narrar que a festa sempre foi gerenciada por mulheres e lembra com carinho as mulheres de sua família que sempre estiverem presentes na organização da festa.

*“Eu acho que ela sempre foi uma festa gerenciada por mulheres. Uma vez a gente teve como exemplo muito grande a tia Lóca, a minha vó, a dona Cema. A gente teve mulheres gigantes, assim, que tomavam conta de tudo e, quando tudo dava errado, elas resolviam entre elas, sabe? Tipo: “Vamos lá na casa da Lóca agora, sentar e conversar.” Ali, elas resolviam entre elas. E a tia Dina...então nós temos*

*mulheres assim, icônicas, que resolveram tudo a vida inteira. Então, desta forma, acontece. A festa não existe sem as mulheres. Ponto, né? Então, elas dão conta de tudo. De tudo. Então, não é necessário - não estou desmerecendo nenhum tipo de gênero, né? Por que a festa é mais a auto estima feminina do que masculina. As mulheres têm uma necessidade de pôr... Raquel, Zana...elas veem a necessidade de continuar o legado da mãe delas. A minha mãe, da mesma forma. E eu faria da mesma forma. A minha prima, da mesma forma. A minha tia foi pajem cinco vezes, então, pra minha prima é essencial a festa. A Pauline...a mãe dela. A Kelly... a mãe dela foi rainha. Avó dela foi a vida inteira. A gente fala: “Descascador oficial de batata da seleção”, porque era a senhora que pegava a sua faca e já estava lá, o dia inteiro, descascando de tudo, o dia inteiro, sentadinha, quieta, conversando com as outras. É legado pra gente. É essencial. A minha filha vê isso: “Mãe, eu não vou ter nada para fazer?” Vai. A gente via achar um trecho pra ti, calma. A minha sobrinha também. Então a gente tem essa necessidade de estar na festa.”*

**TRECHO 3****TÂNIA DE FÁTIMA DA SILVA RODRIGUES**

Tânia de Fátima da Silva Rodrigues, enfatiza o papel fundamental das mulheres na organização da festa, lembrando que, no passado, outras mulheres desempenharam esse papel. Tânia destaca ainda que essa responsabilidade é transmitida às novas gerações, garantindo a continuidade e o fortalecimento do legado das mulheres na celebração de Nossa Senhora do Rosário.

*“Por que tu vê, a maioria é mulher. Tem os homens, um ou dois, mas a maioria das mulheres que fazem leitura. Então, a mulherada, é fundamental na festa. Na realidade, eu pouco vou para a cozinha, sou palpiteira. A Zânia é uma mulher forte na cozinha, sabe? A Raquel também ajuda na cozinha. A Jurema também ajudava, mas a Jurema agora já não vem mais, porque já está muito cansada. A Saletta agora está muito doente. A Eliane, que é mulher do Mauricio, que nos ajuda muito, vem a irmã junto, a Lisete. Nós temos um bom quadro de ajudantes e mulheres realmente que trabalham, né? A Raquel tempera as carnes, tempera os frangos, deixa isso aí. Essa é a mão do nosso povo, da mulherada.”*



### A PARTIR DA ANÁLISE DAS FONTES RESPONDA ÀS QUESTÕES:

1. A partir dos dados apresentados na entrevista, qual foi o papel desempenhado pelas mulheres na luta pela abolição da escravidão no Brasil? Quais são os exemplos citados por Maria Conceição Pereira para ilustrar essa participação?

2. Em que medida a mobilização das mulheres negras, como descrito nas narrativas, foi uma forma de resistência ao racismo e à opressão? Como as mulheres usaram a sua posição na sociedade para resistir ao sistema escravocrata?

3. O que a afirmação sobre o papel das mulheres nas reuniões da Festa do Rosário revela sobre a estrutura de poder e a liderança feminina dentro da comunidade negra?

4. De que forma a experiência da mulher negra, na construção da Festa do Rosário, pode ser conectada a outras manifestações culturais afro-brasileiras de resistência? Que elementos dessas manifestações podem ser usados para promover discussões sobre resistência e racismo nos dias atuais?

## Atividade 2: Mulheres que fazem história

### Caminhos metodológicos

Como segunda atividade, propõe-se uma pesquisa em que os estudantes, organizados em grupos e sob orientação docente, identifiquem mulheres negras com representatividade histórica, cultural, social e em outras dimensões. A investigação pode começar com figuras do estado de Santa Catarina e, posteriormente, ampliando-se o olhar sobre o país. Após o levantamento das informações, os grupos deverão sistematizar os dados em materiais como cartazes, painéis ou outros formatos criativos, que serão expostos nos espaços da escola e apresentados à comunidade escolar. A atividade parte das discussões e análises sobre a agência das mulheres na Festa de Nossa Senhora do Rosário, incentivando os estudantes a reconhecerem o protagonismo feminino negro na história e na sociedade.

### Vale ressaltar:

Em 2024, foi aprovada lei nº14.986/24, que estipula que os currículos escolares obrigatoriamente deverão abordar as conquistas das mulheres em diferentes áreas, nas ciências, cultura, artes, economia e política. Além disso, a lei estabelece que seja realizada na segunda semana de março, em toda a educação básica do país, a ‘Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História’. Em 2024, foi aprovada lei nº14.986/24, que estipula que os currículos escolares obrigatoriamente deverão abordar as conquistas das mulheres em diferentes áreas, nas ciências, cultura, artes, economia e política. Além disso, a lei estabelece que seja realizada na segunda semana de março, em toda a educação básica do país, a ‘Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História’. Assim, é muito importante que o protagonismo feminino seja abordado em sala de aula, para inspirar meninas a buscarem seu espaço em diferentes áreas.

*Acesse a lei no link:*

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2024/Lei/L14986.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14986.htm)

## Para ir além:

DIACÓPULOS, Jorge Ribeiro. Comunidade quilombola Tia Eva (Campo Grande/MS): memória, ensino de história e educação antirracista. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2022.

*O professor Jorge Ribeiro Diacópulos, desenvolveu a partir da dissertação do ProfHistória, um web site que aborda o protagonismo feminino. Tem como objetivo discutir o protagonismo negro e quilombola no estado de Mato Grosso do Sul, especificamente o Quilombo Tia Eva. O autor aponta a importância de estudar esse tema visto que foi silenciado na historiografia e no ensino de História ao longo dos anos. Segue o link:*

<https://www.comunidadequilombolatiaeva.com.br/>

MOREIRA, Viviane da Silva. Ensinar mulheres na história: abordagens biográficas. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

*A professora Viviane da Silva Moreira, desenvolveu um website a partir da dissertação: Ensinar Mulheres na História; Abordagens Biográficas. Tem como enfoque o estudo da história das mulheres no período colonial brasileiro, com base em biografias e narrativas, questionando omissões e silenciamentos. A autora sistematiza o produto final em um website, como possibilidade de democratização do conhecimento. Segue o link:*

<https://mulheresnahistoria5.webnode.com/>

SILVA, Mônica Martins da. Antonieta de Barros : o que a memória de Antonieta de Barros nos ensina sobre representatividade de mulheres negras? Coleção Mulheres na sala de aula. Mônica Martins da Silva, Viviane da Silva Moreira. – Porto Alegre: UFRGS, 2024. Disponível em:

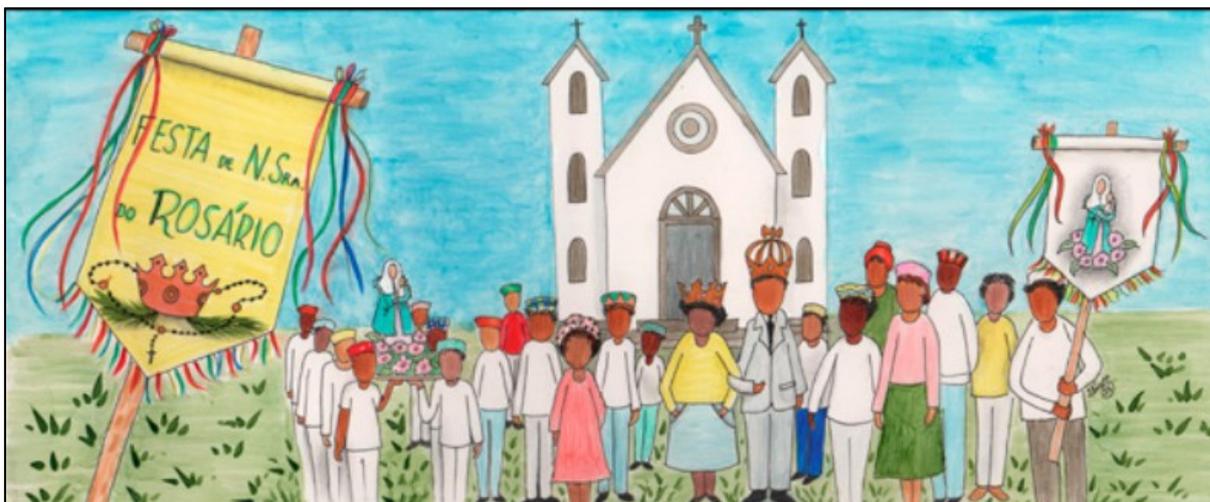
[https://www.ufrgs.br/lhiste/wp-content/uploads/2024/04/antonieta\\_de\\_barros\\_digital2024.pdf](https://www.ufrgs.br/lhiste/wp-content/uploads/2024/04/antonieta_de_barros_digital2024.pdf)

*Este material faz parte de uma coleção que trata de mulheres negras e indígenas. É apresentado aos docentes como forma de ampliar o debate sobre a presença feminina nas aulas de História. Neste caderno, as autoras destacam Antonieta de Barros, eleita a primeira deputada negra do país em 1934, e sua trajetória, que evidencia a representatividade das mulheres na política de Santa Catarina. A obra propõe discussões necessárias e urgentes para refletir sobre as questões que as mulheres enfrentam na contemporaneidade. Dessa forma, o Ensino de História assume uma postura ético-política, buscando a superação das iniquidades. Segue link para acessar toda a coleção:*

<https://www.ufrgs.br/lhiste/projeto-de-pesquisa-criacao-e-autoria-materiais-didaticos-de-historia/>

Neste vídeo, você vai conhecer uma parte do núcleo História e Memória que integra a exposição permanente do Museu Afro Brasil, em São Paulo, produzido pela Nova Escola. Neste núcleo estão retratos e textos de personalidades negras da História do Brasil, dentre as personalidade destaca-se Carolina Maria de Jesus, uma das mais importantes escritoras negras da literatura brasileira.

<https://www.youtube.com/watch?v=XbiyUQeGsfE>



## FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

### PARA ABRIR O TEMA

#### Apresentação

Nas próximas aulas, será discutida e analisada a manifestação cultural e histórica de Balneário Piçarras: A festa de Nossa Senhora do Rosário. Essa celebração, presente em nossa cidade, envolve muitas pessoas que participam de diferentes momentos da organização do evento. Os participantes guardam em suas memórias histórias da festa, por meio das quais é possível compreender como essa prática mobiliza crenças e tradições que compõem a identidade cultural local.

Inicialmente, o docente pode iniciar com uma roda de conversa, com o objetivo de identificar os conhecimentos prévios dos estudantes sobre as festas populares e religiosas da cidade. A partir desse momento, pode-se introduzir o tema da Festa de Nossa Senhora do Rosário, apresentando um breve histórico com base nas informações disponíveis na seção “História”: <https://www.festadorosariopicarras.com.br/hist%C3%B3ria>. É importante destacar que esse será o tema central da pesquisa e de seu desenvolvimento ao longo das aulas. Embora breve, esse momento é fundamental, pois permite ao docente levantar problematizações que serão aprofundadas no decorrer dos eixos apresentados.

A sugestão é que os estudantes observem as imagens relacionadas aos eixos que serão trabalhados ao longo das aulas. A proposta é que o docente explore essas imagens com os estudantes e proponha algumas problematizações, como: Quem são as pessoas que aparecem nas imagens? Como elas estão vestidas? O que parecem estar fazendo? Onde imaginam que elas estão? De que forma essas imagens refletem a história e a cultura da região? Como essas imagens expressam a influência e resistência das populações negras em Santa Catarina? Essas questões incentivam os estudantes a refletirem sobre as práticas culturais afro-brasileiras na região, bem como sobre a resistência das populações negras em manter vivas suas tradições ao longo do tempo.

Imagem 1



Fonte: Procissão se encaminhando para a igreja Nossa Senhora da Paz. Acervo de Marilda de Souza. Balneário Piçarras, (1995).

Imagem 2



Fonte: Procissão com Nossa Senhora do Rosário se encaminhando a igreja Nossa Senhora da Paz. Acervo de Maria do Carmo Krieger (2003).

Imagem 3



Fonte: Procissão se encaminhando a igreja Santo Antônio de Pádua. Acervo de Cleiton Reinert (2022).